

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

Tese de Doutorado

**A CONSCIÊNCIA POLÍTICA DOS COOPERADOS DO MST: O CASO DA COOPAC -
CAMPO VERDE-MT**

Jair Reck

Orientador: Prof. Dr. Salvador Antonio Meireles Sandoval

Campinas, 2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Tese de Doutorado

**A CONSCIÊNCIA POLÍTICA DOS COOPERADOS DO MST: O CASO DA COOPAC -
CAMPO VERDE-MT**

Autor: JAIR RECK

Orientador: Salvador Antonio Mireles Sandoval

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida por Jair Reck e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: ____/____/____.

Assinatura: _____

Orientador.

Comissão Julgadora:

Campinas, 2005.

© by Jair Reck, 2005.

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/ UNICAMP**

Reck, Jair.

R244c A consciência política dos cooperados do MST: o caso da COOPAC-Campo

Verde (MT) / Jair Reck. -- Campinas, SP: [s.n.], 2005.

Orientador : Salvador Antonio Mireles Sandoval.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Conscientização – Aspectos políticos. 2. Movimentos sociais. 3. Co-
operação. 4. Sociedade. 5. Cultura. I. Sandoval, Salvador Antonio Mireles.
II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Keywords : Conscientization – Politicians aspects; Social moviments; Co-operation; Society; Culture

Área de concentração : Educação, Sociedade, Política e Cultura

Titulação : Doutor em Educação

Banca examinadora : Prof. Dr. Salvador Antonio Mireles Sandoval (Orientador)

Profa. Dra. Patrizia Piozzi

Profa. Dra. Eloisa de Mattos Hofling

Profa. Dra. Maria Aparecida Morgado

Profa. Dra. Telma Regina de Paula Souza

Data da defesa: 03/11/2005

AGRADECIMENTOS

A minha família, na pessoa de nossa mãe, que permitiu-nos a especial oportunidade de viver. In memória de nosso irmão Jaire, que está presente em cada boa ação que realizo.

Ao grande Educador, Salvador Sandoval, que com sabedoria e ternura orientou-nos com desvelo, nos caminhos da pesquisa, da produção de conhecimento, viabilizando desta forma o alcance dos objetivos traçados.

As estimadas professoras que compuseram a banca de qualificação e defesa: Patrizia Piozzi; Maria Aparecida Morgado; Eloísa de Mattos Hofling; Telma Regina de Paula Souza. A todas, nosso muito obrigado pelas valiosas contribuições que auxiliaram-nos construtivamente a ir adiante, através de suas acuradas leituras indicações de possíveis olhares.

Aos membros da coordenação Estadual do MST, pela amizade e total apoio a nossa inserção no campo de pesquisa. De modo muito especial quero agradecer aos sujeitos desta pesquisa, todos os membros da Cooperativa de Produção Agropecuária Canudos – Coopac. Pessoas que estão com suas vidas construindo um projeto de vida onde o ser humano seja a medida de todas as coisas. Exemplos e sinais de esperança de que é possível um mundo onde o econômico esteja a serviço da vida e não o inverso como quer os sinos do imperialismo do norte.

As amigas (os) que conosco seguiram viagem, algumas desde o desenho das primeiras rotas almejadas, outras (os) foram incorporando-se pelo caminho. Mais do que nomeá-las (os), saiba todas (os) que as (os) guardo em meu coração, e agradeço ternamente por todas as ações que contribuíram para que chegássemos a estes novos horizontes.

RESUMO

A compreensão das formas de consciência política presente no cotidiano, na experiência de vida dos cooperados do MST, constitui o tema desta pesquisa.

De acordo com os documentos do MST, a cooperação é considerada ponto estratégico para o Movimento, qual seja, o da viabilização sócio-econômica do assentamento e do fortalecimento político na construção de um novo sujeito, com valores humanistas e socialistas, visando uma nova sociedade, igualitária, democrática, socialista. De tal modo que a cooperação é um instrumento político-pedagógico na medida em que visa contribuir com a organização dos assentados, na liberação de militantes para a luta econômica, mas principalmente, para a luta política. Diante disso, justificamos nossa opção por um estudo de caso, buscando com isso, compreender e avaliar com maior profundidade o processo de conscientização que se dá através do trabalho cooperado sob a égide do MST, uma vez que é uma temática ainda pouco estudada sob o ponto de vista de uma abordagem psico-sociológica que visa justamente dar voz aos sujeitos da ação coletiva, afim de que através da observação e das entrevistas semi-estruturadas e dos documentos produzidos pelos mesmos e pelo Movimento possibilitasse-nos uma maior proximidade da realidade e, assim, entendemos haver-nos facultado uma análise de mais longo alcance das formas de consciência política gerada a partir das experiências dos assentados/cooperados, membros da Cooperativa de Produção Agropecuária Canudos (COOPAC – Campo Verde - MT).

O processo de investigação permitiu perceber as alterações que ocorrem em nível individual e coletivo, durante os diferentes momentos da luta, de acordo com os diversos níveis de participação nas ações coletivas. Nesse sentido, foi possível configurar a formação da identidade coletiva, assim como constatar as diferenças em nível individual presentes no interior daquela identidade de cooperados e Movimento Sem Terra.

A reconstituição do processo histórico desde a luta pela terra, até a conquista da mesma, da constituição da cooperativa e do seu desenvolvimento sócio – político – econômico - cultural e psicológico, até os dias atuais, permitiu-nos realizar uma distinção acerca da formação da identidade coletiva quanto das formas de consciência presentes em dois extratos da ação cooperada, os quais denominamos de sujeitos com e sem prática militante. De tal forma que possibilitou-nos demonstrar como os processos de conscientização estão entrelaçados aos contextos em que estes cooperados estão inseridos, através da forma como eles vivenciam e os significam.

Consideramos estar contribuindo com a produção de um conhecimento mais contextualizado através das configurações da consciência política ligadas aos fatores psico-sociais associados a essa consciência e nas suas diferentes formas de manifestação, aprimorando conjuntamente a aplicação de modelos teóricos emergentes para análise da consciência política. Como o modelo teórico desenvolvido (por Salvador Sandoval 2001), e aqui utilizado é composto por sete dimensões distintas, porém articuladas de modo dinâmico, dando assim origem a configurações diversas de consciência política, nós o adotamos como categorias analíticas para podermos entender as conformatações dessa consciência política.

ABSTRACT

The comprehension of the forms of political conscience present in the everyday lives, in the life experience of the MST co-operative integrants, establishes the theme of this research.

According to the MST documents, the co-operation is considered a strategy to the Movement, which could be the socio-economic viability of the settlement and the political strengthening on the creation of a new subject, with humanist and socialist values, targeting a new egalitarian, democratic and socialist society. In a way that the co-operation is a political pedagogical instrument as it targets contribution to the organization of the settled people, releasing militants for the economic fight, but especially, the political fight. Due to this, it's justified our option for a study of case, trying to understand and evaluate more deeply the awareness process that happens through the co-operate work under the MST eyes, once it's not a very well known thematic, under a psycho-sociological approach point of view, which aims to make the collective action subjects speak, so that through observation and semi-structured interviews and the documents from the Movement make us get closer to reality and, then, it was possible to make a deeper analysis of the ways of political conscience from the experience of the settled people/co-operative integrants, members of the Cooperativa de Produção Agropecuária Canudos (COOPAC-Campo Verde-MT).

The process of investigation let us notice the changes that happened individually and collectively, during the different moments of the fight, according to the various levels of participation on collective actions. Thus, it was possible to configure the collective identity formation, as well as notice the individual differences inside that identity of co-operative integrants and MST.

The reconstitution of the historical process since the fight for the land, until its conquest, since the co-operative formation and its social, political, economical, cultural and psychological development, until nowadays, let us differentiate the formation of the collective identity from the forms of conscience present in two extracts of co-operative action, which are nominated subjects with and without militant practice. In a way that it was possible to demonstrate how the processes of awareness are mixed together with the contexts in which the co-operative integrants are enclosed, through the way they live and the meanings these contexts have.

We consider to be contributing to the production of a more contextualized knowledge, through the configurations of the political conscience, linked to psycho-social factors associated to this conscience and in their different forms of manifestation, improving the application of emerging theory models for analysis of the political conscience. As the theory model developed (by Salvador Sandoval 2001), and used here is compound by seven distinct dimensions, however articulated in a dynamic way, forming then, diverse configurations of political conscience, it was adopted as analytical categories so that we could understand the conformations of this political conscience.

SUMÁRIO

RESUMO	v
ABSTRACT	vii
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I	
O MODELO DE COOPERAÇÃO DO MST	23
1 – Os princípios de cooperação nos quais o Movimento pauta-se	29
2 – O Ideário Político de sociedade e de ser humano que o MST se propõe desenvolver através da cooperação	34
CAPÍTULO II	
HISTÓRIA DA COOPAC	39
1 – A origem do assentamento 14 de agosto: período de lutas no Estado de Mato Grosso	39
2 – Concepção, criação, objetivos e os membros constituintes: os membros que se afastaram e os que foram incluídos na Coopac	54
3 – A estrutura, a forma de construção e a organização das moradias	61
4 – Organização da Coopac: os setores burocráticos e os setores de produção; Os projetos desenvolvidos: suas trajetórias, o contexto atual e os financiamentos	62

5 – Relações com outras cooperativas e outras entidades: a presença de agentes externos na vida da Coopac	70
6 – Como é a relação das mulheres, jovens e crianças no processo produtivo e espaços comunitários de lazer	72
7 – A relação com o mercado: compra e venda; a partilha das sobras	77
8 – A educação formal, técnica e a educação política na coopac	80
9 – Cooperados avaliando sua condição e conflitos em relação aos demais assentados	83
10 – Avaliação e projetos: coopac em perspectivas	88
11 – Algumas considerações sobre a história da Coopac	93

CAPÍTULO III

HORIZONTE TEÓRICO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA 95

1 – Identidade coletiva	104
2 – Crenças e valores societais	107
3 – Identificação de adversários e de interesses antagônicos	108
4 – Sentimentos de eficácia política	111
5 – Sentimento de justiça e de injustiça	112
6 – Vontade de agir coletivamente	113
7 – Metas de ações coletivas	117

CAPÍTULO IV

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS 123

1 – Abordagem qualitativa	123
---------------------------	------------

2 – Método: Estudo de caso	125
3 – Procedimentos e técnicas de coleta de dados	126
4 – A Inserção no Contexto	126
5 – A Reconstituição da História da Coopac	127
6 – Para o estudo da consciência política	127
7 – Dos sujeitos da pesquisa	128
8 – Instrumento de coleta de dados	134
9 – Roteiro da entrevista: semi-estruturada	134
10 – Roteiro da observação	137
11 – Análise documental	137

CAPÍTULO V

DAS FORMAS DE CONSCIÊNCIA POLÍTICA DOS COOPERADOS COM PRÁTICAS MILITANTES

	139
1 – Identidade coletiva	140
2 – Crenças e valores societais	144
3 – Identificação de adversários e de sentimentos antagônicos	150
4 – Sentimentos de eficácia política	155
5 – Sentimentos de justiça e injustiça	160
6 – Vontade de agir coletivamente	165
7 – Metas de ações coletivas	171

CAPÍTULO VI	
DAS FORMAS DE CONSCIÊNCIA POLÍTICA DOS COOPERADOS SEM PRÁTICAS MILITANTES	177
1 – Identidade coletiva	177
2 – Crenças e valores societais	182
3 – Identificação de adversários e de sentimentos antagônicos	185
4 – Sentimentos de eficácia política	187
5 – Sentimentos de justiça e injustiça	190
6 – Vontade de agir coletivamente	193
7 – Metas de ações coletivas	197
CAPÍTULO VII	
CONSIDERAÇÕES SOBRE AS FORMAS DE CONSCIÊNCIA POLÍTICA DOS DOIS GRUPOS PESQUISADOS	201
CONSIDERAÇÕES FINAIS	215
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	241

INTRODUÇÃO

O meu interesse pela temática da terra e o MST surge no curso de mestrado onde desenvolvi uma pesquisa sobre o educador José Martí, como educador social e político, cujo um dos capítulos mostra a relação entre o ideário político-pedagógico Martiniano com o do MST.

José Martí, um educador e articulador de movimento social cubano, nascido em 1853, morreu defendendo a libertação de seu país em 1895 na guerra de independência que ele mesmo preparou. Fundou o primeiro partido revolucionário cubano no século XIX com vistas a congregar esforços na preparação e seqüente luta de independência de seu país e como dizia ele próprio prevenir a tempo o domínio Norte Americano pelo mundo.

Na pesquisa que desenvolvi no mestrado intitulado: *José Martí Educador: um ensaio sobre seu ideário político - pedagógico*, pude identificar a transcendência histórica do ideário Martiniano também no Brasil, particularmente no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Isto ficou evidente, sobretudo, nos princípios educativos norteadores que enfatizam a necessidade de desafiar a realidade vigente para transformar em ação concreta os direitos do cidadão.

Essa pesquisa instigou-me a continuar conhecer e compreender esse movimento com maior profundidade e também como uma forma de contribuir socialmente com a produção de conhecimento. Dessa forma, enquanto docente pesquisador e orientador de pesquisas de iniciação científica, desenvolvi inúmeros trabalhos de pesquisa sobre diferentes temas envolvendo a questão da terra e o MST com alunos da Universidade de Cuiabá - UNIC nos últimos quatro anos.

Além destas pesquisas desenvolvidas em conjunto com alunos da UNIC, participei e apresentei trabalhos científicos referentes à temática, dentre os quais: 10º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO (Tema: José Martí Educador: do Movimento Social Cubano ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasileiro). No seminário Mutação na Educação na Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT (Tema: O Ideário Político-Pedagógico de José Martí: Na Revolução Cubana e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasileiro).

É importante também ressaltar que as pesquisas junto aos alunos da universidade propiciaram-me conhecer a Cooperativa de Produção Agropecuária Canudos (COOPAC), local que sempre visito através das aulas de extensão universitária com os alunos da graduação. Reforçaram-se os laços de amizade junto às lideranças do movimento, o que propiciou intercâmbios pelos quais realizamos todos

os semestres seminários e palestras com líderes do movimento, aberto à comunidade acadêmica na própria Universidade- UNIC. Em contra partida, ministrei palestras sobre a temática Martiniana por ocasião de cursos de formação de lideranças regionais do MST - MT. Por esses motivos vários, recebi em 2001 uma comenda na ocasião do VI Encontro estadual MST/MT, entregue “Aos companheiros e companheiras que têm contribuído na luta pela terra, pela Reforma Agrária e pela Vida”.

Após esta caminhada, que começou com a experiência do mestrado, somada a seqüência de pesquisas desenvolvidas com alunos e o intercâmbio com as lideranças do Movimento, despertou-me o interesse e o compromisso de continuar na busca de maior conhecimento teórico para que possa assim contribuir cada vez mais qualificadamente com a causa de uma luta que busca a construção de uma sociedade justa e solidária. O presente projeto materializa a necessidade de aprofundar a discussão dessa temática, e para tal, se busca compreender as formas de consciência que estão sendo desenvolvidas pelo MST através da cooperação, uma vez que todo o ideário presente nos cadernos de formação ligados a cooperação é preconizado esta como um meio para transformar os sujeitos nela envolvidos e contribuir na construção para uma sociedade baseada em valores socialistas.

Diante dessa proposta de modificações no campo dos valores, de uma nova prática dos sujeitos envolvidos na luta pela terra e pela reforma agrária através da cooperação, da prática em curso, no caso específico da Coopac, nossa pesquisa quer contribuir com o processo de compreensão e identificação do que estamos chamando de consciência política produzida nos trabalhadores mobilizados na prática cooperativa do MST.

Entendemos que a oportunidade da pesquisa se sustenta sob o ponto de vista que, em face da atuação e conseqüente representatividade do MST na sociedade brasileira, muitas pesquisas já foram e estão sendo desenvolvidas na busca de compreender este movimento enquanto fenômeno. Porém, na sua grande maioria, elas estão voltadas para o entendimento do processo de conscientização que ocorre através da trajetória de luta, das mobilizações, dos anos de acampamento, das lideranças, da cultura, dos seus símbolos, dos teóricos que servem de base para sua formação, da mística, e não do processo de conscientização através da cooperação aqui tratada. Como exemplo, temos o texto de John C. Comerford, *Fazendo a Luta; Lições da Luta Pela Terra*, de Ademar Bogo; *Manifestações Artísticas do MST/MT: Educação, Identificação e Cultura* (Rondonópolis, MT), Dissertação de Mestrado Jocenaide M. R. Silva pela UFMT; entre outros.

Após estas duas últimas décadas, no entanto, muitas modificações têm ocorrido na atuação e consolidação desse ator social MST; dentre essas modificações, circunscrevem-se as diversas maneiras de uso e organização da produção em que, de acordo com o *Caderno Perspectivas da Cooperação nos Assentamentos nº 04*, a Cooperação agrícola adquire conotação de estratégia para a viabilização sócio-econômica do assentamento, mas também possui a função de fortalecer politicamente a organização interna no MST. Portanto, as formas de cooperação são pensadas em função de dois objetivos, a saber: a dimensão econômica, que propiciaria a melhoria das condições de vida no assentamento, assim como a dimensão de organização política, de grupos de discussão e formulação de propostas alternativas a serem defendidas pelo movimento social que contribuirá para fortalecer a luta pela terra, mas principalmente o ideal de transformação da sociedade. Pois de acordo com Bogo, um dos teóricos militantes do Movimento:

Extraordinário é ir além dos aspectos formais da cooperação e forjar novos seres humanos com verdadeira consciência de seu papel na história... É para o bem-estar do ser humano, em sintonia com o universo, que a sociedade deve ser transformada e não simplesmente para derrotar a classe dominante. De nada valerá derrotar uma classe e repetir todos os seus erros na organização da nova sociedade. Esta transformação poderá ser alcançada se junto com a sociedade transformarmos os hábitos, a conduta, e o caráter do ser humano; para isso necessitamos empregar um esforço extraordinário, diariamente... Devemos em toda a sociedade superar esta visão do ser humano apenas como força de trabalho. Não somos apenas braços e pernas, temos cabeça, coração, sentimentos; sentimos saudades e também orgulho. É como seres humanos que devemos nos ver e respeitar, e não como força de trabalho ou objeto de lucro e prazer (Bogo, 1999: 111).

É sob este ponto considerado estratégico para o MST, o da viabilização sócio-econômica do assentamento e do fortalecimento político do Movimento através da cooperação, que se faz mister um estudo de caso para que se possa compreender e avaliar com maior profundidade o processo de conscientização que se dá através do trabalho cooperado (COOPAC), uma vez que é uma temática ainda pouco estudada, e a meu ver poderá ser a grande responsável pela solidificação dessas experiências, podendo configurar-se como gérmen de um novo sistema social, quanto da constituição política de um novo sujeito capaz de modificar-se a si mesmo e à natureza na construção de uma sociedade mais justa, livre da exploração, base do sistema capitalista, como afirma Bogo (1999:111) no texto *Lições da Luta Pela Terra*: “O capitalismo destruiu os valores humanos e passou a ver as pessoas

como objetos descartáveis que servem apenas para gerar lucro. Precisamos desenvolver valores justamente para quebrar esta lógica perversa e estabelecer relações de solidariedade entre as pessoas”.

No entanto, é importante salientar a falta de trabalhos de pesquisa sobre as experiências concretas de cooperação junto aos trabalhadores rurais, apontadas pelo pesquisador Horácio de Carvalho (Caderno n.8: 27-39), em que o autor faz uma análise das contradições internas no esforço de cooperação nos assentamentos de reforma agrária do MST (isto o faz através da bibliografia produzida no período de 1989-1999, documentos esses elaborados pelo MST e a sua maioria sob a responsabilidade da CONCRAB), vejamos:

Ademais, nenhum dos documentos deu conta das experiências históricas concretas de cooperação entre os trabalhadores rurais, nos diversos planos sociais das suas existências, nem a elas referiram-se, numa preocupante omissão sobre a experiência histórica popular no campo. A autocrítica sobre a experiência da CPA não motivou a busca de informações sobre o concreto real histórico, nem a incorporação da dimensão sócio-antropológica nas indagações sobre as causas dos resultados claudicantes alcançados pelo paradigma de cooperação adotado (Carvalho, 1999: 35).

Em face destas constatações, amplia-se a necessidade de aprofundamento da reflexão sobre a experiência concreta da cooperação. Consideramos, portanto, significativo o estudo de caso da COOPAC, para tal, utilizaremos das categorias de análise, a partir de fundamentações teóricas que nos auxiliarão na tarefa de compreender empiricamente a experiência real histórica e através desta identificar as formas de consciência política que estão sendo construídas através da cooperação no MST. Propomo-nos trazer uma nova contribuição à própria compreensão das dinâmicas de conscientização propiciadas por este importante Movimento Social.

Quanto à estrutura de nosso trabalho, organizamos em cinco capítulos. O capítulo I, apresenta o modelo de cooperação defendido pelo MST, os objetivos e princípios nos quais o Movimento se pauta. O modelo de sociedade e de ser humano que pretendem desenvolver através da cooperação.

No capítulo II, realizamos a reconstrução da história da Coopac. Escolhemos a Cooperativa de Produção Agropecuária Canudos – por ser a primeira cooperativa criada no Estado de Mato Grosso ligada ao MST, seus membros oriundos da também primeira ocupação organizada pelo Movimento no Estado, em 14 de Agosto de 1995. Debruçamos-nos sobre os documentos por eles produzidos (atas, estatutos, fotos), de modo especial buscamos dar voz aos sujeitos desta história através de entrevistas.

Ao passo que estamos pela primeira vez fazendo este registro de modo sistemático da história da coopac, contribuimos para que o leitor possa situar-se face ao objeto desta pesquisa.

O referencial teórico por nós trabalhado para esta pesquisa, é apresentado e discutido no capítulo III, seguimos de modo especial o modelo de estudo da consciência política desenvolvido por Sandoval (2001), a partir de vários autores, aos quais envidamos acrescentar outros teóricos que por certo auxiliarão com suas idéias para uma maior amplitude da abordagem deste fenômeno.

Caracterizando-se este estudo, fundamentalmente por uma abordagem psico-sociológica que, segundo o mesmo autor (1988: 67), não pressupõe a separação artificial de aspectos ‘psicológicos’ dos aspectos ‘sociológicos’ como na velha tradição academicista fragmentária, mas tende para um enfoque integrado que analisa os fatores e os processos que determinam as formas e os motivos individuais das pessoas agirem em situações de mobilização coletiva, onde alguns colaboram e outros não, tal compreensão só é possível no tecido complexo que se dá no cruzamento dos determinantes sociológicos com os psicológicos.

No capítulo IV, tratamos da questão metodológica. Baseando-nos numa abordagem qualitativa, privilegiando o método do estudo de caso. Além das teorias e seus respectivos autores, apontamos os possíveis espaços de socialização política e recortes amostrais para a continuidade da pesquisa, que teve como objetivo compreender e identificar o que estamos chamando de consciência política produzida nos trabalhadores mobilizados na prática cooperativa do MST. Este horizonte parte da vivência junto aos cooperados (as) por ocasião da coleta de dados para a construção do capítulo sobre a história da Coopac.

No capítulo V e VI, analisamos as observações e entrevistas realizadas na prática da cooperação onde mais claramente foi possível observar a constituição e as metamorfoses da consciência política entre os sujeitos cooperados (as), e o reflexo desta na identidade coletiva enquanto cooperativa, e Movimento Social - MST, através das semelhanças e diferenças de posturas dos mesmos. Ainda sob este aspecto, no capítulo VII, procuramos fazer uma análise comparativa entre os dois grupos por nós identificados como de prática militante e os que não a possuem.

Nas considerações finais, buscamos realizar uma retrospectiva analítica a partir do Ideário proposto pelo MST enquanto meta de ações coletivas, comparando-as com a práxis política desde a organização da primeira ocupação no Estado de Mato Grosso liderada pelo Movimento, até o assentamento 14 de Agosto, do grupo que se organizou e constituiu a Coopac. Enfocamos de modo

prioritário a questão da consciência política manifesta nos sujeitos da ação coletiva, de tal modo que nos foi possível verificar as alterações e as variadas formas de consciência processadas através da participação no Movimento social e na práxis coletiva da cooperativa, constituindo-se a nosso ver a cooperativa sob a égide do MST num espaço político-pedagógico que contribui sobremaneira para ampliação da consciência política, oportunizando assim as pessoas alçarem artífices de si e consequentemente da própria história.

CAPÍTULO- I

O MODELO DE COOPERAÇÃO DO MST

Este capítulo tem como objetivo compreender o horizonte histórico da Cooperação no MST, através da análise dos principais documentos que norteiam as ações dos cooperados (as), que são os Cadernos de Formação, Cadernos de Cooperação e Cartilhas produzidos pela Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil (CONCRAB), e outros textos elaborados por teóricos-militantes que dão apoio intelectual ao movimento.

O MST é um Movimento Social que luta pela reforma agrária, cujos objetivos, segundo o próprio Movimento, vão muito além da conquista da terra, buscam transformar o ser humano e através deste a sociedade. Esta concepção vê-se claramente expressa na letra de uma canção utilizada pelo Movimento, intitulada “Quando chegar na terra” (de Ademar Bogo):

Quando chegar na terra
Lembre de quem quer chegar
Quando chegar na terra
Lembre que tem outros passos pra dar
(...) Mire o olhar na frente
porque atrás vem gente querendo lutar
Neste caminho obscuro
Está o futuro para preparar
Caminhe, não desanime
Trabalhe, se alinhe no passo de andar
Quando chegar na terra
Não está completa a tua liberdade
Este é o primeiro passo
Que damos na busca de outra sociedade
Só a terra não liberta
Esse é o alerta da necessidade
Aumentar a produção
Para a alimentação

Do campo e da cidade (Nosso Jeito de Cantar, 2001:138).

De acordo com o Caderno de Formação Programa de Reforma Agrária n. 23 (1998:19), a proposta de reforma agrária se insere como parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira de construir uma nova sociedade: igualitária e socialista. Desta forma, as propostas de medidas necessárias fazem parte de um projeto de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura capitalista de organização da produção. Vejamos a concepção de cooperação do MST:

Os assentados devem buscar uma cooperação que traga desenvolvimento econômico e social, desenvolvendo valores humanistas e socialistas. A cooperação que buscamos deve estar vinculada a um projeto estratégico, que vise a mudança da sociedade. Para isso deve organizar os trabalhadores, preparar e liberar quadros, ser massiva, de luta e de resistência ao capitalismo.

Para nós a cooperação não é vista apenas pelos objetivos sócio-políticos, organizativos e econômicos que ela proporciona. Ela é, para nós, uma ferramenta de luta, na medida em que ela contribui com: a organização dos assentados em núcleos de base, a liberação de militantes, a liberação de pessoas para a luta econômica e, principalmente, para a luta política (Caderno n. 5,1998: 22).

Percebe-se, portanto, que após a conquista da terra, o principal meio proposto como ferramenta pedagógica no processo de mudança social é a Cooperação. Esta Cooperação visa ser: alternativa, diferente e de oposição. Pois, segundo suas análises, o cooperativismo de modo geral em sua luta pela sobrevivência está se adaptando a lógica do capitalismo, levando dessa forma a priorizar o crescimento da empresa em vez de priorizar o desenvolvimento do associado; priorizando dessa forma os associados mais viáveis em vez de cooperar com os que mais precisam de ajuda.

Neste horizonte, consideramos ser relevante a perspectiva de cooperação como processo que está apontado neste mesmo caderno, onde se explicita que os cooperados (as) devem ter clareza de que, na medida em que atingem determinadas condições objetivas, a cooperação precisa mudar de forma, precisa avançar. “Sem este salto de qualidade a forma entra em crise, estagna e tende a quebrar. A cooperação precisa ser compreendida como um processo”.

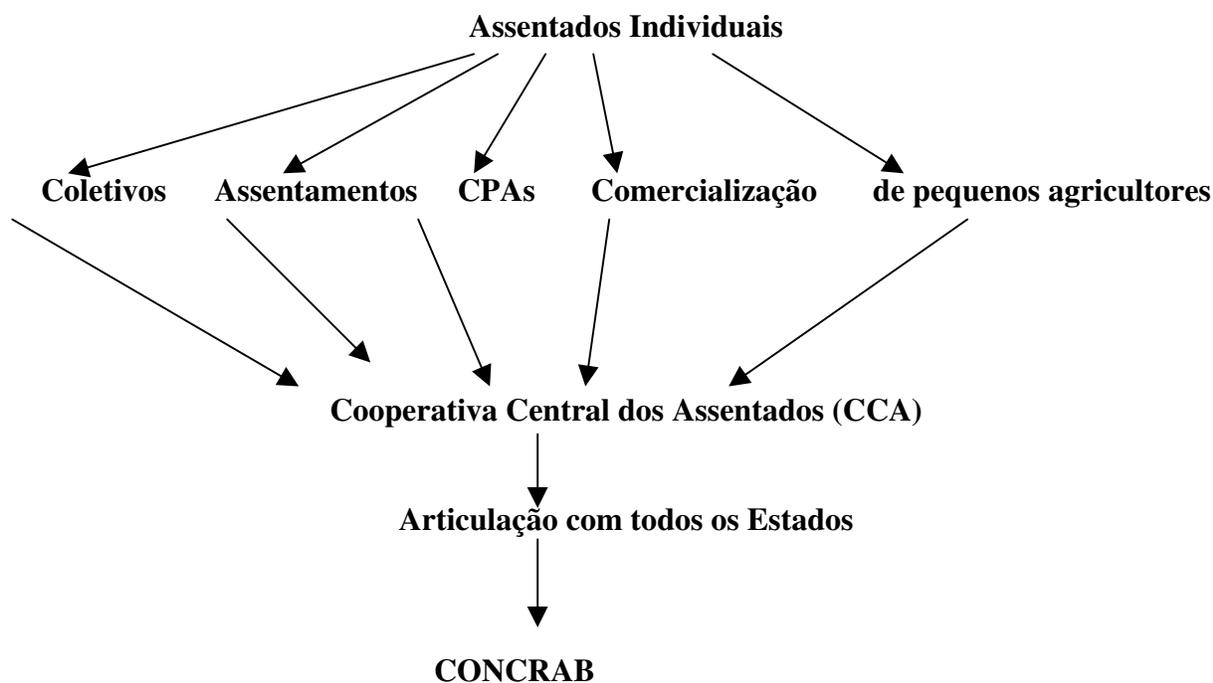
Vejamos o significado do modelo de cooperação proposto pelo MST, postulado no seu caderno de cooperação n.5 (1998:10 - 11):

- A) **Um cooperativismo alternativo:** precisamos construir um cooperativismo que seja alternativo ao modelo capitalista, visando demonstrar para a sociedade que é possível organizar a economia sobre outras bases e valores. Isto implica: na apropriação dos instrumentos de gestão pelos trabalhadores e da necessidade de ir construindo um mercado popular articulado entre o campo e a cidade.
- B) **Um cooperativismo diferente:** o desenvolvimento do associado e a cooperação entre os associados e entre as cooperativas em primeiro lugar. Desenvolver um processo de cooperação no campo, respeitando as várias formas de cooperação. E deve organizar os assentados e pequenos agricultores em núcleos de base ou núcleo de produção. Devendo estes núcleos estar vinculados organicamente ao MST, tendo os mesmos por finalidade: conscientizar e politizar os assentados; desenvolver atividades do Movimento; desenvolver a democracia de base no assentamento e na cooperativa a que estão vinculados e ter atividades econômicas próprias. Somos diferentes, também, porque optamos pela: direção coletiva ou coletivos de direção, deixando o aspecto legal em segundo plano. Busca-se a distribuição das sobras, de forma direta ou indireta, proporcional à participação de cada sócio nas atividades da cooperativa (que devem ser também políticas). Para nós, os núcleos de base, as cooperativas, se constituem em mais uma FERRAMENTA DE LUTA dos trabalhadores.
- C) **Um cooperativismo de oposição:** 1)Frente à política neoliberal: a reforma agrária que queremos não acontecerá sem mudanças profundas na sociedade atual, sob o domínio do neoliberalismo. É inconciliável o resgate da dignidade dos sem-terra e do povo trabalhador dentro da sociedade capitalista, pois ela sobrevive da exclusão do povo trabalhador, para concentrar o capital (terra e renda) nas mãos de alguns. O cooperativismo que nos propomos a construir deve organizar e conscientizar a sua base para contribuir na transformação da sociedade.2) Frente ao cooperativismo tradicional: o cooperativismo tradicional está vinculado, nos estados, às OCEs (Organização das Cooperativas nos Estados) e, no país, à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), que se propõe ser a única representante de todas as cooperativas. Somos oposição a este modelo... defendemos a autonomia de organização e representação. O desafio é construir o próprio modelo do MST: que abarque as diferenças regionais, que aponte um modelo tecnológico alternativo. Reconhecemos a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. (CONCRAB) como a representante de todos os segmentos de cooperativas e demais unidades de produção em áreas de Reforma Agrária.

Para dar sustentação a este projeto de cooperação proposto pelo MST, foi criado pelo Movimento o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) como um setor submetido às linhas políticas do MST, que deve contribuir na construção e implantação da estratégia geral do Movimento. Vejamos quais as atribuições do SCA de acordo com o caderno de cooperação (n. 5. 1998:9):

- Ser retaguarda do MST ao proporcionar militantes/dirigentes e criar condições materiais para a luta;
- Desenvolver a consciência política na base;
- Construir a organicidade do MST;
- Engajar-se na sociedade seja fazendo articulação política e/ou ajudando a organizar outros segmentos;
- Vivenciar novos valores.

Foi a partir de 1989 e 1990, que avançaram as discussões sobre a necessidade de ampliar as formas cooperativas nos assentamentos, criando assim o SCA, momento também em que as Cooperativas de Produção-CPAs, passaram a ser consideradas como formas superiores de cooperação. De acordo com o caderno de formação número 20 da CONCRAB, vejamos esquematicamente a estrutura do SCA, representada no organograma abaixo:



A Confederação das Cooperativas de reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) foi criada em 1992, com os seguintes objetivos:

Articular e coordenar políticas gerais e do planejamento de médio e longo prazo, do desenvolvimento agropecuário das cooperativas Estaduais e dos assentamentos; organizar uma escola técnica nacional para suprir as necessidades de quadros técnicos para as cooperativas na área administrativa, financeira e

agronômica; manter um departamento de estudos estratégico para projetos de maior escala; viabilizar atividades de exportação e importação; representar os interesses das cooperativas frente aos organismos públicos e internacionais; articular-se com outras confederações de cooperativas agrícolas e afins (Ibidem).

O SCA tem ainda por finalidade: estimular a Cooperação Agrícola dentro dos Assentamentos, em suas várias formas, integrando neste processo os assentados individuais. É também responsável pela organização de base dos assentados, pela organização da produção, da tecnologia, da transformação ou agroindústria, pela boa aplicação do crédito rural, pela comercialização e, também, pela mobilização social dos assentados frente à política agrícola do governo, à política econômica e pelas condições básicas dos assentamentos. As principais formas de cooperação agrícola nos assentamentos rurais organizados pelo MST são:

CARACTERÍSTICAS	GRUPO COLETIVO	ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA
QUEM PARTICIPA	Vizinhos, parentes ou amigos. Geralmente só homens.	Famílias. Homens e às vezes também mulheres	Famílias. Homens, mulheres e jovens acima de 16 anos
NÚMERO DE SOCIOS	Geralmente abaixo de 10 pessoas	Entre 20 e 400 conforme o tipo	Número mínimo exigido por lei:20
FORMA DE PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES	Combinação verbal entre todos os membros do grupo	Assembléia	Assembléias.Conselhos dos representantes dos setores
PARA QUE SE JUNTAM	Geralmente para: compra de implementos; vendas de produtos; construção de benfeitorias; ajuda mútua no trabalho	Geralmente para: prestação de serviços de comércio e transporte, etc.; encaminhamentos das reivindicações da comunidade	Para: organização coletiva da produção e comercialização; criação de agroindústrias.
USO DA TERRA	Geralmente individual	Individual e semicoletivo	Semicoletivo e coletivo
DIVISÃO DO	No máximo mutirões	Formas simples de	Especialização do

TRABALHO	de ajuda mútua	divisão social do trabalho	trabalho através dos setores de atividades
ESTATUTO E REGISTRO	Não tem estatuto; geralmente não tem regimento interno; quando existem registros, os principais são os contratos assinados por todos.	Precisa de estatuto; pode ter registro interno; não pode ter bloco de notas fiscais.	Tem estatuto regulamentado pela lei cooperativista; deve ter registro interno; pode ter bloco de produtor e notas fiscais; deve ter registro oficial da contabilidade.

Fonte: MST, Caderno de Formação, n.20, p. 32, 1993.

No entanto, de acordo com o caderno de cooperação agrícola n.8 (agosto de 1999:34), o sistema SCA, que desde 1992 constava como a expressão da organicidade possível do MST (mesmo considerando o papel relevante de outros setores), constituiu-se gradativamente num sistema técnico-burocrático ideologicamente centralizado, necessário em função da complexidade das lutas e da organização econômicas conjunturais em situações adversas, porém insuficiente para dar conta da organicidade política- ideológica desejável para um movimento social inserido na luta de classes e cujos objetivos, desde o Plano Nacional do MST de 1989-93, eram, entre outros, a construção de uma sociedade socialista.

Neste mesmo texto (caderno n.8: 27-39), em que Horácio M. de Carvalho faz uma análise das contradições internas no esforço de cooperação nos assentamentos de reforma agrária do MST (o faz através apenas da bibliografia produzida no período de 1989-1999, documentos esses elaborados pelo MST e a sua maioria sob a responsabilidade da CONCRAB). Ao analisar as contradições internas relativas ao paradigma da década de 90, o autor afirma que o paradigma que prevaleceu até 1989 baseou-se na constituição espontâneo-induzida de pequenos grupos de cooperação entre os assentados, sendo o ponto central desse paradigma, o pequeno grupo de cooperação, sem a mediação institucional formal homogênea, para a realização de atividades variadas, isoladas ou combinadas entre si.

A partir de 1989, segundo Carvalho, a idéia de coletivização da produção começou formalmente a perpassar o discurso hegemônico, resultando na idéia da Cooperativa de Produção Agropecuária – CPA como alternativa mais promissora para a socialização no campo e a construção do homem novo.

Uma idéia de cunho político-ideológico, que visava todas as dimensões da vida das pessoas, tornou-se, entretanto com o tempo restrito ao econômico.

O que se pode perceber através destes textos é que houve uma ideologização de que a cooperação suposta como coletivização, poderia efetivar-se formalmente como cooperativa, consolidando-se o viés institucional de identificar a cooperação com a cooperativa. Neste sentido:

A polissemia da palavra cooperação tornou monossímia ao referir-se apenas à cooperativa. Este processo não apenas semântico, mas, sobretudo, ideológico (enquanto concepção de mundo), limitou as possibilidades de percepção da diversidade das formas possíveis de cooperação e, em consequência, dos processos de formação política e ideológica e das possibilidades dos núcleos de base se tornar base da organicidade do MST (Carvalho, 1999: 31).

É significativo observar a análise que o referido autor faz sobre o aspecto de sublimação da formação político-ideológica que tem perpassado quase todos os documentos, demonstrando reflexos de uma clara consciência crítica sobre a precariedade desta formação tanto dos dirigentes quanto dos trabalhadores rurais. Mesmo que esta proposta de formação político-ideológica tenha sido ventilada em muitos textos, objetivamente, identificou-se neles, segundo Carvalho (1989), pouca medida efetiva para implantá-la em nível de assentamentos. Isto, em função da debilidade na organização dos núcleos de base, fez com que estes núcleos, enquanto instâncias políticas do MST converteram-se em núcleos preocupados com a produção.

1. - Os Princípios de Cooperação nos quais o MST Pauta-se

Consideramos que para se tratar dos princípios que orientam o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, é necessário antes de tudo buscar esclarecer o tipo de cooperação que o Movimento se propõe desenvolver, para isso, nada melhor do que reproduzir um quadro sinóptico onde de maneira didática está exposto o cooperativismo tradicional e as diferenças para com o cooperativismo alternativo defendido pelo Sistema Cooperativista dos Assentados-SCA:

	Cooperativismo Alternativo	Cooperativismo Tradicional
1. Caráter de sociedade	Político (visa a transformação da empresa econômica- busca melhorar as condições de vida dos associados)	Empresa econômica
2. Finalidade	Produção (organização da produção, da roça até a industrialização)	Comércio (circulação da mercadoria)
3. Organização do trabalho	Produção familiar Cooperativada (visa incentivar e desenvolver a cooperação)	Produção familiar individual ou empresa familiar
4. Base da cooperativa	Trabalha com todos associados e não associados	Trabalha com os interessados (os associados)
5. Valorização do associado	Visa ser MASSIVA. Trabalha para não perder os associados. Por isso busca formas de incluir.	Vale se der retorno econômico, por isto procura SELECIONAR os associados. É excludente.
6. Classe dos associados	Uniclassista (só pequenos). Algumas colocam estatutariamente limite de área de terra para se associar.	Pluriclassista (grandes e pequenos na mesma cooperativa). Na prática beneficia mais os grandes.
7. Distribuição das sobras	Deve ser distribuído para o associado em dinheiro (retorno direto) ou em serviços por eles decididos (retorno indireto)	Normalmente não distribui. É reinvestido na cooperativa. Algumas chegam a não corrigir o capital dos sócios para aumentar o capital da cooperativa
8. Direção	Coletiva com responsabilidade pessoal. A direção legal fica em segundo plano	Legal (presidencial)
9. Poder dos associados para	Através dos NÚCLEOS	Através da escolha da direção

defender seus interesses	(discutem antes)	
10. Organização cooperativista	Construir um espaço alternativo	Filiação a OCB e as OCEs
11. Método	Dar condições para os associados descobrir, perceber.	Apresentar propostas prontas ou induzir para que os associados assumam os planos da direção.
12. Núcleos	Ferramenta para construir a organicidade. Funciona de baixo para cima.	Instrumento da direção. Procuram cooptar o líder para ele passar os interesses da direção. Funciona de cima para baixo.
13. Acesso à informação	Alto	Baixo
14. Participação dos associados	Alto	Baixa
15. Planejamento	De baixo para cima	De cima para baixo
16. Formação	Política ideológica e técnica	Técnica
17. Associado	A mulher, o homem (casal) e os outros filhos maiores que trabalham em casa.	Um por família (empresa), isto é, o chefe (normalmente o homem).
18. Desenvolvimento	Conforme um projeto de desenvolvimento regional	Conforme a cabeça dos dirigentes
19. Participação na luta	Política (solidariedade) e econômica	Econômica
20. Projetos ou planos	Os associados participam da elaboração	Através de “pacotes”. Já vem pronto e são apresentados para serem aprovados.
21. Rotação de dirigentes	Deve investir na formação de novos dirigentes	Baixa
22. Preocupação com a viabilidade	Do conjunto dos associados	Da cooperativa (cada vez mais se torna uma empresa de capital)

Fonte: Caderno de Cooperação Agrícola n. 05, CONCRAB, 1998:57-8.

Através deste quadro, podemos perceber algumas diferenças tanto na forma quanto no conteúdo do modelo de cooperação a que se propõe o MST. Porém, na prática, de acordo com o próprio caderno de formação (n. 05 e n. 21) que orienta os trabalhadores do Movimento, vemos claramente que para eles “o que mais importa é o ato de cooperar, desde as formas mais simples até as mais complexas”. Vejamos as formas diversas de cooperação incentivadas no interior dos Assentamentos: grupos de famílias; associação ou grupo de máquinas; grupo de produção semicoletivizada; grupo de produção coletivizada; cooperativa de comercialização; condomínios e cooperativas de crédito rural; e, cooperativa de produção agropecuária. Sendo que, para este estudo, nos limitaremos a compreender a Cooperativa de Produção Agropecuária Canudos- Coopac – MT.

Conforme o caderno de cooperação (n.5; 1998:47), os princípios básicos e organizativos do MST estão assim expressos:

- 1- A necessidade comanda a vontade: a razão central para organizar e manter a cooperação, mais do que a voluntariedade dos assentados é a necessidade de cooperar para melhor sobreviver.
- 2- Gestão democrática: (...) Tudo o que envolve a vida da cooperativa, deve estar vinculado à vida do sócio e à democracia interna. Se tudo ficar sobre a responsabilidade da diretoria, a cooperativa terá limites de crescimento e o descontentamento estará sempre presente. É preciso distribuir as responsabilidades para que haja participação integral de todos os sócios (...) Por outro lado, a democracia significa também participação econômica tanto no pagamento das quotas partes como na distribuição das sobras. Significa responsabilidade pessoal e disciplina, respeito às decisões do coletivo, prestação de contas com comprovantes e com transparência aos sócios. Punição aos que erram e prejudicam o andamento do conjunto da empresa.
- 3- Neutralidade religiosa, racial e partidária: (...) Não devemos confundir neutralidade partidária com neutralidade política. Na política jamais devemos ter neutralidade (...) Embora todos tenham o direito a escolher o seu partido político, a sua religião e ter opções culturais diferentes, deve-se evitar que a ignorância prejudique tanto a vida individual quanto a coletiva. Neste sentido a formação política-ideológica tem um papel de destaque (...) Importante é entender que a sociedade se divide em classes sociais onde uma domina a outra. O partido, a cultura, a raça, o sexo (...) são elementos que compõe a vida das pessoas e é preciso saber tolerar, aperfeiçoar e dar continuidade ao que está correto e eliminar de forma radical tudo o que está errado e atrapalha a vida da organização.
- 4- Cumprir um papel formativo: (...) a cooperação deve ser vista como forma de organizar os assentados para a luta (...) segundo Lênin, “a cooperação pode tornar-se um fator político importante, contribuindo para a unificação dos camponeses na sua luta pela reforma agrária radical, pela completa transformação do regime existente. Inculcando nos camponeses o hábito de direção coletiva na economia” (...) As cooperativas, como os

sindicatos no capitalismo, são instrumentos de luta dos direitos econômicos, sociais e políticos dos trabalhadores (...) Portanto, a luta é de resistência à exploração do capital e das políticas governamentais sobre os trabalhadores (...) fazer com que os trabalhadores elevem seu nível de consciência a partir do desenvolvimento de experiências coletivas.

Devido à amplitude do Movimento Social - MST, e com isso a complexidade de sua organização interna, tornam-se um imperativo a responsabilidade e o compromisso tanto de dirigentes quanto dos seus militantes, para que suas ações obtenham êxito. Assim, o que para muitos pode parecer uma disciplina muito rigorosa, para os envolvidos comumente argumenta-se ser esta compreendida como cumprimento de decisões coletivas, o que, portanto difere de uma disciplina imposta hierarquicamente. Vejamos os princípios da organização interna do MST:

Direção coletiva: todas as decisões, salvo, casos raros, deverão ser tomadas coletivamente, com igual direito e poder. Tudo será decidido pela maioria. **Divisão de tarefas e funções:** todos devem assumir a sua parte na aplicação das tarefas definidas, respeitando as qualidades e aptidões pessoais, valorizando a participação de todos e evitando a centralização e o paternalismo. A decisão é coletiva, mas a responsabilidade é individual. **Profissionalismo:** todos devem ser militantes da organização (ter amor e dedicação à causa) e, ao mesmo tempo, ser um especialista (um técnico). **Polivalência:** ninguém pode perder a noção de conjunto, isto é, deve saber como funciona cada uma das partes do todo, cada uma das partes da organização. **Disciplina:** respeito às decisões do coletivo, cumprimento dos horários, mas, sobretudo o cumprimento de tarefas e deliberações políticas. **Planejamento:** tudo deve ser planejado, preparado e programado. **Vinculação com as massas:** a garantia do avanço da luta e da aplicação de uma linha política correta é a vinculação permanente com a base. Dela deve-se aprender as aspirações, anseios, necessidades e a partir da experiência corrigir as propostas de encaminhamento. **Crítica e autocrítica:** avaliação crítica dos atos (revisão de prática e de vida) e, sobretudo, ter a humildade de realizar a autocrítica, procurando corrigir os próprios erros e encaminhar soluções para os desvios. **Centralismo democrático:** máxima democracia no processo de discussão e na tomada de decisões, bem como nas avaliações, mas, depois de tomada às decisões todos devem se subordinar a ela. **Formação:** a formação política deve estar vinculada com a prática atual e com a prática da classe trabalhadora ao longo da história. Estimular e dedicar-se ao estudo de todos os aspectos que dizem respeito às atividades, especialmente na apropriação do conhecimento científico (Caderno n. 5, 1998:47-8).

Estes são, portanto, princípios propostos ao conjunto dos trabalhadores ligados ao MST e que se propõem como forma de organizar a vida e a produção sob a égide da cooperação. Vejamos a seguir para onde estes princípios estão indicando, para que perspectiva de sociedade e de pessoas se propõe construir este ideário do Movimento.

2 - O Ideário Político de Sociedade e de Ser Humano que o MST se Propõe Desenvolver Através da Cooperação

“Perguntei um dia a uma jovem investigadora que realizava estudos sobre os operários na Iugoslávia e solicitava a minha opinião: o que lhe interessa? A consciência real dos operários na Iugoslávia ou a sua consciência possível? Respondeu-me: a consciência real é claro. Repliquei-lhe, evidentemente, que ao estudar apenas o real se manteria a um nível superficial” (Lucien Goldmann, 1984:144. In. Penna, 1985:44).

“Efetivamente pode-se deduzir de tudo o que acabo de dizer que, na História e até hoje, o homem se define, antes do mais, por duas dimensões: o real e o possível. O homem é o que é, mas é também o ser que faz a história, que tende a realizar os seus projetos, que se empenha no possível e supera aquilo que é hoje” (Idem).

A epígrafe indica que o ser humano é composto pelas dimensões do real e do possível, ou seja, o homem é, mas também historicamente se constitui como um vir a ser através de seu projeto de vida. Nesse sentido, no MST este pressuposto está presente no ideário de valores que sustentarão este projeto de homem e de sociedade a que se busca realizar, numa constante tensão entre o real e o possível. Neste sentido, partiremos de uma Cartilha (n.9; 2000: 03) “Valores de uma prática militante”, que já na sua apresentação nos diz o seguinte:

(...) estamos convencidos de que a construção de uma nova sociedade, sem exploradores nem explorados, está diretamente relacionada com os valores que desde logo vamos praticando, projetando e dando exemplo. Mudar a sociedade não é apenas mudar os proprietários dos meios de produção, mudar o regime político, transformar as classes sociais. Mas é sobretudo a transformação do homem e da mulher novos, baseada em novas relações pessoais e sociais, que transformem a natureza e os objetivos de nossa própria existência.

Evidencia-se neste escrito, o horizonte para o qual aponta o ideário do Movimento, de um ator que não está lutando apenas para que pessoas excluídas e expropriadas tenham acesso à terra. Mas fundamentalmente que, através desta luta e conquista da terra, buscam produzir mudanças nas relações sociais e de produção. Assim, o MST criou um setor chamado Sistema Cooperativista dos Assentados - SCA, que visa contribuir na construção e implementação da estratégia geral do Movimento. A sua proposta de um novo cooperativismo (Alternativo; Diferente; de Oposição), já está exposta na primeira parte deste capítulo.

Dito isto, adentramos na cosmovisão referente a este “novo” que se pretende desenvolver após a conquista da terra, através da cooperação. De acordo com o caderno de cooperação agrícola (n. 05; 1998: 17-8), diz-se ser necessário alimentar a esperança de que a transformação é possível, mostrando para a sociedade que existe outro caminho diferente do caminho definido pelo capitalismo. Mostrar que se quer uma vida digna para todos os trabalhadores, para toda a sociedade. E neste sentido diz o documento (idem) que os assentamentos devem ser este exemplo de que é possível organizar a sociedade de outra forma, onde os trabalhadores sejam donos de seu próprio destino. Mostrando capacidade em organizar o mundo econômico, mas também mostrando novas relações sociais, como companheirismo, solidariedade, espírito de sacrifício. Vivenciar, assim, os novos valores que defendem para o conjunto da sociedade, repensando as relações de gênero (homem e mulher), as relações pedagógicas (pais e filhos) e as relações políticas ou de classe (companheiros). Para tal:

Precisamos criar ou recriar a estrutura social. É através dela que as pessoas participam da sociedade, exercendo a sua cidadania e desenvolvendo a sua consciência social. Mas é também dentro da estrutura social que ocorre a disputa entre os projetos políticos, isto é, onde ocorre a disputa ideológica. Para isto precisamos liberar pessoas para ajudar o movimento popular urbano e rural (sindicatos, associações de moradores, comunidade, etc.) e buscar desenvolver a consciência política através das lutas políticas de solidariedade de classe e da compreensão do seu significado (Caderno de Cooperação Agrícola n. 5, 1998).

Vemos claramente, neste texto, a noção da necessidade de organicidade das ações, da integração com outras frentes de lutas sociais, de uma perspectiva de conjunto, onde a sociedade é considerada na sua pluralidade. Nesta mesma direção está apontada a necessidade de desenvolver uma nova concepção de mercado através da produção, criando uma nova concepção ou ideologia de mercado, que vise:

Servir à sociedade e não só explora-la (...) Influenciar, controlar o espaço geográfico (priorizar a população a nossa volta), em nível de município, para fazer frente à globalização (...) Criar um mercado alternativo (popular e solidário, com produtos vinculados à necessidade do povo) ao mercado capitalista que cria falsas necessidades (ideologia do consumismo) e que beneficia apenas 1/3 da população (Caderno de Cooperação n.5, 1998: 18).

Faz-se presente a preocupação com territorialidade, onde está inserida a célula do Movimento, através da menção à localidade, porém sem perder a perspectiva da globalidade, mesmo que para firmar posição de resistência. Sob este olhar, afirmam a necessidade de desenvolver uma consciência de nação e de pátria a partir dos interesses da classe trabalhadora. E concluem que o Brasil tem que ser do povo brasileiro, para só assim ser possível fazer frente à globalização. Diante disso, percebemos a amplitude da consciência política que é proposta aos membros da cooperação, uma consciência de classe e engajada, portanto, em um projeto de nação claramente definido em favor de quem e contra quem. E afirmam este aspecto dizendo que precisam: “provocar a elaboração de um Projeto Nacional que responda aos anseios da classe trabalhadora. Um Projeto, que neste momento histórico, permita mobilizar a sociedade contra o neoliberalismo, resgatando os interesses do povo brasileiro”. (Caderno de Cooperação n.5, 1998).

Neste aspecto, os objetivos sócio-políticos definidos para os cooperados (as) são:

Ser uma forma de resistência ao capitalismo (...) vincular-se a um projeto estratégico de mudança da sociedade (...) transformar a luta econômica em luta política e ideológica (...) provar que a reforma agrária é viável (...) servir de exemplo, de propaganda e de alianças na sociedade para que se unam na luta pela reforma agrária; aumentar o poder de barganha e pressão dos assentados diante do governo (...) criar melhores condições de vida para as famílias assentadas (...) formar e capacitar quadros políticos (...) contribuir para a construção do Homem Novo e da Mulher Nova (Caderno n. 5; 1998: 12-3).

Os objetivos orgânicos propostos pelo Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) são os seguintes:

Garantir a organização do povo assentado: massificando e politizando; consolidar a organização de base do MST; conseguir liberar pessoas para participar dos Movimentos e Organizações populares; cultivar a

política e implementar a estratégia do MST; ser a retaguarda econômica do MST; desenvolver a consciência social e política da nossa base social, estabelecendo uma nova visão de sociedade e engajar-se nela; transformar a ideologia do camponês: substituir o “meu” pelo “nosso” e mudar o jeito artesão de trabalhar e enxergar o mundo; criar condições materiais para a luta social e política, dispondo de infra-estrutura e recursos econômicos (Caderno de Cooperação n.5, 1998).

Os objetivos econômicos:

Ajudar a resolver os problemas econômicos de todas as famílias assentadas; desenvolver a Cooperação Agrícola como uma empresa econômica que produza “sobras”, ou seja, resultados financeiros para as famílias; (...) aumento da produtividade do trabalho, utilização melhor da área e dos recursos naturais disponíveis, diminuição da exploração dos trabalhadores; modernizar a produção no campo (...) desenvolver a agroindústria; propor um tipo de organização da produção agropecuária que sirva de alternativa para o conjunto dos trabalhadores do campo (Idem).

Desprende-se desses objetivos, que o MST, ao adotar a cooperação como estratégia para aprimorar a produção e o desenvolvimento social dos trabalhadores, ao enfatizar uma dimensão orgânica, através da formação de quadros para a atuação nas frentes de massa, guarda coerência com seus propósitos sócio-políticos que busca viabilizar a Reforma Agrária construindo uma teia de relações e alianças, modernizando assim as relações sociais e produtivas, enfatizando o caráter de empresas economicamente viável as cooperativas para fazer frente à exploração dos grandes proprietários e empresas rurais.

Está evidenciada através desta proposta de organização cooperativa, que, muito além dos objetivos econômicos, são enfatizados os objetivos sociais e políticos de longo prazo, objetivando a conscientização dos assentados para que superem as formas artesanais de trabalho, implicando, portanto, na mudança de práticas e hábitos característicos de seu cotidiano, na transformação ideológica de “meu” pelo “nosso”. Encontramos esta perspectiva no texto de Ademar Bogo (1999:102-5), um dos teóricos militante do MST, utilizando-se do pensamento de Marx e Engels (Ideologia Alemã), onde dizem não ser a consciência dos homens que determina seu ser, mas o seu ser social que determina a consciência. Assim sendo, diz ele, a preocupação deverá ser a de organizar corretamente os “seres assentados” para que venham a ter uma maior consciência social. Para que isso aconteça, é necessário:

Organizar a sociedade onde os assentados moram, para que se criem relações de convivência e de trabalho. Isto porque “as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias”. Deste modo, é importante orientar as formas de produção e reprodução da vida humana e comunitária, se queremos superar aspectos degeneradores da sociedade capitalista, que são as circunstâncias que herdamos feitas pelos interesses econômicos, políticos e ideológicos da classe dominante, já há quase cinco séculos em nosso país. (...) é fundamental estabelecer uma política de desenvolvimento econômico, social e humano, preservar o meio ambiente, recuperar as nascentes dos rios, reflorestar as áreas devastadas, evitar as queimadas, recolher o lixo, evitar o uso de venenos e adubos químicos, produzir frutas e flores de todas as espécies e preservar as aves e os animais silvestres (Bogo, 1999: 103-4).

Enfim, demonstra-se querer com isso a transformação do sujeito, o seu meio e concomitante a própria sociedade. De acordo com o documento “Normas gerais do MST” (1989), está claramente exposto o objetivo maior do Movimento: “a construção de uma nova sociedade e um novo sistema econômico”. Esta novidade acalentada, segundo todas as referências, é por uma sociedade socialista. E o caminho pedagógico mais referendado para se atingir tal meta é através do cooperativismo, atuando este como um meio, pelo qual, haja uma mudança de mentalidade do individual para o coletivo, eliminação de relações de dominação, autoritarismo, dando lugar para relações democráticas, solidárias...

Compreendemos que o estudo de Caso da Coopac, nos propiciará auscultar e desenvolver um conhecimento relacional entre a teoria proposta, os princípios (a consciência desejada), e os encontros e desencontros da ação/prática (a práxis da consciência política).

CAPÍTULO- II

HISTÓRIA DA COOPAC

Neste capítulo apresentamos a história da constituição da Cooperativa de Produção Agropecuária Canudos – COOPAC, do Assentamento 14 de Agosto, localizada no município de Campo Verde – MT, desde a origem do assentamento 14 de Agosto; período e história de lutas no Estado; a concepção, criação e os membros constituintes; os membros que se afastaram e os que foram incluídos na Coopac; a estrutura, a forma de construção e a organização das moradias; organização da Coopac: os setores burocráticos e os setores de produção; os projetos desenvolvidos, sua trajetória, o contexto atual e suas perspectivas; os convênios, as trocas com outras cooperativas e outras entidades; a relação das mulheres, jovens e crianças no processo produtivo; a relação com o mercado, compra e venda; a partilha das sobras; a educação formal e a educação política na Coopac; agentes externos presentes na vida da Coopac; cooperados (as) avaliando sua condição e relação com os demais assentados e a Coopac em perspectivas.

A metodologia utilizada para a elaboração deste capítulo, baseou-se na coleta de dados documentais tais como: atas, regimento interno da cooperativa, e fotografias (arquivos pessoais de membros da Coopac e da própria cooperativa). Além desses materiais realizamos algumas entrevistas gravadas com membros da Coopac, e ex-integrantes, além de observações e anotações feitas em diário de campo.

1 - A Origem do Assentamento 14 de Agosto: Período e História de Lutas no Estado de Mato Grosso

Tratar da origem do assentamento 14 de Agosto significa necessariamente abordar o tema do surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST em Mato Grosso. Isto porque, de fato, ambos os eventos estão imbricados, pois de acordo com a história registrada nos documentos, fotos e na memória auscultada dos agentes dessa trajetória, o primeiro é fruto do segundo. Isto porque o assentamento é oriundo da primeira ocupação organizada pelo MST, quando o movimento chega a Mato Grosso no ano de 1995 na região de Rondonópolis. Esse é de fato o marco, a porta de entrada desse Movimento Social que já tinha uma organização Nacional com 11 anos de existência.

O MST tem sua primeira reunião de articulação e estruturação em Rondonópolis. Com a organização da primeira ocupação é dado assim, o grito de alerta ao latifúndio improdutivo no Estado do Mato Grosso. Vejamos a esse respeito o que nos diz o Sr. Marcelo:

Eu conheci o Movimento através da primeira vez que eu fui convidado, diz que ia ter uma reunião lá em Rondonópolis, diz que ia ter uma reunião do movimento lá, negócio dos sem terra não sei o que lá, aí convidaram eu, daí eu participei da primeira reunião que teve do Movimento aqui em Mato Grosso, me convidaram, estava três pessoas, não sei se pode identificar o nome [Faço gesto que sim]. Nessa época estava o Vanderly, estava o Zezão, o Valdir Correa. Então essas pessoas lá, fizeram essa reunião lá, então eu participei, ainda citei a fazenda que depois nós fomos despejados de lá. Aí eu pedi se podia citar o nome da fazenda? Aí disse não pode citar o nome tranqüilo. Aí eu citei o nome da fazenda Paulista, tal, a isso aí, esse encontro lá foi pra começar um trabalho.

Percebe-se, portanto aí, a expressão do nascimento do Movimento no MT, e da presença já anunciada de certo conhecimento da realidade por parte dos primeiros integrantes, haja visto que o Sr. Marcelo manifesta-se indicando uma área que seria, segundo ele, passível de ser ocupada. Esta primeira reunião na verdade será a primeira de uma série organizada pelas lideranças do Movimento como parte de suas articulações, que culminarão na primeira ocupação. Isto é o que nos mostra o depoimento seguinte:

Aconteceu, através dessa primeira reunião em Rondonópolis, (...) começaram a fazer os trabalhos, vieram parar em Pedra Preta. Aí foi onde nós acolhemos esse Kauan, que veio de Rondônia, fazer um trabalho de base dentro da cidade. Aí nós acolhemos ele lá e foi fazendo o trabalho de base lá dentro até chegar o momento de fazer a ocupação na fazenda Aliança na Pedra Preta. Foi na fazenda Aliança onde começou, no dia 14 de agosto de 1995, a primeira ocupação no Estado de MT. O movimento começou a história dele, hoje, esse ano está completando 9 anos de história no MT (Sr. Marcelo).

Podemos identificar através desta narrativa o registro do primeiro germe das reuniões, da organização que marca tanto a presença do Movimento no Estado de Mato Grosso, quanto da história que dará origem ao futuro assentamento, que herdará o nome deste dia que com certeza foi, é, e continuará sendo muito significativo tanto para os que dele participaram quanto para os que nele se miram ao longo da história, o 14 de Agosto.

No entanto, para que se chegasse ao atual Assentamento, a trajetória foi dura, e muito longa, passando por etapas tais como: as primeiras reuniões; a primeira ocupação da Fazenda Aliança em Pedra Preta – MT; o despejo; os novos acampamentos; a caminhada de Rondonópolis até a Capital Cuiabá (230 km); o acampamento diante do Palácio do Governo Estadual; do Incra; as mesas de negociações; as escolhas das áreas a serem destinadas aos assentamentos. Depois novas etapas surgiram: o novo acampamento já na terra a ser partilhada, o plantio inicial, a divisão dos lotes, a liberação de recursos para a construção das moradias e para o plantio, a organização e produção em coletivo, à criação da cooperativa - Coopac.

Na tarefa de reconstruir a história da Coopac é fundamental resgatar as vozes e imagens dos atores que desde a primeira hora estiveram com seu corpos e mentes amalgamando essa trajetória que registra, neste ano de 2005, 10 anos de existência. Neste sentido, Marcelo e Maribel, militantes desde o princípio, nos falam como se deram os preparativos da primeira ocupação, através dos trabalhos de base, das reuniões dos grupos nas comunidades, onde explicavam aos interessados quais eram os objetivos e a forma de atingi-los: “nós precisamos de um pedaço de terra pra trabalhar, e a única saída que nós temos é partir pra cima”.

Destas reuniões ela relata que surgiam preocupações com o tempo que seria necessário para se chegar a atingir tais metas, ao que ela lembra a resposta dada por um dos líderes que coordenava a reunião: “(...) nós não temos um prazo definido da conquista da terra, nós vamos lutar por ela, então nós podemos conseguir com seis meses, dois anos, vai depender da nossa organização e da nossa luta, nós que vamos ter que lutar por isso”.

Neste discurso, percebe-se impostação clara da necessária consciência dos partícipes de que a luta, a história estaria nas suas próprias mãos. Ainda que possivelmente não tivessem noção exata naquele momento dos desafios que isso implicaria, das adversidades, dos confrontos e dos riscos da própria vida na trajetória dos que se proporiam a tal empreitada.

É mister observar o seguimento, e internalização de novas regras, normas por parte dos recém recrutados ao Movimento, que ao decidir que fariam a ocupação, organizam-se com víveres para um mínimo de 15 dias de acordo com Maribel. E, como não sabiam onde e quando se daria a ocupação havia a necessidade de estar preparados. Neste misto de ansiedade e expectativa é importante perceber como lidam com o cotidiano que lhes exige, sobretudo, extremada disciplina:

(...) Então você ficava naquela perspectiva assim, que ia acontecer, por que era uma coisa que não pode comentar. Por que é uma coisa silenciosa, por que você está lidando com pessoas... , ali tem pessoas de tudo quanto é jeito. Tem pessoas que tem segredo, tem pessoas que não tem. E quando você vai ocupar o que não é seu, tem que ter um determinado segredo na coisa né, você não podia contar pra onde você estava indo e nem que dia ia ser.(...) então qual é a combinação. Nós vamos levar alimentação pra 15 dias, então vamos organizar pra isso. Aí a gente saiu, falando pro pessoal, o você compra alimentação pra 15 dias, a lona a foice, o facão, as panelas pra fazer comida, vamos levar umas coisinhas pra nós ficar lá, porque nós não sabemos pra onde nós vamos (Maribel).

Nesta fala, o segredo, fazia parte da estratégia da organização e como tal revela tanto a prática da luta, mas também a noção das idiossincrasias do trabalho com o coletivo. A partir desta etapa, marcou-se a data da ocupação, porém ainda:

(...) não sabemos a hora de ir. Então aí quando foi dia 14 de Agosto de 1995, quatro horas da manhã, nós pegamos subimos nos caminhão, e saímos pro meio de uma estrada afora né, ninguém sabia pra onde que era.(...) só tinha uma coordenação que sabia onde que era, que até inclusive já tinha ido à frente, já tinha olhado a localidade de água, tinha visto o caminho que nós íamos passar. Então essa pessoa sabia, mas nós o restante do grupo não sabia. O povão que tava indo não sabia. Então aí quando o dia tava clareando nós entramos dentro da fazenda Aliança, o dia estava já em cena, nós estávamos em 1100 famílias, nós ocupamos a fazenda com 1100 famílias. Então aí amanheceu o dia, nós fomos fazendo o barraco. Cortamos a cerca da fazenda pulamos pra dentro, e fizemos os barracos (Maribel).

Simbólica e concretamente, com o rompimento das cercas, consolida-se a instalação da nova fase da ação do MST em terras mato-grossenses. Em seguida, Maribel nos narra a chegada do dono da área ao local da ocupação mais ou menos pelas 8 a 9 horas da manhã, o fazendeiro que chega, como não seria diferente, muito assustado com a presença daquela gente toda, ao que segundo ela o companheiro Valdir Correa conversou com o mesmo dizendo-lhe:

Olha nós não viemos aqui pra fazer baderna, brincar com ninguém, matar ninguém, nós vamos lutar por terra, mas nós não sabemos se é aqui ou a onde que vai ser. Nós viemos com essa determinação. Então você pode tirar o gado de vocês'. O pasto tava cheinho de gado, tinha uma parte que era pasto, outra parte era virada uma mata, onde nós tava mesmo era assim, tipo de uma mata, não era uma mata grossa, era tipo uma paiada, é um paiadão (Maribel).

Foto da Primeira Ocupação do MST em MT- Fazenda Aliança- no Município de Pedra Preta em 14 De Agosto de 1995



(foto arquivo pessoal da cooperada Maribel)

Após este primeiro diálogo com o dono do latifúndio o grupo acampado vai permanecer neste local, de acordo com Maribel, por 22 dias. Tempo este que durou a tramitação do pedido de reintegração de posse por parte do proprietário e a busca de negociação tanto com a Juíza que determinou a reintegração de posse, quanto com o Governador:

Nós fomos à juíza, conversamos com ela. Colocamos pra ela a situação que nós não saía por que nós não tínhamos pra onde ir e que a determinação era conquistar a terra, então nós só íamos sair com uma definição pra onde que nós iria ser assentado. Então ela nos disse, eu vou cumprir com a lei. A lei que tiver a mim eu vou cumprir. Então a partir dali nós saímos numa comissão, fomos até o Dante de Oliveira que na época era o governador do Estado. Sentamos com ele e falamos pra ele, nós estamos lá com 1100 famílias na fazenda Aliança, e a juíza quer despejar nós, e não manda a polícia ir por que se a polícia for vai morre gente, por que a nossa determinação é conquistar a terra.e pra casa nós não voltamos. (...) Aí naquele momento ele pegou o telefone e ligou pra juíza de Pedra Preta e falou pra ela, doutora não manda a polícia, não libera a polícia pra despejar os trabalhadores que eu não quero ver massacre que nem eu vi em Rondônia, então naquele momento estava os meios de comunicação todos divulgando a morte daqueles trabalhadores, então ele pediu que no Estado ele não aceitava, então ele pediu pra ela que desse um tempo que ele como governo ia negociar uma área pros trabalhadores ir porque ele não queria ver barbaridade no Estado ele enquanto ele como governo (Maribel).

Neste momento, percebe-se a posição legalista da juíza, ao assumir a postura de simplesmente cumprir a lei, não se importando com as conseqüências que dela pudessem advir. A clareza de propósito expressa pelos ocupantes na afirmação diante do Governo para que não enviasse a polícia porque certamente haveria confronto, mas de modo especial a disposição para a luta, uma vez que para casa não voltariam.

Liderança do MST na Mesa de Negociação com o então Governador Dante Martins de Oliveira,
Posicionado ao Fundo. Em 10/02/1996.



(Foto: Arquivo, Coordenação Estadual do MST - MT)

Neste episódio, a posição do Governador demonstrou sua postura política de negociador, preocupado também, é claro, com o desfecho que poderia ser seguido, de acordo com outros exemplos de despejo como o acima citado. Com isso, porém, vai dar ganho político ao Movimento, que conquista legitimidade ao ser, de certa forma, defendido pela autoridade maior do Estado, intervindo junto à juíza. Desta mesa de negociações, ainda segundo Maribel, saíram com a decisão de transferência das famílias acampadas pra uma área experimental da EMPAER (Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural) em Rondonópolis, onde permaneceriam por um período de seis meses enquanto o Governo negociaria uma área para o assentamento definitivo. No entanto:

(...) ficamos 8 meses. Nesses 8 meses não aparecia ninguém lá. Daí nós fizemos uma ocupação da BR, jogamos pneu velho, pau, e ocupamos a estrada, (...) mas o objetivo era pressionar o superintendente do Incra que na época que ele viesse dar uma resposta pra nós (...) já estava com 8 meses e nós não víamos ninguém, então a partir dali nós falamos, (...) ou alguém vem aqui dar uma resposta pra nós ou então nós ficamos na estrada. Nós fizemos a ocupação, era umas duas horas da tarde e ficamos até umas 6h da tarde na BR. Daí o superintendente do INCRA veio (...) foi chamado ele pra dentro do acampamento pra negociar, por que nós não tínhamos água, nós estávamos tomando uma lama lá na represa, ali onde tinha que banhar tinha que comer tinha que fazer tudo ali, por que o consumo ali era pra tudo, e nós não tínhamos mais o que comer porque nós tínhamos levado comida pra 15 dias e já estava com 8 meses.

Nesta atitude de ocupar a estrada para manifestarem, os acampados vão demonstrando o descontentamento para toda sociedade, e ao mesmo tempo transparece o aprendizado através da práxis política de não passividade, e de outras formas de luta, de pressão às autoridades de plantão. Segundo Maribel, desta negociação com o Superintendente do Incra foi conquistada uma caixa de água para o acampamento, alimentação, combustível para os automóveis para prestar socorro às pessoas que ficavam doentes no acampamento, na busca de alimentos e outras atividades necessárias ao Movimento.

Porém, o tempo foi passando, e os acordos frutos das negociações com o Governo não prosperavam, e a paciência foi esgotando-se em face das péssimas condições em que se encontravam, levando-os a questionarem-se: “até quando vamos ficar no meio desse areião?(...) seguidão que tava pegando fogo” (Maribel). Então tomaram uma decisão através de uma assembléia e decidiram fazer uma caminhada a pé de Rondonópolis à Cuiabá percorrendo uma distância de 230 Km durante 17 dias, para pressionar o governo e o Incra, compreendendo que: “se é lá que está o problema, então é lá que nós vamos”(Idem).

A Foto Abaixo Ilustra a Saída da Caminhada do Acampamento na EMPAER de Rondonópolis Rumo à Capital Cuiabá - em 17/07/1996



(Foto: Arquivo, Coordenação Estadual MST - MT).

Vê-se que neste trajeto rumo a conquista da terra, mais uma ferramenta de luta descortina-se na vida destes trabalhadores, a Caminhada. Demonstrada mais uma vez a consciência de compreensão da localização dos responsáveis (o Governo/Incrá), no dizer da militante que 'se é lá que está o problema, então é lá que nós vamos'.

A Caminhada de 230 Km, já no Escaldante Asfalto com as Bandeiras e Faixas Anunciando e Denunciando por onde Passam.



(Foto: Arquivo: Coordenação Estadual MST - MT).

No percurso dessa caminhada, as vivências e aprendizagens foram muito significativas de acordo com a fala de quem palmilhou o escaldante asfalto. Durante o trajeto, segundo Maribel, recebiam atitudes de apoio e também críticas por parte de pessoas que reconheciam as reivindicações, e outras que não compartilhavam, sentindo-se incomodados acusando-os de baderneiros. As dificuldades na estrada foram muitas:

Não tinha água, chegava nos lugares pedia água, tinha fazendeiro que não deixava pegar água dentro da fazenda, tinha que arrumar lugar para pousar, tinha lugar que não recebia pouso, os fazendeiros não aceitavam. Dificuldade também de petróleo, faltava para o transporte, que transportava tanto a comida, como algumas pessoas que não agüentava fazer a caminhada de a pé, por que tinha muitas pessoas idosas, tinha o caso de meu pai que estava com 75 anos [na verdade estava com 70 anos]. Então tinha vários casos de idosos que não agüentavam e então parte da estrada eles andavam nos carros. Tinha também muitas crianças (Maribel).

Segundo Marcelo, havia casos em que chegavam e eram recebidos por algum funcionário que trabalhava em fazenda as margens da BR, e que acredita ele não sabia do que se tratava e os aceitava, acolhendo-os para repousar, no entanto: “teve lugar em que nós chegamos, no outro dia em que saímos, o cara recebeu a conta, foi mandado embora só por que nos recebeu. Foi, aconteceu essa história”. Através da prática diária vai se configurando os que se postam como inimigos do Movimento.

A Tragédia na Caminhada: a Cruz a Beira do Caminho que Marca o Local em que Foi Ceifada a Vida de Um Companheiro **Geraldo Pereira de Andrade. em 26/07/1996.**



(Foto: Arquivo, Coordenação Estadual do MST-MT).

De fato essa experiência de ir palmilhando o escaldante asfalto e ao mesmo tempo reconhecendo os arquiinimigos, chega ao seu ponto máximo com a violenta morte do militante Geraldo Pereira de Andrade. Segundo Maribel, foi falado ao motorista da camioneta: “que na pista onde estava o povo da caminhada não dava pra passar, daí ele foi pelo acostamento nesta mesma direção em que vinha a caminhada, daí ele bateu no companheiro e passou com a roda em cima da cabeça, matando”. Neste momento foi paralisada a caminhada e após ser levado a Cuiabá aonde já chegou sem vida, “à noite a gente ficou um tempo com ele”, após foi levado para o sepultamento em Dom Aquino cidade em que ele residia.

Essa tragédia é relatada como:

Uma das coisas mais doídas que pra nós houve, foi esse companheiro que morreu na estrada. Era uma pessoa de idade, mas animado, com a esperança de conquistar um pedaço de terra. Inclusive foi

assentado dois filhos dele aqui. Aí não sei acho que os filho não tinha muito no sangue, aí terminaram vendendo os lotes aí, mas toda hora que a gente olha ali, bate aquela recordação daquele companheiro que deu uma vida por uma causa (Maribel).

Maribel recorda que há uma placa com a inscrição do nome do companheiro assassinado dependurada na entrada do lote que pertencia aos filhos que foram assentados. Falando sobre a repercussão nos meios de comunicação e junto à sociedade da época:

O povo era dividido, tinha parte de pessoas que tinha um entendimento, que dizia, que pena, que dó, uma pessoa que estava lutando. Já tinha pessoas que diziam, 'ah porque que eles foram pro meio da estrada, ali não é lugar deles'. (...) Mas acho que estrada é pra todo mundo.

A Chegada da Caminhada em Cuiabá: os dois grupos encontrando-se no centro de Cuiabá. A alegria do encontro estampada no rosto e nas mãos que se unem no dia 31 de Julho de 1996, onde se fundem as duas colunas que vinham em caminhada de Rondonópolis e a outra de Cáceres, de onde seguirão em uníssono rumo ao centro do poder.



(Foto: Arquivo, Coordenação Estadual do MST – MT).

Quando o grupo que havia realizado a primeira ocupação estava provisoriamente acampado na área da EMPAER em Rondonópolis (grupo denominado: Zumbi dos Palmares), ocorre uma segunda ocupação no Município de Cáceres (grupo denominado: Margarida Alves). Articulados pela organização central do Movimento, também marcham rumo a Cuiabá para juntos pressionarem as autoridades competentes na solução dos assentamentos das famílias acampadas no Estado. Como que se deu à chegada em Cuiabá? Como foi a recepção e quais encaminhamentos? Quem explica é o Sr. Marcelo:

(...) as duas caminhadas se encontraram, dentro de Cuiabá, bem no centro aí fez uma manifestação bem no centro da capital, cumprimentando todo mundo se encontrando os dois acampamentos e daí saímos direto pro Incra. Quando a gente se encontrou ali, a gente fez tipo um casamento. Uma fila pra lá, outra pra cá a gente se cumprimentando todo mundo, daí dali formou uma fila só e fomos direto pro Incra. Primeiro, ficamos em frente ao palácio, por um bom tempo, depois de toda negociação nós partimos pro Incra. Sei que nesse vai e vem ficamos 90 dias acampados.

É muito significativa a expressão utilizada no depoimento acima, quando demonstra o momento de solidariedade, de unidade na luta, mesmo com pessoas que se encontravam pela primeira vez, mas que se sentem irmanados na luta, nesta identificação que os faz celebrarem “um casamento”. A partir desse momento seguem numa “fila só” rumo ao demandatário comum. Neste período em que ficam acampados na capital, diante do palácio e do Incra: “os fazendeiros vinham pra fazer a negociação com o Incra, daí tinha as comissões que participava das negociações ali, acompanhando os trabalhos” (Marcelo).

Falando destas negociações e do significado que aquele momento representou aos que, a despeito de toda sorte de contrariedades, permaneciam vigilantes diante dos palacianos, Maribel diz que o importante, o que ela considera vantagem era a esperança do povo, a animação da hora das negociações com o Superintendente do Incra e no momento em que lhes era indicada alguma área que deveria ser visitada para analisar sobre a viabilidade da terra para a reforma agrária:

O Povo em Pé Reunido Durante as Negociações com os Representantes do Poder Político e sendo vigiados de perto pela Força Policial



(Foto: Arquivo, Coordenação Estadual MST- MT)

(...) então era aquela expectativa muito grande e o povo ficava animado, e ali era batendo facão, foice, na hora que entrava pra mesa de negociação, enquanto um não saía ali de dentro era batendo facão ali tcham, tcham, tcham [imitando o som das batidas de ferramentas], e animado e gritando um grito de ordem, “o povo organizado jamais será pisado”. (...) aquilo era pra manter motivado as autoridades, pra dizer da angústia que você tinha de ficar ali, três meses acampados ali, anoitecendo e amanhecendo debaixo daquela lona, suava a lona, porque no dia era quente, a noite, porque não tinha madeira pra fazer o acampamento, então o que eles fizeram, pegaram uma corda e amarraram numa árvore de lá pra cá, então a lona ficava assim [faz gesto de vê invertido], então só tinha espaço de você entrar acorçado debaixo pra você pousar ali, e quando você entrava, a água pingava nas tuas costas, porque suava aquilo ali, então no correr do dia era todo mundo debaixo das árvores, não agüentava ali debaixo, a noite pra dormir era muito pernilongo, a gente passava a noite toda se batendo...

Acampamento Mostrando as Lonas em V Local que Permaneceram Frente ao Incra Por Três Meses Durante as
Negociações na Capital



(Foto: Arquivo, Coordenação Estadual MST - MT)

Fruto destes meses de acampamento e de intensa pressão junto às autoridades responsáveis pela viabilização dos assentamentos, utilizando-se para isso de uma gama de mecanismos a exemplo das batidas de ferramentas durante as negociações. Surgem cinco áreas destinadas aos assentamentos (em Rondonópolis/ Pedra Preta e Campo Verde). A partir deste momento é a hora de retornar para os acampamentos originais: “mas já com área definida”. Maribel, assim narra a festa de retorno: “foi gostoso a hora que o povo voltou, chegando dentro do acampamento começou a soltar fogos, que tinha conquistado as áreas”.

Manifesta-se a alegria, a celebração pelas conquistas, sinal da força coletiva, que reafirma a esperança na luta organizada. De fato, esta comemoração servirá também para recarregar as energias, porque nesta etapa receberão apoio de algumas prefeituras da região e do Incra liberando recursos para pagar os caminhões que transportaram o povo dos acampamentos até o local que seria assentado, para o comodato, uma vez que na época não existia a figura do pré-assentamento.

Maribel recorda que ao começar transportar os trabalhadores nos caminhões: “você via o povo sorrindo, que você via o canto da boca assim de tanta felicidade”. É a expressão de vitória para quem já estava a mais de um ano acampado e lutando, sem, no entanto, saber quando, onde e, se de fato

receberiam o seu pedaço de chão. Tanto é que na dureza da luta, mais da metade das 1100 famílias que participaram do primeiro acampamento na fazenda Aliança, nesta fase: “não chegou nem a 600 famílias” a serem assentadas. Deste número, 70 famílias foram contempladas com a área que foi denominada 14 de Agosto (uma homenagem que marca a data da primeira ocupação do MST no MT, em Pedra Preta, da qual o grupo fez parte) no Município de Campo Verde.

Chegando no Assentamento 14 de Agosto: a Faixa Indicando a Conquista Desta Terra



(Foto: Arquivo, Coordenação Estadual MST-MT)

Nesse comodato, ainda não foi o fim do tempo de acampamento, uma vez que havia um prazo para o Incra pagar o dono da fazenda, este não a liberou integralmente por receio de não receber do governo. Com isso: “ficamos ainda um ano e pouco acampados de novo”.

Maribel explica o que significa o comodato: “você vem pra dentro, mas para pressionar o governo para pagar, acertar com o fazendeiro, pra poder a área ser nossa verdadeiramente. Então tem todo um processo, é muito burocrático, de encaminhar documentos, então tem todo um tempo. Então em toda essa brincadeira nós ficamos aqui quase um ano pra ser assentado”.

Percebe-se que a luta de fato continua, a partir do momento em que o Incra passou a fazer o pagamento, o dono da área começou seu processo de mudança, e em seguida o Incra fez a divisão, através de sorteio cada família recebe seu lote. Agora já assentados, porém de acordo com o Sr. Marcelo: “ficamos mais um ano debaixo de lona pra poder receber o recurso pra poder construir as nossas casas”. Assim, lá se foram mais dois anos até conquistar seu pedaço de chão.

Finalmente, é chegada a hora de trabalhar e viver na sua própria terra. Pensar nas formas e possibilidades de produção, na busca de financiamentos, na construção das moradias. É o momento de plantar a terra, de transformar em realidade tantos sonhos plasmados ao longo da vida e da própria luta coletiva iniciada através da organização que originou o 14 de Agosto de 1995. Naquele instante, o assentamento estava organizado em cinco núcleos. Destes, apenas um decidiu-se pela forma de trabalho coletivo, germe da futura cooperativa. Na seqüência, avançaremos na busca de compreender desde a concepção, da instituição e dos membros que fundaram a Coopac.

2 - Concepção, Criação, Objetivos e os Membros Constituintes: os Membros que Se Afastaram e os que Foram Incluídos na Coopac.

Vejamos como se deu a concepção da cooperativa. De acordo com Maribel, esse grupo que formou a cooperativa:

Eles já tinham esse jeito de trabalhar, assim coletivo, desde o acampamento, por que eles são assim, mais família. Esse grupo que hoje faz parte da cooperativa, eles eram mais irmãos, e outros compadres, amigos, eles já tinham esse clima de trabalhar dessa forma desde o acampamento, dessa forma coletiva. Desde uma horta que eles iam fazer, tudo o que eles iam fazer faziam juntos.

A análise realizada pela também hoje cooperada, é corroborada em parte pela explicação do Sr. Marcos, para quem a discussão desta forma de trabalho, de fato, se iniciou desde o tempo de acampamento, onde já havia o propósito de, quando chegar à terra, fazer um trabalho coletivo:

Como era um grupo maior faltava definir as formas, na hora de acertar os detalhes para ver quem ficaria, isto nós fizemos ao longo do ano de 1997, teve várias discussões, formatando o que ia ser mesmo e em janeiro de 1998 foi que definimos pela forma de cooperação que seria, na verdade, consolidar o que nós já vínhamos fazendo informalmente. Então, ela vinha dentro de uma proposta da constituição do sistema cooperativista dos assentados no Estado. E vinha resolver um problema interno nosso que era a constituição de uma personalidade jurídica, já que com o trabalho coletivo exigia movimentações de compra e venda. Então, isso se deu em 15 de março de 1998, a fundação da Cooperativa.

Segundo Maribel, sua família não fazia parte deste núcleo que se constitui em coletivo e posteriormente em cooperativa. Seu marido foi convidado a fazer parte deste núcleo:

(...) mas ele queria uma resposta minha, por que ele sempre imaginava que eu queria ficar no meu cantinho também. Então como ele tinha esse sonho de trabalhar numa cooperativa ou associação, já tinha movido a idéia que lá no nosso grupo não conseguia, aí então fomos convidados pra ir numa reunião deles pra ver o que era o objetivo deles mesmo, do núcleo que hoje é a cooperativa, então nós viemos participar da reunião, aí vim eu ele, nós trouxemos os filhos, foi três dias de encontro discutindo o que é a cooperativa, por que formar uma cooperativa.

Percebe-se neste depoimento um misto entre o medo em participar, e a vontade de trabalhar individualmente por parte da esposa. Demonstra ser algo muito arraigado na consciência, pois a mesma julgava e considerava que:

(...) a gente sozinho, mesmo com dificuldade, sempre conseguiu ir tapeando, e os meus pais também nunca apoiaram muito essa idéia...

(...) difícil você ter que dividir tudo assim, hoje neste mundo que nós estamos vivendo está complicado. Então eu tinha muito medo de trabalhar em cooperativa, em associação. Eu sou muito sentimental, (...) eu gosto muito de participar, mas se faz uma coisa que me magoa eu fico sentida por muito tempo, então eu tinha muito medo de não conseguir adaptar à vida da cooperativa. Porém, (...) desde o acampamento meu marido já discutia que a melhor saída era se juntar. Pra brigar por seus direitos, então ele passou a gostar, a admirar, então ele sempre dizia: ‘o dia que eu for assentado quero fazer parte de algum grupo. Ou de uma cooperativa, ou de uma associação’ (Maribel).

Após esta reunião de três dias de estudos sobre a vida em cooperativa, a mesma chegou à conclusão junto à família de apoiar o marido, e apostou que era melhor juntar-se ao grupo para formar a cooperativa. Mas para ela ainda significava “arriscar vim”. Sua justificativa de formar a cooperativa é como uma forma de “buscar mais recursos”, isto porque segundo ela o “trabalho coletivo já existia”.

No plano da concepção, transparece a dimensão do trabalho coletivo já inscrito na prática do grupo enquanto princípio cooperativo, e a constituição da cooperativa mais como uma institucionalização burocrática, para fins de formalização das relações com o mercado, e da integração e consolidação ao emergente sistema cooperativista dos assentados no Estado de Mato Grosso. Pois segundo o Sr. Marcos: “do ponto de vista organizativo a cooperativa não interferia no que nós já

vínhamos fazendo. Não fosse a questão de mercado, onde as compras e vendas eram feitas em nome das pessoas, poderia ter continuado informalmente”.

A Placa Fixada na Parede do Escritório Indicando o Nome a Data de Fundação da COOPAC



(Foto: Arquivo, Secretaria da Coopac).

Porém, havia também algo político para a constituição da cooperativa: “foi um marco na organização política do Movimento, já que nós estávamos no Estado começando o processo, o Movimento estava chegando ao Mato Grosso, e a proposta leva em consideração também isso, a cooperação, as diversas formas não só essa”. Ainda de acordo com Marcos, o fato de ter seguido essa forma de cooperativa que é uma CPA (Cooperativa de Produção Agropecuária), é apenas por ser uma modalidade que se enquadra justamente no perfil de trabalho que vinha sendo desenvolvido no coletivo, por isso; “que ela tem esses dois caracteres: o caráter organizativo e econômico comercial e esse caráter mais político”.

Essa dimensão política é ressaltada sobremaneira por ser a primeira cooperativa em termos de organização legal dos assentamentos em MT, e como nos mostra na própria placa que marca a inauguração da Coopac, da busca de tornar prática uma utopia através de uma proposta de transformação do mundo.

Dos Objetivos: A sociedade Cooperativa que reúne os agricultores do Assentamento 14 de Agosto, a ela associado, tem por objetivo principal o desenvolvimento da produção agropecuária, devendo desenvolver as seguintes atividades para consecução dos seus objetivos:

a) Estimular o desenvolvimento progressivo e a defesa das atividades econômicas de caráter comum aos associados; b) A venda da produção agrícola, e pecuária, “*in natura*” ou industrializada, nos mercados locais, nacionais e internacionais; c) Compra e venda de insumos e produtos agrícolas de interesse dos associados; d) Coordenar a produção agropecuária nas áreas pertencentes aos associados, ou em áreas próprias; e) Desenvolver a mecanização agrícola; f) Garantir o transporte dos bens e produtos de interesse dos associados; g) Implantar sistemas de agroindústria nos produtos de interesse dos associados; h) Realizar operações de repasse de crédito ou venda a prazo, de atendimento dos associados; i) Prestação de serviços relacionados com o desenvolvimento da agropecuária e bem estar dos associados; j) Buscar um modelo alternativo de produção; k) Buscar a integração das mulheres no processo produtivo; l) Promover a integração com outras entidades que tenham por objetivo o desenvolvimento da cooperação; m) Comercialização de bens de consumo dos associados (Ata Constitutiva de 15 de outubro de 1997. e do Estatuto da Cooperativa de Produção Agropecuária Canudos Ltda 15 de março de 1998).

Dos Membros Constituintes: fizeram parte como sócios (as) fundadores (as) da sociedade cooperativa sem fins lucrativos (conforme Lei 5764/16/12/1971), reunidos em assembléia no dia 15 de outubro de 1997 e registrada oficialmente na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso como data de fundação, em 15 de março de 1998. Faziam parte da cooperativa o total de 22 sócios, todos residentes e domiciliados no Assentamento 14 de Agosto, Município de Campo Verde, Estado de Mato Grosso.

De acordo com Marcos a “fundação da cooperativa se deu com 22 sócios, englobando 12 famílias, sendo que dois eram solteiros, e 10 famílias constituídas de casais. Dessas 10 famílias 5 eram parentes, irmãos entre si, e outras 3 famílias também eram irmãos. E outros que eram de fora do círculo familiar”.

Da Direção: A diretoria da COOPAC era formada pelos seguintes cargos, conforme consta nas atas da própria cooperativa referente à primeira gestão: Diretor Presidente, Vice Diretor Presidente, Secretaria Geral, Diretor Financeiro, Vice-Diretor Financeiro, Conselho Fiscal efetivo, suplentes de conselheiro fiscal (Conforme Ata Constitutiva de 15 de outubro de 1997).

Em 15 de junho de 2001, é realizada uma nova assembléia com o objetivo de: “prestação de contas do exercício 1998-2000, mudanças no estatuto sociais, eleição e posse da nova diretoria e conselho fiscal”. (Ata de 15/06/01). Segundo Marcos, dentre as mudanças ocorridas, está a nomenclatura, que passam a ter uma expressão mais adequada aos objetivos que o trabalho cooperativo se propõe, saindo de uma visão verticalista, presidencialista, para uma forma mais colegiada, que pressupõe co-responsabilidade na gestão coletiva. Assim, ao invés de diretor presidente, diretor financeiro, secretário geral. Passa-se a seguinte denominação: Coordenador político; Coordenador financeiro; e Coordenador administrativo.

Com relação à prestação de contas do exercício, foram apresentados os balancetes do setor e aprovadas, por unanimidade, pelos associados (as), conforme consta na ata acima citada. Elegeu-se o novo conselho para a Coordenação com vigência para os três anos seguintes.

Em 15 de Junho de 2004, houve nova assembléia geral extraordinária para tratar da prestação de contas do exercício 2001 – 2003 eleição e posse da nova Coordenação e conselho fiscal. A prestação de contas foi realizada sendo aprovada por unanimidade, conforme consta na Ata desta data. Após, foi eleita a nova Coordenação com vigência para os três anos seguintes.

Dos Membros Que Se Afastaram: segundo Marcos, quatro famílias se afastaram da cooperativa, porém todas por livre e espontânea vontade. Nenhuma foi afastada pela cooperativa, ao relatar sobre os motivos destes afastamentos, Marcos afirma que de todas:

Duas foram por problemas familiares, e dois nunca chegamos concluir, mas a avaliação a partir do que se viu e pelo que aconteceu foram porque não se adaptaram ao sistema de trabalho, chegaram a um ponto que achavam que não dava mais, e pensaram que sozinho era melhor. Dois casos que não sairia se não fossem problemas particulares da família.

Na opinião de outra cooperada: “a criação da cooperativa foi um pouco meio crua, só definimos que queríamos fundar uma cooperativa e fomos, mas a vida comunitária era muito distante pra nós, por que nós fomos criados diferentes, da forma de viver” (Maribel). Mas ela relata que as maiores dificuldades que já tiveram foi mesmo por parte das mulheres.

Porque quando moravam na cidade, lavavam uma roupa, faziam uma faxina, então tinha um dinheiro mensal. Que quando chegamos aqui não tinha lugar pra todos trabalhar, ainda não tinha todos os setores

de produção. Nós começamos do nada, e isso foi uns dois anos pra ter algum retorno, e daí que as saídas da cooperativa foram por questão financeira, de querer achar saídas para o problema.

(...) Três anos de acampamento então a gente tinha comido tudo que tinha. Como decidimos pela cooperativa, forçava a barra pra ficar ali, tinha que resistir. Então principalmente o caso nosso das mulheres que teve essa dificuldade de entender, de ficar esse certo tempo sem dinheiro, então bateu esse certo desconforto da cooperativa, então a desistência, foi principalmente pela questão da mulher, porque o homem saía, trabalhava, e a mulher ficava matutando aquilo dentro de casa, há ta difícil, ta difícil, então acharam por bem que indo trabalhar individual resolvia o problema.

Esta versão dos fatos, de que a mulher tem sido um dos fatores determinantes na decisão de abandonar o trabalho cooperado é corroborado pelo depoimento de uma ex-sócia que ao ser questionada sobre esta questão diz: “Foi mais uma decisão minha, que chegou um dia que eu, até difícil de estar falando que é uma coisa muito pessoal. Eu não sei, mas parece que as pessoas estavam assim muito desanimadas, não sei se é porque nós estávamos, parece que naquele desânimo, no início era muita animação”.

Assim, a ex-cooperada Maristela, continua sua exposição apontando que fazia parte junto com o marido da coordenação da cooperativa, mas que, segundo ela, por um lado não tinham muito apoio, por outro lado recebiam muitas críticas: “tinha pessoas que não procurava muito ajudar, controlar as coisas, então a gente foi desgastando, desgastando”. A mesma se diz uma pessoa muito emotiva e desta forma não teria suportado as pressões da responsabilidade e do pouco apoio recebido dos demais cooperados (as). De tal modo que: “teve um dia... que uma palavrinha, vai acumulando, assim que a gente saiu, a gente conversava com uma pessoa parecendo que você queria animar, mas aquela pessoa desanimava mais você ainda. Teve um dia que eu falei assim pro meu marido, olha é melhor nos retirar e deixar eles caminharem sozinhos”.

Esta depoente, porém, ao mesmo tempo em que assume para si a responsabilidade pela decisão de sair da cooperativa, por outro lado aponta motivos que estão para além de questões meramente pessoais ou de circunstância financeira como apontava outra cooperada, demonstrando falta de apoio na gestão dos problemas oriundos do dia-a-dia, e demonstra que a forma de administrar indica dificuldades tanto pela longa trajetória das mesmas pessoas à frente da organização, pois, segundo a ex-cooperada a cooperativa era coordenada pelo mesmo presidente há sete anos. O que pode ter contribuído para o desgaste apontado pela ex-cooperada, quanto, pela falta de capacitações em técnicas

na área de administração/gerenciamento/gestão de pessoas. Penso que a seguinte fala vem reforçar esta nossa análise, veja:

(...) deveria ter sido antes este apoio durante os momentos de dificuldade. Porque chegava o dia do adiantamento, eu ficava assim , tinha dia que nossa senhora! Você tinha que ter pra pagar àquelas horas, eu ficava muito preocupada. Tinha vez que nós ficávamos sem pegar o nosso dinheiro para nossa casa, pra adiantar pra outros, daí quando tinha que dava pra gente então nós pegávamos. Então eu preocupava muito.(...) Organização de trabalho que não tinha, tentava às vezes fazer reunião, tudo era assim... assim..., quando chegava na hora não era nada daquilo (Entrevista com ex-cooperada Maristela, em 17/12/2004).

Além destes motivos há também outros, na opinião de outros membros da cooperativa. Para Kauan: “Outra questão que levou outras duas famílias a saírem é por questão da terra, da herança. Está vinculada também a essa questão dos filhos que não serem sócios da cooperativa”. Esta, na verdade, é uma questão levantada por vários sócios que enfatizam a necessidade de se buscar uma solução para essa questão da herança e da participação dos filhos na cooperativa.

Dos Sócios Que Foram Incluídos: houve a inclusão de duas famílias com novos membros associados, destes uma “tinha relação desde o acampamento, mas não de parentesco. E outro que entrou era uma família acampada na região, foi despejada, ficou aqui na área social acampado por uns seis meses, nesse período foi uma discussão e ele acabou sendo assentado”. (Marcos).

Quanto à possibilidade de incorporar novos membros na cooperativa, já houve a experiência de uma pessoa que se incorporou à cooperativa mesmo sem ter um lote. Isto não foi realizado oficialmente, mas de acordo com os sócios, foi re-dividido os lotes de 9 famílias para 10. “Temos um certo entendimento que isso seria uma solução, mas não é um consenso entre os membros do grupo de entrada de novos sócios dessa forma. De entrar pra dividir o que já tem, para acrescentar isso seria mais fácil”(Marcos).

3 - A Estrutura, a Forma de Construção e a Organização das Moradias.

O Modelo Original das Residências Construídas



(Foto: Arquivo, Secretaria da Coopac).

As moradias dos membros da cooperativa foram todas construídas em alvenaria, e em forma de mutirão, a foto acima ilustra o modelo original, hoje, no entanto, a maioria dos cooperados (as) já realizou ampliações em suas residências. Em quanto um grupo trabalhava na lavoura, outros ficaram responsáveis pela construção das casas, é o que nos conta Maribel, falando inclusive de sua peregrinação até a conquista de sua atual moradia:

No meu caso, eu fiz cinco mudanças pra estar aqui hoje. Pra fazer essa casa. Antes eu morava num barraco, assim como os outros, daí nós começamos com 30,00 reais por família, de cada associado por mês, que a gente conseguia produzir . Daí saiu aqueles recursos de moradia daí começamos a construir em mutirão. Então alguns tocavam a lavoura e outros iam construindo as moradias.

A escolha do local das moradias se deu também em função que: “onde já tinha a energia mais próxima e a água, Então, fazendo toda essa análise, a gente achou que era melhor morar aqui, então por isso que nós moramos nesse estilo aqui, todos próximos, foi pra aproveitar o que já tinha” (Maribel).

Outros relatos dão conta de que este estilo de organização foi pensado em função de um modelo de agrovila, onde a proximidade das residências facilita o acesso coletivo e com custos

menores aos bens como: água, energia, telecomunicação, transportes, centros comunitários, além de favorecer a convivência e, no caso da cooperativa, também foi uma decisão para que os lotes ficassem unidos para a lavoura, e, assim, foi procedido, construindo-se de forma enfileiradas, logo no início do assentamento, e a ordem para a construção, segundo Sr. Marcelo, um dos responsáveis pelas obras, obedeceu a um “sorteio, e assim ia construindo”.

4 - Organização da Coopac: os Setores Burocráticos e os Setores de Produção; os Projetos Desenvolvidos: Suas Trajetórias, o Contexto Atual e os Financiamentos.

Os Setores de Produção e os Projetos Desenvolvidos: Suas Trajetórias e o Contexto Atual:

A COOPAC, enquanto Cooperativa de Produção Agropecuária - CPA caracteriza-se organicamente, segundo Marcos:

Pelo trabalho coletivo, onde toda produção dos associados, a comercialização é feita pela cooperativa, toda vida econômica é coordenada por essa pessoa jurídica da cooperativa. (...) pela organização da produção em setores de trabalho. Essa é a lógica da organização, isso daí de acordo com as linhas de produção que se tem, se organiza um setor para cada setor econômico ou social que se desenvolve.

Adentramos no conhecimento dos setores criados desde o início e a trajetória destes ao longo da vida da cooperativa, uma vez que, conforme a descrição acima, os setores são de fato a capilaridade da organização. Segundo Marcos, quando começou a Cooperativa, havia apenas dois setores: “tínhamos um setor agrícola de subsistência na época, um setor da construção civil, tendo em vista que as casas todas foram feitas em forma de mutirão”. Havendo duas pessoas que eram responsáveis para coordenar esses dois setores. A partir disso, os setores foram sendo criados de acordo com as necessidades.

Em seguida foi criado um setor de gado de corte, de acordo com Marcos, quando iniciaram, no local ainda não havia a possibilidade de venda de leite. Já estava em projeto a suinocultura e avicultura de postura. A suinocultura demorou um pouco mais pra ser implantado. A avicultura, em seguida, começou-se a praticar. A suinocultura e o leite estavam casados no mesmo setor. E a avicultura era um setor à parte que fez parte do financiamento do Procera.

Na Foto Abaixo Está Ilustrada Aves de Postura que Fizeram parte deste Investimento que Foi Interrompido



(Arquivo: Secretaria da Coopac)

O setor de avicultura foi considerado “um setor relâmpago”, isto é, fruto do “não conhecimento do mercado, demos por conta que tinha entrado numa furada”. Para Marcos, o problema não era a venda, pois a produção que tinham era tranqüilamente absorvida pelo Município, mas o que não foi levado em consideração foi o contexto regional em que estão inseridos, quais sejam, que estão em uma região que tem uma grande produção de avicultura:

Então enquanto a cooperativa possuía mil aves de postura, tinha produtor no município que na época já tinha 200 mil aves. Contando as três grandes produtoras tinha entorno de 500 mil aves. Então eles vendiam naquela época uma caixa de ovos com 20 dúzias a \$ 24,00 reais, e nós entramos no mercado vendendo a \$ 19,00 reais e depois chegamos a \$20,00. Nós vendíamos tudo. Só que com isso os grandes descobriram e colocaram o produto deles em Campo Verde a \$ 16,00. daí não dava para competir, e pra eles não fazia a menor diferença por que era no volume de produção que eles tinham.

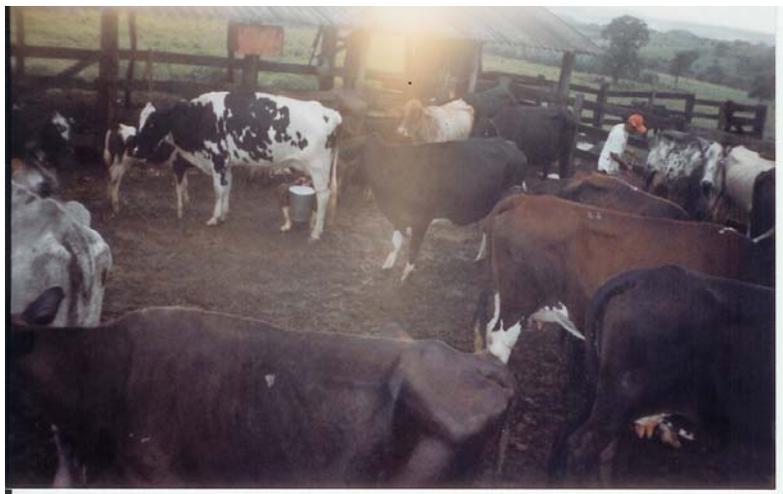
Assim, fazendo uma avaliação, o grupo chegou à conclusão que haveria de paralisar este setor de produção, pois as aves precisavam alimentar-se diuturnamente, e parte da ração era comprada, encarecendo a produção, a concorrência desigual, motivos pelos quais resolveram “abandonar o setor”. Mas foi considerada uma atividade da qual entraram e saíram sem prejuízos. Isto por que conseguiram abater e vender as aves.

O setor da suinocultura foi sendo ampliado chegando a possuir quarenta matrizes, uma produção considerada razoável, porém, perdurou somente por quatro anos. Também entrou em crise, e foi avaliado que a forma de produção que desempenhavam tinha um custo alto por basear-se na produção em escala, e não tinham condições de ampliar a escala aonde ela chegaria ou manteria lucro.

Deu uma quebra no mercado e nós resolvemos começar gradativamente a diminuir, e hoje chegamos a produzir só pra subsistência, uma vez que é um mercado bastante volátil, hoje é uma *comoditie* quem define os preços, não é aqui. A gente chegou às contas de que enquanto nós vendíamos aqui dois suínos na feira, vendia 6 a 8 porcos por mês, nós vendíamos 40 a 50 para o frigorífico, quando fizemos as contas os 8 que vendíamos aqui tinha que comprar a ração pra manter os 40 que vendia lá. Então resolvemos terminar e fizemos isso gradativamente e transformamos isso numa suinocultura de subsistência. Hoje temos porcos caipiras, que é mais rústico, não tem o custo de produção com a ração externa que tinha que comprar para manter. Passamos, então, para produção de subsistência.

O setor do gado de corte, a partir do momento em que começou a ter possibilidade de comércio na região foi vendido e passou-se a trabalhar com vacas leiteiras, produzindo leite. Até hoje permanece uma linha de produção de frente da cooperativa, tem aumentado e com possibilidade de ampliar ainda mais no próximo ano, uma vez que o leite, na verdade, vem já na tradição das pequenas propriedades como a produção que paga as contas do mês (Marcos).

Projeto das Vacas Leiteiras: Momento em que as Mesmas Estão Sendo Ordenhadas



(Foto: arquivo do pesquisador em 16/12/04)

No início, segundo Maribel, havia poucos setores de trabalho, o que levou as mulheres a juntarem-se e foram na igreja católica, onde conseguiram umas máquinas de costura, visando primeiro, o auto-consumo e depois a comercialização de algumas peças para ajudar nas despesas. Através da irmã e dos padres conseguiram as máquinas de costura, pegavam roupas de fora para costurar, para fazer, então as mulheres decidiram essa linha de produção de costura, então, com isso, as mesmas possuíam uma atividade a desempenhar. Porém, sua avaliação é de que, por falta de experiência em divulgar e a concorrência com os grandes, produzindo-se pouco, além da questão da qualidade, pois lhes faltava maior capacitação, tudo isso, contribuiu para que não prosperasse este setor de produção.

Hoje, tem outras linhas de produção, além do leite, a cultura da banana, mandioca tanto em raiz como se processa a farinha. A lavoura, principalmente do arroz, milho mais para consumo e, a partir de 2002, com a irrigação, a produção de milho verde, onde toda semana faz-se a colheita para ser vendido *in natura*, isto, na feira da Reforma Agrária, que acontece na cidade de Campo Verde. Feira esta conquistada pelo conjunto dos assentamentos presentes no município. Outra parte desta produção é entregue na cidade próxima, Primavera do Leste.

Projeto em Funcionamento de Plantação com Irrigação

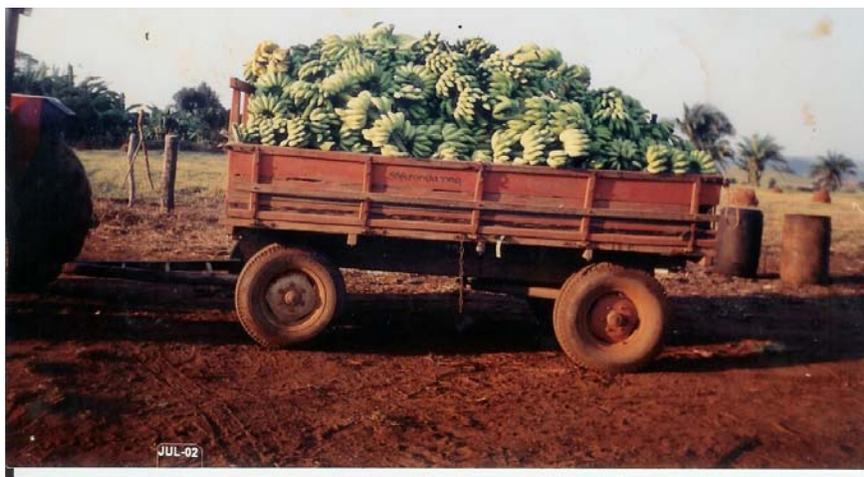


(Foto: Arquivo, Secretaria da Coopac).

Juntamos-nos com outros assentamentos e fundamos uma feira em Campo Verde, ai a gente começou a fazer a farinha, aí melhorou, começou a vender a banana, assim começou a dar um salto de qualidade. Tinha a produção e com a feira todo domingo onde vendíamos daí deu uma melhorada. O leite também,

que daí saiu o Procera, com esse dinheiro compramos vacas leiteira, daí melhorou com a produção de leite (Maribel).

A Produção de Banana Projeto em Pleno Funcionamento



(Foto: Arquivo, Secretaria da Coopac).

Ainda em processo de implantação, não completamente instalado o projeto da agroindústria da cana (foi construído o alambique, passou-se a fazer rapadura, cachaça, melado). E está se iniciando um processo de produção de ovinos. De acordo com Marcos, estas são no geral as atividades econômicas desenvolvidas na Coopac.

A Foto Abaixo Ilustra as Instalações da Agroindústria de Derivados da Cana



(Foto: Arquivo, Secretaria da Coopac)

O Refeitório Coletivo: segundo Maribel, diante das dificuldades de todos trabalharem, decidiu-se pela construção de um refeitório coletivo. Esse refeitório facilita tanto na compra dos produtos mais baratos, porque compra-se numa grande quantidade, também na questão do descanso dos que trabalham na lavoura, pois, a maioria das mulheres trabalha e assim nessas duas horas de intervalo do almoço todos podem descansar. Caso contrário, naquele horário a mulher teria que ir para casa fazer comida. O entendimento também:

É trabalhar mais pro lucro vir mais, por que do jeito que está, você vende barata a produção. A necessidade de trabalhar mais pra fazer mais lucro. Assim com o refeitório economiza na compra, ganha no tempo de descanso, e rende mais também no trabalho (Maribel).

Ainda segundo esta cooperada, a idéia é produzir tudo que é necessário para o consumo, uma vez que ainda compra-se muita coisa. Isto indica a necessidade de se parar e pensar na questão da qualidade de vida através da alimentação. Há ainda muitos alimentos a serem produzidos tendo em vista deixar de comprar.

Refeitório Coletivo da Coopac com os Cooperados (as) Almoçando



(Foto: Arquivo do pesquisador em 15/12/04)

A Organização Burocrática dos Setores:

Hoje, de acordo com Marcos, o que tem na cooperativa, não seria um setor, mas pessoas responsáveis: uma pessoa para a administração, outra para o setor de compra e venda, e mais recente a partir, do mês de maio, uma pessoa responsável pelo refeitório coletivo.

Os setores de trabalho possuem uma variação quanto a sua organização, setor do leite, por exemplo, “tem uma organização anual”. O que torna fácil de planejar uma vez que são duas pessoas responsáveis para tirar o leite durante o ano. Sendo que os outros setores variam praticamente dia-a-dia, segundo as necessidades de mão de obra para a produção:

A organização tem por base, no início, ter um responsável por setor. Que é a pessoa responsável por executar o planejado, tem setores que tem um outro, tem duas, agora pra executar tem de pegar pessoas de outros setores inclusive coordenadores de outros, de acordo com a necessidade de mão de obra. Por exemplo; lavoura na época do plantio e capina precisa de muita mão de obra, então se faz tipo um mutirão. A lavoura da cana é mais um período de maio/ junho e outubro/novembro, é então um período que tem intensa utilização de mão de obra. A farinha a mesma coisa tem um período da semana que utiliza mais mão de obra na preparação da matéria prima, depois nos últimos dois dias da semana não tem mais tanta necessidade por que é só a parte final do processo (Marcos).

Quanto à escolha dos coordenadores dos setores de trabalho, esta vem passando por um processo de capacitação, tendo em vista que a escolha de onde trabalhar fica em princípio como escolha pessoal, de modo que cada um possa escolher fazer algo que lhe agrada. Porém, se possui afinidade, mas não possui habilidade, busca-se então capacitá-lo, não havendo esta possibilidade, opina-se por aquilo que a pessoa saiba fazer. Ainda segundo Marcos, está sendo desenvolvido: “um processo de capacitação das pessoas principalmente nas áreas novas que surgiram como a agroindústria que é muito mais complexa do que a simples produção de matéria prima. Exige conhecimento, controle muito maior do que produzir arroz, feijão. Quando se vai mexer na indústria, então já muda a lógica”.

O processo de escolha do trabalho diário pelo contexto em que todos possuem as moradias que distam cinquenta metros uma das outras, e pelo fato de hoje toda mão de obra ser ocupada, facilita de forma que já não fazem mais reuniões semanais para tratar da definição dos trabalhos:

Hoje como se ocupa toda mão de obra, já está mais no dia-a-dia, cada um sabe onde está o serviço. E como praticamente todo mundo se encontra ali na saída para o trabalho então acontece quase que uma divisão automática. E normalmente no trabalho do dia você já tem claro onde vai ser o trabalho do próximo dia. Já tivemos muitos problemas de planejamento. Hoje fomos aprendendo e se faz quase de um modo natural, com pequenos problemas quando surge algo urgente e é preciso se reunir e decidir coletivamente. Mas normalmente se decide no início do ano principalmente o trabalho agrícola e segue quase que natural, a forma de divisão (Marcos).

Hoje, devido ao aumento da mecanização, o que torna mais fácil e ágil o trabalho na agricultura, fez com que a área cultivada já não seja suficiente, tornando necessário arrendar terras para plantio de outros assentados (Maribel).

Financiamentos: dentre os projetos desenvolvidos e em andamento, o forte da produção hoje é baseado em recursos aplicados do programa de reforma agrária, que foi o Proceara e o Pronaf. Fora isso tem dois projetos que foram implantados. Um projeto que vai complementar foi projeto do governo do Estado, o Padic, que financiou as duas agroindústrias da farinha e da cana. Houve, porém, um corte dos recursos na hora da liberação, de forma que não estão concluídas as duas agroindústrias. De acordo com Marcos, há um projeto encaminhado ao governo do Estado que visa à conclusão destas duas obras. E obtiveram êxito na consecução de outro projeto com apoio da Igreja Católica que foi pra construção do refeitório coletivo.

Tem um outro convênio que é para todo assentamento com recursos do Incra, com o BIRD, que vai abranger infra-estrutura, recuperação do solo, este é um projeto mais amplo para o assentamento.

Os recursos advindos do Proceara e Pronaf foram investidos: “na estrutura da produção, na produção do gado, na compra das máquinas, do trator e dos implementos agrícolas”. Recursos para montar a estrutura para exploração da terra. Esse setor na avaliação do Sr. Marcos é ainda de onde é tirada a maior parte dos benefícios. Sendo que os projetos do governo do Estado para a agroindústria, proporcionalmente, é onde tem mais recursos investidos, apesar de que, pelo fato de não ter sido concluído, não é o setor que tem maior retorno ainda.

Maribel faz uma avaliação crítica quanto ao acesso aos recursos oferecidos pelo governo, para o financiamento da agricultura familiar. Dizendo haver uma série de dificuldades para se chegar até a liberação: “é uma barreira enorme pra chegar até esses recursos, porque é muito burocrático, é muita

exigência”. Assim, quando vai sair estes recursos já estão fora de época para o plantio, não possibilitando mais realizar o que estava previsto.

Outra dificuldade por ela apontada é a questão que na agricultura se tem a necessidade de produzir muitas variedades, especialmente para servir à subsistência. No entanto: “muitas vezes esses recursos são destinados a uma determinada coisa que não dá oportunidade de você manipular muito o uso desse dinheiro. Às vezes você termina fazendo, trabalhando numa coisa que não é muito bem aquilo que você queria”.

5 - Relações com outras Cooperativas e Outras Entidades: a Presença de Agentes Externos na Vida da Coopac

Tratando das oportunidades de troca de experiência com outras cooperativas, e das aprendizagens propiciadas através destes intercâmbios, Maribel nos conta da origem destas necessidades de buscar conhecer outras realidades. Segundo ela, “muitas vezes diante dos problemas que surgem, a gente senta e começa dialogar, pra ver quais as saídas, pra gente continuar, e cada um não juntar sua mala e ir pra dentro dos seus lotes individuais”. E foi numa dessas conversas que descobriram a existência de outras cooperativas ligadas ao Movimento, realizaram contatos e estas pessoas se dispuseram a trocar experiências e descobriram que existem dificuldades, mas que também existem formas de saída. E que depende de acreditarem em si mesmos, e ao invés de se dividir, o que precisam fazer é se unir para cobrar dos governos melhorias.

O que ela e a comitiva da Coopac apreenderam nessa visita realizada em julho de 2004 a uma cooperativa ligada ao MST no Estado do Paraná:

Então nós tivemos lá com eles uns dois ou três dias, verificamos que lá eles têm tudo coletivo, produzem os produtos deles, o que eles não produzem eles compram de fora e vendem com capital deles tudo, os carros todos identificados com o nome da cooperativa. Eles produzem: tem a padaria deles, tiram o leite, tem o refeitório coletivo. Fazem iogurte, tem vários derivados de leite. Então essa visita foi uma troca de experiência. Aprender de outras pessoas como que eles fizeram pra permanecer até hoje (Maribel).

De acordo com Marcos, a cooperativa tem recebido muito mais pessoas do que tem realizado visitas, “que também não deixa de ser uma troca de conhecimento”, isto: “até por ser o primeiro grupo

no Estado, tem-se tornado mais uma referência para outros virem visitar”. Tendo recebido a visita de outros assentamentos, de acampados, de grupos coletivos.

Agentes Externos:

Tratando da presença de agentes externos na vida da Coopac, e da forma de interferência destes, Marcos diz que normalmente é mais fácil falar dos que atrapalham, mas se propôs iniciar pelos que considera haver contribuído positivamente: “assim, temos a Igreja que como agente externo apoiou muito. Tem ajudado inclusive com recursos. O próprio MST tem contribuído tanto na formação político-ideológico, quanto técnico de desenvolvimento”.

Agentes externos que não chegaram a atrapalhar, segundo ele, mas:

Por que a gente andou com as próprias pernas desde que chegamos, mas tivemos sempre uma grande interferência do poder público, principalmente do Município, desde 1998 até agora que ainda está o mesmo grupo no poder, tem tido uma postura muito claramente contrária a tudo aquilo que nós discutimos e tentamos implementar. Por nossa forma de trabalhar, um grupo que nunca foi cooptado pelo poder municipal... Uma vez que para a prefeitura a cooperativa é vista como do MST, então como são contra o Movimento, tudo que se refere à cooperativa não fazem nada e ainda fazem coisas que venham a prejudicar.

Além destas relações bastante truncadas com o poder municipal, conforme o depoimento acima, os cooperados (as) estabelecem uma gama variada de relações propositivas e de apoios com a comunidade local e, inclusive, internacional. Isto, na avaliação de Marcos, a conquista da sociedade local:

(...) foi o que possibilitou sobreviver e evoluir, que apesar do poder público atrapalhar, mas a sociedade local, o comércio, a cidade em si, a grande maioria, hoje é simpática e vê com bons olhos essa questão dos assentamentos, até porque foi os assentamentos que possibilitou coisas que não teriam se nós não estivéssemos aqui, por exemplo, essa questão da feira todo sábado. Produtos que não tinham aqui e hoje tem uma região de monocultura, então esses assentamentos são quem põe algo de diferente no mercado. Por isso temos uma relação boa.

Outro campo de boas relações apontado é com “as universidades, a academia, as escolas que têm vindo em grande número de pessoas e individuais, tanto para trazer conhecimento, quanto para estudar essa forma de organização”. Visitas também de pessoas e entidades, de outros países, a exemplo de Portugal fazendo intercâmbio, dos EUA, da Espanha, estabelecendo-se assim diversas relações (Marcos).

Diante destas relações com a cooperativa, a avaliação em termos de ganho para a Cooperação e para o Movimento é que “no mínimo a contribuição que se dá é que grupos que visitam, o professor ou alunos, saem daqui com uma outra visão da reforma agrária.” Marcos afirma ter presenciado, em vários grupos que já estiveram visitando-os, onde as pessoas chegam parecendo estar armados para encontrar ali um sem terra, um bicho, quando começam a conversar e explicar, que eles entendem o que de fato é um assentamento para quem nunca foi:

(...) dificilmente, pelo menos eu nunca vi, uma pessoa que visita um assentamento que sai daqui e diz: olha, isso não presta mesmo, não adianta. O que normalmente se tem ouvido é pessoas que dizem olha, desculpa, eu tinha uma visão completamente equivocada do processo. Então, isso é muito bom quando se ouve, não só aqui, mas também quando se vai a uma escola, universidade, uma igreja fazer um debate. Isto temos visto como um ponto positivo. Talvez a contribuição maior seja essa. Que a gente não está muito preocupado se a pessoa vai vir aqui e vai trazer algum projeto, isso não é o importante, mas muitas vezes se ganha muito mais com um apoiador na luta futura, de uma pessoa que vai sair daqui falando bem, e isso é de suma importância.

O Papel dos Agentes Externos como Futuros Apoiadores da Reforma Agrária: indago sobre a importância, dessas pessoas, desses futuros apoiadores. Seriam uma espécie de propagandistas?

Para Marcos, há essa questão de propaganda da reforma agrária, e que isso soma sem dúvida:

Isso vai se formando uma rede de apoiadores, que com certeza, ela tendo daqui uma outra visão, na sociedade ela vai ter uma outra prática. Então isso a gente julga como algo importante. Como, por exemplo, de pessoas que visitaram e hoje trabalham no movimento por que conheceu, visitou um assentamento e mudou de idéia. Contatos que se tem dentro de Universidades, de órgãos públicos que em determinados momentos você precisa, então isso ajuda. Vai-se formando, diria uma rede de apoiadores, uma rede virtual, que então, hoje tem tantas pessoas que conhecem, que chega em determinados momentos, você chega num local a pessoa te conhece e você nem lembra, mas essa pessoa ali onde ela está com certeza ele está fazendo uma propaganda e contribuindo para o processo de reforma agrária, e isso é importante. Pois, o fato de nós existirmos, do Movimento existir há 20 anos, de

a gente existir aqui, sem dúvida, está ligado ao apoio da sociedade. Se não tivéssemos o apoio da sociedade, outros governos, já tinham passado por cima, como fez com tantos outros, e faz com tantos outros movimentos que tenta implementar uma proposta diferente.

6 - Como é a Relação das Mulheres, Jovens e Crianças no Processo Produtivo e Espaços Comunitários de Lazer.

As Mulheres e a Cooperação:

Fazendo uma análise da presença das mulheres na Coopac, Maribel lembra que todos os cooperados (as) passaram por uma vida de agricultores antes de conhecer o Movimento, pelo “destino” de viver em terras dos outros, acabaram indo para a cidade, “todas nós através de conversa viveu certo tempo na cidade”. O que, segundo ela, tem dificultado muito, este voltar a se habituar novamente àquela vida do campo em que tem que vender uma galinha, um ovo, um cacho de banana, um saco de milho verde. Isso leva certo tempo, onde as necessidades são muito grandes, e a falta de dinheiro traz dificuldades em vários sentidos: “no vestir, no calçar, no remédio”.

Pelo fato de estarem recentes na cooperativa, o entendimento era que já haviam conquistado a terra, então a idéia era permanecer nela, e buscar o sustento sem trabalhar para terceiros: “no momento que chegamos aqui, as dificuldades pra produzir eram imensas, era uma braquiária só”. Isto, após três anos de acampamento onde haviam consumido praticamente tudo que possuíam. Como haviam decidido pela cooperativa, forçava-os a ficar, tinha que resistir. Diante desta situação:

(...) principalmente, o caso nosso, das mulheres que teve essa dificuldade de entender, de ficar esse certo tempo sem dinheiro, então bateu esse certo desconforto da cooperativa, então, a desistência foi principalmente pela questão da mulher, porque o homem saía trabalhava, e a mulher ficava matutando aquilo dentro de casa, há tá difícil, tá difícil...então acharam por bem que indo trabalhar individual, que resolvia o problema. Em qual sentido: podia dar um dia de serviço pra fora, fazer alguns bicos pra fora, saindo inclusive da roça e ir buscar lá fora alguns tostões. Então isso foi alimentando, por isso que surgiram as desistências da cooperativa, querendo achar saídas imediatas. Como a cooperativa era pra achar solução mais interna, as saídas se deram porque as pessoas queriam achar uma solução, mas não porque tivemos problemas, porque são um povo bom, trabalhador, famílias muito honestas. A questão foi uma tentativa de achar saída, por que os filhos, como a mulher tem uma certa dificuldade de entender a cooperativa.

No entanto, esses problemas permanecem até hoje, e quando a situação começa a dificultar, especialmente na questão financeira, logo surge o pensamento: “há se eu tivesse individual talvez eu tivesse melhor”. Porém, segundo esta cooperada, fazendo uma análise mais ampla percebe-se que este não é o caminho: (...) “eu falo isso, por que têm várias famílias hoje individuais, que os filhos saíram todos pra fora, está só o casal de velhos em casa, e não estão na cooperativa. Então, a dificuldade não é porque estava na cooperativa, mas sim por uma questão que está difícil pra viver da agricultura, pra poder produzir nela” (Maribel).

Então, surgem estes “desconfortos”, e por isso muitos desistiram, porém muitos deles permanecem morando no assentamento, só com uma diferença, que estão tentando outras saídas. “Só que aí também eles perceberam (...) que na verdade não muda. Muitas vezes só vai dificultar mais. Então, não é a solução você dizer que vai sair da cooperativa que vai resolver o problema. Às vezes você remedia o problema no momento, mas o problema continua” (Maribel).

Quanto à remuneração e à valorização do trabalho das mulheres, segundo Marcos, o trabalho de todos tem o mesmo valor, “isto é uma questão de princípio”, apesar de que no início não havia postos de trabalho para todos, o que significava um problema. Hoje isto já está superado: “principalmente depois da instalação da agroindústria, que possibilitou a incorporação de todo mundo no trabalho. Hoje, na verdade, nós vivemos quase que um estrangulamento da mão de obra. Mas o princípio é independente de mulher, homem ou filho que trabalha na idade de trabalhar recebe o mesmo valor”.

Os Jovens e a Cooperativa:

É emblemática a afirmação de Maribel quando se refere às dificuldades de incorporação dos jovens no processo cooperativo: “(...) os jovens, de fato não foram ouvidos na formação da cooperativa... E o futuro da cooperativa está na juventude”. Sua percepção é de que os jovens continuam sem serem ouvidos, sem espaço para opinarem. No entanto, há sinais de esperança; “está havendo uma discussão para que eles se tornem os sócios de amanhã”. E a expectativa descortina-se no horizonte a partir das novas gerações, dos pré-adolescentes que estão iniciando-se no trabalho coletivo:

(...) quando eu digo que a minha esperança é de mudança, por que quando eu vejo aquelas meninas trabalhando ali, parece que já está criando uma área nova, não importando muito quanto à produção,

mais importante é todo mundo trabalhar e elas estão sendo a oportunidade de continuidade da cooperativa, por que do jeito que foi fundada, ela vai deixar de existir um dia. A maioria que está aqui foi criada daquele jeitão do pai e da mãe que é dono, que manda. Mas nós não podemos pensar dessa maneira.

Nesta mesma direção, acompanhando o que ouvi de vários cooperados (as), Kauan amplia o arco de dificuldades relacionado aos filhos dos sócios, indicando que: “uma dificuldade muito grande é por que a terra está no nome dos pais, e os filhos quando chegar a maior idade não terá a terra. Daí não adquire recursos, por que a terra não está no nome dele”. Mas, segundo ele, a cooperativa está discutindo a possibilidade dos filhos serem sócios sem ter a terra, os jovens entrariam com a cota parte, se associariam, mas sem ter a terra. Sua preocupação está baseada na constatação de vários filhos de assentado já estarem trabalhando na cidade. O que segundo sua avaliação faltou foi capacitação para o trabalho no campo: “então já estamos com quatro filhos dos cooperados (as) trabalhando na cidade”.

Crianças no Processo Produtivo:

Surgiu-me esta questão relativa ao trabalho e à forma de remuneração do trabalho das crianças através do trabalho de campo, onde acompanhei por vários dias a execução dos serviços na agroindústria de farinha de mandioca, onde inclusive auxiliei durante o período em que observei. Assim, percebendo muitas crianças desenvolvendo trabalho de descascar mandioca, busquei saber junto às lideranças da cooperativa se há alguma forma de organização que inclui o trabalho delas.

A não ser os pequeninos que vão por lá mais pra brincar e ficam por lá junto com as mães, todas as crianças que trabalham hoje, elas recebem. Mas não é um trabalho que chega a entrar no planejamento, elas trabalham de acordo com o tempo e quando estão com vontade de ir. A nossa discussão aqui seria acima dos 14 anos, porém, hoje a grande maioria está abaixo desta idade, mas ajudam principalmente na farinheira. Hoje as crianças recebem um pouco a menos. Hoje, por exemplo, é \$1,50 a hora do pessoal em geral, e as crianças são um real. O controle das horas é o mesmo dos adultos.

Para outra cooperada há pouco tempo que as crianças começaram a desenvolver-se, especialmente quando retornam da escola ficam ali juntos e acabam envolvendo-se: “e é claro que a mãe está por ali cobra pra descascar direitinho, chama atenção por que está brincando, por que eles se

distraem”. Ainda deverão estar fazendo uma discussão coletiva sobre essa questão do trabalho das crianças e sobre sua remuneração. De acordo com Maribel, essa experiência de estar incentivando as crianças, é considerada como uma iniciação ao trabalho:

Foi fruto da troca de experiência que eu também fui à cooperativa de Paracity no Paraná. Lá as crianças estudam de manhã, e à tarde eles vão pra horta ajudar as mães deles nas atividades na horta. E isso a gente percebeu que é bom, porque dá uma qualidade, porque a criança começa também a se interessar, pelas atividades, a aprender a fazer as coisas.

A Foto Ilustra as Crianças Trabalhando na Fábrica de Farinha



(Foto: arquivo do pesquisador em 16/12/04)

Espaços Comunitários de Lazer:

Quanto a espaços de lazer comunitários e culturais dentro da cooperativa, de acordo com a cooperada Maribel, está “deixando um pouco de existir”, inclusive estão promovendo discussões com outros assentamentos, buscando formas de “ser mais criativo pra inclusive animar mais o assentamento”. Uma vez que há “uma tendência muito grande da juventude a abandonar os assentamentos e ir para cidade por falta de lazer”. Estão procurando:

Fazer algumas festinhas para animar dentro do assentamento. Foi criada a festa do peão, de início era mais como comemoração do aniversário do assentamento, era mais gratuito, com o tempo foi crescendo um pouco o olho, nessa questão financeira, hoje mudou, não tem mais aquela festa gostosa, é mais uma festa lucrativa do que pra lazer.

Existe também uma igreja católica na comunidade onde celebra missa uma vez por mês, e todos os domingos rezam-se o culto comunitário.

Final de ano também se reúne os membros da Coopac, familiares e faz-se uma festinha, com carne assada.

Relativo às crianças, foi construído um parque infantil com vários brinquedos, todos de origem artesanal, produzido pelos próprios cooperados (as). Vejamos a foto que ilustra o parque com as crianças brincando:

Parque de Diversão Infantil



(Foto: Arquivo, Secretaria da Coopac).

7 - A Relação com o Mercado: Compra e Venda; a Partilha das Sobras.

Vendas: de acordo com Marcos, no início houve muitos problemas especialmente quanto à inserção no mercado local. Isto devido a Campo Verde ser uma região que não possuía em seu território pequenos agricultores, deste modo, o mercado era baseado na figura dos atravessadores que traziam a mercadoria de outras localidades. Quando chegaram no assentamento não havia feira na

cidade. Conseguiram organizá-la somente no ano de 2000. Esta perspectiva surgiu após muita discussão pela qual chegaram ao entendimento que deveriam buscar o mercado local, uma vez que:

Pelo tipo de produção, que na realidade dos assentamentos, normalmente você comercializa o excedente da alimentação, e daí normalmente sobra um saco de arroz, sobra duas galinhas, uma caixa de abóbora, e isso não dá pra ir vender em Cuiabá, então precisa de uma inserção no mercado local. Hoje temos uma boa inserção no mercado local, no nosso caso da Coopac nós vendemos quase toda a produção aqui, o mercado mais distante que nos vendemos é Primavera do Leste que dá 100 km.

A forma de organização da venda dos produtos se dá através de uma pessoa que é responsável por vender nos pontos de varejo da cidade, principalmente a questão da farinha. E os demais produtos são comercializados na feira, sendo que o milho é vendido a maior parte em Primavera do Leste.

As Compras: as compras tanto para a produção quanto para o consumo são realizados na sua grande maioria no comércio local. Os insumos de modo geral têm uma pessoa que faz estas compras.

Para consumo das famílias, temos a um bom tempo a forma de compra coletiva, todo dia 18 a 20 de cada mês as famílias fazem uma lista das necessidades, temos uma pessoa que pega todas essas listas organizam numa lista só, e busca-se fazer compras no atacado, na verdade a gente tem um pequeno estoque, assim a partir da lista no próximo mês de repente não precisa comprar algo que sobrou do mês anterior, isto tem propiciado um ganho considerável (Marcos).

Partilha das Sobras e o Controle das Horas Trabalhadas:

Existem na verdade duas formas de partilha, uma que é a parte de consumo, e tem a parte econômica que é feita em dinheiro mesmo. A parte econômica é feita através de um controle de acordo com as horas trabalhadas. Para este controle, existem fichas individuais que são deixadas no escritório da Cooperativa, onde cada um anota no final do dia suas horas de serviço, e no final do mês é dividido e pago o que é chamado de adiantamento de sobras. Segundo Marcos, na parte de consumo a divisão é feita mais ou menos de acordo com o auto-consumo de cada família, por exemplo, leite, café, arroz, feijão..., então para essa parte não há mais controle, sobre isso já houve discussão e chegaram à conclusão de que era mão de obra desperdiçada fazer esse controle: “e as pessoas hoje se organizam de forma tranqüila, porque ninguém vai ao curral e pega 10 litros de leite pra jogar fora. Pega o que realmente ele consome”.

O Valor Pago Pelas Horas Trabalhadas: já houve várias formas de fazer esse cálculo: “já chegamos a determinar um valor por mês, onde de acordo com o montante de horas trabalhadas se dividia o valor das horas”. Porém, faz um bom tempo que foi determinado um valor por hora. Isto na avaliação de Marcos é: “para que a pessoa possa saber e fazer um planejamento mais ou menos quanto ele vai ter no final do mês”.

O Registro das Horas Trabalhadas: “nós já tivemos a forma de um coordenador anotar, uma pessoa só responsável. Hoje temos as folhas no escritório onde todo mundo, cada um anota o seu, e assim cada um observa as anotações dos outros por ser um local só” (Marcos).

Porém, esta modalidade de organização, onde cada um responsabiliza-se pela anotação de suas horas trabalhadas, não está isenta de alguns problemas: “no escritório tem umas folhas com o nome de cada um, então eu vou lá e marco minhas horas, cada um é fiscal dos outros. Daí um vai lá e trabalhou até 3 horas e marcou até 5 horas, não adianta, vai receber uma crítica, tem que marcar o que trabalhou” (Sr.Marcelo).

Pergunto se já ocorreu de alguém marcar horas a mais, e como foi resolvido? Marcelo: “Iche, já, já aconteceu! Já teve esses problemas, e até foi feita uma reunião pra tratar desses problemas”.

Para Maribel, estas questões ocorrem por ainda estarem “em fase de experiência”, e por isto é que “muitas vezes a gente, eu falo assim a gente, não se deu conta que isso aqui é nosso, valorizar”. Há, segundo ela, ainda muitas pessoas que estão na cooperativa, porém se sentem como se fosse um empregado. Isso se revela quando:

Ele não leva assim muito a sério a responsabilidade como dono. Então ele não quer entender muito de trabalhar com vontade, com alegria, então não tem essa consciência de que não importa a quantidade, por exemplo, se ele tem 200 horas, mas não tem produção, esse problema se dá quando ele se preocupa em fazer hora e se esquece que tem que trabalhar pra fazer render. Daí quando cai a produção reclama porque, “pocha! esse mês eu não tirei nada”. Você tem que olhar que você é dono da empresa também, porque não é o Marcos, que é um companheiro, que por ter mais experiência faz a contabilidade, pra saber quanto é que toca pra cada um de nós. Mas ele não é dono sozinho, ele não tem culpa sozinho se a produção rendeu ou não rendeu. É isso que as pessoas têm que entender.

Já na opinião de Marcos, ao analisar esta mesma questão, do problema de pessoas que marcam horas a mais do que realmente trabalharam, dirá que houve, porém muitos pequenos problemas. No entanto, vai apontar como motivos: “às vezes por questões de o relógio estar com problemas ou esquecer, mas não chega a ser um problema. Até por que as folhas ficam juntas e as pessoas trabalham juntas, ninguém fica isolado”.

Média de Sobras: a média mensal de sobras por pessoa que trabalha na cooperativa: “creio que nós vamos fechar o ano com uma média mensal de um salário por cada pessoa que trabalha” (Marcos).

8 - A Educação Formal, Técnica e a Educação Política na Coopac.

Educação Formal: na questão da educação formal muitos dos filhos têm sido, segundo Marcos, objeto de avaliação em diversos momentos, por ser considerada uma questão preocupante, porém ainda não possuem uma opinião formada, pronta. No entanto:

Nós temos um entendimento que a reforma agrária só vai ter viabilidade se tornar algo sustentável a partir que nossos filhos e filhas derem continuidade a essa luta, porque se isso não acontecer daqui alguns anos o assentamento virou um asilo. E isso é ruim por que vai acabar a produção, vai ficar ruim. Por outro lado, temos um dilema, que tradicionalmente a educação no campo tem sido, a exemplo da escola pública, de má qualidade. E aqui, por exemplo, por estar próximos da cidade, a prefeitura tem uma política que é centralizar toda educação na cidade. Por um lado, é bom que tem acesso a mecanismos e ferramentas de ensino que as crianças não teriam aqui na zona rural, as crianças tem na cidade, mas por outro lado, é ruim por que normalmente temos notado que isso tem tirado as pessoas do campo.

Esta constatação guarda coerência com as preocupações já expostas no item que trata da questão dos jovens e crianças e sua relação com a cooperativa, onde a angústia manifesta-se por haver vários filhos e filhas de assentados que não estão inseridos no processo produtivo, na agricultura. Essa situação está posta como um dilema, em que há um entendimento da necessidade de criar condições para essas pessoas serem recebidas no campo, e, por outro lado, a compreensão de que não depende só da força do assentamento:

E isso está na nossa proposta de reforma agrária, mas que não depende só da gente. Depende do governo que não está muito fácil de mudar. Que seria criar no campo agroindústria para absorver a mão de obra desses jovens em outras atividades, que não seja lá capinar, que se criando agroindústria você vai ter uma demanda na área administrativa, que tem um monte de gente saindo daqui pra fazer isso lá fora. Grande parte do que os filhos dos assentados fazem na cidade, se a gente tivesse uma política de reforma agrária, realmente dentro do que ela deveria ser, essas pessoas poderiam estar fazendo essas mesmas atividades no campo. Que é esse o sonho. Que seria a complementação da reforma agrária.

Aumentam-se essas dificuldades também em função da região em que se localizam, pois uma vez que o jovem vai para a cidade, estuda até o ensino médio, após esta etapa, já precisa abandonar o campo porque as universidades estão distantes, e:

O serviço que nós oferecemos não é aquilo que ele quer fazer. Então, o grande desafio é encontrar formas de criar postos de trabalho qualificado pra essas pessoas. Que o patamar dos postos de trabalho que teria que ser criado hoje nos assentamentos ele fugiria dessa questão do trabalho com a terra, esse é o entendimento, mas não temos as condições objetivas hoje para implementar (Marcos).

Formação Técnica: em termos de formação técnica para os cooperados (as), tem havido alguns cursos do: “qualificar sobre os derivados da cana. Houve outro que era pra todo assentamento e nós participamos junto. Já houve sobre porcos, gado, farinha” (Maribel).

Um grande problema apontado para a realização de cursos de formação continuada é que uma boa parte dos associados são analfabetos ou semi-alfabetizados:

O que a gente avalia que dificulta muito o desenvolvimento, porque na medida em que a pessoa está num setor que ele não consegue ler, não consegue escrever com fluência pra fazer uma planilha de custo, de anotar os dados, fazer um pedido, uma coisa assim isto é muito difícil. Nós, durante muito tempo, batemos nisto e não conseguimos até pelas pessoas não quererem (Marcos).

Porém, segundo a avaliação de Marcos, no ano de 2004 houveram avanços, foi criado um curso de alfabetização e os participantes estavam muito empolgados, no entanto, o monitor do curso precisou ausentar-se, e no momento está paralisado. Mas ainda não acabou, e segundo ele sente-se que as pessoas querem continuar. Restando agora o desafio de encontrar um outro monitor: “e daí o desafio

por que não basta o cara saber ler e escrever tem que ter uma metodologia pra motivar as pessoas a estudar. Mas hoje seria o primeiro passo nosso fazer essas pessoas alfabetizadas. Por que qualquer outro processo de capacitação vai depender dele saber ler e escrever”.

Em face destas dificuldades apontadas, acabaram por truncar justamente o desenvolvimento de projetos de formação técnica, pois:

O cara da industria de leite, para ele fazer um curso de inseminação e do manejo do leite, ele tem que saber no mínimo ler e escrever. Já tivemos esses cursos, mas a pessoa aprendeu muito pouco por essas dificuldades. A pessoa que vai trabalhar na área da agroindústria, pra ela se capacitar, pra produzir o açúcar melhor ou a rapadura, ela precisa entender e ter a capacidade de ler. Então nosso desafio primeiro é de alfabetização, cremos que a partir daí da para ampliar (Marcos).

Formação Política: em termos de formação política, de formação ideológica no espaço da cooperativa, segundo Maribel: “tem especialmente na questão do movimento quando a gente senta e faz assim um estudo da análise de conjuntura da questão política nacional, estadual, como municipal. Mais é questão de pessoas do Movimento que vem e senta com a gente e faz”.

De acordo com Marcos, há várias pessoas da cooperativa que participa de atividades de formação através do Movimento, isto é, fora do espaço da cooperativa, nos cursos. E internamente: “já fizemos isso e hoje estamos retomando, a idéia é ter essa formação mais de base, para que as pessoas, o grupo, tenham minimamente um entendimento bom da situação, um nível de consciência, mas é um grande desafio de ampliar isso”. De forma sistemática, essa proposta de formação existe no planejamento, porém “não foi executado”. De fato, eu mesmo tenho participado de alguns congressos, encontros de formação promovidos pelo MST-MT, inclusive o último aconteceu de 09 a 12 de Dezembro de 2004 em Cuiabá, momento em que se fizeram presentes 6 integrantes da Coopac, e um dos temas, por exemplo, era “A formação da consciência política do camponês”.

IX Encontro Estadual do MST - Momento da mística durante o encontro neste instante à mulher nascia da Terra e em seguida desfralda uma Bandeira do Movimento



(Foto: arquivo do pesquisador durante o IX Encontro Estadual do MST, em Cuiabá - de 09 a 12/12 de 2004).

9 - Cooperados (as) Avaliando sua Condição e Conflitos em Relação aos Demais Assentados

Os cooperados (as) fazendo uma análise em relação aos demais assentados, considerando as condições de vida, na avaliação de Maribel, a maioria dos assentados não possuem a mesma qualidade de vida dos cooperados (as), os motivos por ela indicados são principalmente pelo fato de terem juntado, colocando tudo em comum o que era de cada um: “a gente somou e por isso é que aparece”.

Na opinião de Kauan, há uma diferenciação muito grande:

As famílias que estão na cooperativa hoje, elas conseguem ter um bem-estar melhor, uma vida mais tranqüila, uma vida mais liberada. O serviço é trabalho, mas não é sofrido, trabalha ali 8 horas por dia. Enquanto que nos demais assentado há uma diferença muito grande, questão de renda, de qualidade de vida. Se for fazer assim uma pesquisa de qual está melhor a da cooperativa está melhor. Por que as outras famílias conseguem fazer o básico, conseguem se manter.

Hoje as famílias da cooperativa todas elas tem um meio de comunicação, telefone móvel, celular, se não me engano parece que é só um que não tem. Os filhos já têm também. Esse é um avanço que já é um pouco de mordomia já das famílias que estão inseridas dentro desse processo.

Dando continuidade à sua análise, Kauan diz que hoje as famílias cooperadas têm um padrão de vida razoável. Há uma preocupação financeira, que é chegar ao final do mês, ter seu orçamento garantido dentro da cooperativa. Sendo que estas famílias vieram de um processo que:

(...) antes não tinham praticamente nada, hoje estão inseridas dentro do mercado. todas as famílias hoje, no final do mês têm as suas prestações que pagam no mercado, tem uma condição de vida bem melhor. Hoje todos têm um som, TV, tem uma alimentação mais saudável, hoje tem uma condição superior pra outras famílias que estão na roça, mas que todo mês tem o seu orçamento garantido. Porém, isso é uma dificuldade se um dia isso vir a diminuir, porque tem uma série de prestações para pagar, então tem que se esforçar para não se prejudicar futuramente. Então todo mundo faz com que através do serviço saia essa renda que dá pra ele se manter, e viver bem.

Sob outro ângulo, Maribel faz uma interpretação também significativa sobre o trabalho individual em relação ao trabalho cooperado. Para isso, ela cita o exemplo de seu pai, como uma pessoa super trabalhadora, que possui muitas variedades de plantio. O que, segundo ela, para ele é muito, o que ele produz, mas para o mercado é pouco, por isso que o individual termina perdendo a produção na roça. Dentre os motivos da perda da produção, está a questão do transporte, onde ou você tem uma grande quantidade para colocar no mercado, ou você não coloca, por que você tem que ter um planejamento da produção, para o mercado te aceitar. E esse jeito de plantar que você planta muito você perde, o lucro que você teria fica lá na roça perdido. Também se você planta sem ter um controle do que o mercado precisa você termina plantando o que não vai vender. Por isso, ela enfatizou que a vida não é só plantar, plantar. Mas é você participar, você acompanhar o mercado para você vender a produção.

Neste mesmo horizonte, ela aponta que existem pessoas que preferem ficar isoladas plantando, não se envolvendo e participando da continuidade da luta, uma vez que segundo ela, não basta lutar até o momento de conquistar a terra, mesmo que isso tenha levado três anos ou mais, e depois dizer: “ah! para quê continuar lutando?”, como se já tivesse realizado sua parte. E sentencia que:

(...) aí é que vai ver que não é isto, que quando você chega na terra é que você vai ver as dificuldades. Como diz uma música que tem no Movimento Sem Terra, quando chegar na terra, lembre de quem quer chegar, quando chegar na terra, lembre que tem outros passos pra dar. Então os passos pra dar, é que além , você já tem a terra, mas você tem que acompanhar pra produzir e vender seu produto, se não,

você termina lá cavando, aí você produz o que não vende, e não conhece também o que o mercado está produzindo, e termina plantando só o milho, ou só mandioca, e termina perdendo lá na roça por que não tem pra quem vender.

Portanto, estas questões do trabalho individual, aponta dificuldades do ponto de vista desde os escassos recursos para a implementação das atividades agrícolas, bem como após a colheita, as dificuldades relacionadas ao mercado, em vender o seu próprio produto, uma vez que a exemplo do transporte: “se ele produz aí três, quatro caixas de limão, e tem que vir um caminhão de Campo Verde ou de Cuiabá, não vem, mas se tivessem 30 ou 40 vinha” (Maribel). Aí mais uma vez está enfatizada a importância do trabalho coletivo.

Dos Conflitos entre Cooperados (as) e Assentados:

Aguçando mais sua apreciação sobre esta relação dos que estão individualmente em seus lotes com relação aos cooperados (as), Maribel considera que:

Existe uma política muito forte entre os demais assentados e a cooperativa. Estes conflitos são mais como uma forma de ciúme, até mesmo pela forma como esse nosso grupo decidiu se juntar, por si mesmo já foi criado uma barreira. Porque os demais assentados olham pra nós e sempre acham que a gente é aqueles que pega tudo, que tem tudo, a gente aqui é visado vinte quatro horas, tudo que se faz aqui na cooperativa os outros questionam. Diz o porquê que vem só pra cooperativa.

Já na opinião de Marcos, desde antes de ser cooperativa ela sempre foi um núcleo do assentamento. O assentamento era dividido em cinco núcleos e a cooperativa era um desses cinco núcleos. Nesse contexto, participava de modo comum dos assuntos de interesse do assentamento. Depois da criação da cooperativa, teve alguns problemas de relacionamento com várias pessoas, mas o problema maior era de entendimento da política ideológica. Que as pessoas que queriam se afastar do assentamento entendia que a cooperativa era, e é vista, como Movimento dentro do assentamento.

Então, segundo ele, por esse motivo, as pessoas consideravam que teriam que se afastar da cooperativa, para logo se afastar do Movimento. Tendo havido época em que o relacionamento com algumas pessoas era bastante complicado, hoje de certa forma está superado, afirma. Em parte, porque muitas: “dessas pessoas acabaram vendendo o lote, indo embora, num processo natural. Outros

continuam dentro do assentamento, apesar de não ter mais este acirramento, o próprio processo levou a isso”. Sua avaliação é que “esse problemas de relacionamento pelo menos para nós sempre foi por motivos ideológicos. De se afastar por que ali estava o Movimento, e que se acabasse a cooperativa, o Movimento sairia inteiro do assentamento”.

Maribel lembra que quando é necessário juntarem-se cooperados (as) com os demais assentados e fazerem uma luta conjunta, cita como exemplo a ocupação do banco para pressionar a liberação de recursos, beneficiando todo assentamento, os que não estão na cooperativa:

Diziam que não iriam por que estariam fazendo nome pra cooperativa. Então, se você não tem uma consciência política que além da conquista da terra você tem de permanecer unido, aí termina com o que está acontecendo hoje, com essa questão da venda dos lotes, é por que a pessoa pega o lote vai para dentro e daí se depara com as dificuldades, só que daí como ele também não tem interesse em se organizar, ele termina perdendo a cabeça e entregando o lote em troca do que vir pela frente é um carro velho é uma casa é qualquer coisa. Hoje a metade do nosso assentamento é vendida.

Hoje, segundo ela, em vista da política do governo, que através do Inkra busca, por um lado moralizar, retomando os lotes que foram vendidos, por outro lado avalia ser “muito melindroso por que é Sem Terra brigando contra Sem Terra”. Isso gera dentro da cooperativa um grande problema em sua opinião, porque a visão dos cooperados (as) “é de que a terra, é da união, é nossa, do povo, não pode ser vendida, negociada, e nós batemos de frente, e por isso criou também um desconforto da união dos assentados com nós. Por que eles acham que é nós que estamos pressionando o Inkra a retomar os lotes”.

Existe um clima desagradável, argumenta a cooperada, motivado porque não existe uma lei clara de como esse processo de retomada dos lotes vai acontecer. Considera que a pessoa errou quando comprou, mas também são trabalhadores e humildes que precisam de apoio do governo também. Então, no mesmo instante que ela é contra porque a pessoa errou em ter comprado, mas por outro lado percebe-o como um trabalhador que merece respeito:

Então acho que tem que haver uma lei voltada pra isso, mas com sinceridade, que faça pra valer, por que vem o Inkra, notifica, faz aquele barulhão, depois vai embora fica um ano, dois anos, então, fica as pessoas inseguras de trabalhar na terra por que não tem uma garantia se vai embora ou se vai ficar. Isto é um problema que gera muita insegurança dentro do assentamento que na verdade deixa a gente

indignado, por que a lei não toma uma determinação rápida pra resolver. Vem diz você tem que ir embora por que é um comprador, mas não resolve. Então, fica pessoa de 3,4 anos tem gente de seis anos que comprou e o Incra notificou e até hoje não resolveu E isto cria um desconforto dentro do assentamento, cria desunião, ameaça de morte, eu tenho hoje meu filho que é ameaçado de morte.

Esta reflexão feita pela cooperada, demonstra na verdade sua compreensão da questão agrária, das leis e a quem elas defendem, manifesta sua consciência política, ao lado de quem se posiciona. Mesmo que errado, por estar contra os princípios por ela defendidos, mas consegue ver no comprador do lote um companheiro, um trabalhador, que, como diz ela, merece respeito. E percebendo que há uma questão que é judicial, da lei, não atribui a outros a tarefa de lutar para que haja mudanças: “tem coisas que depende muito tanto de uma ação judicial, da lei, mas é uma questão nossa dos assentados de acompanhar, e cobrar pra que isso mude”. E, então:

(...) mesmo que a gente tem essa visão contrária, eu também sou contra a chegar e despejar essas famílias pra fora, de qualquer jeito por que eles também são trabalhadores, e que a Lei não é cumprida por todos. Então, você ouve é só roubalheira, é maracutaia dentro de INCRA, de INSS, em fim, em todos meios públicos é só ladroagem, então, por que querem que só o pobre tenha que cumprir a lei. Então, foi nesse sentido que eu cobrei, eu tive no Incra, cobrei do superintendente do Incra, é pra fazer a moralização que faça, mas que faça com os pés no chão. Por que se não você termina por fazer injustiças que nós já estamos acostumados a viver 24 horas por dia injustiçados. Então, é isso que a gente vem sempre questionando e pra isso melhorar eu disse pro pessoal, é um direito de vocês, vocês tem um erro, mas também tem as suas razões por que estão aqui, por que ninguém está aqui por acaso. Então, brigue por seus direitos, se for pra sair que saia, mas que seja dentro da lei, certa, que tenha uma justificativa clara, e que venha pra valer, que não fique brincando de boneca, porque eu vejo que as leis hoje brincam com a cara do povo. Então, é por aí, se nós não participar e cobrar pra mudar, nós sempre vamos ser que somos até hoje, pisados por alguém, e que alguém que ganha muito e pisa nos mais pequenos.

Maribel deixa muito clara sua posição, lembra que quando é convidada a manifestar-se sobre esta questão das compras e vendas dos lotes que foram destinados a Reforma Agrária:

(...) eu sempre digo que fui sempre contra, porque nós fomos muito taxados como baderneiros, porque nós somente queríamos terra pra vender, então essa é uma ideologia que nós defendemos. Por isso que a gente defende isso, por que nas nossas lutas na caminhada do dia a dia a gente ouve isso. Esses sem

terra só querem terra pra vender e nós dizíamos que não, que nós queríamos a terra para plantar. Então, quando isso vem acontecendo a gente bate de frente, por que está desmoralizando uma coisa que nós ajudamos implantar aqui, dizendo ser o contrário. Então, por isso que muitas vezes as pessoas vêem a gente como inimigo, por que temos essa posição.

10 - Avaliação e Projetos: Coopac em Perspectivas

Avaliação: dentre as maiores dificuldades que se apresentam no trabalho cooperativo na avaliação de Kauan, está no plano da organização, onde não se consegue ter um mecanismo para que os sócios cumpram as decisões tomadas. Ficando, desta forma, muitas vezes a desejar, pois as atividades por vezes acabam não acontecendo na hora certa. Assim, esse é um dos fatores que prejudica a cooperativa avançar no seu processo. Outro problema por ele apresentado é que:

Dentro da cooperativa tem dois grupos, um que puxa mais pra linha do Movimento e o outro não. É um dos fatores também que atrasa um pouco o processo. Não é que eles sejam contra, acontece que como eles não estão inseridos dentro do processo, então, eles deixam que os outros façam. Então, nós temos 5 sócios que defende a organização, os princípios do Movimento, e tem outro grupo que não. Pra eles, o movimento está bem, está normal, o que ele fizeram ou deixaram de fazer pra eles não interfere. Nem muito assim ajudam no processo político do movimento da questão da cooperativa, não interfere, se alguém quiser fazer que faça.

De acordo com Maribel, ao fazer uma análise da trajetória da Coopac, observa que desde quando conseguiram unirem-se, juntando tudo em comum, deram um salto de qualidade.

Hoje a gente tem um caminhão, que é o que faz o transporte pra feira, ajuda inclusive os demais assentados, ainda que a gente recebe por isso, mas ajuda muito. Hoje tem um trator com todo maquinário de preparo de solo e de plantio. Temos um dinheiro semanal da feira, mensal das sobras do mês. Tudo isso é um salto de qualidade. Hoje a gente percebe assim que chega um final de semana cada um pode tomar uma cervejinha, se quiser comer uma carne assada, pode. Aqui na cooperativa estamos todo mundo mais ou menos igual. Acho que isso é uma qualidade, você saber que você está comendo e o outro também está. Cada um tem a sua casa pra morar, cada um trabalha pra si próprio. Então essa qualidade de vida é o que eu sonhava, por que eu nunca tive. Sempre fui criada trabalhando nas casas

dos outros, pra cima e pra baixo, então hoje eu me considero bem. Então a cooperativa apesar das dificuldades que cada um tem um jeito de ser, tem o seu jeito de pensar, mas acho que temos conseguido caminhar, eu acho que mudou muito, olhando de uns três anos pra cá da para perceber que a gente avançou. Tanto na questão da unidade, em tudo, inclusive na questão econômica, pois às vezes quando não consegue chegar a um objetivo, dá um stress, e isso prejudica a comunidade, você magoa a pessoa e muitas vezes a pessoa não tem culpa.

Dos entraves que impedem ainda hoje um desenvolvimento sustentável da cooperativa, na opinião de Maribel, é porque os sócios que estão cadastrados são os pais, ou do que possui o lote. Ficando desta forma os filhos sem voz e voto. Na sua avaliação, isto dificulta os filhos compreenderem a vida da cooperativa. O que é preocupante uma vez que “o futuro da cooperativa está na juventude, são eles que vão dar continuidade”. E o seu sonho é conseguir trazer a juventude para dentro da cooperativa. “Para que eles sejam à base de tudo isso”. Porque, uma vez que esses jovens ficam de fora de toda discussão que é feita no interior da cooperativa, sem poder acompanhar, no dia em que os pais não vão mais poder trabalhar, como que eles vão saber os fundamentos da cooperativa? Indaga ela. Sua preocupação não se restringe ao âmbito familiar, até porque a maioria dos seus filhos já está fora do processo, mas seu alerta:

São pra essas novas gerações, dos que estão se criando na cooperativa. Porque nós deixamos, nós esquecemos isso na fundação da cooperativa. Muitas vezes por falta de conhecimento, tem a prática, mas não tem a teoria. Na teoria nós temos dificuldade. Os jovens têm um pouco da teoria e que está sendo perdido lá fora. E a culpa foi nossa na hora de fazer a cooperativa. Porque logo de início nós deveríamos ter integrado eles como donos também. Então nós vamos ter que discutir uma forma de poder integrar eles no processo da cooperativa.

Conclui falando de seu sonho, em transformar o que possuem, manter e aumentar ainda mais, e incorporar a juventude, considerando que “se nós não conseguir juntar a juventude, pra eles serem o futuro, a tendência é nós perder o que já construímos” (Maribel).

Para Marcos, o grupo cooperado já tem vencido a etapa mais dura do processo, que era de construir uma condição de sobreviver no lote, e do que produz. Que é uma das grandes dificuldades nos assentamentos hoje é essa. Desde que chegaram e formaram a cooperativa, afirma com orgulho o cooperado que jamais precisou de um membro sair pra trabalhar fora para obter renda. E que hoje

possuem a tranqüila segurança que não precisam dessa alternativa. E afirma “Isto é uma conquista, um ponto de equilíbrio”. Considera ainda que daqui para frente, a não ser que aconteça alguma influência externa ou coisa que não seja dominada internamente, por exemplo, uma crise econômica ou alguma outra questão, a “tendência é crescer, do ponto de vista econômico, mesmo organizativo, que já está maduro”.

Indica ainda um problema que considera sério, que é a questão que não foi discutida desde o início de como se daria a saída dos sócios. Hoje é um gargalo, “porque o correto pra manter o coletivo, elas teriam que sair daqui e ser assentados num outro local”. Pelo fato de não haverem discutido, acabaram abrindo a exceção de a pessoa ser assentada dentro da área, que é do coletivo das 12 famílias. Então isso vai tirando a cada um que sai um pedaço da área. Marcos avalia que foi uma falha do processo que hoje já é difícil de discutir.

Se fosse no início teria sido melhor de discutir, mas hoje é mais difícil, porque outros pegaram lote aqui, e só agora vamos discutir. A solução a gente sabe qual é, mas ainda não conseguimos discutir pra resolver esse problema. Mesmo que penso que os que iriam sair já saíram, mas é uma coisa que não está fechado. Assim como deu problema pode voltar a ter pessoas que queiram sair. Então, esse é um problema que a continuar desse tipo, uma hora vai ficar uma pessoa só.

Projetos:

Em relação aos projetos na área de produção, a discussão passa pelo aprimoramento do que já possuem. “O forte seria melhorar a questão do leite, concluir os projetos de agroindústria da farinha e da cana. Conseguir colocar no mercado os produtos finais com marca e registro”. Já está no projeto pra executar essas duas obras que no entendimento de Marcos, são duas obras que vão possibilitar um aumento considerável de renda. Tem a ovinocultura que é um projeto que pretendem ampliar, a foto abaixo ilustra o ainda reduzido rebanho de ovinos.

O Ainda Pequeno Rebanho de Ovinos



(Foto: Arquivo, Secretaria da Coopac).

Há outro projeto que está sendo discutindo e que deve ser implantado no ano de 2005, que é de produção de hortaliças orgânicas em estufa. Para isso estão negociando uma parceria com uma empresa. Está ainda em projeto.

Outro projeto é a produção do girassol, considerado como de grande importância justamente por ser uma cultura que vem no período da entressafra, possibilitando uma colheita em junho e julho que é um período que não teria outra cultura. Isso está sendo discutido com uma empresa da cidade vizinha que vai utilizar o girassol para a produção do Biodiesel. “Os dados que nós temos hoje é de possibilidade de um ganho nessa atividade. Além de entrar num período de escassez de outras produções também entra como um complemento de renda” (Marcos).

Foto da Primeira Plantação de Girassol Pelos Cooperados (as)



(Foto: Arquivo, Secretaria da Coopac).

Um Setor para Subsistência:

Nesta questão da subsistência, o que se está discutindo é a possibilidade de se efetivar um setor da subsistência, um setor que vai se preocupar em calcular o que é preciso para comer durante o mês e no ano, e esse setor vai se preocupar em produzir isso. A idéia é o que for possível produzir, e não comprar de fora (Marcos).

Padaria:

Segundo Maribel, a idéia é montar uma padaria, principalmente por parte das mulheres: “daí a gente faz o nosso pão, a gente toma o café em conjunto, que é muito mais sadio, muito mais forte”.

Esta cooperada avalia que em se construindo a padaria além das conquistas já mencionadas, vai ganhar na compra do fermento, da farinha. Junto com a idéia da padaria planejam a implantação do biogás, inclusive indica seu filho como alguém que poderá estar colaborando neste projeto, por já possuir certo conhecimento desta técnica, já tem visto em outros lugares onde foi desenvolvido este projeto. Com isso: “vai economizar na compra, nos custos da compra do gás, nós temos o esterco do gado que é bastante, e dá pra utilizar nesta produção do biogás, (...) sei que se colocar em prática dá pra economizar uns 50%. Isto vai depender de nós acreditarmos em nossa capacidade (...) e valorizar também, muitas vezes nós não conseguimos valorizar isso” (Maribel).

11- Algumas Considerações Sobre a História da Coopac

A cooperação, mesmo fazendo parte fundamental das estratégias do MST, em sua proposta de transformação do homem e da sociedade, pelo relato dos cooperados (as) entrevistados, não recebeu o necessário apoio técnico e político do MST na concepção e organização da Coopac. Segundo Sr. Marcos: “do ponto de vista organizativo a cooperativa não interferia no que nós já vínhamos fazendo. Não fosse a questão de mercado, onde as compras e vendas eram feitas em nome das pessoas, poderia ter continuado informalmente”.

Esta Instituição tem surgido, portanto, mais como uma necessidade de ordem burocrática, para dar organicidade ao processo de compra e venda dos produtos. Porém, consideramos significativa esta declaração do cooperado, ao dizer que o trabalho coletivo já existia antes da fundação da instituição cooperativa, e que o mesmo seguiria seu curso com ou sem a figura cooperativa. Há, segundo nossa percepção, a indicação de que a cooperação já se fazia presente enquanto um princípio.

Outro elemento importante que transparece em todas as entrevistas e diálogos realizados no interior da Coopac é a avaliação positiva que os mesmos fazem de sua situação especialmente quanto à melhoria da qualidade de vida. O que demonstra haver reconstruído seus modos de vida baseada na produção para a subsistência, e fundamentalmente, já atingida a produção de excedentes que é basilar para a reprodução familiar, pois possibilitam o acesso à educação, e às condições de vida concreta. Reportemos a fala do cooperado Kauan: “(...) antes não tinham praticamente nada, hoje estão inseridas dentro do mercado. Todas as famílias hoje, no final do mês têm as suas prestações que pagam no mercado, tem uma condição de vida bem melhor”.

Outro elemento refere-se à questão política. Parece-nos que há um consenso entre os pesquisadores quanto à questão de que a partir do momento que os sem-terra conquistam uma área, eles passem a ter a preocupação voltada mais para a produção e menos para a vida política do MST. Ficando esta sob a responsabilidade de algumas lideranças. Tal fato é exemplificado na fala do cooperado Kauan, quando se reporta que há dois grupos no interior da Coopac, que divergem quanto a seguir as linhas de orientação política do Movimento: “dentro da cooperativa tem dois grupos: um que puxa mais pra linha do Movimento e o outro não. É um dos fatores também que atrasa um pouco o processo”.

No entanto, nos cadernos e documentos produzidos pelos teóricos militantes e dirigentes percebe-se que uma de suas preocupações e orientações é que as formas de cooperação venham a garantir a vinculação dos assentados à organização do MST, o que contribuirá, segundo os documentos, para fortalecer a luta pela terra, mas principalmente o ideal de transformação da sociedade.

Outro aspecto relevante percebido é quanto às formas de organização da cooperação, estas de fato sofrem um processo de transmutação, de aprimoramento no interior do assentamento. A prática da coopac está indicando, segundo vários depoimentos que dão conta da necessidade de revisões tanto no processo de gestão/ participação dos sócios. Na questão do trabalho dos jovens, de sua inclusão enquanto sócios na cooperativa.

Em síntese, percebe-se dificuldades de mudanças culturais, como no caso das práticas tradicionais do cultivo da terra para as novas demandas que estão colocadas com a instalação já em parte funcionando das agroindústrias da farinha e dos derivados da cana. Outra dificuldade é em relação ao trabalho cooperado que exige rompimento com as formas culturais tradicionais. Ou seja, a passagem da cultura individualista para a coletivista, eis o que se afigura como um dos maiores desafios para a COOPAC.

CAPÍTULO- III

HORIZONTE TEÓRICO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA

Nos últimos anos temos presenciado um crescente interesse nos campos das Ciências Sociais e Humanas pela experiência individual. Isto nos parece fruto da busca pela superação de uma perspectiva positivista que se calçou sempre nas realizações de “grandes homens”, por uma história que privilegia coletividades, multidões, números, de modo que o espaço destinado ao indivíduo nas análises empreendidas via-se cada vez mais restrito.

De acordo com Moraes Batalha, referenciado por Batini (1991), um fenômeno relativamente recente tem-se produzido em disciplinas das ciências humanas, como a Sociologia e a História Social: acostumadas a lidar com grandes conjuntos, voltam-se à preocupação de situar as experiências individuais dentro da atuação dos grupos sociais e das classes. Não se trata, entretanto, de um retorno a uma história limitada aos feitos individuais, trata-se, sobretudo, de uma tentativa de compreender os grupos sociais em que estes indivíduos se inserem, seu universo cultural e a época em que atuam sob à luz dessas experiências.

Neste sentido, conforme Batalha, referendado pelo autor supra citado, trata-se de uma reação natural à perda que muitas vezes ocorre das experiências individuais concretas dentro de categorias coletivas aparentemente abstratas. Não esquecendo, é claro, que a história social nos ensina que a classe não é a somatória das experiências individuais. Porém, resta uma questão, como compreender a categoria de movimento social, ou de classe social como algo mais que um conceito abstrato se nada soubermos da vivência individual da experiência coletiva?

É dentro deste contexto teórico que se coloca a proposta desta pesquisa. A mesma pautou-se sobre um referencial conceitual psico-sociológico para o estudo da consciência política dos membros da Coopac, no contexto do assentamento rural. Este referencial teórico fundamenta-se em autores que propiciem a compreensão da consciência individual na sua relação com o meio social, e assim, quiçá, ao final recuperarmos um sentido da ação coletiva, através das categorias da consciência política dos sujeitos envolvidos.

A consciência política é abordada sob o prisma psico-sociológico, que de acordo com Sandoval (1994) é um conceito referente aos significados que os indivíduos atribuem às interações diárias e

acontecimentos em suas vidas, apontando que há sempre modalidades diversificadas de consciência, sendo este número em qualquer época limitado segundo as contingências históricas e, organizado em modalidades de percepção da realidade social, as quais são passíveis de análise sistemáticas.

Sandoval em outro texto em que analisa aspectos micro-sociais dos Movimentos Sociais (1988: 67), diz, que esta óptica psicológica – sociológica não pressupõe a separação artificial de aspectos ‘psicológicos’ dos aspectos ‘sociológicos’, como na velha tradição academicista fragmentária, mas tende para um enfoque integrado que analisa os fatores e os processos que determinam as formas e os motivos individuais das pessoas agirem em situações de mobilização coletiva, onde alguns colaboram e outros não, tal compreensão só é possível no tecido complexo que se dá no cruzamento dos determinantes sociológicos com os psicológicos. Como afirma Sandoval (1988:68)

Privilegiar um aspecto sobre o outro seria distorcer a realidade e truncar o esforço de conhecimento científico, uma vez que o fenômeno se dá na interseção entre os fatores estruturais, as relações sociais interativas, as visões de mundo com seus pré-conceitos de fundo cultural e as reflexões conscientes de custos e benefícios de participar.

Segundo Sandoval (1994), a consciência deve ser analisada em termos de campos específicos. Cada campo corresponde a esferas diferenciadas de vida, experiências rotineiras que se circunscrevem às peculiaridades de estruturação das classes. E cada “campo da consciência” aparece como uma constelação de fatos e significados daquilo que é conscientemente vivenciado.

O foco de análise, neste estudo, é as formas de consciência política apresentada pelos sujeitos da Coopac. Os dados para análise foram obtidos através das entrevistas e da observação a partir das interações sociais, do contexto social em que emergem. Neste sentido, a consciência é concebida como uma construção de representações sociais formadas justamente na interação entre os indivíduos, que configuram modalidades em constante processo de transformação.

De acordo com Bader Sawaia (1987), refletir sobre a consciência equivale a delinear o debate em torno da produção do conhecimento que extrapola os limites internos de uma ciência em particular ou da ciência em geral, pois envolve, inclusive, a questão da dominação política e da exploração econômica. De tal forma que a análise do processo da consciência em nível do indivíduo, enquanto mediação social e psicológica vem completar a visão sociológica e filosófica, unindo esforços para o

conhecimento da consciência enquanto processo objetivo/subjetivo, onde se relaciona dialeticamente o social, psicológico, biológico, epistemológico, político e o econômico enquanto história.

Thompson (1979) enfatiza a importância da experiência que surge na luta para o processo de construção da consciência, pois “Pela experiência os homens se tornam sujeitos”, e afirma ainda que a consciência vai sendo gerada na luta. “Não há projeto político previamente demarcado, ele se constrói na práxis”.

Não basta, porém, a ação avançar, para que automaticamente a consciência se transforme. A ação deve ser refletida criticamente e também deve ser trabalhada em nível psicológico. Neste sentido, a consciência não é uma transposição mecânica, reflexo de relações objetivas, mas é um trabalho, uma atividade reflexiva, de modo que não pode haver nenhuma atividade que não esteja precedida ou seguida de um determinado estado de consciência. E ao se analisar o processo da consciência não se pode privilegiar nem a mediação social, nem a mediação psicológica, pois, de acordo com Sawaia (1987), as duas devem ser consideradas na relação dialética que a caracteriza.

A autora ainda preconiza que, a consciência é devir, isso não significa que esteja sempre sendo algo totalmente diferente do momento anterior. Consciência em devir é um movimento de negação e superação e é também um movimento de reprodução, mas não por rupturas. Ao superar o momento anterior, negando-o, incorpora o negado, o que lhe dá outra qualidade. Ela não rompe definitivamente com o momento anterior (permanência na transformação ou permanência com mudança).

Para Przeworski (1989: 118), as relações sociais constituem uma estrutura de escolhas segundo a qual os agentes fazem sua opção, e não podem ser algo meramente a ser internalizado e expresso em atos via condução externa, mas ao contrário, através das relações sociais, os atores individuais e coletivos, deliberam sobre objetivos, percebem e avaliam alternativas e selecionam linhas de ação, esta opção pode ser inclusive alterar as relações sociais.

Assim, as classes também já não são um dado, mas produtos historicamente dependentes de ações recíprocas. E estas não acontecem espontaneamente, por si próprias, como um reflexo de condições objetivas na psique dos indivíduos. Mas, conforme Przeworski (1989: 118):

A identidade coletiva, a solidariedade de um grupo e o comprometimento político são continuamente forjados- moldados, destruídos e remodelados – em consequência de conflitos no decorrer dos quais partidos políticos, escolas, sindicatos, igrejas, jornais, exércitos e empresas procuram impor às massas uma determinada visão de sociedade... O comportamento político dos indivíduos somente pode ser

compreendido na articulação histórica concreta com esses conflitos, pois as características específicas tornam-se causas de atos individuais quando estão inseridas em uma estrutura definida, imposta às relações políticas em um dado momento da história.

Seguindo este raciocínio, Sandoval (1994: 60-2) afirma que são fontes localizadas que condicionam e moldam as relações de classe e vem afetar a consciência política. Indica-nos três fatores próximos: a) a divisão do trabalho e as relações de autoridade dentro da empresa produtiva; b) as relações de poder e autoridade dentro do sistema político; e, c) a influência de padrões culturais e de consumo. Assim, a estruturação de classe sempre implica em condições para o afloramento da consciência política. “Isso significa que qualquer análise da consciência deverá sempre considerar os “parâmetros de escolha”, no sentido de que as diversas modalidades de consciência prevalentes... têm suas raízes identificáveis e também certas limitações de circunstâncias que incidiram em sua formação”.

Para Andrade (1998: 09), Vygotsky (um dos expoentes da perspectiva histórico-cultural), traz elementos para compreendermos a constituição psicológica do homem em seu curso de apropriação do mundo, nos afastando da idéia de que o homem é um produto da natureza.

Neste sentido, o desenvolvimento do psiquismo é, desde suas origens, sociocultural. Não se tornando social pela internalização do real, mas, num sentido inverso, do social, coletivo, emerge o individual. A estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social. Assim, o processo intrapessoal é resultante de um processo interpessoal, onde, para Vygotsky (1994), as funções mentais são relações sociais internalizadas, onde o sujeito se desenvolve, não a partir de um psiquismo pré-existente, mas se constrói absorvendo e processando a cultura.

Desta forma, de acordo com Andrade (1998), falamos de um homem ativo, criativo, que transforma o meio produzindo cultura. Um homem capaz de criar as suas próprias condições de existência atuando sobre a natureza, transformando-a e transformando-se a si próprio. Nesta abordagem, é significativo o conceito de mediação, como intervenção de um elemento numa dada relação, é fundamental para compreendermos como o indivíduo se apropria das significações socialmente construídas.

Isso significa que:

Os limites do que é possível são colocados não apenas pelos requisitos externos de instituições e relações sociais, mas, ao mesmo tempo, pela estrutura da consciência individual ainda que essa possa se alterar muito rapidamente. Somos então levados a supor que a formação da consciência política tem tanto um aspecto imanente a si próprio como um outro flanco objetivo o qual depende de pré-condições materiais. (Heller, 1972. apud Sandoval, 1994: 62).

Vygotsky (1994) vai relacionar o uso de instrumentos no trabalho com o uso dos signos. Os instrumentos e os signos são analisados no seu caráter de mediação, para explicar a expansão dos limites do conhecimento, através da integração dos símbolos culturais à consciência humana. A palavra em sua materialidade é um signo. Pela utilização do sistema de signos, há uma reestruturação psicológica que possibilita novas formas de comportamento, numa transformação qualitativa.

O momento de maior significação no curso do desenvolvimento intelectual, que dá origem às forças puramente humanas de inteligência prática abstrata, acontece quando a fala e a atividade prática, então duas linhas completamente divergentes de desenvolvimento convergem (Vygotsky 1994: 27).

Nas palavras de Andrade (1998:10) este processo de apreender, apropriar, incorporar, subjetivar, interiorizar, internalizar dizem respeito ao modo como o indivíduo tem acesso à cultura¹. Vygotsky (1993) vai dar ênfase ao processo do desenvolvimento do psiquismo humano, vinculando-o (imprescindivelmente) à noção de mediação simbólica e à dimensão interativa. O processo de internalização se desenvolveria em dois planos. Primeiro no plano social, das relações interpessoais, em que as atividades externas do indivíduo são significadas socialmente pelo seu grupo cultural e depois no plano intrapessoal, onde o indivíduo, a partir da interpretação, atribui significado às suas próprias ações, transformando a atividade interpessoal em processo psicológico interno.

Andrade (1998) indica ainda que a consciência neste sentido é uma atividade mental que se materializa na manifestação objetiva da subjetividade, por meio da linguagem. Os modos de perceber e organizar o mundo se constituem na dinâmica interativa, por meio da linguagem. Portanto, esta desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da consciência. Vygotsky (1993), ao abordar a

¹ O entendimento desse processo de interiorização possui convergências teóricas: Piaget vai referir-se a ele quando trata da transposição das regras do domínio simbólico dos objetos para o interior das estruturas psíquicas internas, transformando-os

inter-relação entre a consciência e a linguagem, o pensamento e a palavra, explica que:

A interiorização do diálogo exterior que leva a linguagem a exercer influência sobre o fluxo do pensamento. (...) Pensamento e linguagem, que refletem a realidade de forma diferente da percepção, são as chaves para compreender a natureza da consciência. As palavras desempenham um papel central não só no desenvolvimento do pensamento, mas também na evolução histórica da consciência como um todo. E sintetizando, uma palavra é um microcosmo da consciência humana.

Para que esta palavra seja portadora de significância ela deve fluir da historicidade, da práxis, nos diz Paulo Freire (1987:15) a palavra viva é diálogo existencial. Expressa e elabora o mundo, em comunicação e colaboração. O diálogo autêntico é reconhecimento do outro e reconhecimento de si, no outro, é decisão e compromisso de colaborar na construção do mundo comum. Os homens humanizam-se, trabalhando juntos para fazer do mundo, sempre mais, a mediação de consciências que se coexistenciam em liberdade. Aos que constroem junto o mundo humano, compete assumir a responsabilidade de dar-lhe direção. Dizer a sua palavra equivale a assumir conscientemente, como trabalhador, a função de sujeito de sua história, em colaboração com os demais trabalhadores.

Esta reflexão aponta o lugar da produção do significado, como um fenômeno da fala ou do pensamento. Desenvolvendo esse raciocínio, Vygotsky (1993) considera que uma palavra sem significado é um som vazio, da mesma forma que o pensamento ganha corpo por meio da fala. O significado da palavra só é um fenômeno da fala se esta é iluminada pelo pensamento. Portanto, o significado é um fenômeno do pensamento verbal ou da fala significativa – uma união da palavra e pensamento. Ambos se articulam na prática social da linguagem. Motivos pelos quais esta teoria dará suporte às análises que fizemos no esforço de captar as diferentes formas de consciência política dos trabalhadores mobilizados na cooperativa do MST, através da expressão do pensamento, das falas dos sujeitos envolvidos neste processo de mudança da realidade e transformação de si próprios.

Para compreender as formas de consciência política dos cooperados (as) do MST, nos valem de categorias analíticas desenvolvidas por Sandoval a partir de vários autores, bem como envidamos acrescentar outros teóricos que, por certo, auxiliaram com suas idéias para uma maior amplitude da abordagem deste fenômeno. É importante reportar as palavras de Sandoval (1994: 68) de que, durante

em esquemas da compreensão e do pensamento. A psicanálise também trata da transformação de esquemas da interação em esquemas intrapsíquicos, definindo-a como processo de internalização. (Andrade, 1998:10).

qualquer período histórico na sociedade, categorias diversas de pessoas expressam modalidades várias de consciência. Mas, pressupõe-se que, dada a sua historicidade, moldada pela dinâmica social, o número de modalidades prevaletentes em qualquer época é limitado, segundo as contingências históricas.

Freire (1970) nos diz que, sendo um ser ontológico, que significa ser sujeito na e com a história, sendo esta, produto de sua atividade, mas, sobretudo social, o homem, através de suas ações, tem por objetivo produzir-se enquanto homem. É nessa ação que ele se percebe enquanto sujeito através das relações que estabelece com os demais indivíduos; que, frente às necessidades, vai lapidando sua consciência através de uma ação subjetivada. E então, o mundo da consciência não é criação, mas sim, elaboração humana.

Para Riscarolli (1998) a discussão e a análise do processo de formação da consciência política de um grupo, mais ou menos identificado por algumas semelhanças dentro de um contexto mais amplo, é uma tarefa, no mínimo, desafiadora. Pois, pelas condições sócio-econômicas dos componentes do grupo - menos favorecido socialmente e, por isso mesmo, com grandes deficiências materiais ao longo da vida, estes estariam mais propensos a mudar de opinião à medida que suas necessidades vão sendo supridas, e assim modificando, é claro, sua cosmovisão.

Seguindo o mesmo autor, este processo acontece ao haver a passagem da condição de pacientes a agentes da história, que ocorre na medida em que se fortalece a mobilização coletiva. Pois, seria eterna a história da opressão pela apropriação de coisas-pessoas, não fossem a conscientização e a mobilização coletiva dos que se identificam nessa luta pela recuperação da liberdade, por uma sociedade na qual o sentido do poder seja transformado em benefício da maioria.

Essa conscientização “na luta”, “no coletivo”, “na transformação da sociedade” é reforçada insistentemente por Freire, desde o prefácio de *Pedagogia do Oprimido*:

A conscientização não é apenas conhecimento ou reconhecimento, mas opção, decisão, compromisso... a consciência de si e do mundo crescem juntas... Ninguém se conscientiza separadamente dos demais... A consciência é consciência do mundo: o mundo e a consciência, juntos, constituem dialeticamente um mesmo movimento - numa mesma história.

da Silva (1994:12) é outro autor que analisa a importância da consciência prática na vida cotidiana, a consciência necessariamente está pressionada a manifestar-se através da ação, ela está

marcada pelas características de ser uma consciência situada, preocupada, utilitária, ativa, determinada pelo sentido de fatualidade e facticidade.

Em outro nível, está a consciência da práxis. A práxis como atualidade no mundo é a modalidade mesma do ser humano, isto é, quando um homem está em seu mundo está sempre em práxis, agindo. Por certo, o grau de importância conferida às ações práticas seja, talvez, uma das causas da alienação na qual repousa a consciência ingênua, desse modo a consciência reflexiva é relegada a um segundo plano, pois o indivíduo considera que a atividade teórica não lhe traz benefícios imediatos (da Silva, 1994: 23).

Para os excluídos, o processo de conscientização tem-se constituído, essencialmente, de uma consciência da práxis cujo determinante é a libertação para começar a existir humanamente, como expressão da superação da situação do “não homem” (da Silva: 1994:28). Isto não quer dizer, de acordo com Severino (1994), que não refletem sobre suas ações, talvez a dificuldade esteja em associar a reflexão aos atos cotidianos do movimento, cuja ação é a primeira forma de práxis originada de seu trabalho como garantia do alimento do homem.

A participação nesse processo de tomada de consciência política, proporcionada pelos movimentos sociais a seus membros tem vital importância na constância das lutas pela conquista e/ou preservação da liberdade, da igualdade e da responsabilidade; é nesse processo que as pessoas percebem os “sinais de libertação”, tais como: a formação de novos grupos; a percepção diferente da realidade que os cerca; a decisão coletiva; a renovação de práticas do grupo; percepção de que um assunto está correlacionado com todo um conjunto de relações; a integração e valorização do trabalho da mulher e o entendimento de que a natureza é o seu habitat e, por isso, a exploração dos recursos deve ser racional. Desse modo compreenderiam que a práxis política, enquanto ação que transforma o sujeito e o objeto é uma constante ação-reflexão.

Desse modo, de acordo com Freire (1987:6), a libertação dos trabalhadores depende de sua práxis competente e consciente, de uma permanente busca, uma participação que problematize e busque a emergência das consciências. Esta é a tarefa dos sujeitos que conseguiram se libertar dos grilhões do comodismo, que já compreendem que a emancipação não é apenas uma questão do grupo, de gênero, mas dos oprimidos, dos explorados, dos sem voz e sem vez; é o trabalho de mulheres e homens que durante muito tempo foram “aderentes do opressor”, mas que, com o trabalho dos já conscientes, se reconheceram como pessoas, como classe, mesmo que sua consciência ainda esteja no nível prático.

Afinal, esse é o primeiro passo para se chegar aos demais e, se não existir o primeiro, jamais existirá o segundo, os outros.

Para compreender as formas de consciência política, Sandoval (1994: 68) expressa que é possível não apenas propor uma análise adotando um esquema delineado, mas também formular categorizações de cada dimensão, tais como se manifestam nas modalidades de consciência mais comuns; em nosso caso, as populações do meio agrícola da Coopac (Movimento Social – MST), em um período determinado. No entanto, afirma que, destacar algumas poucas formas de consciência não impede a existência de outras, sendo que modalidades de consciência estão em constante processo de transformação, com a progressiva extinção das arcaicas, e a emergência de outras novas. Portanto,

A tarefa de analisar a consciência política deveria ser não apenas descritiva, em relacionando a consciência ao contexto das relações de classe, mas também interpretativa enquanto se preste ao exame do declínio de certas formas de pensamento e o afloramento de outras, e o que significa esse processo dentro de um dado contexto de arranjos sociais. Por esse motivo e para fins analíticos, julgamos conveniente esboçar algumas modalidades de consciência política que podem ser encontradas entre trabalhadores... (Sandoval, 1994: 69).

Neste item, portanto, apresentamos as dimensões que neste trabalho nos auxiliariam na compreensão da consciência política, utilizando-se, como mencionamos no início deste capítulo, do modelo geral desenvolvido pelo professor Salvador Sandoval² (2001:186), composto por sete categorias para compreender as formas de ação individual ou coletiva, quais sejam: Identidade Coletiva; Crenças e Valores Societais; Identificação de Adversários e de Sentimentos Antagônicos; Sentimentos de Eficácia Política; Sentimentos de Justiça e Injustiça; Vontade de Agir Coletivamente e, por fim, as Metas de Ação Coletiva.

Partimos do pressuposto que todas as pessoas possuem, de algum modo, uma forma de consciência política, sendo que o que as diferencia, diz respeito ao conteúdo e conseqüentemente às suas práticas. Neste sentido, não buscamos lograr um juízo de valor entre as diferentes formas de apresentação das consciências, uma vez que nosso objetivo é compreender quais as formas de

² O modelo geral da consciência política de Sandoval (2001) foi aplicado com sucesso para a compreensão da queda da atividade grevista no Brasil na década de 1990 (SANDOVAL, 2001); da constituição do MST (SILVA, 2002) e está sendo aplicado na compreensão da resistência de trabalhadores a processos de privatização (PALASSI, 2004), e à consciência política de conteúdo ambiental de comunidades afetadas por contaminações (CALDERONI, 2004). Cabe ver se o mesmo aplica-se a compreensão das formas de consciência política dos cooperados do MST, o caso da Coopac- Campo Verde- MT.

consciência política que estão sendo gerados nos trabalhadores rurais cooperados (as) (Coopac) mobilizados sob a égide do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.

A consciência, tanto como atividade cognoscitiva, quanto atividade produtora, plasmada no processo prático ou voltando-se sobre sua própria práxis, é o meio pelo qual se transforma a realidade histórico-social, que possibilita ao homem ser um ser cultural. Ela não é outra coisa senão o ser consciente (Severino: 1994:30).

1 - Identidade Coletiva

É mister atentarmos para esta questão da identidade como uma dimensão fundamental à análise dos sujeitos que constroem a consciência de si como indivíduos e como grupo, nas relações sociais.

De acordo com Freire (1983: 32), diante do processo de construção, de recuperação da humanidade, de grande parcela oprimida em nossa sociedade, o grande problema está em como poderão estes, que “hospedam” o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Para tal, Freire aponta que somente na medida em que se descubram “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. Enquanto viva a dualidade na qual ser é parecer e parecer é parecer com o opressor, é impossível fazê-lo. Pois, estando desta forma os sujeitos condicionados pelas contradições vividas em sua situação concreta, existencial, o seu ideal de ser homem aproxima-se desta quase aberração: “um dos pólos da contradição pretendendo, não a libertação, mas a identificação com o seu contrário”.

Buscamos captar, através das entrevistas e observações, de que modo está sendo vivenciado na Coopac este objetivo/desejo proposto pelo MST de construir um “homem novo”, em outras palavras diríamos uma nova identidade. Há que se observar, por exemplo, se este homem a nascer está como nos diz Freire, sendo fruto da superação da contradição, com a transformação da velha situação concreta opressora, que cede lugar a uma nova, de libertação, ou de uma consciência da práxis revolucionária como nos indica Vázquez (1990). Ou, se pelo contrário, este “homem novo” está sendo simplesmente ele mesmo, tornando-se opressor de outros. Assim, demonstraria sua aderência ao opressor, ao assumir para si esta identidade, não lhes possibilitando a consciência de si como pessoa, nem a consciência de classe oprimida. Ao que Freire nos dá um exemplo neste caso: “querem a reforma agrária, não para

libertar-se, mas para passar a ter terra e, com esta, tornar-se proprietário ou, mais precisamente, patrões de novos empregados”.

De acordo com Brandão, esta situação, de fato, tem a ver com processos ativos de conflito, luta e manipulação. Pois,

Um povo ao mesmo tempo se nega a si mesmo e se afirma como uma identidade de dominado ou perseguido, integradora de valores negativos e positivos de diferenciação. Porque ele não pode deixar de ver-se como dominado, tal como o negro escravo acaba “se vendo” através dos olhos do senhor branco... Porque também a sua própria condição engendra a necessidade de lutar pela sua sobrevivência e nesta luta incluem-se os símbolos que preservam uma identidade de minoria, de dominado, mas, de qualquer modo, uma identidade própria... Construída não apenas por oposição à do outro – a maioria dominante- mas justamente para opor-se a ela. Para estabelecer a diferença. (1986:43).

Brandão nos mostra a importância significativa da questão da identidade, quanto à tessitura das inúmeras formas de relações entre as pessoas, do tipo social de pessoas que estão sendo construídas, em nosso caso, através do grupo social da Coopac.

Importa compreender a estrutura e o processo das diferentes trocas de bens materiais, de serviços e de símbolos entre diversas categorias de sujeitos e o modo como acontecem aí ações e reações de atribuição de nomes, de títulos de determinação de semelhanças e diferenças que, afinal, tanto se manifestam na maneira como as pessoas vivem os códigos de seus contactos umas com as outras, quanto na forma pela qual representam os seus relacionamentos e o reconhecimento de quem são, a partir deles. A partir do que eles simbolicamente determinam. (Brandão, 1986: 38).

Sob este aspecto, é importante compreender que, através desta organização cooperada, um grupo de trabalhadores rurais consagra as situações e cria as regras que condicionam as vivências que, pelo menos em parte, de acordo com o autor, há de determinar a construção pessoal e social de identidades. Por exemplo, quando é que um Sem Terra se descobre sujeito de direitos a possuir terra e ser um assentado? E quando é que surge na consciência deste a idéia de ser um cooperado?

Brandão compreende como a maioria dos estudiosos sobre o assunto, que não é fácil separar a dimensão individual da construção e do exercício cotidiano da identidade de sua dimensão social. Na verdade, de suas várias dimensões sociais e socialmente simbólicas. Penso também como LAGO, na

verdade não ser necessário realizar tal separação, e, aceitar a similitude e o imbricamento do processo. O próprio Brandão colabora com esta visão:

...as identidades são representações inevitavelmente marcadas pelo confronto com o outro; por se ter de estar em contacto, por ser obrigado a se opor, a dominar ou ser dominado, a tornar-se mais ou menos livre, a poder ou não construir por conta própria o seu mundo de símbolos e, no seu interior, aqueles que qualificam e identificam a pessoa, o grupo, a minoria, a raça, o povo. Identidades são mais do que isto, não apenas o produto inevitável da oposição por contraste, mas o próprio reconhecimento social da diferença. A construção das imagens com que sujeitos e povos se percebem passa pelo emaranhado de suas culturas, nos pontos de intersecção com as vidas individuais (1986: 42).

Nesta mesma direção o autor, reforçando sua tese, cita Erikson, (1972:21): ... “Estamos tratando de um processo ‘localizado’ no âmbito do indivíduo e, entretanto, também, no núcleo central de sua cultura coletiva, um processo que estabelece, de fato, a identidade dessas duas identidades”.

Segundo Lago (1991:30), Erikson concebe o desenvolvimento da identidade do ego como resultante da superação de uma crise individual específica da adolescência. Isto é, uma “crise de identidade”, em que o adolescente precisa se livrar de suas antigas identificações infantis com os pais, para se tornar adulto, pela constituição de seus próprios valores, sua identidade individual própria. Assim, fica estabelecida a diferença entre identificação e identidade, considerando o que o autor chama de cronograma psicossocial, a introjeção, inicialmente, e a identificação, em seguida, como passos anteriores à formação de identidade, pelos quais “o ego se desenvolve numa interação cada vez mais madura com os modelos existentes”.

... a formação de identidade começa onde a utilidade da identificação acaba. Surge do repúdio seletivo e da assimilação mútua de identificações da infância e da absorção destas numa nova configuração, a qual, por seu turno, descende do processo pelo qual uma sociedade... identifica o indivíduo jovem... (Erikson, 1972: 160).

Neste sentido, de acordo com Lago (1991: 31), a identificação é tomada como anterior e parte componente da identidade, não sendo a identidade. Uma vez que esta não é algo natural, mas construída social e culturalmente. Assim, a identidade estará sendo construída em contrastes entre eu e não eu, e a auto-identificação dos sujeitos em relação às atividades que exercem para produzir a sua

sobrevivência. A identidade tornada verbo, como diz Ciampa (1987: 135), afirmando desta forma que o indivíduo precisa se tornar verbo para se identificar: “descobrimos que a noção de uma personagem substancial, traduzível por proposições substantivas, oculta de fato a noção de uma personagem ativa, traduzível por proposições verbais. O indivíduo não mais é algo: ele é o que faz”.

Lago (1991) reforça sua colocação, citando Jean Petitot, que faz uma distinção entre identificação e identidade, dizendo que esta residiria justamente na intersecção entre desejo e realidade, na existência de uma área de coincidência entre identificação, o que se deseja ser, e identidade, o que se é. Desta forma, ao não enfatizar as diferenças entre identidade pessoal, do sujeito, e identidade coletiva, do grupo, são tomados como processos que se constituem de forma semelhante.

2 - Crenças e Valores Societais

A partir das crenças e a internalização dos valores societais é que sujeitos se constroem socialmente, mediante o diálogo interior vivido por cada um, no cotidiano da história de suas próprias vidas. De acordo Agnes Heller, referendada por Sandoval (1994:62):

Os grandes eventos não-quotidianos da história emergem da vida quotidiana e eventualmente retornam para transformá-la. A vida rotineira é a vida do indivíduo integral, o que equivale a dizer que dela participa com todas as facetas de sua individualidade. Nela são empregados todos os seus sentidos, todas suas capacidades intelectuais, suas habilidades para manipular o mundo objetivo, sentimentos, paixões, idéias e crenças.

No entanto, argumenta Sandoval (1994) que o cotidiano é a essência da substância social. Ou seja, a característica fundamental da vida quotidiana, é a sua espontaneidade, impondo sobre as pessoas uma forma de pensar imediatista, utilitária e pragmática, favorecendo o desenvolvimento do pensar superficial. O que equivale a dizer que a assimilação de padrões de comportamento, crenças sociais, pontos de vista políticos, modismos etc. é feito geralmente de maneira não-racional (não refletida - senso comum), conseqüentemente, a rotina quotidiana é aquele espaço da realidade social que mais se

presta à alienação³. Assim, estas situações podem perdurar até serem interrompidas pelo surgimento de problemas, conflitos ou fatos não explicáveis, levando assim o indivíduo que se propuser a desafiar a realidade do “natural” a deliberadamente se engajar na difícil tarefa de mergulhar numa transição da lógica do senso comum para uma lógica teórica ou filosófica. Em nosso caso, entendemos que a Cooperação possa ser pensada como um desses fatos que transformam a vida cotidiana dos seus membros, e certamente há muitos momentos que desafiem a vida rotineira, acionando assim mudanças da consciência individual. É o que a pesquisa nos revela.

Nas palavras de Brandão (1986), a evidência de que a pessoa de cada um de nós é uma lenta construção da sociedade sobre os seus membros, através de um trabalho de ensino-aprendizagem de formas de sentimento, pensamento e ação, é o que permitiu Mead afirmar que o sujeito transformado em pessoa é ele mesmo, uma expressão individualizada da estrutura de símbolos do mundo social onde vive. Vejamos:

Na medida em que pode ser um objeto para si, a pessoa é essencialmente uma estrutura social e surge da experiência social. Depois que surgiu, a pessoa proporciona a si mesma, de certo modo, as suas experiências sociais e assim podemos conceber uma pessoa absolutamente solitária. No entanto é impossível imaginar uma pessoa surgida fora da experiência social (Mead apud Brandão 1986: 15).

Nesta perspectiva interacionista, evidencia-se que o psiquismo/ consciência é, desde as suas origens, sociocultural. Segundo Lago (1991), não se torna social pela internalização do real, mas, num sentido inverso, do social, coletivo, emerge o individual. Não existindo assim um domínio do psicológico inicial que passaria para o domínio do histórico-social posteriormente, mas o psicológico pertence, desde sempre, ao domínio do sociocultural (a psicologia como ciência social).

3 - Identificação de Adversários e de Sentimentos Antagônicos

³ Alienação é tipicamente expressado em suposições não-questionadas da inevitabilidade da rotina diária e o “natural” das desigualdades e dominações nas relações de poder na sociedade, tal como se encontram estruturadas. A aceitação espontânea de normas sociais e em última instância da estruturação de classes, desigualdades sociais, e submissão política disfarçada de “requisito” do viver rotineiro, podem ter o efeito de tornar o indivíduo um conformista na medida em que carece da instrumentação intelectual para raciocínio sistemático e crítico, e das práticas diárias do exercício democrático de direitos e obrigações de cidadania. (Sandoval, 1994: 64-5).

Nesta dimensão buscou-se observar se a identificação de adversários e de sentimentos antagônicos é percebida pelos indivíduos referindo-se aos seus sentimentos, relacionados a seus interesses simbólicos e materiais em oposição aos interesses de outros grupos.

Isto nos faz pensar, conforme Pedro Demo (1996: 23), para quem, a redução das desigualdades só pode ser fruto de um processo árduo de participação, que é conquista, em seu legítimo sentido de defesa de interesses contra interesses diversos.

Neste horizonte, Melucci (2001), dirá que, no passado, ocupar-se dos conflitos significava analisar a condição social de um grupo e deduzir daí as causas da ação. Hoje, é necessário identificar o campo dos conflitos em nível de sistema e explicar como certos grupos sociais interferem neste campo. Um movimento social não é a resposta a uma crise, mas a expressão de um conflito.

E assim sentencia o mesmo autor que, a ação coletiva foi vista como uma patologia do sistema social. Como uma resposta a uma determinada crise. Quando de fato ela é a expressão de um conflito antagonista, que supõe a luta de dois atores pela apropriação de recursos valorizados por ambos. Neste sentido, para que exista um conflito é preciso definir os atores a partir de um sistema comum de referência e é necessário que exista uma aposta em jogo à qual ambos os adversários se referem implícita ou explicitamente. Assim, admitir que a ação coletiva seja diversa de uma resposta a uma determinada crise, significa reconhecer a existência de questões que atingem a legitimidade do poder e o uso de recursos sociais.

No caso do MST, por exemplo, as lutas não podem ser vistas como uma simples reação à falta de terras, se assim fosse ela seria resolvida com a simples distribuição de terras para os trabalhadores rurais; porém, o caráter conflituoso do movimento MST, de acordo com nosso conhecimento a priori do seu ideário, caracteriza-se pelo questionamento da lógica do próprio sistema capitalista. Por isso, fica evidente o caráter antagônico de sua ação questionando a legitimidade do próprio poder. Neste caso esse movimento não pode ser confundido como uma simples resposta a uma crise que, conjunturalmente, facilita ou acelera a sua ativação.

Para Foucault (2004:75-6), não se sabe ao certo quem detém o poder, mas se sabe quem não o possui. Porém, cada luta se desenvolve em torno de um foco particular de poder. Que podem ser, por exemplo, um pequeno chefe, um responsável sindical, entre outros. E se designar os focos, denunciá-los, falar deles publicamente é uma luta, não é porque ninguém ainda tinha tido consciência disto, mas porque falar a esse respeito, forçar a rede de informação institucional, nomear, dizer quem fez, o que

fez, designar o alvo, é uma primeira inversão de poder, é um primeiro passo para outras lutas contra o poder. O discurso de luta não se opõe ao inconsciente: ele se opõe ao segredo.

Conforme Deleuze, referendado por Foucault (2004: 76-7), se o poder é detido por uma classe dominante definida por seus interesses, surge uma questão: como é possível que pessoas que não tenham muito interesse nele sigam o poder, se liguem estreitamente a ele, mendiguem uma parte dele? É que talvez em termos de investimento tanto econômico quanto inconsciente, o interesse não seja a última palavra; há investimentos de desejo que explicam que se possa desejar, não contra seu interesse, mas desejar de uma forma mais profunda e mais difusa do que seu interesse.

Segundo o autor acima citado, há investimentos de desejo que modelam o poder e o difundem, e que fazem com que o poder exista tanto em nível do tira quanto do primeiro ministro e que não haja diferença de natureza entre o poder que exerce um rei e o poder que exerce um ministro. É a natureza dos investimentos de desejo em relação a um corpo social que explica porque partidos ou sindicatos teriam ou deveriam ter investimentos revolucionários em nome dos interesses de classe, podem ter investimentos reformistas ou perfeitamente reacionários em nível do desejo.

Conforme Foucault (2004), as relações entre desejo, poder e interesse são mais complexas do que geralmente se acredita e não são necessariamente os que exercem o poder que têm interesse em exercê-lo, os que têm interesse em exercê-lo não o exercem e o desejo do poder estabelece uma relação ainda singular entre o poder e o interesse. É possível que as lutas que se realizam agora e as teorias locais, regionais, descontínuas, que estão se elaborando nessas lutas e fazem parte delas, sejam o começo de uma descoberta do modo como se exerce o poder.

Para Foucault, quando se luta contra a exploração é o proletariado que não apenas conduz a luta, mas define os alvos, os métodos, os lugares e os instrumentos de luta; aliar-se ao proletariado é unir-se a ele em suas posições, em sua ideologia; é aderir aos motivos de seu combate; é fundir-se com ele. Mas, se é contra o poder que se luta, então todos aqueles, sobre quem o poder se exerce com abuso, todos aqueles que o reconhecem como intolerável, podem começar a luta onde se encontram e a partir de sua atividade (a passividade) própria. É iniciando esta luta, que é a luta deles, que conhecem perfeitamente o alvo e que podem determinar o método, eles entram no processo revolucionário. Evidentemente, como aliado do proletariado, pois, se o poder se exerce como ele se exerce, é para manter a exploração capitalista. Eles servem realmente a causa da revolução proletária lutando precisamente onde a opressão se exerce sobre eles. Estas lutas fazem parte atualmente do movimento

revolucionário, com a condição de que sejam radicais, sem compromisso nem reformismo, sem tentativa de reorganizar o mesmo poder apenas com uma mudança de titular. E neste sentido, na medida em que devem combater todos os controles e coerções que reproduzem o mesmo poder em todos os lugares, esses movimentos estão ligados ao movimento revolucionário do proletariado.

Para Melucci (2001), os Movimentos Sociais obrigam o poder a tornar-se visível e lhe dão, assim, forma e rosto. Falam uma língua que parece unicamente deles, mas dizem alguma coisa que os transcende e, deste modo, falam para todos.

Neste sentido, é de suma importância, segundo Sandoval (1994:67), a percepção que o sujeito tem entre sua classe e outras classes, especialmente com respeito à(s) classe(s) dominante(s). A ênfase desse componente está no caráter antagônico das relações de classe (na medida em que esses são conflitos de interesse) e no significado que o indivíduo atribui ao antagonismo em termos de obstáculos para lograr benefícios materiais e políticos.

De acordo com Marcelo Ridenti (2001:113), para que se possa efetuar a ruptura com a ordem e a hegemonia burguesa no conjunto da sociedade, implica um processo de desvendamento do caráter mistificador dessas mediações por parte dos trabalhadores, sua constituição enquanto classe que identifica não só a burguesia, mas também o Estado, o seu outro, inimigo inconciliável de classe. Para o autor tal tarefa de desmistificação não é uma tarefa meramente teórica. Ela só pode ser realizada no processo de transformação da realidade pela ação dos trabalhadores, pois o caráter ocultador da aludida cadeia de mediações não é uma atribuição ideológica artificial, mas dimensão formal necessária na articulação imediatamente ligada à realidade capitalista. Isto implica a organização e a luta dos trabalhadores, que criam associações para mediar sua relação com e contra o Estado e os capitalistas, construindo assim, a trajetória de sua constituição como classe.

4 - Sentimentos de Eficácia Política

De acordo com Sandoval (2001), eficácia está ligada ao sentimento do sujeito em perceber seu poder em intervir e modificar a realidade politicamente. Baseando-se nas teorias da atribuição de Hewstone (1989), o autor vai apresentar um enfoque dirigido a analisar os determinantes da dinâmica interna e externa do indivíduo em atribuir o lócus de causalidade dos fenômenos, bem como a

correlação desta concepção com as possibilidades de ação. Assim, quando um indivíduo, diante de catástrofes provocadas pela natureza, ou mesmo diretamente de ações de pessoas ou grupos, atribui a causa como resultante da intervenção divina, a causa é transcendental. Desta postura, sua correlata atitude seria de conformar-se (rezar). É de fato, segundo o autor, o mais baixo nível de eficácia política, uma vez que o grau de submissão e conformismo produz a imobilidade social.

O segundo lócus de causalidade dos eventos sociais é o individual (sou eu). Neste aspecto, o sujeito vai buscar responsabilizar-se pelas soluções dos problemas sociais. Em face dos conflitos sociais, na luta insólita na tentativa de resolver, não consegue, inicia um processo de auto-culpabilização (poderia ter previsto... a culpa é minha...). Esta atitude demonstra também uma despolitização da consciência dos problemas sociais.

Já neste terceiro lócus de atribuição causal, as origens dos problemas, dos conflitos sociais são os outros indivíduos ou grupos (a culpa é dos outros). Nesta terceira atitude, o indivíduo teria como correlata uma ação de raiva, de indignação. Estas convicções podem levar o sujeito a ter uma visão crítica da realidade, responsabilizar corretamente, e buscar organizar-se visando mudar o quadro social, torna-se assim um ator social modificando a si e as circunstâncias. De acordo com o autor, há, porém pessoas críticas a cerca da realidade, porém não visualizam a possibilidade de eficácia nas ações. “... Trata-se de um processo histórico infundável, que faz da participação um processo de conquista de si mesma. Não existe participação suficiente ou acabada. Não existe como dádiva ou como espaço pré-existente. Existe somente na medida de sua própria conquista” (DEMO, 1996: 13).

5 - Sentimentos de Justiça e de Injustiça

De acordo com Sandoval (2001: 189), os sentimentos de justiça e injustiça manifestam-se, especialmente quando a reciprocidade é rompida em face da consciência que tem o indivíduo ou grupo enquanto expectativa diante dos atores que são considerados pelos sujeitos como devedores desta.

Tomando o conceito de justiça social de Moore (1978), Sandoval afirma que ela é “a expressão de sentimentos de reciprocidade entre obrigações e recompensas. (...) Sempre que os indivíduos acreditarem que foram contrariados no equilíbrio das relações de reciprocidade, eles entenderão esta ruptura da reciprocidade em termos de injustiça”. (Silva, 2001: 113).

De acordo com Lênin (1978: 55), a consciência da classe operária não pode ser uma consciência política verdadeira, se os operários não estiverem habituados a reagir contra todo abuso, toda manifestação de arbitrariedade, de opressão e de violência, quaisquer que sejam as classes atingidas; a reagir justamente do ponto de vista social-democrata, e não de qualquer outro ponto de vista.

Entendemos que em face deste processo da quebra de reciprocidade, de fato ocorre um evento que abala o cotidiano, o que pode desencadear atos de protestos, lutas sociais. Neste sentido, a conquista da participação admite inúmeras concretizações históricas, inclusive as violentas, se os opressores forem também violentos. Mas há igualmente formas lentas e soturnas de conquista, como é o processo educacional, a ativação comunitária baseada na identificação cultural, etc. Em todo caso, não existe por descuido ou por comodidade. Precisa ser conscientemente construída. É luta neste sentido. Não há solidificação razoável de processos democráticos sem luta, porque esta faz parte da noção dialética da conquista. O que não se conquista não é, nem adere á raiz (DEMO, 1996:85).

6 - Vontade de Agir Coletivamente

De acordo com Sandoval (1988:69), ao se avaliar propostas e metas de participar ou não em ações coletivas, há manifesta, já nesta atitude, a presença de uma consciência instrumental, basicamente tem a ver com a utilização de raciocínio de custo e benefícios de tal participação. Dirá ainda que ao se considerar fatores determinantes da participação em mobilizações coletivas, para efeito de análise, há que se fazer uma distinção entre fatores da esfera interna referentes à dinâmica dos agrupamentos envolvidos no movimento social (grupos, identidades e identificações sociais, interesses e consciência política, experiências de organização e liderança,...) e aqueles fatores referentes à esfera externa ao movimento social, tais como a estrutura de poder no local e na sociedade, grupos ideológica e politicamente importantes, conjuntura e correlação de forças políticas, alianças...

Deve-se considerar nesta dimensão o sujeito que não percebe uma base que o motive para a ação social, podendo fragmentar sua identidade coletiva buscando explicações transcendentais, ou auto-culpabilização. De acordo com o autor acima, por vezes pode faltar uma organização que motive os indivíduos para agir coletivamente, por vezes não consegue demonstrar a situação de injustiça.

Segundo Melucci (2001), em um movimento confluem, muitas vezes, faixas de marginalidade e de desvio presentes em um sistema e no seu interior se formam, ou se coagulam condutas de agregação. Nos limites, a ação desaparece em direção de condutas de tipo contratual, ou em direção de ruptura violenta. Toda essa gama de componentes deve ser decomposta pela análise e recomposta em um sistema de relações significativas para individualizar o sentido e a direção de um movimento.

O homem é por natureza um ser social e, embora todos tenham o mesmo valor respeitando-se sua individualidade, a participação política, de acordo com Dallari (1994: 36), é - ou pelo menos deveria ser - um dever e uma necessidade da natureza humana, a partir do surgimento da política como esfera específica da atividade social. No entanto, segundo Freire (1987: 15), é muito difícil a um marginalizado descobrir por conta própria a importância de tal ato, uma vez que o mesmo se encontra cotidianamente imerso em seu trabalho. Sem dúvida, qualquer tentativa idealizada para mudar as relações do cotidiano que o cercam exige necessariamente uma mudança radical do seu modo de pensar, uma mudança de consciência diante dos fatos que se apresentam. Tal atividade não é fruto de um indivíduo único: ninguém se conscientiza separadamente dos demais.

Tratando do fenômeno da participação enquanto um processo histórico que não é, portanto, uma dádiva, uma concessão, ou ainda como algo preexistente, Demo (1996:18) dirá que participação é um processo, no sentido legítimo do termo: infundável em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir. Continuando, o autor expressa não haver solidificação razoável de processos democráticos sem luta, justamente porque esta faz parte da noção dialética da conquista. Pois, o que não se conquista não é, nem adere à raiz.

Sempre que um grupo de pessoas se organiza e se dispõe a trabalhar em conjunto, essas pessoas adquirem informações úteis para outras atividades a serem desenvolvidas e isso, aos poucos, vai exercendo certa influência política tanto sobre o movimento, quanto sobre as pessoas, individualmente. Neste horizonte, Grzibowski (1991:60) afirma que através dos movimentos, os trabalhadores rurais rompem com o seu isolamento geográfico, social e cultural. Inserindo-se num mundo mais amplo, aprendem a reconhecer as formas de vida, a buscar alianças e a prestar solidariedade. Também, no movimento aprendem a conhecer os seus adversários, suas táticas, suas organizações.

Neste sentido, Gohn (1994:17) diz que a consciência adquirida progressivamente através do conhecimento sobre quais são os direitos e os deveres dos indivíduos na sociedade hoje, em determinadas questões porque se luta, leva concomitantemente à organização do grupo. Este processo não se dá espontaneamente e dele participam vários agentes. As assessorias técnicas políticas e religiosas que atuam junto aos grupos populares desempenham um papel fundamental no processo. A consciência se constrói a partir da agregação de informações dispersas sobre como funciona tal órgão público, como se devem proceder para obter tal verba, quem administra tal fundo, quais são os agentes que estão presentes na gestão de determinado bem ou equipamento público.

Thompson (1979) vai enfatizar que o exercício da prática cotidiana nos movimentos sociais leva ao acúmulo de experiência, onde tem importância, a vivência no passado e no presente para a construção do futuro. Experiências vivenciadas no passado, como opressão, negação de direitos etc., são resgatadas no imaginário coletivo do grupo de forma a fornecer elementos para a leitura do presente. A fusão do passado e do presente transforma-se em força social coletiva organizada.

Aprende-se através da participação a não ter medo de tudo àquilo que foi inculcado como proibido e inacessível. Aprende-se a decodificar o porquê das restrições e proibições. Aprende-se a acreditar no poder da fala e das idéias, quando expressas em lugares e ocasiões adequadas. Aprende-se a calar e a se resignar quando a situação é adversa. Aprende-se a criar códigos específicos para solidificar as mensagens e bandeiras de luta, tais como as músicas e folhetins. Aprende-se a elaborar discursos e práticas segundo os cenários vivenciados. E aprende-se, sobretudo a não abrir mão de princípios que balizam determinados interesses como seus. Ou seja, elaboram-se estratégias de conformismo e resistência, passividade e rebelião, segundo os agentes com os quais se defronta. Isso tudo porque ocorre a identificação do processo de ocultamento das diferenças sociais existentes e, conseqüentemente, a identificação dos distintos interesses de classe presentes (Gohn. 1994:19).

Gohn destaca ainda, que, a consciência gerada no processo de participação num movimento social leva ao conhecimento e reconhecimento das condições de vida de parcelas de população, no presente e no passado. Os encontros e Seminários contribuem para a formação desta visão historicista dos problemas. Este conhecimento leva a identificação de uma dimensão importante no cotidiano das pessoas, a do ambiente construído do espaço gerado e apropriado pelas classes sociais na luta cotidiana.

Gramsci (1995) expõe ainda, que o que cada indivíduo pode modificar é muito pouco, com relação as suas forças. Porém, o indivíduo pode associar-se com todos os que querem a mesma

modificação; e, se esta modificação é racional, o indivíduo pode multiplicar-se por um elevado número de vezes, obtendo uma modificação bem mais radical do que a primeira vista parecia possível.

Assim, todo esse processo de conscientização se dá dentro da perspectiva política de múltiplas relações sociais e está vinculado à ação das massas para alcançar o objetivo de construir uma sociedade fundada sobre novos critérios (Hurtado, 1992:44). Esse processo é cíclico e sistemático, os momentos de ação estão recheados de reflexão, de interpretação e informação que permitem aos sujeitos ascenderem a novos níveis de compreensão; de teorizar a partir de sua experiência cotidiana. A dimensão política dessa conscientização se dá dentro do movimento e com sentido histórico, de luta de classe. É no movimento que identificam, lembrando Freire, o que fazer, como fazer, para que fazer, em favor de quem e contra quem fazer. Isso só é possível porque se percebem enquanto sujeitos de relações com um compromisso definido baseado no diálogo, na interação e na comunicação.

Buscamos auscultar se no seu processo de organização político-cooperativo no movimento, em suas lutas e reflexões, os trabalhadores iriam resgatar os valores que lhe pertencem e que ajudem a elevar o nível de consciência e de organização, pois de acordo com Riscarolli (1998), as lutas do dia-a-dia podem servir para o aprendizado da cidadania. Mesmo que inicialmente sua cultura seja contraditória, inorgânica e politicamente ambígua, esses aspectos não podem ser descartados pelo simples fato de serem elementos corriqueiros do cotidiano, não podemos nos esquecer que toda práxis está fundada também no cotidiano. É da experiência coletiva que emerge a nova idéia de política, a luta se reveste com a roupagem do “direito de”, e nela confrontam-se com as autoridades, politizam-se, se comprometem com a justiça social.

Segundo Reich (1976:19), se a política geral, que diz respeito à economia e ao Estado e se situa em nível histórico, tem por objetivo construir e consolidar o socialismo... Deve ir ao encontro da vida quotidiana, humilde, banal, primitiva e simples das mais vastas massas em toda a sua diversidade geográfica e social. É a única maneira possível de permitir a junção do processo sociológico objetivo com a consciência subjetiva dos homens, eliminar a contradição e o fosso que as separa; em resumo:

Dar aos trabalhadores que estão na base da civilização e criam a riqueza, a consciência dos seus direitos e permitir que eles tomem, por fim, consciência do nível de civilização a que já chegou a <<elite>> e do seu próprio modo de viver e da sua pouca exigência de que fazem uma virtude e qualificam muitas vezes de revolucionária... não se pode atingir o objetivo final, o socialismo, sem passar pela satisfação

de objetivos menores e imediatos dos indivíduos mediante um vigoroso aumento da satisfação das suas necessidades, só então o heroísmo revolucionário pode conquistar as largas massas (Reich:20-2).

Considerando que é na vida cotidiana que o indivíduo se envolve nas relações sociais e forma sua consciência sobre a sociedade, a estrutura e a dinâmica da vida cotidiana são aspectos importantes para traçar uma compreensão dos obstáculos à politização (Sandoval, 1988: 70).

Os trabalhadores vão construindo sua consciência política à medida que conseguem implementar ações para satisfazer suas necessidades, pois de acordo com Vázquez (1986:248):

O homem não vive num constante estado criador, ele só cria por necessidade, cria para adaptar-se às novas situações ou para satisfazer novas necessidades. Pois só através da criação transforma o mundo e o homem, faz a si e ao mundo mais humano.

Assim, ao requerer a participação em instâncias organizativas dos/as trabalhadores/as, o cooperado, consciente ou inconscientemente, está entrando na esfera do poder desempenhado até então somente pela liderança e, à medida que sua qualidade de participante se alarga, o poder vai sofrendo um processo de redefinição. Nas palavras de Riscarolli, ao perceber que o poder exercido pelo líder não é um componente biológico e sim resultado de um processo histórico social, o trabalhador começa a rever certas posições - da mais simples para a mais complexa - e mediar novas estratégias para ações desempenhadas até então somente pela liderança, como por exemplo, a direção de um coletivo, de uma assembléia, e, posteriormente, sua filiação ao sindicato e no partido.

7 - Metas de Ação Coletiva

Nas palavras de Melucci (2001), a ação coletiva é um sistema de ação multipolar que combina orientações diversas, envolvendo atores múltiplos e implica um sistema de oportunidade e de vínculos que dá forma às suas relações. Os atores produzem ação coletiva porque são capazes de definir-se e de definir a sua relação com o ambiente. A definição que os atores constroem não é linear, mas produzida por meio da interação, da negociação, da oposição entre orientações diversas. Os atores formam um “nós” (identidade) colocando em comum e ajustando laboriosamente três ordens de orientações: aquelas relativas aos fins da ação; aquelas relativas aos meios e por fim aquelas relativas ao ambiente.

Portanto, o sistema multipolar da ação de um ator coletivo se organiza em torno de três eixos: fins, meios, ambiente, que devem ser considerados um conjunto de vetores independentes e em tensão entre eles.

Nesta dimensão, perpassa uma capacidade consciente do indivíduo em analisar as metas/propostas pelo movimento social, de seu alcance teórico e prático resultaria em sua postura de dispor-se a agir, se considerar que tais metas fazem sentido e vêm a possibilidade de êxito. Essa dimensão de acordo com Sandoval (1994: 68), é chamada de predisposição para intervenção, representando o componente de conduta da consciência, no sentido que focaliza o “rapport” dos indivíduos com formas de ação sancionadas pelo mesmo na defesa de seus interesses e de interesse de classe.

Um movimento social é uma ação coletiva em cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere. Conforme Melucci (2001:35), um movimento social é um objeto construído pela análise e não coincide com as formas empíricas da ação. Nenhum fenômeno de ação coletiva pode ser assumido na sua globalidade, porque não expressa nunca uma linguagem unívoca. Uma aproximação analítica dos movimentos implica na decomposição do objeto segundo o sistema de relações sociais investido pela ação e segundo as orientações que tal ação assume. O significado do fenômeno varia, portanto, em função do sistema de relações sociais ao qual a ação faz referência, e da natureza do conflito. Indagar sobre o diverso funcionamento de uma organização não é a mesma coisa que colocar em questão o poder. Lutar por uma ampliação da participação nas decisões é diferente de rejeitar as regras do jogo. Somente sob a condição de distinguir planos e significados diversos da ação coletiva seria possível compreender os conteúdos de um movimento concreto, portador de instâncias múltiplas e freqüentemente contraditórias.

Para Melucci (2001), compreender a ação coletiva contemporânea exige um quadro conceitual diverso daquele do capitalismo industrial. De uma parte, as sociedades contemporâneas, fundadas na informação, produzem recursos crescentes de autonomia para os atores individuais e coletivos. Os sistemas complexos podem funcionar somente se a informação produzida circula no seu interior e se os seus atores estão em condições de recebê-la, interpretá-la, transmiti-la. De outra, os sistemas complexos exigem formas de poder e de controle que asseguram a sua integração e devem avançar até o nível mais íntimo no qual se forma o sentido do agir individual e coletivo. Não sendo suficiente

controlar a ação manifesta, mas interferir nas suas raízes motivacionais, cognitivas, afetivas; é preciso manipular a estrutura profunda da personalidade e da própria estrutura biológica.

Para se categorizar movimento social enquanto uma ação coletiva é necessário que o movimento não se limite a manifestar um conflito, mas o leva para além dos limites do sistema de relações sociais a que a ação se destina (rompe as regras do jogo, propõe objetivos não negociáveis, coloca em questão a legitimidade do poder).

Há, porém, outros fenômenos coletivos que procuram fazer rearranjos dentro do sistema, não pretendem romper regras, que se realizam através de consensos de atores em torno de regras e procedimentos para o controle dos recursos valorizados, demandados. Enquanto outros se caracterizam como fenômenos de manutenção da ordem, enquanto se situa no interior dos limites de variabilidade estrutural de certo sistema de relações sociais, neste caso o ator é definido pela sua marginalidade no que se refere a um sistema de normas e reage ao controle que estas exercitam sem, todavia, colocar em discussão a sua legitimidade, sem individualizar um adversário social e um conjunto de recursos ou valores pelo qual se luta (Melucci, 2001: 36-7).

Para o autor, passando de um movimento reivindicativo a um movimento político, a um movimento antagonista, pode-se, relevar uma variação nas seguintes dimensões:

- a) um movimento antagonista luta por objetivos que preservem sempre a identidade fundamental dos atores. Não se trata mais do controle sobre os recursos imediatos ou da aquisição de vantagens materiais, mas da orientação mesma da produção social. Trata-se de estabelecer uma forma diversa de apropriação dos recursos sociais. Neste sentido, um conflito antagonista atinge os fundamentos culturais de uma sociedade;
- b) os conflitos internos de uma organização, ou de um sistema político, permitem mais facilmente a adoção de estratégias parciais e a prática de negociações sobre objetivos intermediários. Os movimentos antagonistas têm objetivos e formas de ação que não são negociáveis com a ordem existente do poder social e com as formas de hegemonia política dos interesses dominantes;
- c) a solução dos conflitos torna-se sempre mais dificultosa, indo dos movimentos reivindicativos aos movimentos antagonistas no momento em que o que está em jogo cresce de importância para o grupo implicado;

d) a relação entre custos e benefícios da ação é mais clara e o cálculo dos efeitos dos diversos cursos de ação é mais fácil quando as apostas em jogo são mais diretamente quantificáveis e quando é possível prever diversas soluções alternativas;

e) o conflito se aproxima de uma solução a soma zero quanto mais se vai em direção aos movimentos antagonistas. Nas lutas pelo controle da produção social, as apostas em jogo não são divisíveis, enquanto na organização de um sistema político cada parte pode esperar vantagens parciais e a vitória estabelece só um desequilíbrio relativo dos ganhos e das perdas.

Seguindo esta orientação, de acordo com Melucci (2001), os sistemas de referência da ação coletiva devem ser entendidos, portanto, como estruturas analíticas, como formas específicas de relações sociais. Neste sentido, os movimentos sociais podem encaminhar-se para três tipos de condutas:

1- Movimento Reivindicativo: pode-se falar de ação reivindicativa de competição política: quando um conflito se situa no interior dos limites de um sistema organizativo ou de um sistema político. Neste sentido, o ator coletivo reivindica uma diversa distribuição dos recursos no interior da organização, luta por um funcionamento mais eficiente do aparato, mas se confronta também com o poder que impõe as regras e as formas de divisão do trabalho. A ação pode referir-se à defesa das vantagens de uma categoria, pode mobilizar uma categoria de trabalhadores marginalizados, pode reivindicar uma diversa distribuição dos papéis e das recompensas, mas tende a ultrapassar os limites de uma organização e de seu quadro normativo.

2- Movimento Político: o Movimento político luta pela ampliação na participação nas decisões e se bate contra o desequilíbrio do jogo político que privilegia sempre certos interesses sobre outros. Tende a melhorar a posição do ator nos processos decisórios ou a garantir-lhe acesso e quer abrir novos canais para expressão de questões exclusas, impulsionando a participação além dos limites previstos pelo sistema político.

3- Movimento Antagonista: um movimento antagonista é uma ação coletiva portadora de um conflito que atinge a produção de recursos de uma sociedade. Luta não só contra o modo como os

recursos são produzidos, mas coloca em questão os objetivos da produção social e a direção do desenvolvimento.

Assim, concordamos com Sandoval (1994:68), para quem o estudo da consciência política sem um exame cuidadoso da percepção de ações coletivas seria incompleto, na medida em que falha em ligar visões societais a alternativas comportamentais possíveis e implícitas em situações específicas de relações de poder.

Este enfoque desenvolvido pelo autor é dirigido a analisar os determinantes da dinâmica interna e externa nos movimentos sociais que influem nas formas de participação que as pessoas assumem frente às ações coletivas e os movimentos sociais. Esta óptica psico-sociológica, prescreve Sandoval (1989:67), não pressupõe a separação artificial de aspectos ‘psicológicos’ dos aspectos ‘sociológicos’ na velha tradição academicista fragmentária, mas pressupõe um enfoque integrado que analisa os fatores e os processos que determinam as formas e os motivos individuais das pessoas agirem em situações de mobilização coletiva.

Compreendemos que esta proposta de um modelo analítico, das categorias aplicadas por Sandoval e pelos demais autores apresentados nos oferecem um aporte teórico consistente para as análises da consciência política dos cooperados (as) do MST. Excluindo-se, todavia, conforme, Penna (1985:25), expectativas de um estudo definitivo do qual não se possa mais sair a partir do momento em que se o considera expressão da plena e integral realização da essência humana. Nesse sentido, o conceito de historicidade como indicador da dimensão básica do homem seria o penhor desse traslado na medida em que assegura uma contínua disponibilidade para a passagem do real de agora para o possível a se implantar amanhã.

CAPÍTULO- IV

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

1. Abordagem qualitativa

Esta pesquisa se caracteriza por uma abordagem qualitativa, onde é privilegiado o estudo de caso. Para a coleta de dados foram utilizadas análises documentais, entrevista semi-estruturada e a observação participante.

Características gerais da abordagem qualitativa de acordo com Bogdan e Biklen, apud Menga Lüdke (1986:11-3):

- Os dados coletados são predominantemente descritivos
- A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto.
- O “significado” que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador
- A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que existe um vínculo dinâmico e indissociável entre o mundo objectivo e a subjetividade do sujeito. Entre suas características encontram-se as mencionadas por Chizotti (1991), quais sejam: a imersão do pesquisador nas circunstâncias e contexto da pesquisa, a saber, o mergulho nos sentidos e emoções; o reconhecimento dos atores sociais como sujeitos que produzem conhecimentos e práticas; os resultados como fruto de um trabalho coletivo resultante da dinâmica entre pesquisador e pesquisado; a aceitação de todos os fenômenos como igualmente importantes e preciosos: a constância e a ocasionalidade, a frequência e a interrupção, a fala e o silêncio, as revelações e os ocultamentos, a continuidade e a ruptura, o significado manifesto e o que permanece oculto.

A expressão investigação qualitativa refere-se a uma multiplicidade de métodos e desenhos de investigação. No entanto, podem encontrar-se vários elementos comuns nessas diferentes abordagens: De acordo com Bogdan, R; Biklen S. (1998) estes elementos são:

- Uma abordagem holística às questões - um reconhecimento que as realidades humanas são complexas.
- As estratégias de investigação usadas, geralmente mantêm um contacto com as pessoas nos contextos onde essas

peessoas geralmente se encontram.

- Existe tipicamente um alto nível de envolvimento do investigador com os sujeitos.
- Os dados produzidos fornecem uma descrição, usualmente narrativa, das pessoas vivendo através de acontecimentos em situação.

Os desenhos dos estudos qualitativos são flexíveis e particulares ao objecto de estudo. Evoluem ao longo da investigação e é esta flexibilidade que permite maior aprofundamento e detalhamento dos dados. O investigador observa as pessoas e as interacções entre elas, participando de atividades, entrevistando pessoas - chave, conduzindo histórias de vida ou estudos de casos e/ou analisando documentos já existentes.

Na abordagem qualitativa, não existem regras metodológicas fixas e totalmente definidas, mas estratégias e abordagens de colheita de dados, que não devem ser confundidas com a ausência de metodologia, ou com o "vale tudo" .. As pesquisas qualitativas são na sua maior parte voltadas para a descoberta, a identificação, a descrição aprofundada e a geração de explicações. Buscam o significado e a intencionalidade dos atos, das relações sociais e das estruturas sociais.

No entanto, sociologicamente, a análise das palavras e das situações expressas por informantes personalizados não permanece nos significados individuais, mas nos significados compartilhados.

As abordagens quantitativas visam a apresentação e a manipulação estatística de observações com vista à descrição e à explicação do fenómeno sobre o qual recaem as observações. Por sua vez, a perspectiva qualitativa remete-se para um exame interpretativo não numérico das observações com vista à descoberta das explicações subjacentes e os modos de inter-relação. Estas definições ajudam a explicar o porquê da tendência dominante consistir em utilizar separadamente cada método e o porquê de persistir o debate entre investigadores acerca do interesse relativo de cada abordagem.

A abordagem qualitativa, de acordo com LÜDKE (1986), teve a sua origem no século XIX, na Alemanha. Alguns academicos, insatisfeitos com o uso de métodos naturalísticos nas ciências sociais, propuseram uma abordagem holística para o estudo de fenómenos sociais. No paradigma qualitativo, a realidade é construída a partir do quadro referencial dos próprios sujeitos do estudo, e cabe ao pesquisador decifrar o significado da acção humana, e não apenas descrever os comportamentos. O axioma da investigação dos "objectos" sociais é que os seres humanos respondem a estímulos externos

de maneira seletiva. Tal seleção é influenciada pela maneira através da qual eles definem e interpretam situações e acontecimentos. Em geral, os teóricos qualitativos sustentam a ideia de que não existem padrões formais ou conclusões definitivas e que a incerteza faz parte da sua epistemologia. As principais vantagens dos métodos qualitativos segundo a autora, são as seguintes:

- Geram informações ricas e detalhadas que mantêm intactas as perspectivas dos participantes;
- Possibilitam uma compreensão do contexto dos comportamentos;
- Fornecem informações úteis a respeito de tópicos mais pessoais ou de difícil abordagem em desenhos de estudos mais estruturados.
- Para os que são partidários de uma metodologia qualitativa, a realidade é essencialmente moldada pelo contexto social. Eles insistem sobre a relação íntima entre o investigador e o assunto e sobre as condições conjunturais que determinam as questões.

Portanto, pelas características arroladas sobre a pesquisa qualitativa e pela natureza do problema de pesquisa a que nos propomos desenvolver, a abordagem qualitativa consideramos a mais adequada.

2. Método: Estudo de caso

O Método do Estudo de Caso "(...) não é uma técnica específica. É um meio de organizar dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado" (GOODE & HATT, 1969:422).

De acordo com LÜDKE e ANDRÉ (1986:18) as características do estudo de caso são as seguintes: 1) visam à descoberta; 2) enfatizam a interpretação em um contexto; 3) buscam retratar a realidade de forma completa e profunda; 4) usam uma variedade de fontes de informação; 5) procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social; 6) utilizam linguagem e forma mais acessíveis que outros relatórios.

Para Campomar (1991), o estudo de caso é utilizado quando se pretende:

- Explicar ligações causais em intervenções ou situações da vida real que são complexas demais para tratamento através de estratégias experimentais ou de levantamentos de dados;
- Descrever um contexto de vida real no qual uma intervenção ocorreu;
- Avaliar uma intervenção em curso e modificá-la com base em um Estudo de Caso ilustrativo;
- Explorar aquelas situações nas quais a intervenção não tem clareza no conjunto de resultados.

Componentes da pesquisa:

- Unidade de análise: indivíduo, Organização, o contexto, o cotidiano;
- Estabelecer a lógica que ligará os dados às proposições do estudo;
- Critérios para interpretar os achados – referencial teórico e categorias.

De acordo com Chizzotti (1998:102), o caso é tomado como unidade significativa do todo e, por isso, suficiente tanto para fundamentar um julgamento fidedigno quanto propor uma intervenção. É também considerado como um marco de referência de complexas condições sócio-culturais que envolvem uma situação e tanto retrata uma realidade quanto revela a multiplicidade de aspectos globais, presentes em uma dada situação.

3. Procedimentos e Técnicas de coleta de dados:

O Método do Estudo de Caso obtém evidências a partir de seis fontes de dados: documentos, registros de arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos e cada uma delas requer habilidades específicas e procedimentos metodológicos específicos.

Neste estudo foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas com os membros da Coopac. Análise documental de material produzido pelos cooperados (as), material utilizado no processo formativo para a cooperação - Cadernos de formação e observação, visando à análise dos fatos e não apenas a versão dos fatos.

4- A Inserção no Contexto

A minha inserção no contexto da cooperativa tem sua origem há mais de cinco anos, quando da primeira visita numa aula de campo com os alunos da Universidade de Cuiabá. No entanto, eu já conhecia vários membros da Coopac, através dos encontros de formação promovidos pela Coordenação Estadual do MST. Encontros esses que por vezes trabalhei como palestrante convidado, para falar especialmente sobre o ideário político-pedagógico do educador social José Martí.

No ano de 2004, antes de iniciar a pesquisa de campo, já havia realizado a construção do capítulo sobre o Ideário do Movimento Sem Terra do modelo de cooperação por eles proposto, bem

como o ideal de ser humano e de sociedade almejado. Isto foi desenvolvido a partir dos documentos produzidos pelos teóricos militantes do Movimento, cadernos de formação onde está plasmado o projeto, princípios políticos a serem palmilhados no chão dos assentamentos.

O objetivo desta análise documental, além de conhecer mais profundamente o ideário político-pedagógico proposto pelo MST, os princípios de cooperação na qual o Movimento pauta-se; o modelo de sociedade e de ser humano que pretendem desenvolver através da cooperação, visa ainda servir de parâmetro afim de que possam ser confrontados com a análise das entrevistas e a observação.

5- A Reconstituição da história da Coopac

Para a reconstituição da história da Coopac, realizei pesquisa de campo, analisando os documentos produzidos pela Coopac, suas atas, estatutos regimentais, entrevistas semi-estruturadas para compreender a trajetória dos sujeitos da história, desde a primeira ocupação realizada no Estado de Mato Grosso, lócus de onde provém os assentados desta cooperativa.

Para consecução de tal objetivo, entrevistei de forma mais aprofundada quatro membros que, além de serem sócios (3) fundadores, são lideranças dentro da cooperativa e também no nível de MST-MT. Ainda complementei com outras entrevistas de menor fôlego com outros sócios, visando complementar dados, além de observações por ocasião das visitas de campo, e fotografias feitas por mim e outras conseguidas junto ao arquivo da própria cooperativa, com membros que guardam sua memória da trajetória de luta para conseguirem seu pedaço de chão, e ainda no arquivo da Coordenação Estadual do Movimento.

Vale esclarecer que para efeito de análise das entrevistas, não utilizamos os verdadeiros nomes. Optamos pela utilização de pseudônimos, por entender que isto permitiria aos pesquisados falarem mais livremente sobre suas experiências, suas angústias, críticas e expectativas.

6- Para o Estudo da Consciência Política

Campo de pesquisa: MST – Cooperativa de Produção Agropecuária Canudos (COOPAC).

Sujeitos e contextos pesquisados: membros da COOPAC.

A pesquisa de campo realizada para fins de construção do capítulo que trata da história dos

membros da Coopac, a trajetória desde a primeira ocupação, as lutas deste grupo no Estado de Mato Grosso, até a chegada à terra e a constituição da primeira cooperativa ligada ao MST/MT, sua organização, seus projetos e dificuldades vivenciadas em todo o processo coletivo, permitiu-nos apontar com maior clareza espaços de formação e socialização política, de controvérsias e de projetos, de indicações para a superação de alguns dilemas apontados por alguns dos integrantes.

Para esta etapa da pesquisa, onde envidamos esforços para captar pontualmente a questão da consciência política presente nos cooperados (as), compreendemos ser importante fazer um recorte, a fim de observar e entrevistar membros da Coopac que comumente participam dos encontros de formação política, especialmente os promovidos pela coordenação do MST-MT, e outro estrato dos que não possuem tal prática (seis pessoas de cada estrato, sendo três homens e três mulheres, número igual para os dois grupos, totalizando doze sujeitos entrevistados de um total de 19 associados).

Nesta etapa do estudo utilizamos a entrevista semi-estruturada e teve como objetivo apreender entre os sujeitos pesquisados, as motivações que os levaram a fazer parte do MST e da Coopac, como se vêem enquanto membros da Coopac, seus conflitos, suas expectativas, suas desilusões em relação ao trabalho cooperado, qual a percepção dos mesmos sobre o processo de formação ocorrido através da participação no MST e na Coopac, as suas análises do processo de partilha dos trabalhos e dos frutos produzidos, suas concepções de homem e de sociedade desenvolvidas no processo de participação no MST e na Coopac, em fim busca-se conhecer as formas de consciência política construídas no processo de participação no MST e especificamente através da atuação na COOPAC.

Utilização da observação serviu como um complemento metodológico para análise, tendo por objetivo captar o comportamento e as ações cotidianas, a práxis dos membros da Coopac, que revelam as formas de consciência política manifesta, na sua interface com a consciência revelada nas entrevistas e nos documentos, o que nos permitiu um conhecimento mais aprofundado da realidade.

Lançamos mão ainda de fotografias (visando demonstrar situações e/ou ilustrar o que foi dito), de contextos, espaços de interação, ambientes de socialização, considerados e ou percebidos no trabalho de campo como lócus que revelam dimensões da consciência política.

7-Dos Sujeitos da Pesquisa

Grupo “A” :

No capítulo V, apresentamos e analisamos o resultado das entrevistas e das observações realizadas na pesquisa de campo com os seis cooperados (as) que possuem o que denominamos de uma prática militante. Esta prática está por nós destacada pelos seguintes elementos:

- a) Cinco membros exercem, ou já exerceram, papéis de liderança na gestão da Coopac;
- b) Três destes exercem ou já exerceram papéis de liderança junto ao MST-MT;
- c) Todos os seis defendem os princípios postulados pelo MST;
- d) Todos, na medida do possível, participam das atividades promovidas pelo MST, cursos, encontros, manifestações, intercâmbios...

Kauan: idade: 35 anos; natural do Paraná; procedente do MST a partir de Rondônia, local em que conheceu o Movimento no ano de 1992. Isto se deu, através de sua participação nos trabalhos de base da Igreja Católica, e também do PT, conforme seu depoimento. Sua escolaridade: sétima série do Ensino Fundamental. Descreve-se como amasiado, pai de três filhos.

Este cooperado é citado várias vezes pelos demais membros como o companheiro que junto com outros trouxe o MST para o Estado de Mato Grosso. Isto se pode observar no capítulo II, que trata da história da Coopac.

Consta, em seu depoimento, que fora assentado em outro assentamento (Zumbi dos Palmares no município de Dom Aquino - MT), mas, por defender os princípios do Movimento, foi perseguido e ameaçado, razão pelas quais, deixou seu lote e migrou para junto do grupo cooperado que o acolhera momentaneamente e, a posteriori, cada sócio da Coopac, combinados entre si, doou parte do próprio lote, formando um novo, para ser ocupado por Kauan que, assim, foi integrado ao grupo como membro sócio da cooperativa com plenos direitos e posses.

Kauan sempre esteve ligado à coordenação do Movimento, participou de intercâmbios, como, por exemplo, foi a Cuba por ocasião da comemoração dos 40 anos de Reforma Agrária naquele País. Momento em que, segundo ele, tiveram a oportunidade de conhecer um pouco mais da cultura local, das experiências camponesas. Atualmente está liberado das atividades da cooperativa para que possa atuar como liderança/militante do MST-MT, por um período ainda indeterminado.

Cíntia: Estado civil: casada, idade: 32 anos, natural de Rondonópolis- MT- local onde nasce a primeira organização do MST em Mato Grosso. Escolaridade: primeira série do Ensino Fundamental.

Atualmente voltou a estudar à noite, cursando o ensino fundamental na modalidade Educação de Jovens e Adultos. Para isso, após sua jornada de trabalho junto a Coopac, e o cuidado da casa e dos três filhos, juntamente com outros estudantes, toma o ônibus escolar que os transporta até a cidade de Campo Verde, distante 15 km do assentamento.

Esta cooperada, nunca assumiu cargos na gestão da Cooperativa, mas apresenta todo um perfil de liderança, participa das capacitações, encontros e cursos oferecidos pelo Movimento. Pelos seus depoimentos acerca da defesa do ideário do MST, e pela prática de educação continuada junto ao Movimento, consideramos mais adequado mantê-la neste grupo de uma prática militante.

Marcos: idade 31 anos, natural de Rondonópolis – MT. Escolaridade: Técnico em Agropecuária, formado pela Escola Agrotécnica Federal de Mato Grosso. Declarou-se amasiado, pai de dois filhos. É filho de pequenos proprietários rurais, viveu com seus pais até os 18 anos. Serviu o exército, logo após viveu no internato na Escola Técnica Federal, no Município de Cuiabá. Segundo ele, saindo da escola já começou a participar do Movimento, sendo que inicialmente era mais para dar assistência técnica, porém, em 1997 foi assentado junto com os demais, pois, durante a luta o grupo envolvido chegou à conclusão de que este, pelo seu empenho, conquistara esse direito.

No entanto, pela sua contribuição ao Movimento, desde o acampamento, foi solicitado a dar apoio a regional de Cáceres, onde ficou durante um ano, período em que, segundo ele, sempre voltava ao assentamento, em Campo Verde, quando havia discussões importantes. Já no ano de 1998, Marcos ficou junto a Coordenação Estadual do MST em Cuiabá, não deixando de acompanhar as discussões do grupo assentado a que fazia parte, inclusive das deliberações e da criação da Coopac em Março de 1998. Mudou-se diretamente para o assentamento entre o final de 1998 e início de 1999, onde permanece até os dias atuais.

Este cooperado, além desta sua atividade militante, contribuindo com o Movimento no Estado, sempre participa dos cursos, encontros, intercâmbios promovidos pelo Movimento, por exemplo: um intercâmbio realizado com amigos do MST e entidades ligadas à questão da terra em Portugal, Espanha e outros Países da Europa; tem exercido funções administrativas na Coopac e, por possuir um conhecimento técnico e social maior que os demais cooperados (as), é sempre consultado e lembrado pelos companheiros (as) como alguém muito experiente que contribui bastante para o coletivo. Atualmente foi convidado pelo prefeito, desta nova gestão(2005- 08) em Campo Verde, para assumir um cargo de assessoria junto à secretaria de agricultura, onde é responsável pela coordenação e

elaboração de projetos em todos os assentamentos e para a agricultura familiar do Município de Campo Verde. O mesmo está liberado pela Coopac, para realizar tais funções.

Maribel: idade 45 anos, natural do Estado de Sergipe, escolaridade quinta série do Ensino Fundamental, casada, mãe de cinco filhos. Em sua trajetória antes do MST, trabalhava com os pais em uma fazenda quando, em 1980, foram despejados, depois passou a trabalhar na cidade como lavadeira ou em outras atividades como limpar terrenos, diarista, trabalhou no frigorífico, depois passou a fazer parte da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pedra Preta - MT.

O conhecimento do MST ocorreu, segundo ela, através de pessoas - que hoje ela chama de *uns amigos que vieram de Rondônia- como o Zezão, o Vanderly, o Valdir Correa e o Valdir Gaúcho*. Neste primeiro momento, ela ainda fazia parte da direção do sindicato, tendo sido convidada a participar das primeiras reuniões em Rondonópolis, porém a mesma diz que, por coincidir com uma reunião sindical, quem foi participar do encontro com o MST foi seu marido como representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pedra Preta. Desta primeira reunião ficou agendada outra, mas naquele momento ocorreria no município em que residia, segundo ela, nas dependências da Igreja Católica, de onde se encaminharam os trabalhos de base culminando com a primeira ocupação do Mato Grosso na fazenda Aliança no Município de Pedra Preta, conforme já demonstramos no capítulo II .

Maribel tem exercido vários cargos na gestão da Coopac, sempre que lhe é possível participa dos encontros de formação promovidos pelo MST, também fez parte, no ano de 2004, de um grupo de 10 cooperados (as), que realizou intercâmbio para troca de experiências com uma cooperativa no Estado do Paraná onde partilhou/internalizou várias idéias (algumas também já expressas no capítulo II), as quais ainda acalenta, mas pensa incorporá-las na Coopac após discutí-las junto ao seu grupo. Hoje Maribel considera-se um pouco afastada do sindicato, mas participa da vida política, tanto que na última eleição foi candidata à vereadora pelo PT, ficando como terceira suplente com 192 votos.

Hidalgo: idade 26 anos, solteiro, natural de Pedra Preta - MT. Escolaridade: Ensino Médio. Considera-se membro militante do MST. Na sua visão, a cooperativa é um espelho para o Movimento enquanto produção, e por seguir os princípios, as linhas políticas da organização da luta pela terra, reforma agrária e transformação social.

Já assumiu cargo no conselho fiscal da Coopac, hoje exerce a função de Coordenador Administrativo. Está retomando um trabalho comunitário com os jovens através da Pastoral da Juventude da comunidade Católica, mas está empenhado em fundar, segundo ele, a Pastoral da

Juventude Rural (PJR), onde o mesmo está com uma série de propostas para desenvolver no campo da cultura, do lazer, da geração de postos de trabalho articulado com a prefeitura, num setor de turismo agro-ecológico.

Hidalgo sempre participa dos encontros, cursos de formação, oferecidos pelo MST, exerce um papel ativo enquanto liderança dentro da Coopac.

Kailane: idade 31 anos, casada, natural de Pedra Preta – MT, mãe de dois filhos. Escolaridade: Ensino Médio incompleto. Antes de conhecer o MST, morava na cidade de Rio Branco – MT, onde participava das Comunidades Eclesiais de Base, *“então já tinha assim uma vivência dessa questão coletiva, mais comunitária, tinha várias ações que a gente fazia, participava de uma horta comunitária, nós tínhamos também uma lavanderia comunitária, onde as mulheres organizavam-se para lavar a roupa”*. Participante da Pastoral da Juventude foi convidada para as primeiras reuniões de base do Movimento, assim conhece e se integra na luta.

Na primeira gestão da Coopac, Kailane assumiu o cargo de vice-diretora financeira. Atualmente é a Coordenadora Política da cooperativa. Tem um papel ativo frente ao coletivo. Já assumiu cargos junto a Coordenação Estadual do MST. Sempre participa das atividades, cursos, encontros, atos promovidos pelo Movimento.

Kailane também participou de intercâmbios promovidos pelo Movimento, a exemplo do Encontro Internacional de Mulheres em Solidariedade a Cuba. Momento em que, segundo ela, visitaram a parte mais rural de Cuba, e a lição trazida foi, de reforço, ainda maior, sobre a importância do trabalho coletivo em todas as fases e pontos.

Grupo “B”:

No capítulo VI, trabalhamos com a análise das entrevistas e das observações realizadas na pesquisa de campo com os seis cooperados (as) que não possuem o que denominamos de uma prática militante. Esta prática está por nós destacada pelos seguintes elementos:

- a) cinco dos seis membros exerceram e/ou exercem papéis na gestão da Coopac;
- b) os seis nunca exerceram papéis de liderança junto ao MST-MT; e,
- c) de modo geral não participam das atividades promovidas pelo MST, cursos, encontros, manifestações, intercâmbios...

Cleonice: idade 30 anos; natural de Rondonópolis - MT; Sua escolaridade: quinta série do Ensino Fundamental. Casada, mãe de três filhos. Antes de conhecer o MST morava com o marido no sítio do seu sogro, quando então surgiram as reuniões de base do Movimento, das quais seu marido começou a participar. Atualmente é suplente fiscal da Coopac.

Gabriel: Idade 38 anos, natural de Minas Gerais, sua procedência antes do MST, Rondonópolis – MT. Sua escolaridade: primeira série do Ensino Fundamental. Estado civil, casado, pai de três filhos. Nas últimas duas gestões, atuou exercendo a função de suplente junto à administração da Coopac. O mesmo diz não participar de evento formativo, ou ações encaminhadas pelo MST devido à sua atividade laboral.

Sandino: idade 37 anos, natural de Guiratinga – MT, sua procedência anterior ao MST, Rondonópolis – MT. Sua escolaridade: segunda série do ensino Fundamental. Segundo ele, “estudei muito, só que não aprendi nada, tanto que estou novamente na escola”. Através da Coopac foi organizada uma sala de aula na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Estado civil, casado, pai de dois filhos. Já fez parte uma vez da gestão da Coopac como membro do conselho fiscal. O mesmo também alega questões de trabalho para sua não participação em ações promovidas pelo MST.

Elaine: idade 27 anos, natural de Rondonópolis – MT. Sua escolaridade: quinta série do Ensino Fundamental. Estado civil, casada, mãe de dois filhos. Exerceu uma vez a função na gestão da Coopac como membro do conselho fiscal. A mesma diz não participar das ações do MST, e que só está na cooperativa por causa do marido.

Mateus: idade 42 anos, natural de Montalvânia – MG, sua procedência antes do MST, Rondonópolis - MT. Sua escolaridade: quinta série do Ensino Fundamental. Estado civil, casado, pai de dois filhos. Já exerceu e atualmente ainda exerce a função de coordenador administrativo na gestão da Coopac. A clareza de sua função somente foi possível observando Atas das Assembléias, porque o mesmo falando do papel de sua liderança diz: *eu também faço parte, só não sei em que cargo (risos).*

Atribui a função de participação das atividades promovidas pelo MST aos que momentaneamente estão liberados para atuarem junto ao Movimento.

Domingas: idade 31 anos, natural de Rondonópolis – MT. Sua escolaridade: quinta série do Ensino Fundamental. Estado civil, casada, mãe de dois filhos. Diz ter conhecido o MST através dos encontros de base, onde eram formados os grupos para a ocupação da fazenda Aliança no Município de Pedra Preta. Diz que na época seu esposo era empregado na cidade e queriam um pedaço de terra para tentar sobreviver trabalhando na roça. Nunca exerceu nenhuma função na gestão da Coopac. Também não participa das ações do MST, mas declara ser favorável às lutas do Movimento.

8- Instrumentos de coleta de dados:

9- Roteiro da entrevista: semi - estruturada

I - Dados referentes ao entrevistado:

- 1- Nome:
- 2- Idade:
- 3- Naturalidade:.....Procedência antes do MST.....
- 4- Escolaridade:
- 5- Estado civil:
- 6- Nome do cônjuge:
- 7- Número de filhos:

II - Este bloco de questões tem como objetivo compreender as motivações que levaram os sujeitos a participarem do MST e da Coopac:

- 8- Como o/a sr/a conheceu o MST?
- 9- Quais os motivos que o/a levaram a participar do MST?
- 10- Quais os motivos que o/a levaram a participar da Coopac? E se há benefícios em ser cooperado?

III - Este conjunto de questões tem como objetivo verificar como os sujeitos se identificam enquanto membros do MST e da Coopac.

- 11- Você se considera como membro do MST? O que representa para o/a sr/a fazer parte do MST?
- 12- O que significa ser membro da Coopac? Um membro da coopac é diferente de outros trabalhadores não cooperados (as)? Em quê?
- 13- O que você considera necessário para viver em cooperativa? Você percebe isso na Coopac?
- 14- Existe projeto político defendido pela Coopac? Qual? E pelo MST?
- 15- Os membros da Coopac participam das decisões do MST? De que forma e em que nível?
- 16- A coopac cede quadros para o MST? Você é favorável?
- 17- Quais os mecanismos de escolha dos dirigentes da Coopac? E do MST? Sua avaliação?

VI - Este conjunto de questões tem como objetivo captar seus conflitos, suas expectativas, realizações e suas frustrações em relação ao trabalho cooperado.

- 18- Quais as maiores dificuldades enfrentadas por vocês no processo de cooperação?
- 19- O que você esperava, e que não aconteceu? Você acha que ainda vai acontecer?
- 20- Qual sua avaliação das relações dentro da coopac? Da cooperação com o MST?
- 21- Como você vê a atuação das lideranças na Coopac?
- 22- Quais os valores que você considera mais importantes que são vividos na coopac? Que outros valores deveriam ser cultivados?

V - Este conjunto de questões tem como objetivo verificar a percepção dos mesmos sobre o processo de formação/conscientização ocorrido através da participação no MST e na Coopac.

- 23- Participar no MST trouxe alguma contribuição para a sua vida?
- 24- Como você avalia sua participação na Coopac?
- 25- Quais são os aspectos da vida do dia a dia que são decididos coletivamente? Deveria ser ampliado ou diminuído o poder deste coletivo sobre a vida pessoal?
- 26- Você se considera uma pessoa livre? O que é necessário para tal?

VI - Este conjunto de questões tem como objetivo apreender as suas análises do processo de partilha dos trabalhos e dos frutos produzidos.

27- Como se dá a escolha do que produzir? Quanto produzir? E quanto trabalhar?

28- Você está satisfeito com este modelo de organização do trabalho?

29- Você concorda com essa forma de partilhar os produtos?

30- Houve melhoria nas condições de vida após tornarem-se cooperados (as)? O que mudou? No trabalho, na família, no assentamento?

VII - Este conjunto de questões tem por objetivo captar a compreensão dos membros da coopac quanto à identificação de aliados e possíveis inimigos da ação cooperativa.

31- Há participação em atividades, lutas sociais fora da coopac?

32- Existem pessoas ou grupos contrários dentro da coopac, do assentamento, na sociedade? Quem e por quê?

VIII - Este bloco de questões tem como objetivo apreender se os cooperados (as) tratam e/ou fazem relação entre o MST a Cooperação, a realidade sócio-político e a questão de gênero.

33- Por quais motivos acontecem os conflitos da terra?

34- Em sua opinião qual a melhor maneira de superá-los?

35- E é isto que está sendo feito na Coopac?

36- Como você tem visto a atuação do MST?

37- Poderia ser melhorado? Em quê?

38- O trabalho desenvolvido na Coopac tem algo a ver com política?

39- Como você vê o papel da mulher na Coopac/MST?

40- Como você vê o papel do homem na Coopac/MST?

41- Você percebeu mudanças em seu/sua companheiro/a após fazer parte da coopac?

42- Há alguma diferente nas conquistas do MST comparando governo FHC e o governo Lula?

10- Roteiro da Observação

- a. Visualizar indicadores de atitudes que revelem solidariedade e companheirismo no dia a dia dos trabalhadores cooperados (as)?
- b. Como se dá à relação de gênero entre os cooperados (as)?
- c. Como se dá na prática a divisão do trabalho, e quais as reações dos membros diante das divisões de tarefas?
- d. Observar a existência ou não de conflitos na convivência diária entre os membros da Coopac?
- e. Quais as atitudes de satisfação ou insatisfação observadas no cotidiano dos cooperados (as)?

11- Análise documental

Foram analisados os cadernos de cooperação agrícola produzidos pelo MST e CONCRAB, para responder as seguintes questões:

- f. Qual o ideário político dos membros da Coopac e do MST?
- g. Quais os princípios de cooperação na qual o Movimento pauta-se?
- h. Qual o modelo de sociedade e de ser humano que pretendem desenvolver através da cooperação?

CAPÍTULO– V

OS COOPERADOS (AS) COM PRÁTICAS MILITANTES E AS FORMAS DE CONSCIÊNCIA POLÍTICA APREENDIDAS NA COOPAC

Nos capítulos V e VI tem como objetivo apresentar e analisar os dados obtidos na pesquisa de campo mediante entrevistas e observações efetuadas com doze pessoas cooperadas do Assentamento 14 de Agosto –Campo Verde- MT, à luz do horizonte teórico adotado nesta pesquisa, com o intuito de desenvolver uma análise o mais aproximada possível e coerente com o contexto em estudo. Optamos por dividir os entrevistados (as) em duas partes, sem com isso significar juízo de valor: o primeiro grupo “A” - cooperados (as) com prática militante são tratados neste capítulo V, e o outro grupo “B” - cooperados (as) sem prática militante no capítulo VI, seguindo os seguintes critérios:

- a) Pessoas (50% dos entrevistados) que possuem, além da vivência cooperada, uma prática militante, especialmente junto ao MST. Ou seja, três destas pessoas já exerceram, ou exercem liderança em nível do Movimento no Estado de Mato Grosso, enquanto que os outros três são pessoas mais envolvidas na liderança da cooperativa e comumente participantes dos cursos, encontros do MST-MT; e,
- b) Pessoas (outros 50% dos entrevistados) que: a) cinco dos seis membros exerceram e/ou exercem papéis na gestão da Coopac; b) os seis nunca exerceram papéis de liderança junto ao MST-MT; e, c) de modo geral não participam das atividades promovidas pelo MST, cursos, encontros, manifestações, intercâmbios, ficando mais restritos ao trabalho interno da cooperativa.

De fato, muitas são as categorias possíveis de serem encontradas neste manancial de dados colhidos junto aos sujeitos dessa história em curso denominada Coopac. Entretanto, optamos por utilizar como categorias analíticas as dimensões de consciência política propostas pelo Prof. Salvador Sandoval (2001), que são: Identidade Coletiva; Crenças e Valores Societais; Identificação de Adversários e de Sentimentos Antagônicos; Sentimentos de Eficácia Política; Sentimentos de Justiça e Injustiça; Vontade de Agir Coletivamente e, por fim, as Metas de Ação Coletiva, como abordamos anteriormente no capítulo III do presente trabalho. Reportando-nos as palavras do próprio autor que

destaca que ao considerar algumas poucas formas de consciência não significa que não haja a existência de outras e, ainda, que as diferentes modalidades de consciência estão em constante processo de transformação, com a progressiva extinção das arcaicas e a emergência de outras novas.

Nosso empenho neste estudo está direcionado em captar e interpretar analiticamente as formas de consciência política apresentada pelos cooperados (as), através do conteúdo das entrevistas e das observações realizadas. Após uma breve apresentação dos sujeitos da pesquisa, passamos a análise de cada concepção, a partir das categorias adotadas, buscando identificar as várias dimensões da consciência política presentes nestas concepções. Vale salientar, porém, como faz Alessandro Silva (2002) que as dimensões da consciência adotadas aqui como categorias analíticas não são estanques e que se articulam entre si, muitas vezes se interpenetram. Dessa forma, explica-se o motivo pelo qual, em certos momentos, as análises feitas em certas categorias indicarem dados que a priori estariam em outra categoria.

1 – Identidade Coletiva

Segundo Silva (2002), a construção da identidade coletiva entre as famílias de sem terra, costuma estar fundamentada em relações de afinidade, quando não parental. De fato, a realidade dos sujeitos da Coopac vem corroborar com esta tese, uma vez que o grupo inicial era constituído por 12 famílias sendo que formava quatro subgrupos: um constituído por cinco irmãos e um cunhado de um destes, outro constituído por dois irmãos, outro composto por pai e um filho, que na época era casado, e o último formado por duas famílias, uma já conhecida, em um acampamento anterior e a outra conhecida a partir da organização do Movimento no Estado.

Hoje, esta realidade está um pouco alterada, pela saída de uma dupla de irmãos, e mais um dos irmãos do grupo dos cinco. Porém, adentrou por último um sobrinho neste subgrupo maior.

Cíntia, Hidalgo, Kailane e Marcos deixam claro o princípio parental que os levou para esta constituição da identidade coletiva:

Foi através de uma tia que já participava do MST, então, ela foi passando todos os procedimentos do movimento, da luta, dos acampamentos, daí que a gente resolveu ir acampar. Primeiro, participamos dos trabalhos de base deles até chegar à ocupação (Cíntia).

Eu conheci através de minha mãe que participava do sindicato, ela trabalhava como secretária no sindicato, e surgiu o movimento lá e com essa acolhida dela ter uma grande influência dentro do sindicato, o pessoal foi fazer o trabalho de base e ficaram lá em casa. (...) aí onde que a gente foi conhecendo os primeiros passos do movimento (Hidalgo).

(...) meu pai sempre foi da roça, mas nunca tinha possuído uma terra, então, ele tinha muita vontade, então por aí agente avaliou e achou que ali estava a chance então da gente conquistar a terra pra ele, e então é por isso que agente definiu então, toda a família, que a gente iria para o acampamento (Kailane). Através dos meus irmãos que estavam no acampamento. Sempre fui ligado à agricultura, quando terminei o curso senti que podia ajudar os meus irmãos e outras famílias que estavam lutando pela terra (Marcos).

Um dado significativo nesta formação de uma identidade coletiva pode ser observado através dos depoimentos que dizem das razões, dos motivos que os permitiram fazer parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Praticamente são unânimes as situações de privações em que viviam estas famílias (e ainda vivem os familiares que não participam do Movimento). Vejamos alguns depoimentos que demonstram tais indicações:

Na minha avaliação deveria ter entrado antes para o movimento. Essa é a verdade. Na época a gente trabalhava de arrendatário, diária em pequenos sítios... (...) a gente sempre foi de uma família muito sofrida. (...) A gente quando entrou no movimento, a família sempre foi pobre, e não tinha muita perspectiva de vida. A nossa família era muito grande, somos nove irmãos, até hoje todos vivos, tem a mãe, o finado pai já faleceu. (...) Então na minha família hoje a situação não é das boas. Não é uma situação que todos tenham o que comer. Hoje eu tenho de dois a quatro irmãos meus que passam uma situação difícil. Difícil mesmo, uma situação de você chegar assim na casa é de dar dó de ver. Mas eu, depois que entrei no Movimento Sem Terra, na minha avaliação melhorou, só que a minha melhora não ajuda eles, devido à gente estar longe (Kauan).

Trabalhava no campo, com os pais, em 1980 foi despejada de uma fazenda, depois trabalhava na cidade de lavadeira, limpar terrenos, diarista, depois fui trabalhar no frigorífico, depois passei a fazer parte do sindicato dos trabalhadores rurais. (...) foi aí que conheci o MST. Conheci o MST, terminou o mandato, e daí nós fomos para o acampamento (Maribel).

Naquela época o meu pai estava desempregado, então, estava assim: agente praticamente dependendo da minha pessoa e do meu irmão que estava trabalhando, eu trabalhava de empregada doméstica (Kailane).

Estes relatos demonstram um cotidiano que mesmo antes de unificá-los em torno de uma causa comum, era idêntico em privações e sofrimentos. Porém, sem o amálgama trazido pelo MST, entendemos que dificilmente seria rompido esse cotidiano alienante. Na visão de Kauan, face às agruras pelas quais ainda vive boa parte de seus familiares, ele aponta um caminho a partir de sua experiência, indicando a emergência do sentimento de solidariedade, de laços interpessoais decorrentes da identificação com a categoria social dos sem terra, junto a quem a luta deve continuar para uma transformação mais profunda na sociedade, visando o bem comum:

Na verdade parte de minha família precisaria ainda de lutar, se inserir numa luta, pra lutar contra tudo o que está aí. Na minha opinião, no meu objetivo a gente tem que lutar junto ao movimento por que é ele que nos traz alguma esperança, não do assentamento, porque o assentamento é um passo apenas da história. Você conquista, mas isso não vai libertar você. Mas assim, um pensamento que um dia pra frente a gente poderia transformar mais alguma coisa em realidade, um sistema melhor, uma vida melhor para toda a Nação. Então o que faz hoje eu estar no Movimento Sem Terra, não é tanto a questão do lote (Kauan).

Na fala deste cooperado, percebe-se o que Przeworski (1989) chama *das estruturas de escolhas advindas das relações sociais*; segundo as quais os agentes fazem sua opção, demonstrando não ter sido algo meramente internalizado via condução externa, mas ao contrário, através das interações sociais, em que delibera sobre objetivos, o mesmo percebeu e avaliou alternativa, selecionando o caminho a seguir ao concluir que o MST é o caminho onde agir, justamente visualizando alterar as relações sociais.

No dizer de Cíntia, ao ser questionada sobre os motivos que a levaram a participar do Movimento, a mesma vai amealhar, a nosso ver, tanto uma questão identitária quanto o rompimento com uma visão societária cristalizada, alienante. Isto, fruto do desenvolvimento de uma aprendizagem crítica, própria da consciência política adquirida no processo de luta e como cooperada militante.

A questão que me levou a participar, é a questão que a gente vive no país. A gente vê que o MST prega tudo relacionado com o que a gente vive: a questão da exclusão social. Onde você não tem acesso a nada, você não tem direito, você é um pobre, é um ser humano que não tem direito.

De modo claro, esta cooperada expressa sua identificação para com o ideário proposto pelo Movimento, e diz do seu sentimento em que se faz ou se sente sujeito-histórico, percebendo-se através do tempo quando vivia a situação de exclusão, um mero objeto, sem direitos que torna o pobre um NÃO SER. Portanto, seria através da participação no Movimento que ela adquire e expressa uma nova dimensão, adquirindo a consciência da práxis que a faz começar a existir humanamente. Vejamos:

Eu me sinto pessoa humana assim, parece que você resgata tudo aquilo que você não tinha, como você vivia, sem formação, sem nada, você vivia na cidade, você não era mais que um empregado, mandado, você era um pau mandado. Você não tinha direito... Você era praticamente escravizado porque você trabalha para patrão, seu valor você perde tudo. E eu não, a partir do momento que eu conheci o movimento, comecei a participar dele eu me senti pessoa humana, me senti respeitada. Porque isto você não tem lá fora. Você sofre as pessoas te excluem lá você não tem valor, você é pobre, você não tem formação, não tem estudo, a sociedade em si professor, os meios são os poucos que comandam, a gente sabe que a gente é a maioria, mas quem comanda tudo é a minoria. Assim, você se sente meio que rejeitado pelo povo, só querem o teu serviço, é só o teu serviço que serve. Então professor, você tem que ter saúde, e força de trabalhar, porque daí ali você vive (Cíntia) (grifos nosso).

Aqui vemos nitidamente o que Freire (1983) chama de recuperação da humanidade, onde a cooperada partejou a reconstrução desse ser que agora é. Vai ser através da participação que ela *resgata tudo aquilo que não tinha*, na verdade é o resgate do que lhe havia sido roubado: a própria humanidade. Assim diríamos que a mesma recuperou sua dignidade, seu valor, adquiriu uma nova identidade como indivíduo e como grupo, nas relações sociais.

Compreendemos que neste relato expressa o imbricamento de um processo, de acordo com Erikson (1972), “localizado no âmago do indivíduo e, entretanto, também no núcleo central de sua cultura coletiva, um processo que estabelece, de fato, a identidade dessas duas identidades” Há uma mudança de fato profunda na constituição desse novo ser, pois, quando questionada se considera como membro do MST, diz: *_ Ah, eu me considero... eu participo do movimento, defendo em qualquer lugar que esteja não vejo a hora assim, a gente não tem estudo, mas acontece algo assim... eu sinto... você tem no sangue... alguma coisa passa em você... eu sinto que eu me transformo na hora(Cíntia).* Sua expressão é de identificação com o movimento e de coesão social entre os pares.

Este ato de defesa incontestável do Movimento é corroborado certamente pelo fato de que individualmente eles não se sentiam em condições de enfrentar a gama de desafios impostos pela

realidade. Seria através da ação coletiva coordenada pelo MST que encontrariam forças para enfrentar o inimigo comum. Isto os faz expressar seu reconhecimento, sua identificação, a credibilidade e defesa convicta em relação ao Movimento. É a identidade tornada verbo, como nos diz Ciampa (1987), onde o indivíduo não mais é algo, ele é o que faz. Vejamos como Kailane, Marcos, Maribel e Hidalgo processaram essa passagem entre o desejo e a nova realidade:

(...) antes de eu conhecer o Movimento, eu vivia, mas era uma vida assim que a gente não tinha muita esperança, do que poderia ser melhor. De repente, não iria passar dali. Trabalhar o resto da vida de empregada doméstica para os outros e nunca de repente nem conseguir a minha casa. E eu fazendo parte do Movimento Sem Terra, eu sendo Movimento Sem Terra, então isso hoje é toda a minha vida. (...) Eu me sinto que além do movimento, eu sou uma militante do Movimento. Que a hora que o Movimento precisar de mim, é só chamar que a gente vai estar a disposição. Eu posso resumir dizendo que é a minha vida o Movimento (Kailane).

Acho que o MST é uma organização fantástica que luta por mudanças necessárias para a sociedade, *me considero um membro do MST*, pois grande parte do conhecimento político que tenho hoje foi adquirido dentro da organização (Marcos). (Grifos nosso).

(...) quem é a cooperativa? Somos todos nós! (Maribel).

(...) desde quando você participa da cooperativa você está representando também o movimento, que pelo menos pra mim eu não consigo diferenciar a cooperativa do Movimento Sem Terra, que a gente trabalha por uma causa só, na questão da produção da auto-subsistência, mas nós também trabalhamos nessa questão da visão lá fora de ver a cooperativa como um membro do movimento (Hidalgo).

Podemos perceber que estes cooperados (as) têm o Movimento e a cooperativa como definidor importante da identidade. Identificam-se pelo substantivo, pelo nome, e complementam sua identificação pelo verbo, pela atividade (eu sendo Movimento Sem Terra/ eu sou uma militante/ me considero um membro do MST/da cooperativa), conforme argüiu Ciampa.

2 – Crenças e Valores Societais

Compreendemos que a cosmovisão, ou seja, o universo simbólico construído socialmente pelo sujeito, tem como diz Sandoval (1994), suas raízes em suas experiências históricas de vida e da sociedade a que pertence. As crenças e valores societais estão por assim dizer na base da consciência política dos sujeitos.

Parece-nos que neste grupo dos cooperados (as), por nós identificados como de práticas militantes, houve um processo de desmistificação de certas crenças e valores sociais. O cotidiano foi perdendo sua dimensão de espontaneidade, interrompido pelas situações problemas advindos do processo participativo junto ao MST, e da própria Coopac. Hoje, por exemplo, o cooperado Kauan, que está liberado para o trabalho com o Movimento no Estado, fala, porém, das dificuldades que o grupo da cooperativa demonstrou neste momento de deliberar pela sua disponibilidade:

Num primeiro momento a gente discutiu, não funcionou, foi preciso descer o pessoal da direção estadual do movimento para discutir e daí que houve um consenso das famílias. Um pouco meio que forçado. Não foi de livre e espontânea vontade.

No entanto, esse mesmo cooperado demonstra compreender as dificuldades pelas quais o cotidiano da cooperativa passa, em relação à falta de mão de obra devido à demanda de serviços e terem poucos sócios. É importante observarmos que este sujeito não fica apenas na constatação do problema, vai além, sugerindo ainda que no campo das idéias, demonstrando uma consciência política crítica quando aponta o que seria tornar a cooperativa uma espécie de “laboratório” de novos sujeitos com consciência prática de cooperação. Para isso, ele defende um vínculo mais aproximado da Coopac para com o Movimento, onde ele e outras pessoas poderiam estar contribuindo com a luta, a organização do Movimento e trazer outras pessoas que estão acampadas para ajudar no trabalho interno da cooperativa.

Eu defendo que a cooperativa deveria ser aberta. Aberta para as pessoas que estão fazendo a luta, que estão aí acampadas, por exemplo, no INCRA temos 300 pessoas acampadas e paradas. Se fosse uma cooperativa aberta não teria dificuldade, poderia pegar duas ou três pessoas num revezamento de 20 a 30 dias e ir trabalhar na cooperativa, e poderia ressarcir estas famílias com uma parte, receberiam algo, lucrariam alguma coisa. (...) Com isso iria desenvolvendo as atividades da cooperativa. Isto futuramente seria uma experiência para quem fosse lá trabalhar. (...) Na minha avaliação a cooperativa tinha que trabalhar neste ritmo. Liberava, mas diria, olha, nós temos essa e essa dificuldade, assim inseria, e a pessoa que iria trabalhar lá estaria aprendendo a trabalhar cooperadamente (Kauan). (Grifos nosso).

Nesta fala, percebemos que diante de situações problemas, conflitos de ordem “natural” no desenvolvimento do trabalho cooperado, o sujeito se propõe a desafiar esta realidade, mergulha a

pensar numa outra lógica, diríamos que propondo um componente político-pedagógico para o ser coletivo da Coopac. Através de sua manifestação, percebe-se que o mesmo compreendeu a lógica da cooperativa, e diante dos conflitos, dos problemas surgidos, elabora uma outra proposta que a nosso ver avança, buscando solucionar as questões que restringem o avanço tanto do MST, quanto da Coopac, que tem muitos de seus membros que visam, segundo ele, somente o lucro:

Na minha avaliação hoje o problema maior é essa questão de gerar lucro. Enquanto nós estivermos ali querendo ganhar muito. Nem vai ganhar muito e vai frustrando neste sentido. Agora, na medida em que a cooperativa for partir para a questão social, na questão das famílias, verem os problemas dos outros, de fora, se inserir, ajudar, contribuir, eu acharia que avançava mais. Porque nós estamos muito internos (Kauan).

Vê-se que essa proposta defendida pelo cooperado levaria a Coopac abrir-se para uma nova práxis política, uma outra lógica, onde, além de servir para a satisfação das necessidades do grupo, estaria contribuindo pedagogicamente na construção de novos sujeitos que hoje estão acampados, engajados na luta, que a partir dessa experiência poderiam ser os novos divulgadores e gérmen de novas práticas cooperadas quando conquistarem seu pedaço de terra. Mesmo diante das dificuldades apontadas, o cooperado diz:

Mas hora nenhuma eu penso em desistir dali. Eu ainda sonho de ali, conforme as discussões que vão sendo feitas, vai mudando as realidades e quem sabe, a gente ainda sonha que ali seja um espaço social para todas as pessoas. Um espaço que tem condições de ter a vida mais fraterna. Mas para isso tem que ter um bom trabalho (Kauan).

Este sonho de fato não está como uma miragem quimérica, mas consciente da necessidade de “um bom trabalho”. Maribel, falando de sua experiência coletiva, diz que: *“Tudo que vai só é mais complicado, quando vai o grupo tem mais qualidade. Por isso que ser membro da cooperativa ajuda neste sentido, que tem mais pessoas brigando pelo mesmo objetivo”*. Percebe-se que nestas expressões transparece a apropriação por parte dos sujeitos de símbolos advindos do mundo social em que vive como indicara Mead, pois na medida em que pode ser um objeto para si, a pessoa é essencialmente uma estrutura social e surge da experiência social. Seria, portanto, destas experiências coletivas de luta que brota essa certeza de permanecer unidos ao grupo para a consecução de modo mais qualificado dos

seus objetivos.

Neste mesmo horizonte, Hidalgo entende que a luta não pára no momento em que se conquista a terra, há “*outros companheiros que necessitam da questão da luta pela terra*”. Aí, transparece a dimensão de solidariedade societal, onde o sujeito demonstra que não é possível negar ajuda aos que ainda não alcançaram o seu pedaço de chão, para isso ele defende a liberação de lideranças da cooperativa para contribuírem na questão da:

(...) sociedade em si, porque nós cedemos às pessoas que são formadas e têm a capacidade de ajudar a discutir o Movimento. A cooperativa sendo o exemplo e nós temos lideranças aqui dentro que podem contribuir com o movimento e nós negarmos, pra nós é uma grande injustiça que pode acontecer, que pra nós é mais do que obrigação de liberar pessoas pra ajudar a organizar outras famílias e eu não sou contra de jeito nenhum...

Estas frases são reveladoras, demonstrando um testemunho da construção de valores societais, baseados na solidariedade proposta pelo MST, na co-responsabilidade onde se negar a contribuir é visto como uma injustiça. É uma visão de mundo reflexiva, crítica e engajada. Resultante do processo de conscientização de cada sujeito que os conduz a práticas e ações coletivas.

Agora, no entanto, muitos dos membros da cooperativa, entendemos que frutos do avanço da consciência política, a partir da construção da Coopac, alçaram para uma luta consigo mesmo na superação de um inimigo; diríamos que muito mais arraigado e de difícil desestabilização, transformação, que é o individualismo, o egoísmo, típicos da cultura geral da sociedade capitalista que preza e propaga justamente estes valores, que na grande maioria, mesmo que inconsciente, é um ato de fé. Vejamos exemplos deste enfrentamento psico-social nas palavras de Marcos e de Kailane:

Ser membro da coopac significa um avanço no sentido das transformações sociais que precisamos fazer, quebrando o individualismo e buscando uma vida mais comunitária e solidária baseada em valores que não são só econômicos, mas de solidariedade, companheirismo e luta etc. Acho que a grande diferença está em você ter a capacidade de deixar de pensar somente no seu e passar a pensar no nosso, se abdicando às vezes de questões individuais em busca do bem de todos. (...) viver em cooperativa é um exercício de renúncia ao individualismo e uma busca de soluções conjuntas e coletivas no nosso caso. Acho que aqui nós temos os princípios destes valores e estamos desenvolvendo e praticando-os avançando no sentido da cooperação plena (Marcos).

Para viver em cooperativa, você tem que saber ceder um pouco, porque você tem o seu individual, a pessoa também tem o dele. Então você tem que aprender a respeitar os limites de cada um, e de repente, você também tem que se limitar. Porque às vezes, a gente diz que é coletivo, mas daí eu deixo que o meu individual seja maior que o coletivo, então não pode, às vezes eu tenho que ceder, tenho que me afastar para que o coletivo avance (Kailane).

Esta luta na verdade vem sendo travada entre o eu com o nós, é típico de uma consciência em movimento, em processo diante do desejo e da realidade. Essa busca de construir e consolidar valores no campo da solidariedade, da verdadeira cooperação se faz notar também em outro relato de Kauan, quando fala da prática religiosa vivida por parte dos cooperados (as), onde o mesmo não vê tradução da vivência de fé para a prática social. Vejamos:

Ali tem uma grande questão quanto à religião, as pessoas vão lá por uma questão de fé, mas não está servindo para o social, para a vivência dentro do assentamento. Na verdade não influencia em nada, essa que é a verdade (Kauan).

Percebe-se nesta afirmação há quebra de harmonia entre os princípios do Movimento ao qual o cooperado está filiado, e as convicções religiosas vivenciadas pela comunidade de fé. Os valores sociais que norteiam sua vida demonstram estar vinculado ao contexto místico do MST, e por isso sua crítica é contundente a uma prática religiosa desligada da práxis comunitária. Essa posição indica-nos uma forma de compreensão, de consciência política capaz de perceber ligações entre as questões político-ideológicas e as crenças religiosas praticadas de modo despolitizado, ou de cunho mais intimista, não extrapolando os muros da própria igreja, diríamos.

De acordo com alguns depoimentos, há um projeto político defendido pela Coopac, nele, está posto um valor que é advindo do próprio MST, o da não comercialização dos lotes, é um princípio não negociável, que segundo Hidalgo é necessário preservá-lo para manter a integridade do ideário do próprio Movimento, pois: *é muito chato você sair por aí com o nome do movimento e as pessoas falarem que era um assentamento do movimento e todo mundo vendeu o lote. E aqui dentro da cooperativa nós temos esse princípio de não vender terra, esse é o nosso princípio maior é a não comercialização de terra dentro da cooperativa.* Através desta fala, podemos perceber a categoria de Movimento social enquanto uma ação coletiva que, na perspectiva de Melucci (2001), é necessário que

o Movimento não se limite a manifestar um conflito, mas o leve para além dos limites do sistema de relações sociais a que se destina, rompendo regras do jogo, propondo objetivos não negociáveis.

Identifica-se a preocupação pela manutenção, o zelo para com a Instituição tanto da cooperativa quanto do Movimento, esta defesa é alicerçada na própria auto-imagem que está em jogo caso se rompa com este “*princípio maior*”. Porém, de acordo com Maribel:

Se você não tem uma consciência política que além da conquista da terra você tem de permanecer unido, aí termina o que, o que está acontecendo hoje com essa questão da venda dos lotes, é porque as pessoas pega o lote vai pra dentro e daí se depara com as dificuldades, só que daí como ele também não tem interesse em se organizar, ele termina perdendo a cabeça e entregando o lote em troca do que vir pela frente é um carro velho é uma casa é qualquer coisa. Hoje a metade do nosso assentamento hoje é vendido.

É mister observarmos que esta cooperada demonstra uma consciência da importância do grupo permanecer unido e organizado para não ficar fragilizado diante das dificuldades decorrentes da gestão individualizada do lote conquistado. Esse dado é significativo, por mais que tenha havido desistências de alguns membros da Coopac, conforme já demonstramos no capítulo II, no entanto, nenhum lote da cooperativa foi vendido até hoje (inclusive dos que desistiram, estão re-locados em outro lote dentro do próprio assentamento). De fato, isto demonstra que o coletivo tem se tornado um valor a serviço da estabilidade dos seus sócios, de politização, do resgate do sentimento de ser útil, de satisfação e na defesa dos princípios que norteiam o Movimento. Esta perspectiva é reforçada nas palavras do cooperado Hidalgo:

(...) é muito bom, eu acho muito gostoso de estar participando dentro da cooperativa porque a gente ajuda a discutir e se sente valorizado, porque quando a gente não participava não sentia muita utilidade e hoje a gente está aqui dentro e tem uma utilidade. Quando eu morava lá na cidade você não tinha compromisso com ninguém, você fazia o que você pensava, ah eu vou fazer isso hoje, eu vou, mas não aqui dentro da cooperativa você tem direito e você tem deveres, você pode ir até certo ponto, mas você tem que voltar e rever algumas definições que são tomadas que você acata, mesmo que magoado, mas você tem que aprender a respeitar. E esse é um grande desafio, que eu acho bastante interessante participar dela devido a esse desafio.(...) a cooperativa que é um dos exemplos de produção, essa questão de organização de nunca ter perdido essa visão da organização que encaixa dentro dos

princípios do Movimento, essa questão da luta pela terra, reforma agrária, transformação social, e onde que nós trabalhamos dentro das linhas políticas do movimento.

Podemos verificar mediante os depoimentos apresentados, a maneira com que cada um dos cooperados (as) processou, re-processou suas crenças e internalizou valores sociais, construindo-se socialmente através de um trabalho de ensino-aprendizagem de formas de sentimento, pensamento e ação. Ação esta que, segundo Freire (1970), é onde o sujeito se percebe através das relações que estabelece com os demais indivíduos; que frente às necessidades vai lapidando sua consciência através de uma ação subjetivada.

3- Identificação de Adversários e de Sentimentos Antagônicos

Nesta dimensão buscamos captar através dos cooperados (as) suas capacidades de perceber e identificar os seus adversários, compreendendo não ser algo aparente, mas que exige uma capacidade reflexiva, crítica, capaz de reconhecer os antagonismos presentes na realidade em que estão envolvidos.

Vimos que alguns sujeitos são capazes de identificar os seus reais adversários, outros, porém, conseguem apenas de modo aparente. Há os que apresentam como seus grandes inimigos, especialmente aqueles que assumem uma postura mais ligada ao Movimento, indicando assim o latifúndio e o governo como seu pólo antagônico. É possível verificarmos algumas posições difusas neste sentido, por vezes, o governo é o responsável pelas mazelas, noutros momentos é indicado como o redentor que tem condições de tudo resolver.

Kailane, ao discorrer sobre os motivos pelos quais acontecem os conflitos envolvendo a questão da terra, a mesma identifica uma situação que qualifica como injusta a partir de um encontro Estadual de mulheres do qual participou recentemente em Cuiabá, onde foram apresentados os seguintes dados:

Hoje se você vai ver quem é que manda nesse País nessa questão da terra, não chega a um por cento da sociedade e que possui aí 78% das terras brasileiras. Aí você fala poxa vida, mas quanta injustiça. Aí fica bem claro do porque que as pessoas não querem que faça a reforma agrária. Que essas pessoas que tem a terra, tem o poder na mão. O Brasil não merecia isso (Kailane).

A cooperada percebe a concentração como algo injusto e, ao mesmo tempo, vê com quem está o poder. Porém, ao final expressa um sentimento quase que de lamento, dando-nos a impressão que é uma fatalidade sem esperanças de alterações desse quadro. *O Brasil não merecia isso*. No entanto, vimos que, quando a mesma é questionada sobre qual a melhor maneira de superar tal situação, ela se repõe e indica um caminho próprio de uma consciência política crítica, que sabe da complexidade da questão e por isso mesmo concebe a necessidade de conscientização não só por parte dos que estão diretamente envolvidos na luta pela conquista da terra e da Reforma Agrária, mas da unidade do campo e da cidade, parte que também são beneficiários indiretos das conquistas dos trabalhadores. Para tal concretização, assevera que:

É só o povo se organizando, e de uma forma que você tem que criar consciência tanto de quem precisa da terra, e de quem não precisa. Não precisa no sentido que não quer, não é uma pessoa que dependa da terra para dela sobreviver. Porque o serviço dela é na cidade, tem outra profissão. Então, tem que conscientizar os que precisam da terra, que tem que se organizar numa luta justa. Por outro lado, tem que conscientizar as pessoas da cidade que elas devem apoiar, e tem que também se organizar para que a reforma agrária aconteça. Por que daí o conflito vai acabar, por que enquanto não distribuir a terra, não vai ter jeito, o Brasil sempre vai ter esses conflitos. Uns com conseqüências menores, outros mais.

Há neste depoimento uma espécie de visão messiânica, acreditando que em se fazendo a reforma agrária, cessariam os conflitos. A mesma, porém, apresenta uma forma de superação destes conflitos dando o exemplo da própria Coopac, que a partir do momento que são assentadas e dadas as condições, além de produzir para as famílias, servem também a sociedade através de *produtos com preços mais justos e de qualidade*. *Daí eu acredito que a gente está provando que é possível superar esses conflitos*.

Importante notar que Kailane não apresenta de modo claro o conflito ligado aos interesses de classes, como responsáveis pela existência e manutenção das desigualdades sociais que produz antagonismos especialmente entre os donos dos meios de produção, e os trabalhadores que apenas possuem a força de trabalho. Ela, por outro lado, de modo prático, sugere que a cooperativa poderia estar fazendo um trabalho *de criar consciência mesmo nas pessoas, que a gente trabalhando, se organizando coletivamente, produzindo coletivamente, que pode acabar com esses conflitos*.

Neste caso, estaria sugerindo a superação na prática da usurpação da mais valia, eliminando o

conflito de interesses (de classes), uma vez que o trabalho e a produção são organizados de modo coletivo, e assim oferece uma alternativa que viria, se não eliminar, ao menos minorar o conflito capital/trabalho, com ganhos tanto para os trabalhadores quanto para a sociedade. Nas palavras de Sandoval (1994), esta é uma forma de significado que o indivíduo atribui ao antagonismo em termos de obstáculos para lograr benefícios materiais e políticos.

Seguindo este raciocínio, Kauan diria que o conflito em torno da questão da terra deve ser considerado em sua gênese, pois a questão é que *“para dizer a verdade, ninguém sabe fazer a terra, se soubesse teria muita, e o que está aí pode acabar com o processo de degradação”*. Aqui, além de evocar um princípio de que a terra não tem patente, significa que ninguém a produziu, também faz menção a uma questão ligada à consciência ecológica da terra, da necessidade de preservá-la do processo de degradação a que está exposta na sociedade hodierna por ser meramente utilizada como mero objeto do lucro. Sendo esse um dos motivos pelo qual ocorrem os conflitos:

Porque a terra é um bem de capital, hoje ela é utilizada como bem de lucro. Você tendo terra, você tem capital. Se você não tem terra, você não tem nada. Mesmo se você trabalhar de empregado, mas se você não tem os meios de produção, você não tem nada. Você é um mero empregado, acabou o emprego seu, você vai ficar na rua. (...) quanto mais tem, mais poder no meio político ele também tem... (...) E aí que gera o conflito, porque quem tem, ele não divide a terra, não partilha a terra e nem a produção dela. Por exemplo: hoje uma grande produção em larga escala, mas gera um lucro individualizado. (...) Se eu ganhasse muito, mas dividisse um pouco do que eu ganho às vezes, o conflito seria menor. Hoje cada vez quero ganhar mais, e esse lucro é muito individualizado. E daí sobra muito pouco para o governo ressarcir a sociedade. Quando o governo vai ressarcir, você ganha pouco, porque são poucos os impostos pagos. Então acaba no conflito (Kauan).

Neste trecho, o cooperado expressa o antagonismo existente entre os interesses dos trabalhadores e o dos donos dos meios de produção, ao demonstrar que a terra é utilizada como um bem de capital, posta a serviço de uma minoria que explora os empregados, não partilhando a terra e nem a produção. Na seqüência, Kauan parece indicar uma solução ambígua, um meio termo para a diminuição dos conflitos, que seria quem ganha muito dividir um pouco. Uma espécie de olhar ingênuo, de senso comum, como se os capitalistas fossem tomados por um sentimento de compaixão e decidissem fazer uma caridade para com os trabalhadores, ou o governo como benfeitor destes a mitigar o seu sofrimento. Ficando assim, longe do que nos diz Demo (1996), para quem a redução das

desigualdades só pode ser fruto de um processo árduo de participação, que é conquista, em seu legítimo sentido de defesa de interesses contra interesses diversos.

Ao analisarmos a fala de Marcos, percebe-se que o mesmo reconhece nos latifundiários os adversários da arena política quanto econômica, os responsáveis pela manutenção do status quo, geradores dos conflitos sociais. Vejamos:

O Brasil historicamente tem sido um dos países do mundo de maior concentração de terra e de riqueza e sabemos que essa situação gera contradições que leva os menos favorecidos a reagirem a esta situação, e umas das formas de reação é buscar mudar esta realidade através de lutas no caso específico da terra se configura pela ocupação do latifúndio o que gera uma outra reação dos latifundiários que não querem perder o poder e neste momento gera-se o conflito.

Já na seqüência, ao ser solicitado para que opinasse sobre a melhor forma de superar tais conflitos, o mesmo indica que a responsabilidade está com o governo que deveria *assumir sua parte e fazer a reforma agrária e uma verdadeira distribuição de renda*. Apontando que, de fato, está fora do alcance deles solucionar tal conflito em torno da questão da terra, uma vez que, ainda, travam um conflito de sobrevivência, porém compreende que,

(...) parte do processo que é a distribuição da terra já atingimos, o que não quer dizer que realizamos a reforma agrária plena que seria um conjunto de medidas bem mais amplas de mudanças na estrutura fundiária do País e na distribuição de renda (Marcos).

Marcos expressa haver rompido com a rotina quotidiana, introduzindo uma racionalidade frente às conquistas do dia a dia, demonstrando um estado de flexibilidade crítico frente aos antagonismos a serem transpostos para se atingir os benefícios da plena reforma agrária que implicaria em um conjunto de medidas, dentre elas, destaca-se a necessidade de mudanças na estrutura fundiária do País e na distribuição da renda. Ao analisar as conquistas comparando os governos de Fernando Henrique Cardoso com o atual governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006), considera que, na verdade, a sociedade como um todo ainda aguarda pelas grandes realizações do atual governo, porém salienta que,

(...) o que mais se nota acho que é uma mudança de mentalidade, pois no governo FHC tinha uma situação antagônica de onde o governo era inimigo do movimento e todas as medidas eram neste

sentido, da perseguição e de enfrentamento. No governo Lula isso muda, porém é um governo que herdou uma situação difícil e precisou fazer uma composição muito complicada para vencer, o que limitou muito sua margem de manobra e de capacidade de implementar as políticas propostas.

Esta análise, que demonstra uma mudança na correlação de forças entre o Movimento para com o governo, onde de inimigo/ perseguido no governo anterior, neste momento gozam de certo prestígio, e não são mais vistos de modo antagônico aos interesses da política de plantão. Na visão do cooperado Hidalgo, para quem o grande responsável pelos conflitos agrários é a grande concentração de terra, identifica como o grande inimigo, o latifúndio, causador dos conflitos, justamente por não propiciar a divisão da renda. Vejamos:

(...) nós temos historicamente a questão do êxodo rural, que nossos pais vieram do campo para a cidade e onde houve uma grande concentração de terra para os que ficaram, principalmente essa questão da grilagem de terras, e terras que não são deles e quando surgem alguns movimentos honestos que lutam pela reconquista da terra do local de origem, aí vai se confrontar com os grandes fazendeiros, que na verdade são os políticos do estado que são quem mandam, e são os grandes produtores, esses que tem a grande posse da terra, aí é que há o confronto, o confronto político e a questão do latifúndio... (...) no estado quem é o maior proprietário das terras da União, é um grande latifundiário, é o governador do Estado de Mato Grosso, e onde que se ia ocupar terra do Estado, você ia apanhar... (...) mas quem é que está lá por trás que ajuda articular, ele articula pra fazer o despejo, não deixa fazer assentamento e não avança. De todas as ocupações que foram feitas no Estado de Mato Grosso todas cumpriram o mandato de despejo.

Hidalgo faz uma análise em que de fato unifica os agentes inimigos, numa mesma personagem, os grandes fazendeiros, que na verdade são os políticos do Estado. Deste modo, frutos dessa conjunção, dessa fusão de poderes políticos com os grandes donos das terras, são identificados como os grandes antagonistas da reforma agrária. É significativo verificarmos a distinção da visão da terra que este cooperado traça:

(...) pra nós sem terra nós temos uma visão da terra e o latifúndio tem outra visão pra terra, nós queremos a terra pra plantarmos e sobreviver em cima dela, e os fazendeiros tem a terra como um patrimônio e como um processo de exploração, essa questão de plantar soja pra exportação e não pra você comer, mas pra exportação (Hidalgo).

Nesta mesma direção, este cooperado apresenta sua posição quanto a melhor maneira de superar estes conflitos:

Eu acho que é fazendo a reforma agrária, se não houver a questão da reforma agrária vai de mal a pior, pode inventar qualquer tipo de política: bolsa escola, bolsa gás, bolsa alimentação, nada disso vai resolver o problema. A partir de que se dêem condições para um pai de família produzir e sobreviver em cima da terra dele, onde ele levanta cedo e tem o que comer e o que fazer, ele vai ter sua dignidade, eu acho que é o jeito mais barato que tem de acabar com a pobreza e fazer a distribuição de renda.

É notória a abrangência das posições político - ideológicas defendidas por Hidalgo, numa clara demonstração de apropriação do ideário do Movimento, expressa na construção de seu discurso. Ele tem clara a complexidade das relações políticas que envolvem as disputas entre os adversários e seu grupo de pertença.

4 - Sentimentos de Eficácia Política

Ao analisar o discurso de nossos sujeitos da pesquisa sobre o sentimento de eficácia política, percebemos uma clareza sobre as estratégias e ações coletivas especialmente por parte do MST. No entanto, por parte da Coopac, Kauan diz não haver projeto político, existindo apenas,

(...) vários planejamentos de trabalho, mas definição política de, por exemplo: saímos daqui e queremos chegar lá, não tem... (...) Mas assim politicamente dizer que se quer chegar daqui a dois ou quatro anos nesse ponto, não tem. Essa estratégia política nós não temos.

Na visão de Cíntia, a linha política da cooperativa é junto com a do Movimento, tanto que as pessoas de fora da Coopac os vêem como do MST, inclusive havendo pessoas que não gostam e, por isso mesmo, os criticam. Vejamos,

Porque nós defendemos a linha política, nós dizemos, nós somos aqui, mesmo que tenha um ou dois que não, mas nós defendemos a linha política do Movimento. Tudo o que venha tomar definição do coletivo, e do movimento.

É importante notar que há quase unanimidade dos entrevistados quando se trata dos motivos que os levaram a participar, a construir a cooperativa. Praticamente todos revelam que a princípio foi por uma questão econômica, de que juntos poderiam ter maiores facilidades na conquista dos recursos e também na consecução dos trabalhos. Vejamos alguns depoimentos que demonstram esta faceta que deu oportunidade aos atuais cooperados (as) compreender que economicamente o trabalho coletivo lhes seria mais compensador:

O que levou a gente a participar da cooperativa foi um pouco essa questão mais financeira ,então foi uma questão mais financeira devido àquela história “Ah vai ter o teto 2 do Procera”, que naquele tempo existia o teto 1 e o teto 2. O Procera ele era feito por 2 tetos, era um investimento de 7.500 reais e como que você participava de uma cooperativa depois do investimento, um ano após, havia o 2º teto que era mais 7.500 reais que isso também que gerou a questão da formação da cooperativa e um pouco da gente ir participar devido à questão mais de investimento (Hidalgo).

(...) depois de três anos de acampamento... (...) a gente com uma mão na frente à outra atrás. Então nós discutimos, ficamos três dias discutindo para poder entrar na cooperativa, quais eram as dificuldades e as facilidades. Por entender que junto facilita desde a questão dos recursos, do trabalho. Que os recursos que sai é pouco para você trabalhar sozinho. Então foi o que fez nós participarmos, pois com esses recursos facilita na questão de um trator para preparar o solo, de um caminhão para transporte, questão da dificuldade da estrada para chegar até no lote, da luz (Maribel).

Sempre tive a idéia de que o trabalho coletivo podia ser a saída para a pequena produção, pois sozinho a gente já tinha experiência que não era fácil. Os benefícios, acredito que são as facilidades de atingir alguns objetivos que traçamos, pois junto podemos conseguir vários benefícios que sozinho seria difícil, como, por exemplo, explorar várias linhas de produção, industrialização, comercialização, pois com a divisão de tarefas cada pessoa pode se ocupar de uma parte do processo, facilitando a atingir os objetivos traçados (Marcos).

Neste último depoimento inicia-se o que chamaríamos de uma reflexão de cunho mais político ao defender a idéia do trabalho coletivo como a saída para os pequenos produtores. Transparece a cosmovisão de uma consciência que analisa a divisão social do trabalho como uma forma de facilitar a diversificação de linhas de produção, e, assim, atingir os seus objetivos coletivos. Esta é também a reflexão de Hidalgo, para quem, após a fase de união em torno da captação de recursos, voltam a realidade e daí firmam “os pés dentro da cooperativa”, fundou-se a coopac, mas “*nesse grande intuito*

que nós temos hoje, essa questão de trabalhar coletivo, da divisão social do trabalho, mais essa questão que depois levou mais profundamente a participar realmente da cooperativa.

Kailane, antes de conhecer o MST, participava das Comunidades Eclesiais de Base, onde já havia uma vivência coletiva, mais comunitária, fazia parte de várias ações coletivas: *participava de uma horta comunitária, nós tínhamos também uma lavanderia comunitária, onde as mulheres organizavam-se para lavar a roupa.* Vê-se que esta base de experiência apreendida no seio de uma prática religiosa de viver comunitário não fez com que a tornasse uma pessoa com mentalidade individualista, egoísta, de busca de salvação pessoal, ao contrário, sua espiritualidade contribuiu para o despertar de sua consciência política, de modo que quando passou a fazer parte do Movimento Sem Terra: *o movimento apresentou essa proposta, e eu já tinha muita vontade de construir um coletivo.* Como a mesma fazia parte de outro coletivo em outra região do Estado, quando passa a conhecer seu atual esposo que era deste grupo que originou a cooperativa, a mesma diz:

(...) eu acabei vindo para cá, mas com aquela certeza de que era o que eu queria. De participar de um grupo coletivo, sobretudo de uma cooperativa. Porque a gente acha que sozinho é difícil, e se a gente se ajuntar as coisas podem ficar melhor, e isso de fato está acontecendo. Na minha pessoa acho que a gente tomou a decisão certa (Kailane).

Cíntia assume que, ao ir para a cooperativa, não possuía nenhuma noção de como era essa organização. *Entendimento de cooperativa eu não tinha nada, de coletivo, via falar que era bom dentro das normas do movimento. E tudo o que o movimento prega pra mim é certo.* Aqui, a cooperada faz praticamente um ato de fé no MST, na verdade, é a demonstração de sua identidade coletiva, militante, que, de certa maneira, a predisps, ou seja, mobilizou-a uma vez que, segundo ela “*Os princípios do movimento eu prezo demais e jamais deixaria que alguém... que o movimento em si, não pessoas*”. Nas palavras de Silva (2002), quanto mais integrado estiver o Movimento, maior será a eficácia das ações por ele desenvolvidas e maior será a identidade coletiva de seus membros. O zelo de Cíntia para com os princípios do movimento demonstra seu comprometimento e integração ao ideário do MST. Neste sentido, a cooperativa é vista como uma extensão do MST.

Na opinião de Hidalgo, diferente de Kauan, a Coopac possui metas políticas a serem alcançadas, dentre elas, a questão da organização da produção, com uma política voltada para a comercialização, *esse é um grande sonho de nós produzirmos, embalar e colocar no mercado com*

qualidade. Outra dimensão política destacada pelo cooperado, é a busca de reconhecimento por parte do Município em prol dos assentamentos, vejamos:

(...) porque se não houver um apoio do município e da sociedade qual que é a questão fundamental pra nós enquanto cooperativa? Nós queremos que seja vista que esse é o nosso sonho, da cooperativa ser abrangente pra todo o município e para o assentamento todo, que essa é a política que nós temos essa questão da produção, essa questão social que é um dos princípios nossos que nós queremos levá-lo. E a outra coisa é levar o nome do movimento.

Kauan, porém, assume sua identidade militante ao discorrer sobre o projeto político do MST, no qual está inserido, com princípios organizativos que devem ser, segundo ele, zelados, cuidados para que continue a orientar os passos mesmo diante dos momentos de grandes dificuldades como o atual contexto. Ele entende que assim como a história de todos os movimentos, a do MST também não é diferente, então passa por dificuldades. Ele, porém, procura dar uma explicação desse momento:

Essa situação se dá por que temos um governo que é popular, mas não faz para o povo. O movimento tem uma grande aproximação com este movimento político, onde sonhamos, mas não conseguimos avançar. Essa é a verdade. Então, estamos com dois a três anos que a nossa luta está estagnada. Mas isso não quer dizer que estamos parados, estamos discutindo e se organizando para ver como que vai ser pra frente. Então é um momento da história que está parado. Mas pra frente não parou, não acabou então tem a sua definição política.

É significativa esta análise dialética da realidade, diríamos que esta *estagnação* está representando, na verdade, um momento de síntese pela qual passa o Movimento que, de certo modo, além de contribuir para a eleição desse projeto político popular (especialmente pela trajetória e ideologia do partido advindo dos Movimentos Sociais), refletiu coerentemente e decidiu dar um tempo para que o governo pudesse apresentar suas ações. No entanto, como o próprio cooperado diz, a estagnação da luta não poderia representar um abandono da organização e da discussão de estratégias “para frente”.

A posição de parada nas conquistas, não significou abandono das discussões e da tarefa de organizar com o olhar voltado para o futuro. É significativo este pensamento: *... é um momento da história que está parado. Mas para frente não parou, não acabou então tem a definição política*. Uma

clara noção de que a história não é só passado e presente, mas que o futuro literalmente está sendo gestado através das linhas políticas que estão sendo traçadas. Segundo Kauan, o que desejam é fazer o assentamento das famílias, e através deste fazer com que o assentado produza, uma vez que essa é uma das maiores dificuldades por ele percebida tanto no Mato Grosso, quanto nos demais Estados. Fazer assentamentos baseados nos *princípios políticos, que seriam fazer a Reforma Agrária de fato e as mudanças necessárias que precisa ter no País*. Porém:

Nós do Movimento acreditamos que com partido político não se faz isso, o partido político é uma ferramenta de trabalho que pode contribuir na luta, mas que não é dentro do partido político que se vai fazer as mudanças necessárias. Então seria através do Movimento, ligado a um partido político, que não precisa estar vinculado dentro do movimento, mas o movimento mais o partido político pode traçar as linhas e tocar a luta. E nesse momento não é isso ainda. Tem um partido político que é popular, mas está aí enroscado nesse patamar, que eu acho que um pouco é medo de encarar a situação. E aí ficou o Movimento meio que sozinho.

Há uma verdadeira afirmação da importância e do caráter de organicidade pretendido pelo Movimento, onde visualiza o partido apenas como uma ferramenta, mas que deve estar a serviço, ao lado do Movimento, para que juntos possam traçar as metas e assim concretizar os anseios das transformações necessárias para o País. *Que nesse momento não é isso ainda*. Esta constatação de solidão por parte do Movimento não é gratuita, não significa submissão e nem conformismo, muito menos sinal de imobilidade social, o cooperado parte sua análise avaliando os preparativos para a Marcha Nacional que o Movimento iria realizar no mês de maio/05. Ele observa com muita clareza política, que esta Marcha é muito diferente da realizada em 1997, onde, segundo ele:

(...) tínhamos os professores, outros movimentos, apoiando e participando. Hoje não. Esses segmentos hoje estão inseridos dentro do governo. A outra marcha chegou a cem mil, esta vai chegar... É nós mesmos caminhando e alguns que vão se ajuntar quando chegar lá. Então não vai ser aquele movimento grande. Porque os outros a CUT, o Sindicato dos Professores os outros movimentos grandes estão vinculados dentro do governo, então eles não vão caminhar junto desta vez.

Esta noção de que, neste momento, vários dos parceiros da luta social não iriam caminhar com eles, por estarem na base do governo, não é posta como algo negativo, uma vez que o mesmo já se referira ser este um governo popular, no entanto, fruto das demais composições realizadas para chegar

ao poder, considerando o tempo transcorrido, não dá mais para esperar que sejam cumpridos os compromissos de transformações sociais propostas. E a hora de voltar à pressão chegou, e por isso Marchariam sobre Brasília, mesmo que com seus pares, mas que apresentariam suas pautas de metas, para que sejam tomadas medidas de ações coletivas solucionando ao menos em parte os problemas das centenas de milhares de famílias que, há vários anos, aguardam resultados suportando todas as intempéries do tempo debaixo de uma lona plástica, como expressa Hidalgo: *nós temos gente que está há sete anos debaixo de uma lona preta e não se assenta ninguém.*

Percebe-se que todos os depoimentos dão conta de pessoas com visão crítica da realidade, buscando responsabilizar corretamente, assumindo uma postura de organizar-se visando mudar o quadro social, tornando-se dessa forma atores sociais, modificando a si e as circunstâncias. Pois, de acordo com Sandoval (2001), há pessoas críticas acerca da realidade, porém não visualizam possibilidades de eficácia política. Asseveramos que, pelo conteúdo e práxis, não ser o caso desses pesquisados, que participam de modo qualificado em todo processo da cooperação e do Movimento como reconhecimento de que estão num caminho, que para eles, é politicamente eficaz.

5 - Sentimentos de Justiça e Injustiça

Esta dimensão dos sentimentos de justiça e injustiça pode ser percebida na consciência política dos cooperados (as), sob dois ângulos: quando os sentimentos de injustiça voltam-se contra os adversários externos a coopac e o MST, que são: os políticos, governo, latifundiário-produtivos e improdutivos, justiça, prefeitura... Nestes casos, a tendência é de fortalecimento da identidade do coletivo/Coopac - MST, da eficácia política e da vontade de agir coletivamente conforme aponta Silva (2002). Porém, quando é voltado para as questões internas da Coopac, do MST, ou do assentamento, há momentos em que se apresentam como fatores a ser superados em vista das metas a serem alcançadas pelo grupo, noutros, atua como oportunidades de reforçar laços identificatórios.

Quando o sentimento de injustiça é vivenciado dentro do próprio coletivo, ou seja, do grupo de pertença, ele pode como mencionamos, tanto ser fator a ser superado, quanto oportunidade de reforçar os laços de identificação. Através da fala de Kauan, poderíamos ilustrar mais claramente esta situação. Este, hoje cooperado, inicialmente, havia sido assentado em outra área no Município vizinho, Dom Aquino, *sofremos muito no assentamento por defender os princípios do movimento, da não venda dos*

lotes no assentamento Zumbi dos Palmares. Estes sentimentos de sofrimento são relatados como uma injustiça, justamente por estar percebendo uma quebra de reciprocidade por parte dos assentados que vendiam seus lotes, uma vez que os mesmos haviam participado da luta pela terra, coordenados e orientados pelo MST, e hoje simplesmente abandonam e traem princípios tão caros ao Movimento.

Para se ter uma idéia destes abusos em relação aos princípios, Kauan nos conta que este assentamento era composto por 46 famílias divididas em núcleos, no núcleo do qual ele fazia parte, moravam 16 famílias, no entanto, conforme expressa Kauan: *neste núcleo se não estou enganado apenas 6 famílias que ainda permanecem nos seus lotes. A maioria já vendeu.* Ele lembra que a pressão sofrida foi muito grande, por ser contra a venda de lotes da reforma agrária. Isso fez com que tivesse que sair do assentamento, ele lembra com saudades do espaço em que vivia, vejamos: *Era um lugar bom de morar, bem sossegado, mas por estes motivos então que a gente teve que através do movimento transferir o lote para outro parceleiro e a gente migrar ali para o assentamento 14 de Agosto, para a Coopac.*

Naquele momento em que era perseguido por denunciar situações de injustiça, mesmo que por parte dos próprios companheiros, o que demonstra seu grau de identificação para com o Movimento, e sua reta conduta na defesa dos princípios da equidade e da justiça. Por outro lado, ele receberia apoio, e, acolhida em outro assentamento, o 14 de Agosto no Município de Campo Verde, onde trabalharia junto a Coopac com sua família, por um período de quatro a cinco meses, quando então buscava encontrar outro espaço para migrar para uma outra região onde pudesse se estabelecer de modo definitivo, é novamente agraciado por mais um ato de solidariedade por parte do coletivo da cooperativa. O grupo discutiu e deliberou que o mesmo ficasse sócio da cooperativa. Para que fosse um sócio pleno, o grupo de todas as famílias discutiu e deliberou em assembléia que:

Para que eu pudesse ficar assentado, cada família tirou um pedaço dos seus lotes e formaram um novo lote, onde então eu faço parte da cooperativa e também de um pedaço de terra que eles doaram. Não foi um assentamento pelo INCRA, foram os próprios assentados, que cada um doou um pedaço de suas terras e fez um lote para eu ser assentado (Kauan).

Fica reafirmada a dimensão da identidade coletiva, o reforço do sentimento de eficácia política e da vontade de agir coletivamente, numa demonstração de uma plena consciência política, reflexiva e altruísta por parte dos cooperados (as), que não se furtaram em abrir mão de parte de suas terras para

acolher um companheiro. Consideramos que é ainda mais significativo por ser justamente um líder, um militante, defensor do ideário do Movimento; a nosso ver configura-se com este ato uma identidade ontológica da Coopac para com o MST, através de sua ação terminaram por reparar uma injustiça praticada mesmo que por seus pares de classe, demonstrando serem sujeitos na e com a história, sendo esta produto de sua atividade, como aponta Freire (1970), para quem a conscientização não é apenas conhecimento ou reconhecimento, mas opção, decisão, compromisso, e assim a consciência de si e do mundo crescem juntas, mundo e consciência, juntos, dialeticamente num mesmo movimento, numa mesma história.

Nesta mesma direção de situações conflitivas no interior de assentamento, não é diferente essa questão por problemas relacionados à venda de lotes no Assentamento 14 de Agosto. Para Maribel, a questão está fundamentalmente relacionada à uma falta de consciência política, onde além de conquistar a terra a pessoa deve compreender que o grupo necessita permanecer unido. No entanto, ela vê como maior responsável por estas mazelas no interior dos assentamentos a própria política, que diz vir para moralizar, mas que na prática é muito ambígua, não resolvendo de fato os problemas, e deixando na realidade *sem terra, brigando com sem terra*. Isto ocorre segundo ela, por que,

(...) a nossa visão de cooperativa, é de que a terra, é da união, é nossa, do povo, não pode ser vendida, negociada, e nós batemos de frente, e por isso criou também um desconforto da união dos assentados com nós. Por que eles acham que é nós que estamos pressionando o Incra a retomar os lotes. Existe um clima desagradável porque não existe uma lei clara de como isso vai acontecer.

É importante analisarmos os fatos interpretados por esta cooperada. Ela diz que a pessoa errou quando comprou o lote, mas ela considera que, *por outro lado, é um trabalhador que merece respeito. São trabalhadores e humildes que precisam de apoio do governo também*. Ela não os isenta do erro pela compra dos lotes, mas consegue ir além da mera crítica, visualizando os maiores responsáveis por ensejar tais atos. Demonstra como a lei não é clara, ou não é aplicada de modo efetivo. Vejamos:

(...) tem que haver uma lei voltada pra isso, mas com sinceridade, que faça pra valer, por que vem o Incra notifica, faz aquele barulhão, depois vai embora fica um ano dois anos, então ficam as pessoas inseguras de trabalhar na terra por que não tem uma garantia se vai embora ou se vai ficar. Isto é um

problema que gera muita insegurança dentro do assentamento que na verdade deixa a gente indignada, por que a lei não toma uma determinação rápida pra resolver.

Na seqüência Maribel diz haver casos de três, quatro e até de seis anos que a pessoa comprou, foi notificada pelo INCRA, porém até hoje nada foi resolvido. *E isto cria um desconforto dentro do assentamento, cria desunião, ameaça de morte, eu tenho hoje meu filho que é ameaçado de morte, tem a Fia por nós defender a não venda de lotes.* Tudo isto ela percebe ser por culpa de uma frágil ação judicial e de uma lei não efetivada. Porém, a mesma não isenta o grupo de sua responsabilidade dizendo ser essa também: *uma questão nossa dos assentados de acompanhar, e cobrar pra que isso mude.* Quando a cooperada é questionada sobre a sua posição pessoal sobre a questão da venda dos lotes, ela não deixa dúvidas, reiterando:

Eu sempre digo que fui sempre contra, por que nós fomos muito taxados como baderneiros, porque nós somente queríamos terra pra vender, então essa é uma ideologia que nós defendemos. Por isso, que a gente defende isso, por que nas nossas lutas na caminhada do dia a dia, a gente ouve isso. Esses sem terra só querem terra pra vender e nós dizíamos que não, que nós queríamos a terra pra plantar. Então quando isso vem acontecendo, a gente bate de frente, por que está desmoralizando uma coisa que nós ajudamos implantar aqui, dizendo ser o contrário. Então por isso que muitas vezes as pessoas vêem a gente como inimigo, por que temos essa posição.

Ao mesmo tempo em que faz estas afirmações condenatórias de tais atos, em seguida ela realiza uma espécie de metanóia e expressa:

Então mesmo que a gente tem essa visão contrária, eu também sou contra chegar e despejar essas famílias pra fora, de qualquer jeito por que eles também são trabalhadores, e que a lei não é cumprida por todos. Então você ouve é só roubalheira, é maracutaia dentro do Incra, do Inss, em fim em todos os meios públicos é só ladroagem, então por que querem que só o pobre tenha que cumprir a lei.

Maribel de fato tem sua reação contundente diante das situações que podem ser consideradas como de quebra de reciprocidade social por parte de órgãos e/ou membros hierárquicos que deveriam zelar e bem aplicar as leis, fazendo a justiça valer, gerando desta forma estas diferenciações, o que de certa forma produz sentimentos de legitimidade moral para o enfrentamento. Assim, a mesma identifica o adversário maior, promovendo-o de responsável, a culpado pelas situações de injustiças sentidas e sofridas por ela e o coletivo da Coopac e pelos próprios compradores de lote. Tanto é assim, que ela

não se furtou em ir até o INCRA para exigir do superintendente do órgão agilidade, moralidade e justiça no trato para com o grupo de compradores. Vejamos seu depoimento a esse respeito:

(...) eu estive no Inca, cobrei do superintendente do Inca, é pra fazer a moralização que faça, mas que faça com os pés no chão. Por que senão, você termina por fazer injustiças, que nós já estamos acostumados a viver 24 horas por dia injustiçado. Então, é isso que a gente vem sempre questionando e pra isso melhorar eu disse pro pessoal, é um direito de vocês; vocês tem um erro, mas também tem as suas razões porque está aqui, porque ninguém está aqui por acaso. Então, brigue por seus direitos, se for pra sair que saia, mas que seja dentro da lei, certa, que tenha uma justificativa clara, e que venha pra valer, que não fique brincando de boneca, por que eu vejo que as leis hoje brincam com a cara do povo. Então, é por aí, se nós não participar e cobrar pra mudar, nós sempre vamos ser quem somos até hoje, pisados por alguém, e que alguém que ganha muito e pisa nos mais pequenos.

Mais uma vez, Maribel demonstra sua compreensão de que na arena social encontram-se do lado mais fraco, e por isso ela sugere aos compradores de lote que briguem por seus direitos, participem para cobrar mudanças, pois do contrário continuará a história dos grandes pisando nos pequenos, e a reprise das injustiças. Situações como estas relatadas por esta cooperada tendem a propiciar o fortalecimento dos vínculos coletivos do grupo como um todo. De tal modo, isto é digno de crédito que com o passar dos anos vem modificando-se. Os seguintes depoimentos sobre a atual convivência entre os cooperados (as) com os demais assentados, vêm reforçar esta posição:

(...) agora, hoje a gente percebe que deu uma melhorada. Porque há cinco anos atrás era pior (Maribel).

(...) houve época que com algumas pessoas o relacionamento era bastante complicado, hoje de certa forma está superado (Marcos).

Na visão de Kauan:

Os assentados tratam à cooperativa como se ela é do MST, que ela é do movimento. Daí as críticas, que sai recursos só pra vocês, para nós não. Mas, relação de amizade é tranqüilo, não tem problemas.

Deste modo, podemos observar que a situação de injustiça vivenciada por membros ou pelo grupo da Coopac atuou no sentido de mobilizá-los a fazer coletivamente ações que, além de identificar e denunciar os responsáveis, levou-os a práticas de transformação da realidade e de si mesmos. De modo que reforçaram a identidade coletiva através dos laços de solidariedade grupal, demonstrando o comprometimento político-ideológico de militantes do Movimento, lutando sempre por uma sociedade na qual o sentido de poder seja transformado em benefício da maioria. É a consciência reflexiva

pressionada a manifestar-se através das ações pelas quais transformam a realidade histórico-social, possibilitando ao homem ser um ser cultural, como nos diz Severino (1994), ela não é outra coisa senão o ser consciente.

6 – Vontade de Agir Coletivamente

Os seis cooperados (as) que fazem parte deste estrato, os qualificamos de perfil militante, pois estão identificados e compartilham das mesmas crenças, valores sociais e expectativas quanto ao ideário político-ideológico da Coopac, e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, havendo algumas divergências, especialmente quanto à avaliação do atual estágio de maturação das relações dentro da cooperativa. Porém, identificam como seus adversários, ou, de modo mais amplo, concebem como adversários da reforma agrária, do bem comum, os latifundiários, os políticos, o governo, a justiça, o egoísmo e a ganância tanto dos ricos, quanto de alguns próprios companheiros (as). No entanto, todos comungam da certeza de que o sucesso até hoje alcançado só ocorreu por estarem reunidos no coletivo, e professam com clareza a vontade de continuar agindo coletivamente.

Marcos, ao falar sobre o que é necessário para se viver em cooperativa, em outras palavras, para se viver coletivamente, dirá que: *O principal é você ter um espírito de solidariedade e de convivência conjunta, ou seja, não pensar somente em você pensar em questões e soluções coletivas, pensar que você precisa de outras pessoas para atingir objetivos comuns.*

Este pensar em soluções coletivas e que necessita-se do coletivo para atingir metas comuns, além de mostrar o desejo de agir coletivamente, resgata um sentimento primordial para este modelo de cooperação baseado nos princípios do MST, o espírito de solidariedade para a convivência conjunta. Portanto, não é por qualquer motivo que pretendem estar reunidos no grupo, mas para concretizarem um projeto de sociedade com base em valores humanitários, libertários. Pois, *enquanto organização social, o MST tem um projeto de mudança da sociedade que comungamos enquanto cooperativa e inclusive parte deste projeto é o que realizamos e vivenciamos aqui. E mais: somos o MST, ele não é uma coisa fora da cooperativa* (Marcos).

Vemos mais uma vez, a clara identidade dos cooperados (as) com o MST. Não sendo estes, outra coisa, senão o próprio Movimento em ação coletiva buscando, com suas próprias vidas, transformarem a si e, assim, a própria sociedade. Nesse processo, diríamos, político-pedagógico de

construção de uma ação coletiva baseado nos princípios cooperativos defendidos pelo MST, conforme apresentamos no capítulo I, é mister observarmos a consciência processual, temporal, psico-social do desenvolvimento na fala de Marcos, ao discorrer sobre as maiores dificuldades enfrentadas por ele no processo de cooperação:

Especificamente acho que devido ter um maior conhecimento político do processo, às vezes, a gente acha que poderia avançar mais em determinados projetos e ações, porém tem-se que entender que o ritmo neste caso deve ser determinado pelos que entendem menos o processo senão rompe o processo de aprendizagem.

A vontade de agir coletivamente faz com que o cooperado que possua uma maior compreensão do processo coletivo como um todo, mesmo que consiga ver adiante, ainda demonstra sensibilidade pedagógica-política, respeitando o ritmo dos que ainda entendem menos, para não se romper o processo de aprendizagem. Isto certamente não significa deixá-los onde estão, mas de encurtar o passo de quem está adiante, a fim de alinhar-se coletivamente e crescerem de modo equânime. Esta atitude demonstra marcadamente o desejo de agir coletivamente, a solidariedade para com os membros da classe; para fazer com que aqueles que vivem situações similares sejam capazes de passar, de extrapolar a sua própria condição, e lutar com os demais para vencer a classe dominante, construindo uma sociedade mais justa, onde a liberdade não seja apenas um sonho ou privilégio de alguns. Pois, de acordo com o próprio Marcos, os maiores limites à liberdade estão relacionados à sociedade em que vivemos *que priva os pobres de questões necessárias à vida*.

Na visão do cooperado Kauan, há várias dificuldades no grupo em que vive, diz ser um povo bom, mas reclama não ser um povo aberto. Que são difíceis de inserir-se no todo, tanto da própria cooperativa, quanto do Movimento. Analisando o papel da mulher na cooperativa, Kauan percebe uma espécie de inversão de valores especialmente na questão do trabalho. Ele reconhece que as mulheres exercem de uma forma extraordinária suas funções, porém, seu sentimento é de que chega ser algo injusto, e praticado por elas mesmas, o que classifica de *trabalho meio que escravizado*.

Tudo isso, segundo ele, por uma espécie de economicismo, ou seja, *aquela visão que eu tenho que trabalhar, e quanto mais, melhor será meu salário no final do mês. Isto é por elas mesmas, não é que alguém, ninguém fica mandando. Então isso prejudica muito dentro da cooperativa, porque a pessoa está visando simplesmente o lucro*. Em sua opinião, deveria ser mais aberto nessa questão do

trabalho, uma vez que as mesmas colocam-se numa situação que tem que estar no trabalho das 6h às 11h, e a tarde novamente, não concebendo a idéia de deixar de fazer suas horas. *É muito fechado ali.* E aponta ainda que: *Se a pessoa participa, ela está vinculada no processo e assim está sabendo o que acontece. Agora se tem um grupo menor que sabe, outros acabam sendo levados por estes.*

Como podemos perceber, este cooperado tem clareza da impossibilidade de se alcançar transformações sociais de modo individual, demonstrando estar alinhado às teses político-ideológicas do Movimento que buscam a mudança social e não a mera mobilidade social, que é a sua grande constatação, e reclama para que o grupo se abra mais, transpondo as barreiras do individualismo, do egoísmo.

Outra situação relacionada ao campo de quebra de reciprocidade do coletivo que é percebido como não coerente, depondo contra um agir coletivo, é a forma de grupos existentes, tanto na questão dos homens, quanto entre as mulheres. Porém, Kauan cita como exemplo, novamente, as mulheres, dizendo haver, segundo ele, três mulheres que o relacionamento se dá mais entre si, as outras mulheres ficando de fora. Sendo que, assim, as outras mulheres vão para o serviço, mas é um trabalho desvinculado daquele grupo. De forma que *estas três exercem uma coordenação mesmo. Elas fazem e dizem o que vai ser feito um pouco nesse rumo, é levado meio empurradão. E aí cria dificuldades.* Estas dificuldades na sua avaliação, decorrem, principalmente, por falta de um trabalho de maior vinculação entre as pessoas. *Se todo mundo se inseri dentro do processo então vai ter um melhoramento de vida.* Porque ali na sua visão, *era para se viver uma espécie de vida mais fraterna entre as famílias. Que hoje não é.*

Como é possível notarmos, a capacidade de atingir as metas é atribuída ao grupo, ao coletivo. Numa clara demonstração de identificação sócio-cultural desse cooperado com as propostas e estratégias do MST, enquanto que, parte dos membros da Coopac ainda está voltado mais para a vida interna da cooperativa, de acordo com seu depoimento, tendendo para um trabalho mais individualizado, com certo dirigismo. O que rompe com o espírito de solidariedade, de fraternidade almejada. No entanto: *Eu ainda sonho, de ali, conforme as discussões que vão sendo feitas, vão mudando as realidades e quem sabe, ali seja um espaço social para todas as pessoas. Um espaço que tem condições de ter a vida mais fraterna. Mas para isso tem que ter um bom trabalho.*

Apesar dessa análise crítica do coletivo da cooperativa, tanto Kauan quanto Kailane reconhecem momentos e espaços bons que qualificam a convivência, nesta tarefa de ir construindo um

mundo melhor no cotidiano da cooperativa através de ações coletivas. Ambos lembram de algo importante para a consolidação das relações sociais que é a dimensão da celebração, da festa, da alegria, da confraternização, recordam com satisfação de algumas comemorações terem se transformado em tradição, vejamos:

Nós temos algumas datas que é de comemoração, que já virou tradição. Ex: ano novo, sábado de Aleluia, São João, você pode estar numa fria, às pessoas dizem mesmo que dá só a metade, mas vamos garantir isso. Porque isso é uma coisa que é nossa e que a gente não pode perder. Então são dois valores que o pessoal está aprendendo a cultivar, e que está aparecendo mais, que é essa questão da solidariedade e dessa superação dos problemas. Não vamos deixar que a questão financeira interfira na nossa vida. Está se cultivando ainda, mas eu acho que está bem interessante (Kailane).

Final de ano é um dos momentos bom, onde toda comunidade, todos os sócios participam, mais a vizinhança e alguns parentes dos próprios sócios que vai pra lá... (...) Outro momento é o da Páscoa. É um momento bom que tem, passa o sábado de aleluia, quem tem sua religião, cumpre seus rituais, questão da semana santa e da quaresma, e depois de sábado para domingo tem uma confraternização, entre os sócios, faz lá uma noitada de foró, a turma vai até uma hora duas horas da madrugada, no outro dia continua, o dia todo mundo junto, conversando. Então esse é um momento bom. Há também a festa junina, São João então, faz uma grande festa da comunidade mais a vizinhança à noite e durante o dia, é tranquilo (Kauan).

Compreendemos que esta dimensão, de fato, como diz Kailane, não se pode perder do horizonte da luta política, caso contrário, se permaneceria numa racionalização em que o cotidiano da vida não suportaria, e veja que a festa é concebida como parte da superação das dificuldades, dos problemas. Na verdade a celebração é parte substancial do ideário político do MST, a questão da mística. Afinal, a vida precisa ser vivida com intensidade, com vontade, com prazer, com alegria estes momentos bons, como expressa Kauan.

Cíntia nos mostra que apesar das contradições, como há em qualquer lugar, segundo ela, diz do seu sentimento de querer continuar agindo coletivamente, vejamos:

Para mim é bom, eu gosto muito da coopac... (...) Eu defendo a coopac em qualquer lugar, eu gosto do coletivo. Por mais que tem problemas, mas eu defendo o coletivo, e defendo para ir em frente, dou o meu respaldo. Diante dos problemas você sofre, sente, mas tem que ir em frente, tocar a luta.

Considerando sobre o que significa ser um membro da Coopac, Maribel nos diz que, *é você ser um companheiro que está em construção de um coletivo. É estar junto buscando caminhos para melhorar a vida da gente quanto dos outros companheiros também.* Já ao discorrer sobre o que é necessário para se viver em coletivo, ela afirma que:

Para viver na cooperativa tem que ter muita compreensão, saber que você está ali administrando não só o que é seu, mas o que é de todos. E que cada um tem o seu jeito de pensar. Há que se insistir em compreender, porque fácil não é. Tem que ter paciência, compreensão, jogo de cintura. Tentar ser companheiro, lutar para acreditar no outro, se não, não dá, porque é uma coisa coletiva que todos os recursos que tem está tudo junto.

Certamente, essas qualidades e valores apresentados pela cooperada Maribel, constituem a estrutura e a dinâmica da vida cotidiana, onde estes sujeitos envolvem-se nas relações sociais e vão formando suas consciências sobre si, e a sociedade, mantendo viva a identidade grupal, respeitando-se a individualidade, *onde cada um tem o seu jeito de pensar*, no esforçar-se para compreender um ao outro, mantendo a motivação para a ação social. Muito bem caracterizado o que Demo (1996) descreve sobre a participação enquanto processo infundável em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Não havendo participação suficiente, nem acabada. Neste sentido, estes cooperados (as) demonstram que estão reconhecendo o seu ambiente e (re) construindo os espaços gerados e apropriados em suas lutas sociais e cotidianas.

Refletindo sobre o processo de participação na Coopac, Hidalgo destaca que por estar vivendo num grupo, onde há divergências, principalmente, segundo ele, pela questão cultural, por estar vivendo anteriormente numa realidade em que não tinha compromissos com ninguém, onde fazia o que pensava, de repente passar a viver em cooperação, onde tem regras, divisão de tarefas, e compromissos, onde você é obrigado a arcar com isso. Tudo isso para ele é um grande desafio, no entanto, com satisfação diz: *é muito bom eu acho muito gostoso de estar participando dentro da cooperativa porque a gente ajuda a discutir e se sente valorizado, porque quando a gente não participava, não sentia muita utilidade e hoje a gente tá aqui dentro e tem uma utilidade.*

Quando Hidalgo fala das contribuições para sua vida no ato de participar, agir coletivamente junto ao MST, ele diz que mudou um caráter de vida, e para melhor, segundo este cooperado, ele tinha uma visão de mundo muito diferente, não tinha a atual capacidade de analisar, por exemplo, a questão

dos Sem Terra. Não sabia nem analisar o que era bom e o que era ruim. Porém, ao fazer parte do Movimento:

(...) aí foi aonde que veio abrir a consciência da gente pra essa questão de que é possível outras formas de se organizar e de viver, outro jeito de você cobrar da política, outro jeito do você viver em sociedade, outro jeito de você conviver com o ser humano, a questão do respeito, dentro da organização tem essa questão de alguns princípios que você não pode passar por cima. Quem participa hoje da formação de um acampamento sem terra e consegue participar da formação, muda completamente o seu modo de ver o mundo, cria-se uma capacidade de visualização do mundo. Ele não fica mais restrito aos problemas de dentro de casa, quando vê uma notícia é capaz de relacionar, fazer uma análise mais completa.

Do mesmo modo vejamos a resposta dada por outra cooperada sobre esse aprendizado ao participar do MST:

O Movimento me ensinou muito. Por exemplo, eu não consegui concluir o meu segundo grau, mas o tanto que eu estudei depois que cheguei no Movimento Sem Terra. Não pode valer no sentido de você ter o papel na mão, mas em outro sentido, eu posso, por exemplo, eu não tenho medo de ir numa universidade, de ir a qualquer debate e discutir, por exemplo, História do Brasil. História da luta de classe no País, discutir a questão de gênero. São vários assuntos que hoje eu domino. Eu acredito que até melhor do que quem tem aí um segundo grau de repente. Então eu posso dizer que contribuiu bastante nessa questão cultural minha. O Movimento chegou, e até hoje, porque a gente continua, é um livro que você lê, por que eu não tinha o hábito de ler. Hoje se você pegar ali os livros que eu tenho que a gente buscou e foi tudo dentro do MST, então essa questão cultural da gente cresceu significativamente (Kailane).

De fato, vemos que todo esse processo de conscientização se dá dentro de uma perspectiva política de múltiplas relações sociais, e está vinculado à ação das massas para alcançar o objetivo de construir uma sociedade fundada sobre novos critérios e valores, conforme aponta Hurtado (1992). Fica claro através destes depoimentos que os momentos de ação estão recheados de reflexão, de interpretação e informações que permitem aos sujeitos ascenderem a novos níveis de compreensão, de teorizarem a partir de suas experiências cotidianas. É a dimensão política dessa conscientização que se dá dentro do Movimento, e com sentido histórico, de luta de classe. É de fato no Movimento que identificam, lembrando Freire, o que fazer, como fazer, para que fazer, em favor de quem e contra

quem fazer. Isto só é possível porque se percebem enquanto sujeitos de relações com um compromisso definido, baseado no diálogo, na interação e na comunicação.

7 – Metas de Ações Coletivas

Nesta dimensão, perpassa a capacidade consciente do indivíduo em analisar as metas/propostas pelo Movimento social, no caso do coletivo da Coopac, e do próprio MST, uma vez que são frutos deste e, como é possível perceber nos depoimentos acima, continuam ligados e identificados. Segundo Sandoval (2001), do seu alcance teórico e prático resultaria suas posturas em dispor-se a agir coletivamente, se considerarem que tais metas fazem sentido e vêem possibilidades de êxito.

Marcos considera que a Coopac é uma organização social, e como tal, faz parte das metas de ação coletiva, de um projeto de mudanças na sociedade, de modo mais amplo, articulado ao projeto político-ideológico do MST: *enquanto organização social que o MST tem um projeto de mudança da sociedade que comungamos enquanto cooperativa e, inclusive, parte deste projeto é o que realizamos e vivenciamos aqui*. O mesmo avalia que os planos e projetos construídos pela Coopac foram definidos no coletivo, e que alguns deram certo, outros não, porém:

(...) considero normal, pois era um processo totalmente novo e em construção neste sentido e comum, porém o grande projeto que era de convivência e busca de saída coletiva para os problemas nós conseguimos, daqui pra frente temos cada vez mais chance de avançar em questões mais complexas, pois vai melhorando o conhecimento e entendimento da proposta.

Esta postura indica-nos que a Coopac exerce um papel político-pedagógico, onde o cooperado reconhece a necessidade de avançar coletivamente, porém, para isso há que continuar aprofundando no conhecimento e entendimento da proposta. Vemos esta postura referendada pela cooperada Kailane, que aponta ter tudo com política o trabalho desenvolvido na cooperativa, vejamos:

Quando a gente fala em política logo pensa em eleição, mas não é isso. Nós, por exemplo, fazemos uma política, que é a política do trabalho coletivo, de nós tentarmos achar saídas coletivamente, então é uma política diferente, podemos dizer que é uma política diferente da que existe hoje. E isto a cooperativa sabe fazer.

Ao analisar o depoimento do cooperado Hidalgo quando se manifesta sobre a existência de projeto político, de metas de ações coletivas defendidos pela Coopac, o mesmo diz:

Nós temos uma meta política a ser alcançada. Essas metas políticas é nessa questão da nossa organização da produção ter uma política realmente voltada nessa questão da comercialização, esse é um grande sonho de nós produzirmos, embalar e colocar no mercado com qualidade. E outra coisa é essa questão do reconhecimento do município em prol dos assentamentos, porque se não haver um apoio do município e da sociedade, qual que é a questão fundamental pra nós enquanto cooperativa? Nós queremos que seja vista que esse é o nosso sonho, da cooperativa ser abrangente pra todo o município e pro assentamento ao todo, que essa é a política.

Considerando a fala deste cooperado, diríamos que sua perspectiva enquanto coletivo nesta dimensão está posto, de acordo com Melucci (2001), na categoria de um movimento reivindicativo, onde busca melhoria nas condições de produção, embalagem e comercialização. Num segundo momento, acena para uma questão política, visualizando na prática um maior reconhecimento por parte dos órgãos oficiais. Neste sentido, estaria longe de ser ações de um movimento antagonista, como é a proposta do MST. Nesta mesma direção, porém ampliando para as conquistas da Coopac, Kauan vai tributar estas ações coletivas empreendidas ao Movimento do MST:

Tudo o que tem ali construído foi uma luta do movimento... (...) Todas as estruturas que tem hoje ali dentro do assentamento foi conquista da luta do MST, através de mobilizações junto ao governo do Estado, na busca de recursos do Padic, para a construção do alambique, a estrutura da farinha. Tudo é dinheiro investido através da luta da organização do Movimento que buscou e daí dividiu politicamente onde deveria ser investido... (...) Até o momento, todos os recursos que tem saído para os investimentos tem contribuição do movimento.

Já na opinião sobre a representação pessoal, em que demonstra uma profunda identidade com o MST, Kauan, afiança de que a luta deve continuar junto ao Movimento, que é quem traz a esperança, não do assentamento, porque este é apenas um passo da história, em que você conquista, segundo ele, mas que não vai libertar ninguém. *Tem horas que traz mais confusão do que liberdade para as famílias.* Seu pensamento é de que este é apenas mais um espaço que deve se inserir dentro dele para ir aprendendo, para avançar nos objetivos, *que é chegar a um futuro melhor, um sistema melhor, que é o*

que vai fazer com que realmente haja mudanças sociais trazendo benefícios a todos. Questionado sobre que modificações são essas que almejaria para a sociedade, ele diz:

Do ponto de vista do Movimento, que o movimento luta pra isso, é chegar a uma transformação social. Seria mudar o rumo para uma sociedade mais justa, uma sociedade onde todos teriam direito de ir e vir, todo mundo teria direito à terra, educação, saúde, lazer. Neste sentido, seria a história continuada, mas de outra maneira.

Neste depoimento, percebemos a presença de uma dimensão de ação coletiva, com perspectivas de um Movimento antagonista, que, segundo Melucci (2001), é uma ação coletiva portadora de um conflito que atinge a produção de recursos de uma sociedade. Lutando, neste caso, não só contra o modo como os recursos são produzidos, mas, colocando em questão os objetivos da produção social e a direção do desenvolvimento. Nesta mesma direção, a cooperada Cíntia vai endossar este caráter antagonista das metas de ações coletivas por parte do Movimento, vejamos:

O movimento quer chegar a uma transformação social. Uma transformação que tenha lugar para todos. Das desigualdades sociais, da política falsa, em questão de você ser livre. A gente fala de um país democrático, de democracia, mas a gente sabe que isto não existe. Pode existir para alguns. Mas na minha visão eu tenho claro que não existe. Então as linhas políticas nossas são essas. Eu sonho com a transformação social. E ninguém tira isso de mim, e a transformação social um dia você ter acesso a tudo. Dizer assim, hoje a gente vai fazer isso, vai conseguir isso, vai lutar por esse objetivo e você consegue não como as lutas que hoje a gente faz, e que sempre sofremos a opressão, que somos um povo oprimido, eu sinto que nós somos um povo oprimido.

Dando seqüência a sua análise, esta cooperada ao discorrer sobre a questão da Coopac liberar pessoas para trabalhar em ações coletivas junto ao Movimento, a mesma diz ser plenamente favorável, e que haveria de ceder mais ainda. E que nunca um grupo coletivo que está ligado ao Movimento:

(...) deixe de liberar lideranças para a luta, por que a gente sabe que se você chegar lá, é por que alguém ajudou você a lutar. Se você alcançou o objetivo que é o primeiro passo da conquista da terra que nós estamos hoje, depois vem mais e mais ainda. Nunca deixar de porque você veio para a terra, você conquistou o que você queria você vai se acomodar. É isso que se chama comodismo. Então, você tem que trabalhar assim, não pensando só em você. Poxa, se nós lutamos para um País livre para ter tudo,

conseguir uma libertação total. Então, a gente tem que dar a sua parcela de contribuição. E aí junto com o conjunto (Cíntia).

Vejamos também a posição de Maribel a esse respeito da liberação de pessoas da Coopac para servir ao Movimento:

Eu sou favorável, mesmo que às vezes essa pessoa faça falta para nós, mas tem que contribuir porque tem outras pessoas que também precisam, e que tem que ter alguém que tem um pouco mais de experiência para ajudar a puxar. Porque se não fosse estas pessoas que vieram para nos ajudar, mostrar o caminho, eu também não estaria aqui hoje. Então, por isso que eu sou a favor, porque estão contribuindo com outras pessoas que necessitam.

É significativo observarmos a consciência política reflexiva, crítica, revolucionária destas cooperadas, a luta se inscreve em metas de ações coletivas de caráter antagônico, preservam a identidade para com o Movimento e Cíntia admoesta para que os companheiros de luta não se acovardem ao comodismo. Maribel demonstra com clareza haver compreendido a tese gramsciana de que aqueles que já avançaram que estão conscientes realizem um trabalho de organizadores, de intelectuais, a serviço da transformação social almejada.

Não se trata de ficarem presos a recursos imediatos, ou da aquisição de vantagens materiais, mas como diz Melucci (2001), trata-se da orientação mesma da produção social. As expectativas de Cíntia são de que as pessoas pensassem mais como Movimento, na sua avaliação *a pessoa abriria mais a cabeça para mais elementos. Poderia ser mais evoluído*. Vejamos algo mais de seus sentimentos voltados para o desejo de maior identidade para agir coletivamente:

Precisaria um trabalho maior, porque tem pessoas que não se identificam. Eu gostaria que as pessoas tivessem vontade e que participassem. E por aí eles poderiam compreender qual é o significado maior, mais além. De entender e quando for para uma luta, ir todos juntos. A gente sonha grande com os pés na estrada. Um dia vai se concretizar.

Para esta cooperada, o trabalho na Coopac, e a luta junto ao Movimento, são na verdade duas faces de uma mesma moeda. Desta forma, a meta de ação coletiva assume em sua vida o formato de um projeto político, o projeto do MST, que ocupa lugar em sua vida e a tenciona quando entra em

choque com alguns dos projetos pessoais do grupo cooperado do qual também faz parte. Esta tensão parece-nos estar presente em muitos momentos com sinais de divergência, justamente pela herança histórico-cultural dos seus pais, e o projeto político-ideológico do Movimento no qual Cíntia milita. Neste caso, o trabalho coletivo não é algo que ela meramente se apropria. Ele é posto como a saída política, social e cultural para se garantir a superação definitiva das precariedades presentes em suas vidas. Afinal, sua luta é por um *País livre, pela libertação total*. Deste modo há uma confluência entre o projeto do MST e a perspectiva histórica e cultural desta cooperada e diria que do grupo de perfil militante.

CAPÍTULO- VI

OS COOPERADOS (AS) SEM PRÁTICAS MILITANTES E AS FORMAS DE CONSCIÊNCIA POLÍTICA APREENDIDAS NA COOPAC

1 – Identidade Coletiva

Conforme discutimos no capítulo anterior, a questão da identidade parental como um fator relevante para a constituição do grupo, para a formação da identidade coletiva, neste grupo dos cooperados (as) que denominamos de práticas não militantes, também transparece esse dado, vejamos alguns depoimentos destes cooperados (as) quando falam como conheceram o MST:

Através do meu irmão o Claudionor, ele havia escutado que o MST estava organizando pessoas lá na cidade para fazer ocupação e pegar terra. Como eu já tinha visto pela televisão em outros Estados, eu já me interessei. Comecei a participar das reuniões que eles faziam (Mateus).

Nós já éramos casados, e morava no sítio do meu sogro, foi uma equipe do MST fazer uma reunião de base pra entrar no movimento. *Daí meu marido começou a participar das reuniões* e dessa época nós conhecemos o MST (Cleonice).

A gente morava junto com os pais dele lá na cascata [interior de Rondonópolis], aí teve uma reunião do MST, a gente foi *primeiro meu marido*, e assim começamos a conhecer (Elaine).

Na época *meu esposo era empregado*, e nós queríamos um pedaço de terra para tentar sobreviver, trabalhando na roça (Domingas). (grifos nosso).

Um fator que consideramos relevante a ser destacado nestes depoimentos, é que as três mulheres fazem menção aos maridos como que os principiantes do desejo de participar, são de fato eles quem primeiro vão em busca de conhecer o Movimento. Poderíamos, quiçá, dizer que a princípio elas viram o Movimento pelos olhos dos companheiros, e só depois é que passaram a integrar-se na caminhada. Ainda, outro dado a ser destacado, é que duas delas indicam a situação de dependência com que viviam juntos à família dos pais do esposo.

Certamente, estas formas de conhecer, de se integrar ao Movimento e depois na cooperativa, terão um impacto significativo na configuração, tanto da identidade coletiva, quanto das crenças, dos

valores sociais, assim como da identificação dos adversários e dos sentimentos antagônicos, quanto dos sentimentos de eficácia política, da vontade de agir coletivamente e das metas de ações coletivas. Apontamos esse dado, porque, segundo nossa percepção, indica ser uma forma de adentrar na luta meio que “de carona”, quase que pela condição de esposa e da situação de favor com que viviam até então.

O depoimento seguinte de Elaine, por exemplo, vem reforçar esta nossa análise, quando ela é levada a dizer os motivos pelos quais ingressou no MST, ela revela: *a gente morava nas terras do meu sogro, daí meu marido disse, vamos participar que é bem melhor conseguir um pedacinho de terra da gente do que viver assim nas terras dos pais da gente*. Quando é questionada sobre como avalia sua participação na cooperativa, enfatiza que: *Só estou dentro da cooperativa é por causa dele. Nunca gostei, nunca, e assim, eu tenho esperança que um dia eu possa estar no meu lote*.

Através deste relato, inferimos que pelo fato de haverem adentrado ao movimento acompanhando os maridos, e, pelo fato, como se observa nos relatos, de não participarem dos momentos de formação promovidos pelo MST, têm contribuído certamente para esta construção não positiva de identidade coletiva. De tal modo que esta cooperada ainda anseia pelo seu pedaço de chão individual.

Vemos outros relatos que dão conta de que a decisão de adentrar ao Movimento é tributada a situações de privações com que viviam estas famílias. Vejamos o que diz a cooperada Cleonice sobre os motivos que a levaram a participar do MST: *o principal era ganhar a terra. Porque a gente não tinha onde trabalhar*. Para o cooperado Gabriel, sua motivação em adentrar ao Movimento foi: *o interesse em conseguir um pedaço de terra, e foi através do movimento que a gente conseguiu um pedaço de terra*. Motivação semelhante é a do Sandino que assim expressa: *na época, nosso pai tinha sítio, mas nós tocávamos roça em terras arrendadas em fazenda, o motivo de participar foi o sonho de possuir a terra*. Já a posição de Mateus, demonstra alguém que já havia sofrido o êxodo rural, e sem uma maior qualificação profissional e enfrentando as peripécias de falta de emprego, decide voltar à sua identidade original: a roça, vejamos:

A falta de emprego na cidade, eu não tenho profissão definida, eu sou borracheiro e trabalhei de motorista na Sadia. Saí de lá, tentei arrumar outra colocação como motorista e não consegui, voltei para borracheiro de novo, como é um serviço meio brabo e perigoso, eu optei, falei não, eu sou da roça, e vou ter que partir é para a roça de novo.

Estas decisões tomadas a partir das situações de privações levaram todos a romperem com o seu cotidiano, em busca de amadurecimento de suas vidas, assim o Movimento se configura como a saída coletiva, tecendo uma nova identidade com seus pares que também se agrupam na tentativa de superar as situações de precariedade em que viviam. No entanto, quando após o período de lutas, já descrito no capítulo II e que trata da história da Coopac, eles em fim, conquistam a terra, já possuíam muitos elementos novos em suas experiências fruto das aprendizagens, da participação na luta, que possibilitou deliberarem sobre a perspectiva de trabalhar no coletivo como uma saída conjunta. Vejamos a posição de Gabriel: *a única solução para a gente viver da terra é trabalhar coletivo. Todos os benefícios que temos aqui foram conseguidos em conjunto.*

Mateus consegue perceber sua decisão de participar do coletivo da cooperativa através da experiência de trabalhar de modo individual com os pais na roça, e também faz referência ao trabalho dos militantes do MST que, durante a fase de acampamento, trabalhavam com a temática da cooperação, então:

(...) por experiência de trabalho individual junto com o pai na roça, e as dificuldades de conseguir tudo. Não tinha estrada, não tinha infra-estrutura nenhuma, inclusive para mim estudar o pouco que estudei, eu tive que andar 8 km a cavalo, porque nem a pé, nem de bicicleta dava para ir. Tinha que ser a cavalo mesmo. Então vendo estas dificuldades que a gente passou, falei olha, num grupo coletivo vai ser mais fácil conseguir algumas coisas. Desde os primeiros dias de acampamento, os militantes falavam de cooperativa, a gente já se interessou, principalmente nós irmãos que tinha essas experiências para trás de trabalho individual que não era boa, decidimos trabalhar coletivo.

Mateus, em sua análise, descortina o horizonte de fragilidade do trabalho individualizado, percebe que sozinho eles não estão aptos a enfrentar os desafios da vida no campo. Esta convicção lhes é advinda, como bem disse, das experiências passadas, um dia eles enfrentaram sozinhos e não foram vitoriosos. Vemos, através deste depoimento, que a construção da identidade coletiva, vem, neste caso, suscitada também pela atuação de militantes, que ajudam a organizar a pauta social do grupo. Isto demonstra como também apontara Silva (2002), que as lideranças têm um papel estratégico na construção e na manutenção da coesão social do grupo e do fortalecimento da identidade coletiva.

Gabriel atribui um valor muito grande aos laços interpessoais criados a partir da constituição do coletivo, de tal modo que tributa sua permanência na terra e com sucesso ao fato de estar integrado à

cooperativa. Vejamos: (...) *se não fosse a coopac quem sabe já teria até desistido da terra. Porque a terra hoje, você pensa que é a solução, mas não é solução para ninguém. Solução é viver num grupo coletivo para poder melhorar de situação.*

Este cooperado faz sua análise a partir da história dos próprios assentados que não se uniram em grupo para trabalhar e partilhar tanto dos recursos materiais quanto das experiências e das possibilidades de trocas de conhecimentos. Isto tem levado, segundo ele, a existir hoje, *pessoas aí que vivem de cesta básica da prefeitura. Mesmo muitos que estão assentados, fora outros que venderam, têm muitos que passam necessidades.* Ao expressar a situação de vida do homem do campo, especialmente do pequeno produtor que trabalha individualizado, Gabriel demonstra ter uma consciência política crítica sobre a importância da integração ao ideário do próprio Movimento que amalha os interesses comuns para facilitar a constituição de pautas grupais visando às metas de ação coletiva.

Nesta mesma direção, da constituição da identidade coletiva construída na cooperativa, é ressaltada por Domingas, porém, numa dimensão mais sentimental, isto é, de laços afetivos construídos, o que faz ela não querer abandonar o grupo quando surgem os problemas do dia a dia. Vejamos o significado por ela atribuído em ser membro da Coopac: *Aqui é: há convivência entre as pessoas, há amizade entre as pessoas, às vezes acontece um probleminha, a gente pensa em sair da cooperativa e ir para o lote individual, mas daí fica aquela coisa, que a gente cria laços com as pessoas.* Assim, a cooperativa vai como que tomando forma a partir da vida dos sujeitos, isto é, vai se firmando como sendo uma família, na qual eles se reconhecem e se identificam.

Sandino e Cleonice expressam um sentimento mais de admiração, de gratidão para com Movimento, de uma forma muito intensa, demonstrando o grande papel do MST como um importante instrumento de luta, sem o qual não estariam onde hoje se encontram. Tanto é que quando Sandino é questionado de sua identificação enquanto membro do MST diz; *me considero sim senhor.* Agora vejamos a expressão de ambos, quanto ao significado desta pertença ao Movimento:

Para mim representa, acho que como uma gratidão, não por que foi eles que nos deram a terra, mas eles organizaram e mostraram o caminho e agente cumpriu, porque se não tivesse aparecido eles também, a gente hoje não estaria aqui não. Isto é uma realidade e o cara tem de assumir (Sandino).

Trouxe e ainda está trazendo benefícios, não só pra mim, mas para muitos trabalhadores que precisam igual a mim, já falei, quando nós casamos eu com o meu marido nós morávamos no sítio do meu sogro.

Hoje eu tenho o meu terreno, e tudo o que eu vier a fazer pelo MST, eu nunca vou conseguir pagar o que eu tenho hoje (Cleonice).

E quanto ao sentimento, e o significado de pertença a Coopac, vejamos que eles vão mais longe nesta configuração da identidade coletiva, quando dizem que participar da cooperativa é:

(...) é tudo, porque a gente hoje é membro, eu tenho o meu setor, eu dedico a minha vida quase toda sobre ele, eu largo de fazer coisas para mim para dedicar a ele, porque esse é o trabalho meu. O bom é isso você saber que é seu, não é que você está trabalhando para os outros, não tem patrão. Às vezes tem alguma coisa que dá uma pequena desavença um com o outro, mas é coisa daqui e dali que se desentendeu, mas logo resolve e vai embora. Isso é a melhor coisa que tem você saber que você é o patrão, o peão e tudo (Sandino).

Eu acho que isso é mais importante. Eu gosto muito participar da coopac, em ser sócia da coopac. Até mesmo antes de entrar na associação, na coopac, eu acho que a situação era muito mais difícil. Hoje não, hoje tudo está mais fácil. Tanto na questão financeira, eu acho à cooperativa como algo muito importante para mim. (...) Como exemplo nós mulheres, qualquer um no individual não ganha o que nós ganhamos aqui na cooperativa, principalmente nós mulheres que aqui nós tiramos trezentos a quatrocentos reais por mês. Enquanto as individuais não tiram isso (Cleonice).

Neste depoimento aparecem fortemente os laços de compromisso, a emergência de sentimentos de solidariedade decorrentes da identificação com a categoria social, do reconhecimento do papel das lideranças que conseguiram fazer com que os laços de parentesco, de privações fossem amalgamados e tornados um coletivo, com identidade e metas comuns, de modo que fossem eficazes politicamente, *eles organizaram, eles apontaram o caminho*, como bem expressou Sandino. Já a opinião de Mateus sobre sua identidade para com o MST, diz considerar-se um membro do Movimento, porém não ativo, pois, segundo ele, para ser um membro ativo deveria participar. No entanto, ele procura justificar essa não participação dizendo: *Aqui na cooperativa, temos uma definição que um ou dois que fazem essa parte, e os outros cuidam do serviço. Eu pessoalmente respeito o MST, admiro a capacidade deles todos, mas não sou um membro ativo, inclusive tinha vontade de ser, mas não posso por causa do tempo*. No entanto, quando este cooperado fala das contribuições trazidas para sua vida através da participação no MST, vemos que houve uma substancial mutação na forma de ver e interpretar os fatos da realidade vê-se que ele diz ter modificado em si:

O modo de ver as coisas, as lutas, porque muitas vezes os fatos são distorcidos, e se a gente está de fora, a gente vê do jeito que põe para gente, e quando a gente mesmo não sendo ativo, mas estando por dentro da situação, você sabe do jeito que é você vê, mas sabe que não é verdade. Muitas vezes é verdade e eles não falam. E eu consegui perceber isso aí, antes até criticava, hoje eu concordo com muitas ações, acho que tem que ser assim.

Nesta mesma direção de Mateus, Domingas diz pertencer ao Movimento, mas também com pouca participação. Outra cooperada que se considera como parte do Movimento, mas ao ser questionada para falar sobre o que isso representa para ela, diz: *ah!, mas eu não entendo muito bem disso não, do MST. Mas participar do MST não é assim, sair, participar de reunião pra fora? Eu acho que o MST continua lutando a nosso favor.* Logo à frente, quando pergunto se houve alguma contribuição para sua vida participar do MST, a mesma só exclama uma única palavra: *pouco!* Já Gabriel também se considera parte do Movimento, e aponta que: *a gente sempre está junto ajudando o Movimento a ir pra cima.*

Podemos perceber, através deste grupo de cooperados (as), que poucos são os que têm o Movimento como definidor importante da identidade. A maioria, de fato, consegue expressar um grau maior de identificação através do coletivo da cooperativa. Entretanto, quanto ao MST, expressam mais a dimensão da admiração, da gratidão, e da caridade, através da doação de alimentos, mas quanto a participar das lutas, é delegado este papel para algumas pessoas que são disponibilizadas para tal. Diríamos que nesta dimensão da identidade para com o Movimento há uma espécie de truncamento, uma vez que nenhum destes reconhece a Coopac como parte do MST. O máximo que chegam a dizer é que recebem apoio por parte do Movimento, que de algum modo também colaboram, contribuem com o mesmo, nas formas já mencionadas.

2 - Crenças e Valores Sociais

Nesta dimensão das crenças e dos valores sociais, especialmente no momento em que estamos abordando a constituição da consciência política dos cooperados (as) por nós descritos como não militantes, portanto mais voltados ao dia a dia da cooperativa, será de muita importância observar o que

Agnes Heller chama de vida cotidiana, rotineira, a vida do indivíduo integral, em que dela participa com todas as facetas de sua individualidade. Nesta, o indivíduo emprega todos os sentidos, suas capacidades intelectuais, suas habilidades para manipular o mundo objetivo, sentimentos, paixões, idéias e crenças.

Sandoval (1994), analisando este cotidiano, dirá que o mesmo é a essência da substância social, mas que, no entanto, este cotidiano pode favorecer nos indivíduos uma forma de pensar superficial, imediatista, utilitária, e que é feito normalmente de modo não racional, prestando-se a alienação. Tais situações, segundo o autor, tendem a ser interrompidas pelo surgimento de problemas, conflitos ou fatos não explicáveis, onde o indivíduo que se propuser a desafiar tal realidade do “natural”, quebra a lógica do senso comum, ingressando numa lógica teórica ou filosófica.

Neste processo de lutas, de conquistas da terra, das condições de melhorias para o coletivo da cooperativa, certamente, tem contribuído em muito para as mudanças de percepção, e o rompimento com culturas que há muito estavam cristalizadas na mente e na prática da maioria desses sujeitos, especialmente a questão do trabalho individualizado. Vejamos o que nos diz a cooperada Cleonice a esse respeito:

(...) é uma vantagem entrar na cooperativa. Tem os momentos bons, os momentos difíceis, mas acho que é mais vantagem trabalhar na cooperativa de sócio do que no individual. É muito mais vantagem. Como exemplo: o local do serviço, quando a gente vai fazer um serviço vai todo mundo junto acaba logo. Individual não, você gasta muito tempo para trabalhar. Na cooperativa é mais vantagem trabalhar neste sentido.

Observa-se que a experiência de trabalhar no coletivo, fez com que ela percebesse na prática as vantagens de ser membro do grupo, isto não permaneceu apenas no local de serviço, esta mesma cooperada vai expressar a importância e as mudanças que o trabalho na Coopac trouxe para a vida familiar. *Hoje com a organização do trabalho, chegou cinco horas está todo mundo em casa, final de semana está todo mundo em casa, antes não era assim, ele passava a maior parte do tempo nas fazendas e eu em casa, então, hoje mudou muito.* Isto demonstra claramente alguém que está conseguindo ter uma visão ampla do mundo do trabalho, do modo de organização no sentido de ampliar os espaços de convívio familiar. Esta conquista do coletivo para suas vidas, leva Cleonice a afirmar que: *o que tem de melhor aqui dentro é a convivência entre crianças, jovens e adultos no dia a*

dia, dos vizinhos. Porque não adianta a gente ter tudo e não ter amizade, não ter o respeito uns pelos outros.

Esses espaços de convívio familiar, de fato, fazem brotar o sentimento de solidariedade, de identificação, e de modo significativo, tem propiciado o rompimento com algumas formas culturais de relações, de valores sociais que estavam arraigados na tradição familiar, e que, através da participação no Movimento, por exemplo, tem havido a desalienação em relação a determinados valores e/ou práticas. Vejamos como Domingas expressou esta situação.

Antes de conhecer o movimento na questão da igualdade entre homem e a mulher, a gente vivia aquela coisa que a mãe viveu, da mulher submissa ao homem, na cozinha, cuidando de filhos e da casa. A partir do momento que eu conheci o MST a gente passou a conhecer que não é bem assim, que nós homens e mulheres somos iguais em direitos e deveres. Isto foi uma coisa que mudou muito em mim. Isto o MST trabalha bastante este lado.

Domingas, na verdade, ressurge da experiência social, com nova concepção, de direitos e deveres, da necessária igualdade de gênero, deste modo, ela proporciona hoje para si mesma, os frutos de suas experiências sociais construídas junto ao Movimento, tendo assim uma nova forma de se ver, e de ver o outro.

Já o cooperado Sandino, vai analisar o cotidiano do coletivo, sob o aspecto mais da organização e da questão financeira, dizendo ser essa parte a que, segundo ele, está mais atrasada, e cita os motivos: *Um pouco acontece por falta de preparação. Porque as pessoas, nós somos pessoas simples, não tem estudo, são poucos que tem um estudo mais elevado, só que daí sobrecarrega muito em poucas pessoas. Daí as pessoas tem que cuidar de casa, cuidar do serviço...* Na prática, o que está sendo constatado pelo cooperado, está muito ligado ao que outros companheiros seus também frisaram, da questão de cultura tradicional camponesa, que não tem o hábito de planejar, registrar e acompanhar o processo de produção, sabendo ao final os custos e as sobras do seu trabalho. Esta dificuldade social da falta de uma cultura de organização para um trabalho coletivo também é demonstrado por Mateus, que aponta qual seria a saída: *Para melhorar seria através dos setores, que tem os setores, só que na prática não funciona. Seria mais a falta de cumprir o planejamento.*

Um valor societal muito significativo para a consecução de metas coletivas, que demonstra o grau de coesão social, das possibilidades de serem eficazes conjuntamente, é expresso por Sandino,

quando fala das relações dentro da Coopac diz: *Somos todos confiáveis uns nos outros. Porque o pior é a desconfiança, em imaginar que o outro está passando a perna na gente. Isso é o pior problema e isso nós não temos aqui.*

De modo geral, neste grupo de cooperados (as) representados por uma prática não militante, de fato, a ocupação para com os trabalhos do cotidiano, os distanciou sobremaneira do envolvimento com as frentes de lutas do Movimento, a tal ponto que muitos atribuem e/ou delegam essa atividade às lideranças liberadas (como é o caso de Cleonice, Domingas, Elaine, Sandino). Neste momento há somente uma pessoa à disposição do MST – MT. Alguns como, Mateus e Gabriel, expressam que até desejariam poder assumir um papel mais ativo junto ao movimento, mas confessam que o trabalho não lhes permite essa participação.

3 – Identificação de Adversários e de Sentimentos Antagônicos

Vemos que alguns sujeitos de práticas não militantes são capazes de identificar os seus reais adversários, outros, porém, conseguem apenas de modo aparente. Há os que apresentam como seus grandes inimigos, o latifúndio, como é o caso de Gabriel, no entanto, quando ele descreve os responsáveis pela existência dos conflitos por causa da terra, ele diz: *acho que é mais por causa dos fazendeiros, porque se os fazendeiros liberassem. Não é liberassem, se eles contribuíssem com os pobres não dava conflito de terra. Que terra tem demais sobrando, só que eles não querem abrir a mão.*

Neste caso, a resolução dos conflitos passaria pela bondade dos fazendeiros, uma nítida visão de senso comum sobre este aspecto já vivenciado por este mesmo cooperado quando teve que lutar intensamente para conquistar seu pedaço de chão. No entanto, quando este fala sobre a melhor maneira de superar estes conflitos notamos um claro avanço analítico, vejamos:

Para superar isso aí é só na união do povo. Para recuperar isso aí. Porque tem muita gente que é pobre igual à gente, mas que tem vergonha de ser um acampado, de ser um sem terra. Isso que é o problema do brasileiro fosse todo mundo igual, mas só que tem muitos que tem vergonha.

Neste momento é capaz de relacionar com sua experiência de vida, que através do MST somou forças coletivamente e assim conquista seu espaço. Ao sugerir a união como caminho de superação da

situação em que se encontram os pobres, assume uma postura de classe, colocando-se ao lado dos que ainda *tem vergonha*, mas que necessitam superá-la de modo a identificar-se com seus pares, e assim trilharemos na luta comum para alterar o quadro adverso em que se encontram. Porém, este cooperado, ao citar a vergonha como responsável pelo não envolvimento dos pobres, não consegue perceber e indicar a falta de consciência política que torna estes pobres reféns da vergonha.

Já na opinião de Domingas, o problema está identificado no governo como o responsável pelos conflitos agrários. Na sua visão, a melhor maneira de superar tais problemas é fazer a reforma agrária. Esta cooperada parece não se dar conta claramente dos conflitos de classes e dos interesses antagônicos existentes entre a demanda dos sem terra, dos latifundiários e do governo. Nesta mesma direção está a visão de Cleonice, que demonstra não ter claro o significado do pólo antagônico que inviabiliza a resolução, por exemplo, dos conflitos agrários. Vejamos sua posição: *“acontece porque os grandes estão lá e não liberam benefícios para comprar fazendas pra o povo trabalhar. Os grandões sei lá o Incra, sei lá quem ‘coisa’ terra.* Assim, também a cooperada Elaine, responde sobre os motivos pelos quais acontecem os conflitos agrários dizendo de sua total inconsciência destes fatos vejamos: *ah!, isso aí eu não sei dizer não. (risos).*

Na visão de Mateus e de Sandino, o governo é o inimigo, o adversário responsável por não realizar a reforma agrária, e ao mesmo tempo é apontado como o poderoso capaz de resolver todos estes problemas, livrando das mazelas dos acampamentos.

(...) a culpa é do próprio governo, porque a partir do momento que ele quisesse impor e fazer dava, porque terra tem. Mas não faz. Ele deve fazer e fiscalizar, porque não adianta sair distribuindo terra e não ter lei. O indivíduo pega terra, ali adiante vende, pega de novo. Teria que ter punição não para quem compra, mas pra quem vende (Mateus).

Falta dos governos se dedicarem mais, porque a maior parte é deles, não é só de fazendeiro. O povo fica meio jogado, não tem apoio (Sandino).

Vemos que para Sandino e também Mateus, é dever do governo resolver as desigualdades sociais, inclusive este último elege o governo como justiceiro, responsável para fazer cumprir a lei e coibir assim a venda de lotes, no entanto, sem refletir sobre o conjunto de medidas necessárias para uma verdadeira reforma agrária. Muito menos apontam formas organizacionais (sequer a própria Coopac) possíveis dos assentados encontrarem para evitar o isolamento e a fragilidade diante da

complexidade da política agrícola no mundo de hoje: das técnicas, das máquinas, dos juros e da concorrência desleal das grandes corporações do agro-negócio. Mundo esse, que o indivíduo sozinho dificilmente consegue lutar com todos esses antagonismos de mercado, e de tecnologias modernas. A única indicação é de punição ao sujeito de sua própria classe que merece o castigo, independente de uma análise mais complexa da realidade que levou a tal circunstância da venda do lote.

Percebe-se que a identificação de adversários e de interesses antagônicos apontados por esse grupo de cooperados (as), parecem estar presos ao universo do discurso, neste sentido, vale lembrar Foucault (2004) para quem designar os focos de poder, denunciar, falar destes publicamente é uma primeira inversão do poder, sendo assim um primeiro passo para outras lutas contra o poder. Assim, esse discurso não vem se opor ao inconsciente, mas ao segredo.

De modo que ponderamos ser um grupo que, de fato, não se apropriaram, ou melhor, não internalizaram de maneira profunda as posições político-ideológicas do Movimento, certamente pelo distanciamento das lutas e sobremaneira da formação continuada oferecida pelo MST através dos seus cursos, seminários, encontros. E também pela falta de uma interação mais dialógica, de um processo de auto e hetero avaliação, e de formação continuada na própria Coopac, os coloquem numa posição mais defensiva, o que imobiliza as possibilidades de ações coletivas inclusive para enfrentarem conjuntamente problemas, voltando-se, na maioria, para uma visão mais utilitarista, e acomodando-se nos seus mundos individuais, a mercê do grupo a que pertence formalmente.

4 – Sentimentos de Eficácia Política

Os sentimentos de eficácia política, demonstrado por estes seis entrevistados, indica estarem mais voltados para a dimensão dos resultados alcançados pelo grupo, através do coletivo da Coopac. De tal forma que muitas das ineficácias apontadas também teriam seu locus neles próprios, especialmente nos outros membros. Surgindo às vezes situações consideradas desmobilizadoras. Contudo, a maioria, como vimos, tem a clareza que não podem e nem devem voltar atrás, que suas vidas modificaram-se substancialmente após a conquista da terra, e especialmente após organizarem-se na cooperativa. Vejamos o que diz Cleonice, que parece ilustrar bem suas conquistas, após tornar-se cooperada:

Melhorou e muito, quando eu morava no sítio de meu sogro, eu não ganhava o que eu ganho hoje. Meu marido trabalhava nas fazendas, e eu ficava em casa, hoje não, ele ganha, eu ganho e meus filhos também ganham. Então, eu não tenho do que reclamar, e a esperança é de melhorar cada vez mais.

Antes de trabalhar na cooperativa, o que eu tinha dentro de casa era uma prateleirinha de pau, uma mezinha e um filtro. Hoje graças a Deus eu tenho todos os meus móveis e foi tudo conseguido aqui dentro da empresa, dentro da coopac. Então, eu não tenho do que reclamar, e sempre quando me dá vontade e quero comprar alguma coisa eu consigo. Eu vejo que pra nós aqui dentro da empresa, por exemplo, uma mulher aqui recebe 300 a 400 reais por mês, o marido ganha 500 a 600 reais. Então eu acho que não tem do que reclamar. Se a gente for sentar e pegar desde lá do início quando a gente entrou no movimento até agora, era uma diferença muito grande.

Assim como esta cooperada que percebe as melhorias das condições de vida da família, tendo forte o sentimento de eficácia política da cooperação em suas vidas, onde a mesma sente-se valorizada através do trabalho remunerado, nesta mesma direção, Domingas também reconhece como um valor significativo a igualdade da remuneração do homem e da mulher, sendo que este valor pode variar somente em termos de quantidades de horas trabalhadas, mas não por gênero: *A vantagem da mulher aqui na cooperativa é que ela ganha o mesmo salário do homem. Que em outros lugares é menor, pelo conhecimento que eu tenho aqui a mulher que trabalha o mesmo que o homem, também recebe o mesmo.*

Noutra dimensão não menos importante, os cooperados (as) Mateus e Sandino falam de outra esferas de conquistas, mais voltado para o campo psicológico, da tranquilidade, que trouxe mais segurança interior após tornar-se cooperado, vejamos:

Considero que melhorou, é uma segurança a mais, por exemplo, quando eu trabalhava na cidade, então era aquela insegurança, às vezes tinha um dinheiro este mês, mas não tinha certeza que no mês seguinte seu estaria empregado para garantir. E daí até que eu fosse conseguir outro serviço para garantir, ficava naquela pendência. E aqui não, agente é consciente do que a gente tem, comida não é boa, mas a gente tem para o ano todo. Então, dá uma segurança maior, pode faltar algumas coisinhas, mas são coisas que não é prioridade (Mateus).

Melhorou em muito. Quando morava no sítio com meu pai, a gente não tinha acesso a créditos, financiamentos. Hoje a gente tem um lugar certo para trabalhar, não está correndo de cima para baixo caçando serviço (Sandino).

A forma com que estes sujeitos avaliam acerca da eficácia política desta tranquilidade trazida pelo trabalho coletivo, faz com que reforce o vínculo com o grupo de tal forma que leva Mateus a dizer que: *Eu faço de tudo. Dou tudo de mim. Inclusive a minha mulher reclama que eu vivo para a cooperativa. Exagero dela também (risos). Eu dou tudo de mim. Às vezes ainda é pouco, mas eu faço de tudo para que de certo, e que nunca tenha que se desfazer. Eu sempre falo que eu sou o último a sair, então se tiver dois, um sou eu.*

Vemos através do cooperado Gabriel e Sandino, que nos dão à impressão de ter tomado consciência acerca da coletividade, neste caso, o MST, como caminho e instrumento de transformação social, nos dando o exemplo de eficácia política deste fator social na vida do grupo assentado, vejamos as contribuições destacadas:

Trouxe muitas contribuições. O exemplo melhor é o que o MST fez com nós, que nós estávamos aqui no Mato Grosso perdidos. Se não fosse o MST, nós não teríamos nada na vida. Hoje nós temos, pode-se dizer que a gente está rico. Hoje a gente come, bebe, tem trabalho pra todo mundo. Hoje a melhor coisa que tem foi isso pra nós aqui no Mato Grosso (Gabriel).

Trouxe, porque hoje o que a gente tem veio de lá, a pesar que a gente lutou, teve que encarar, mas se não fosse o MST não estávamos aqui não e não tinha o que temos hoje não (Sandino).

Fica claro, neste caso, que a eficácia política das ações dos cooperados (as) e das ações do Movimento depende da integração do sujeito no Movimento e do nível de integração vivido pelo movimento. Assim, conforme afirmara (Silva 2002), quanto mais integrado estiver o Movimento maior será a eficácia de suas ações, e maior será a identidade coletiva de seus membros.

Outro ponto importante que podemos observar no depoimento de Elaine, é o desconhecimento do projeto político tanto da Coopac, quanto do MST. Entendemos que tal ausência de conhecimento, pode produzir justamente sentimentos de ineficácia política e provocar o desânimo, a desmobilização. Vejamos sua fala sobre a existência de projeto político na Coopac e no MST: *penso que não seria só para a nossa cooperativa. De conversas lá fora. Quando é questionada sobre os valores mais importante vivenciados na cooperativa ela diz: falar a verdade isso aí viu (risos), que sempre as coisas que a gente faz aqui, a gente vê que não está indo um pouco certo. Ao avaliar sua participação no coletivo, diz:*

Eu trabalho ali com as companheiras, eu gosto demais de estar ali trabalhando com elas, mas o certo mesmo é que eu queria estar no meu lote.

Isso gera discussão nas reuniões, porque se você não está bem num lugar, então você não está ali todos os dias junto com as companheiras. Diz, a hoje se der para eu ir bem, se não der, onde elas já sentem que não está bem, porque o certo é ir igual elas estão indo.

Estes sentimentos antagônicos, presentes nesta cooperada, podem fazer com que, por vezes, possa atribuir ao coletivo, ao Movimento, projetos, problemas que são de caráter pessoal. Por outro lado, concordamos com Silva (2002) para quem esse sentimento de eficácia política, a ser atribuído às ações e propostas do Movimento, é decorrente da identificação sócio-cultural e política, estabelecida entre as demandas e projetos pessoais, e estas propostas e ações do Movimento apresentadas a este indivíduo. Assim, propostas que não façam sentido frente à herança histórica e cultural desse sujeito, podem produzir justamente efeitos desmobilizadores, e o sentimento de ineficácia política, e quiçá por isso ela expresse: *Se eu estou dentro da cooperativa é por causa dele. Nunca gostei, nunca, e assim, eu tenho esperança que um dia eu possa estar no meu lote ainda.*

5 – Sentimentos de Justiça e Injustiça

Esta dimensão dos sentimentos de justiça e injustiça pode ser percebida, na consciência política dos cooperados (as) de práticas não militantes, voltado fundamentalmente para as questões internas da Coopac, muito pouco para o MST, outros para o assentamento, há momentos em que esses sentimentos se apresentam como fatores a serem superados em vista das metas a serem alcançadas pelo grupo, noutros, atua como oportunidades de reforçar laços identificatórios e noutros ainda como fatores desagregadores, estimulando o desejo de buscar soluções individuais.

Quando o sentimento de injustiça é vivenciado dentro do próprio coletivo, ou seja, do grupo de pertença, ele pode, como mencionamos, tanto ser fator a ser superado, quanto oportunidade de reforçar os laços de identificação, ou então como fator de desagregação. No caso de Domingas, parece-nos mais uma questão de resignação, onde a cooperada não vê perspectiva de superação, vejamos sua avaliação quanto ao papel dos homens na Coopac:

Como que são os homens, (risos) aí! Problema. Acho que são todos mais ou menos iguais, assim como um pensa o outro pensa a mesma coisa.

O que tinha que mudar aqui é o machismo dos homens. É muito, muito. Daí a mulher trabalha o dia todo, chega em casa, tem a casa pra ajeitar, ele em vez de ajudar, colaborar, não. Chega em casa toma banho, deita e assiste televisão. Eu acho isso injusto, muito injusto. Só que eu não posso falar, seu eu for falar dá problema, dá briga. E eles são todos assim. Acho que exceção aqui é o Marcos, só. O resto é tudo a mesma coisa.

Vejamos que estes sentimentos de falta de cooperação por parte dos homens, são relatados como uma injustiça, principalmente por estar percebendo uma quebra de reciprocidade por parte dos companheiros. E na sua visão, enquanto perspectivas de superação desta situação, ela é ainda mais enfática: *Esse problema, acho que é sem solução*. Nesta mesma direção a cooperada Elaine vai enfatizar como uma das maiores dificuldades vivenciadas no interior da cooperativa, está relacionado à questão da convivência: *Do jeito que os companheiros tratam a gente. Isso é o que mais um dia pode não dar certo é por causa disso*.

Neste caso relatado por Elaine, da falta de sensibilidade para o tratamento interpessoal, é um fator que poderá levar a desagregação a tal ponto de ela estar pensando em desligar-se do coletivo, vejamos: *Principalmente, quando a gente vai numa reunião e o outro companheiro fica te magoando, falando coisas. Igual por esses dias mesmo está acontecendo. Daí que a gente sente mais vontade ainda de sair mesmo*.

A mesma sofre com estas situações, apesar de demonstrar uma frágil capacidade de lidar com adversidades, de modo que a mesma responsabiliza os outros e os culpa pelas injustiças sofridas. Acontece que, na sua visão, foi rompida a expectativa que possuía em face dos atores que eram considerados devedores desta, e, segundo Sandoval (2001), sempre que os indivíduos acreditarem que foram contrariados no equilíbrio das relações de reciprocidade, eles entenderão esta ruptura em termos de injustiça.

Noutro momento, porém, quando a imagem da Coopac é atacada por qualquer pessoa de fora do grupo, a mesma Elaine se repõe enquanto coletivo, e faz uma veemente defesa da identidade da qual faz parte, vejamos: *eu sempre fui contra morar em cooperativa, só que eu nunca pisei para falar mal daqui, eu me sinto chateada quando vejo outros lá de fora falando aqui de dentro*.

Na opinião de Mateus, que já passou por muitas situações de privações, tanto na casa paterna, quanto na cidade, onde trabalhou sempre com muita insegurança, uma vez que o mesmo não possuía uma formação que lhes garantisse um emprego mais estável, hoje, em face da construção deste coletivo cooperado onde possuem trabalho para todos, a certeza de alimentação cotidiana e de perspectivas de melhorias conjuntas, diante de tudo isso, quando vê pessoas de fora contrárias ao trabalho da Coopac, ele até admite por que não conhecem. No entanto, se for pessoa do interior do grupo é percebida como quebra de reciprocidade, e, portanto injusto, vejamos:

Sou contra as pessoas que estão dentro e até hoje não conseguiu por na cabeça que isso aqui é ele também que tem que fazer, não tem que cobrar de mim, ele tem que falar, contribuir para que seja bom para ele e para os outros. Tem um ou dois ainda, mas deu uma melhorada boa.

Noutra dimensão, já mais ampliada de percepção da quebra de reciprocidade, Mateus, ao discorrer sobre a atuação do MST, fala da necessidade que os assentados têm, segundo ele, de, na medida do possível, contribuir para com o Movimento, uma vez que, na sua visão, não fosse pela organização do Movimento, não estariam onde se encontram hoje. Porém, segundo ele, não é bem isso que ocorre com muitos dos assentados:

Os caras, no caso de contribuição, eles não admitem contribuir com alguma coisa. Isso seria justo, se fomos assentados pelo MST não custa nada colaborar, porque não é para ajudar uma pessoa, é ajudar o movimento para fazer outras coisas. Qualquer sociedade que você participa, desde uma igreja, para participar você tem que doar alguma coisa. A maioria não admite, acha que é roubo. Eu não considero, quando o cara pode, dá sem problema. Nós contribuimos com alimentos, objetos, pessoas. Tudo é decidido coletivamente.

O cooperado Gabriel também ao analisar sobre as formas de participação atuais dos membros da Coopac no MST, defende com veemência a contribuição, não fosse através da luta com o Movimento: *eu não teria nada na vida. Sempre eu trabalhava de peão. Morava na casa de meu pai e trabalhava de peão. Para mim, melhorou muito mesmo, mais de 90%.* Vejamos a posição de Gabriel e de Cleonice quanto a disposição do grupo em contribuir:

Nós contribuímos com tudo, nós temos gente disponível para trabalhar pro movimento. Nós temos três pessoas que estão disponíveis para sair trabalhar qualquer hora para o movimento. No que precisar nós ajudamos, precisou nós estamos prontos para ajudar no que for preciso (Gabriel).

(...) sempre que precisa contribuir algo com o MST a gente contribui. Então, eu acho que o MST é um símbolo muito importante para nós. Participar do MST é muito importante para mim (Cleonice).

Importante notar nestes depoimentos de Mateus, de Gabriel, e de Cleonice, a dimensão da consciência política crítica destes cooperados (as), ao defender a necessidade de manutenção do grupo, do coletivo do Movimento, numa perspectiva de solidariedade para com os que ainda precisam da organização que foi a eles propiciada, e isto, por uma questão de justiça, uma vez que, não fosse o MST, não estariam assentados e alcançado as condições de melhorias de vida que possuem hoje enquanto coletivo.

É de fato uma defesa clara para não se quebrar a reciprocidade das relações de classe a que pertence, e por isso exorta para que não se abandone à contribuição como forma de manter vivo o ideário e a prática de lutas da qual são frutos e também sujeitos. Esta posição guarda coerência com o que nos diz Pedro Demo (1996), de que não há solidificação razoável de processos democráticos sem luta, fazendo esta parte da noção dialética da conquista. Pois como bem diz o cooperado Sandino sobre a liberação de pessoas para atuar junto ao Movimento: *somos favoráveis sim, tem que trabalhar se não tiver acaba a luta.*

Não existe, portanto, participação suficiente e nem acabada. Neste sentido, consideramos que a posição destes cooperados (as) demonstra coerência ao próprio ideário político-pedagógico do MST, especialmente, quando os cooperados (as) defendem a continuidade da contribuição/participação, como uma forma de se manter a luta, e assim fazer a sua parte no processo de consolidação democrático.

6 – Vontade de Agir Coletivamente

Neste grupo de cooperados (as) por nós identificados como sem uma prática militante, vimos que a maioria está identificada e compartilha das mesmas crenças e valores societais acerca da cooperativa. Sendo que somente uma (Elaine) diz claramente não se identificar e deseja ainda ver-se livre do coletivo. Quando é questionada se considera-se uma pessoa livre, enfaticamente afirma: *dentro*

da cooperativa não. Em seguida dá exemplo do que considera tolher sua liberdade, vejamos: quando for sair as pessoas não ficar interferindo, dizendo, ah, fulano vai sair, sabia que tinha tal e tal compromisso a fazer. Eu penso que se eu tivesse no meu sitio era diferente.

Este depoimento demonstra o marcante desejo de não agir e compartilhar das responsabilidades coletivas. Entendemos haver neste caso uma consciência ainda ingênua, de senso comum sobre o grupo do qual faz parte, faltando-lhes a compreensão de que a crítica é parte inerente ao processo democrático que visa o crescimento em conformidade com um projeto conscientemente ligado a um objetivo. Há, porém, que se considerar nesta dimensão, segundo Sandoval (1988), o sujeito que não percebe uma base que o motive para a ação social, justamente isso pode ocasionar fragmentação na identidade coletiva, levando a buscar explicações neste caso de auto-culpabilização, ou ainda de responsabilização dos outros, no entanto, esta acusação não a motiva para agir no sentido de superação e manutenção do coletivo, mas pelo contrário, apenas reforça sua decisão de buscar soluções de modo individualizado. Tal fato pode estar ainda indicando a falta e ou debilidade de uma organização que motive os indivíduos para agirem coletivamente.

Já o cooperado Gabriel, quando fala a respeito desta mesma questão da liberdade enquanto cooperado, demonstra a vontade de agir coletivamente através da compreensão da co-responsabilidade que gera liberdade, revelando justamente o inverso da postura de Elaine, vejamos:

Eu me considero livre. Tem gente que acha que está amarrado aqui dentro. Eu não posso sair hoje sem avisar pro meu parceiro que eu vou sair. Eu sou livre, eu posso passar dez dias fora. Só que estes dias você não recebe isto está certo. Se eu quiser sair hoje, eu vou lá e aviso meu parceiro que estou saindo, você cuida o serviço para mim que daqui tantos dias eu volto. Por isso que eu falo que sou livre. Não tem impedimento nenhum.

No entanto, a maioria dos entrevistados identifica como adversários, o governo, os latifundiários, e percebem os mesmos interesses antagônicos especialmente oriundos do próprio grupo de assentados do qual fazem parte. Porém, quando se trata de expectativas, e convicções societais, de eficácia política, todos comungam a certeza de que a Coopac tem trazido excelentes resultados em suas vidas e a maioria absoluta tem a certeza de que só terão sucesso, se permanecerem unidos no coletivo.

Na opinião do cooperado Mateus, ao fazer uma análise da existência de projeto político na Coopac, o mesmo diz claramente que de modo partidário não existe, mas demonstra uma consciência

politizada quando faz a defesa de uma política coletiva, em forma de associação ou cooperativa como caminho facilitador para atingir uma qualidade de vida melhor. Vejamos:

(...) se a sociedade toda se organizasse tudo ficaria fácil, até os grandes se unem. Quando está sozinho se unem para encontrar meios. A solução para quem está assentado é juntos, por que sozinho fica difícil. Até os políticos hoje quando falam dos assentamentos já deixam claro que uma pessoa sozinha não adianta nem ir lá que não consegue nada. Tem que estar numa cooperativa, numa associação. Então, esse é o caminho para se conseguir alguma coisa. Se nesse assentamento todos tivessem se reunido em grupos a produção seria 90% a mais do que é hoje.

Este depoimento demonstra, como nos indicara Grzibowski (1991), que, através do Movimento Social, o cooperado rompeu com o isolacionismo geográfico, social e cultural, aprendeu a reconhecer novas formas de vida e a buscar alianças, assim como conheceu seus adversários, suas táticas e suas formas de organizações. É importante recuperar uma segunda vez a fala deste cooperado que nos mostra como que as experiências passadas lhes serviram de base para associar-se e buscar saídas coletivamente:

(...) por experiência de trabalho individual junto com o pai na roça, e as dificuldades de conseguir tudo, não tinha estrada, não tinha infra-estrutura nenhuma, inclusive para mim estudar o pouco que estudei, eu tive que andar 8 Km a cavalo, porque nem a pé, nem de bicicleta dava para ir. Tinha que ser a cavalo mesmo. Então vendo estas dificuldades que a gente passou, falei olha num grupo coletivo vai ser mais fácil conseguir algumas coisas. Desde os primeiros dias de acampamento os militantes falavam de cooperativa, a gente já se interessou, principalmente nós irmãos que tinha essas experiências para traz de trabalho individual que não era boa, decidimos trabalhar coletivo.

Consideramos significativo, neste caso, reportar-nos as palavras de Thompson (1979) que diz que as experiências vivenciadas no passado, como opressão, negação de direitos, são registradas no imaginário coletivo do grupo de forma a fornecer elementos para a leitura do presente. De modo que, a fusão do passado e do presente transforma-se em força social coletiva organizada. Eis uma demonstração dessa assertiva com o exemplo da consolidação da ação coletiva através da constituição da Coopac.

Na seqüência, o próprio Mateus nos dá um exemplo dos benefícios em agir coletivamente, demonstrando uma consciência Instrumental que, segundo Sandoval (1988), tem haver com a utilização

de raciocínio de custo e benefícios em participar ou não de ações coletivas. Vejamos os benefícios da ação coletiva:

Eu considero. Desde o primeiro dia que a gente veio para cima do comodato já teve benefício. Que como nós já estávamos num grupo organizado, nós já ficamos separado dos outros, ficamos num local que estava próximo de uma rede de energia, e nos barracos nossos já conseguimos puxar energia. Enquanto que os outros ficaram isolados pra lá, alguns que até hoje não tem energia. Então, pra mim, só isso aí já foi um benefício, e sempre tem.

É clara a consciência política crítica deste cooperado em conseguir avaliar as propostas e metas de participar de ações coletivas. De modo que, a partir das experiências de vida e o conhecimento adquirido através dos militantes do Movimento e da luta, fez com que o cooperado soubesse na prática o que Gramsci (1995) preconiza, de que o que cada indivíduo pode modificar em relação às suas forças é muito pouco. Porém, se o indivíduo se associar com todos os que querem a mesma modificação, e, se esta modificação é racional, o indivíduo pode multiplicar-se por um elevado número de vezes, obtendo assim uma modificação bem mais radical do que a primeira vista pareceria possível.

Cleonice, ao analisar a questão dos conflitos agrários, reconhece como sujeitos antagônicos aos trabalhadores sem terra os grandes do INCRA, sendo que para ela a melhor maneira de superar esta situação seria dando terra para o povo trabalhar. E como exemplo bem sucedido de ação coletiva através da conquista da terra, e da permanência na luta, ela cita a própria Coopac:

Tudo o que a gente tem foi através da luta, se a gente tem trator, máquinas, farinha, tudo foi através da luta. (...) se nós não tivéssemos essa terra pra trabalhar, sabe Deus onde nós estávamos. Então acho que é um exemplo, porque teve muitas visitas que veio aqui, então tem gente que conheceu nós a oito anos atrás que hoje se vê nós e diz, poxa hoje vocês estão bem, por que viu lá a trás como que a gente era. Porque hoje nós temos uma terrinha pra nós trabalharmos, hoje nós não compramos arroz, nós não compramos nada, nós produzimos encima da terra para nós sobreviver.

Nesta mesma direção, as cooperadas Cleonice e Domingas vão enfatizar a necessidade de solidariedade para com os membros de sua classe, e demonstram de modo eloquente o desejo de continuar contribuindo com as ações coletivas capitaneadas pelo MST. Vejamos suas defesas em favor da liberação de pessoas e outras formas de contribuição por parte da Coopac para com o Movimento:

Eu apoio, aqui nós temos, já tem um e sempre quando precisa a gente contribui com mais um. Apesar de eu estar sempre muito ligada no trabalho, mas eu apoio, e sempre que a gente puder estar enviando pessoa para contribuir com o movimento é importante. Então tem todo o meu apoio (Cleonice).

O Kauan é liberado, e eu sou favorável a essa liberação, e fui a primeira a achar que, temos que colaborar sim, e no que o movimento precisar, porque se não fosse pelo movimento na época nós não estaríamos aqui. Sabe-se Deus como que estaríamos, talvez na cidade, desempregado, não teríamos o que temos hoje. Por isso, dou total apoio sim. Tem uma porcentagem, que não sei se é mensal ou anual que a gente contribui, tem a gora esta caminhada para Brasília nós vamos ajudar (Domingas).

Como podemos notar, estes cooperados (as) percebem que a capacidade de alcançar mudanças substanciais na realidade sócio-política está na ação coletiva, no grupo, o que vem a demonstrar que há uma identificação para com o ideário político, com as estratégias e propostas do Movimento do qual são frutos e sentem-se comprometidos, por isso contribuem para sua manutenção. Demonstram haverem alçados a uma visão historicista dos problemas, de tal modo, que os levou a identificação de uma dimensão importante do seu cotidiano, a do ambiente construído, do espaço gerado e apropriado pela sua classe social na luta cotidiana.

7 – Metas de Ações Coletivas

Nesta dimensão da consciência política, em que perpassa, de acordo com Sandoval (1994), a capacidade consciente do indivíduo em analisar as metas propostas pelo Movimento social, sendo que do alcance teórico e prático resultaria sua postura em dispor-se a agir, isto se considerar que tais metas fazem sentido e vêm possibilitar obter êxito tanto na defesa de seus interesses quanto dos interesses de classe.

No caso destes cooperados (as) por nós entrevistados e dos que observamos na prática através da pesquisa de campo, todos são unânimes ao expressarem como um dos grandes motivos pelos quais se uniram em coletivo foi para tornar a vida mais fácil em termos de acesso a linhas de créditos, a potencializar os investimentos na aquisição de máquinas e implementos agrícolas. De tal modo que esta clareza de meta tanto individual quanto grupal, fez com que as dificuldades do dia a dia tivessem um impacto em termos de desafios a serem superados em função dos objetivos comuns, de uma qualidade de vida melhor.

Na opinião do cooperado Mateus, há alguns problemas nas relações dentro do coletivo, *especialmente com algumas mulheres e inclusive alguns homens que por vezes concordam, outras não, inclusive irmão*. Na sua avaliação falta a essas pessoas uma maior clareza de que o caminho para uma vida mais tranqüila é agindo coletivamente, vejamos:

Parece que num bate, que não entendeu até hoje que a saída é essa. Que enriquecer ninguém enriquece, de trabalho você pode ter certeza que... (risos). Então, para viver uma vida sossegada, tem que ser assim, e trabalhar todos os dias. Você trabalhando com a sua quantia diária contribuindo, você vai ter alguma coisa, um resultado no final.

Esta expressão de predisposição para a ação coletiva, demonstra que este cooperado sanciona as condições que possui o grupo para a defesa de seus interesses e da classe da qual fazem parte. No entanto, indica também a existência de uma visão societal ainda não assimilada no comportamento de todos que fazem parte desta situação específica de exercício de poder que é o coletivo da Coopac.

Este mesmo cooperado, ao analisar a atuação do MST, demonstra uma visão de alguém que está de fato olhando de fora para o Movimento, não incluindo-se como parte deste, de modo que aponta caminhos para as lideranças, numa nítida demonstração de que, para ele, quem faz o Movimento são as lideranças, vejamos as indicações para a atuação:

Deveria melhorar, por exemplo, quando fizer um assentamento não abandonar de vez, ter mais liderança. Se não quiser perder o lugar que tinha, no caso aqui só o pessoal da cooperativa, e outros poucos que ainda cultuam, porque os outros é como se fosse um inimigo. Não sei por que, conquistaram a terra através do MST, mas é mais talvez porque eles imaginavam que aquelas lideranças que organizou que ajudaram estariam por perto, e às vezes passa tempo sem vir, e quando vem fica por aqui mesmo, nem procura participar com os outros, porque sabe que não é bem vindo.

Estes dados, no entanto, indicam não haver desconhecimento do projeto que impulsiona o MST, pelo contrário, o cooperado chama atenção para um elemento muito importante, visando à uma maior eficácia política e de vontade de agir coletivamente com os demais membros de sua classe. Porém, como mencionamos acima, esta tarefa de zelar e manter a unidade em torno do ideário do Movimento é atribuído às lideranças.

Isto pode estar indicando também certo antagonismo entre o trabalho coletivo da Coopac versus o trabalho das famílias particulares. Esta proposição tem por base as falas de vários cooperados (as) que apontam esse caminho de divergências dos demais assentados com o projeto da cooperativa, de tal modo que criticam o trabalho da Coopac, por entenderem, segundo eles, que esta subtrai os recursos que seriam para todos, vejamos:

Tem uns 90% que são contrários a Coopac. Eles alegam que a gente rouba deles. Dizem que vem dinheiro do governo para todos e que nós pegamos pra nós. Nós pegamos dinheiro do governo sim senhor, mas só que nós corremos atrás. Nós temos gente disponível para correr atrás e conseguir dinheiro para a cooperativa. Eles não vão atrás, eles não querem andar. Ficam simplesmente acusando que a gente rouba, só que eles estão muito enganados nisso aí (Gabriel).

Tem a maioria das pessoas. Eu acho que é porque estando no coletivo tem mais facilidade, só que para conseguir foi uma luta danada para nós. Eles diziam até que nós roubávamos, por exemplo, este caminhão eles diziam que tinha vindo para todos, e não é verdade, nós compramos. Eles não entendem que no coletivo é diferente, na época eles foram convidado para participar eles não quiseram (Domingas).

Pra dizer a verdade, no assentamento tem e é muito, não é pouco não. Tem muitas pessoas aqui que quer ver nós aqui destruídos. Não que a gente seja ruim para eles, mas acho que é um pouco de inveja. Querem ver a empresa destruída (Cleonice).

Eles dizem que isso não dá certo, que o melhor é cada um ter o seu. Que esse negócio de junto não dá certo (Elaine).

Gente contra no assentamento, há isso é o que mais tem, é contra, fala mal, mas quando a barriga dói sabe onde correr. No meu modo de ver um pouco é por inveja. Eles vêem a gente crescer, e eles também, não é dizer que não tem muitos deles que cresceu também, mas tem muitos que não tem a liberdade que a gente tem, não tem o que a gente tem hoje, que nós entramos na mesma época que eles e hoje nós já temos. Acho que mais é da organização nossa (Sandino).

Estes reiterados depoimentos, que acusam seus pares de inveja, dão sinais de que o conteúdo ideológico do MST está de fato um tanto distanciado da vida do assentamento. Demonstram ainda, que estes cooperados (as) de certo modo vêem-se numa ilha, onde as metas de ações coletivas não ultrapassam as cercas da Coopac. Assim, estes cooperados (as) também manifestam estar fragmentados no seu cotidiano o projeto de transformação social almejado pelo Movimento. Estas posições podem guardar coerência com a visão de Mateus que atribui o papel de atuar junto às demais famílias

assentadas as lideranças, quiçá, justamente por não assumirem uma identidade integral com o Movimento, por isso não se vêem no papel de militantes que buscariam caminhos de aproximação com seus pares de classe, e não a mera constatação de hostilidades.

A nosso ver, este grupo de cooperados (as) se inscreve no que Melucci (2001) chama de ação reivindicativa de competição política, onde o ator coletivo reivindica uma diversa distribuição dos recursos no interior da organização, onde a ação pode referir-se à defesa de vantagens de uma categoria. Não chegando, portanto a um Movimento político, que lutaria pela ampliação na participação das decisões políticas, se debatendo contra o desequilíbrio do jogo político que privilegia sempre certos interesses sobre outros. Muito menos a um Movimento antagônico, que lutaria não só contra o modo como os recursos são produzidos, mas colocariam em questão os objetivos da produção social e a direção do desenvolvimento.

CAPÍTULO- VII

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS FORMAS DE CONSCIÊNCIA POLÍTICA DOS DOIS GRUPOS PESQUISADOS

Partindo do pressuposto de que todas as pessoas, conforme indicamos desde os aportes teóricos, possui de algum modo, uma forma de consciência política, sendo que, de fato, o que as diferencia, diz respeito ao conteúdo e conseqüentemente às suas práticas. Neste sentido não iremos lograr um juízo de valor entre as diferentes formas de apresentação das consciências por nós identificadas, uma vez que nosso objetivo é compreender as formas de consciência política que estão sendo geradas nos trabalhadores rurais cooperados (as) (Coopac) mobilizados sob a égide do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.

A consciência, portanto, como atividade cognoscitiva, enquanto atividade produtora, plasmada no processo prático ou voltando-se sobre sua própria práxis, é o meio pelo qual se transforma a realidade histórico-social, que possibilita ao homem ser um ser cultural que, segundo Severino (1994), não é outra coisa senão o ser consciente.

Trata-se, portanto, de uma tentativa de compreender os grupos sociais em que estes indivíduos se inserem, seu universo cultural e a época em que atuam sob a luz dessas experiências. Optamos por não criar novas nomenclaturas para situar os sujeitos dentro da diversidade de configurações da consciência política presentes nos cooperados (as) do assentamento 14 de Agosto. Preferimos transitar entre as definições trabalhadas por Sandoval (1989)⁴ e Vázquez⁵ (1990).

Procuramos, de fato, através das entrevistas e das observações realizadas na pesquisa de campo, dar voz aos indivíduos sobre as suas vivências, suas formas de concebê-las no contexto das

⁴ A) Consciência de senso comum: cotidiano, escassas noções de direitos de cidadania; B) consciência populista= figuras políticas, clientelismo; C) consciência de conflito= mediação institucional, partido, sindicato, associação; D) consciência revolucionária/crítica= vê o conflito de classes antagônico, vê a necessidade de reorganização macroestrutural profunda do poder/ isto só se dá através de ações coletivas de classe. O adversário é definido a partir do interesse de classe, tanto local quanto globalmente.

⁵ A) consciência comum= imediato, ingênuo, imitativo ou reiterativo. B) consciência prática= busca transformar um resultado ideal em real; C) consciência da práxis/política, criadora, reflexiva= é a que se volta sobre si mesma, e sobre a atividade material em que se plasma. Pode-se dizer que a consciência da práxis vem a ser a autoconsciência prática. Persegue determinados objetivos que correspondam aos interesses radicais das classes sociais. Práxis política, enquanto atividade transformadora alcança sua forma mais alta na práxis revolucionária, como etapa superior da transformação prática da sociedade.

ações coletivas do grupo do qual são oriundos, o MST e a Coopac. Este esforço está ligado à visão também proposta por Batalha (1991), para não se perder as experiências individuais dentro de categorias coletivas. Isto exige um esforço para compreender a categoria Movimento social, ou de classe, como algo mais que um conceito abstrato.

Neste momento, já possuímos elementos que nos permitem concordar com Riscarolli (1998), para quem a discussão e a análise do processo de formação da consciência política de um grupo mais ou menos identificado por algumas semelhanças dentro de um contexto mais amplo é uma tarefa, no mínimo, desafiadora. Sua premissa baseia-se no sentido de que, pelas condições sócio-econômicas dos componentes do grupo - menos favorecido socialmente- e, por isso mesmo, com grandes deficiências materiais ao longo da vida, estes estariam mais propensos a mudar de opinião à medida que suas necessidades vão sendo supridas, e assim modificando, é claro, sua cosmovisão.

De fato, este fenômeno de uma identidade comum, a partir de um passado de privações de toda sorte, verificado em ambos os grupos entrevistados e observados, consta dos seus depoimentos expressos e apresentados no capítulo V, quando tratamos da Identidade Coletiva. Neste sentido, as mudanças de opiniões de fato ocorreram, porém como não poderia ser diferente num processo de luta, de construção de pautas comuns, de redesenhar interesses muitas vezes antagônicos no interior do próprio grupo, das fases de identificação de adversários internos e externos, das partilhas de crenças e de valores sociais, dos sentimentos de eficácia política, que tem levado a desencadear múltiplos olhares e vontades, nem sempre sincrônicas em agir coletivamente, especialmente quanto às metas coletivas voltadas mais para o interior da cooperativa, versus, dos que visualizam uma ação mais imbricada com as transformações mais amplas da sociedade erigidas no ideário e prática do MST, espaço em que, de algum modo, estes sujeitos com práticas militantes continuam engajados.

Compreendemos que de alguma maneira, todos vêm sendo modificados, e penso não exagerar em afirmar que alguns (especialmente do grupo militante), tenham mesmo realizado verdadeiras metamorfoses nas suas formas de ver a si mesmos, bem como a própria sociedade, como muito bem expressa Cíntia:

Eu me sinto pessoa humana assim, parece que você resgata tudo aquilo que você não tinha, como você vivia, sem formação, sem nada, você vivia na cidade, você não era mais que um empregado, mandado, você era um pau mandado. Você não tinha direito... Você era praticamente escravizado porque você trabalha para patrão, seu valor você perde tudo. E eu não, a partir do momento que eu conheci o

movimento, comecei a participar dele eu me senti pessoa humana, me senti respeitada. Porque isto você não tem lá fora. (...) passei até dar valor em mim, foi mais através do movimento. Dos valores que a luta passa pra você. A partir do momento que você está inserido no conjunto você traz para si, você diz poxa, eu não sabia que era assim. Nunca esperava que eu pudesse fazer isso, que eu poderia ter tudo isso, conseguir tudo isso.

Estas afirmações dão conta de alguém que se descobre como sujeito de direitos e de valores ao participar da luta social de forma pró-ativa. É possível inferirmos nas palavras desta cooperada uma demonstração de apropriação e re-processamento do coletivo, do social por parte do sujeito, indicando a interface da consciência política enquanto processo psico-social.

Identificamos a ocorrência deste processo, justamente, ao haver a passagem da condição de pacientes a agentes da história, na medida em que se fortalece a mobilização coletiva. São capazes de pensar e se propor metas coletivas para solucionar problemas não só de âmbito econômico, mas também de ordem político-social, momento em que conseguem construir conjuntamente com a Coopac, sem perder de vista a causa maior representada pelo Movimento. Como exemplo, vejamos mais uma vez o que nos diz a cooperada Cíntia, que faz parte do grupo com práticas militantes:

Eu não tinha nada contra o individual, só que a gente é diferente, porque a gente está ali à gente acredita. E a partir do momento que você acredita você é diferente. A gente acredita assim porque está no coletivo. (...) Porque nós defendemos a linha política, nós dizemos, nós somos aqui, mesmo que tenha um ou dois que não, mas nós defendemos a linha política do Movimento. Tudo o que venha tomar definição do coletivo, e do movimento.

Nessa mesma direção, o cooperado Kauan também dirá que: *meu objetivo a gente tem que lutar junto ao movimento por que é ele que nos traz alguma esperança, não do assentamento, porque o assentamento é um passo apenas da história.* Vejamos o que diz a cooperada Kailane: *E eu fazendo parte do Movimento Sem Terra, eu sendo Movimento Sem Terra, então isso hoje é toda a minha vida. (...) Eu me sinto que além do movimento, eu sou uma militante do Movimento.* É significativo vermos o resumo feito por esta mesma militante: *Eu posso resumir dizendo que é a minha vida o Movimento.* O cooperado Marcos considera-se membro do MST e justifica que: *grande parte do conhecimento político que tenho hoje foi adquirido dentro da organização.* Já o cooperado Hidalgo expressa uma

profunda identidade entre a Coopac e o Movimento dizendo: *eu não consigo diferenciar a cooperativa do Movimento Sem Terra, que a gente trabalha por uma causa só.*

Essas posições demonstram uma consciência política crítica revolucionária, na qual a identidade coletiva faz com que permaneçam unidos ao grupo cooperado, mas sem perder de vista a luta maior representada na defesa intransigente do ideário político do MST, a noção clara de que as ações coletivas devem ser de classe, perseguindo esses objetivos, com conhecimento da realidade e dos antagonismos de classes, por tudo isso defendem a necessidade de organização e da direção por parte do Movimento. Retomamos, aqui, o depoimento de Kauan que ilustra bem o que estamos indicando:

(...) Na minha opinião, no meu objetivo a gente tem que lutar junto ao movimento por que é ele que nos traz algumas esperanças, não do assentamento, porque o assentamento é um passo apenas da história. Você conquista mas, isso não vai libertar você. Mas assim, um pensamento que um dia pra frente a gente poderia transformar mais alguma coisa em realidade, um sistema melhor, uma vida melhor para toda a Nação. (...) A gente tinha esperança também que através do partido político e que seria o PT, e que está envolvido nesse rolo que está aí hoje. Então sobra muito pouco. Então, nesse sentido o MST é ainda quem nos dá esperança.

É importante notar, que, na fala deste cooperado, transparece a unanimidade do grupo militante, cujos personagens, acima citados, conseguem perceber a Coopac como parte do Movimento e por isso a defesa da cooperativa está também imbricada com a defesa do próprio MST.

Para o grupo de pessoas que não possuem prática militante, esta idéia é menos clara e pouco defendida, pois a defesa é meramente discursiva, embora justifiquem-se de várias formas os motivos da não participação, e o não engajamento nas frentes de lutas lideradas pelo Movimento.

Este não envolvimento ficou evidenciado inclusive na forma de referir-se ao Movimento por parte desses cooperados (as) sem prática militante, tanto que Sandino expressa de forma veemente sua admiração, sua gratidão para com o MST, isto por haver organizado e apontado o caminho para a conquista da terra, mas da mesma maneira que os demais desse grupo dirão que não é um membro ativo devido aos trabalhos que desenvolve na Coopac.

Cleonice também vai demonstrar gratidão dizendo: *tudo o que eu vier a fazer pelo MST, eu nunca vou conseguir pagar o que eu tenho hoje.* E mais adiante sobre a participação no Movimento diz: *têm pessoas que participam mais diretamente da luta, eu mesma apoio, mas só que eu não*

participo. O cooperado Mateus e Domingas, dizem considerarem-se membros do Movimento, porém, não ativos, por não participarem.

Gabriel, apenas diz estar sempre ajudando o Movimento a ir para cima. Porém, *quando o movimento precisa têm pessoas que sai para contribuir, mas eu mesmo não posso sair por causa do serviço*. Já a cooperada Elaine apesar de achar que o Movimento continua lutando a seu favor, vai demonstrar-se leiga quanto ao conhecimento a cerca do Ideário Político-Ideológico ao afirmar que: *Ah! Mas eu não entendo muito bem disso não, do MST*.

Neste âmbito da questão, poderíamos interpretar como uma consciência sem atitude crítico-reflexivo, que a nosso ver, consubstanciam-se num misto de consciência de conflito/populista e de senso comum de acordo com Sandoval (1989), pois, estes indivíduos de algum modo cindiram teoria e prática, ao estarem racionalizando um discurso sobre o MST, porém, na prática está distante de suas vidas, porque ainda não vivenciam cotidianamente aquilo que dizem, falam do desejo de participar, da admiração, ou da gratidão, mas em seguida, elencam os obstáculos para tal comprometimento, o que os diferencia do grupo militante, ou seja, não praticam o pensado coletivamente enquanto classe.

De tal modo que, essa cisão lhes obscurece e limita a percepção como um todo da realidade em que atuam mediados pela instituição tanto da Coopac, do MST, quanto de outros órgãos governamentais, associativos. Assim, os cooperados (as) Mateus, Sandino e Domingas, encontram-se a nosso ver, ligados a uma visão populista, clientelista, a espera que o governo faça, por exemplo, a reforma agrária. Já os cooperados (as) Gabriel, Cleonice e Elaine, estão mais próximos de uma consciência de senso comum, apresentando escassas noções de direitos e deveres, atribuindo a solução dos problemas dos conflitos de classes justamente ao pólo antagônico, os latifundiários, ou aos grandes do INCRA.

Um fator importante a ser destacado das posições destes cooperados (as) não militantes, é o fato de não identificação da Coopac com o Movimento. De tal forma que participar do MST é reservado somente para alguns membros liberados para tais funções. Isto demonstra não haverem incorporado tanto o conteúdo político-ideológico do Movimento, quanto a prática, ainda que vivenciada durante o período de lutas para a conquista dos seus lotes. Quiçá esta participação tenha sido algo meramente mecânico/ instrumental, por isso mesmo não atingiu a dimensão da consciência política crítica, de tal modo, que nestas falas não há o reconhecimento do outro e o reconhecimento de si, no outro, justamente como nos diz Freire (1987), esta deve ser uma decisão e compromisso de colaborar na

construção do mundo comum. De maneira que, dizer a sua palavra equivale a assumir conscientemente, como trabalhador, a função de sujeito de sua história, em colaboração com os demais trabalhadores, posição que neste grupo é delegada para alguns.

No entanto, para os sujeitos identificados como militantes estes concebem a idéia de que fazem e/ou sentem-se parte do Movimento justamente a partir da Cooperativa. Não divorciam esta realidade, como assevera o cooperado Hidalgo, diríamos que resume muito bem o pensamento deste grupo: *desde quando você participa da cooperativa você está representando também o movimento... (...) não consigo diferenciar a cooperativa do Movimento Sem Terra, que a gente trabalha por uma causa só, na questão da produção da auto-subsistência, mas nós também trabalhamos nessa questão da visão lá fora de ver a cooperativa como um membro do movimento.*

Este grupo de cooperados (as) militantes, a nosso ver, compreendeu como nos diz Freire (1987), de que a libertação dos trabalhadores depende de sua práxis competente e consciente. De tal modo que, estes sujeitos conseguiram se libertar dos grilhões do comodismo, por isso mesmo continuam identificados e engajados junto ao Movimento, por entenderem que a emancipação não é apenas uma questão do grupo, de gênero, mas dos oprimidos, dos explorados, dos sem voz e sem vez. Estes homens e mulheres que durante muito tempo foram “aderentes do opressor”, mas que, com o trabalho dos já conscientes, das lideranças e com a participação pró-ativa na luta, se reconheceram como pessoas, como classe, numa nova identidade.

Diríamos que alçaram uma identidade dialética, uma consciência política crítica, segundo Sandoval (2001), ou uma consciência da práxis política/revolucionária como nos diz Vázquez (1997), justamente por não haver estagnado, e continuar no processo de auto e hétero libertação. Demonstram estar imbricados com o ideário político-ideológico do MST cujos objetivos é ir muito além da conquista da terra, buscando transformar o ser humano e através deste a sociedade, que corresponda aos interesses radicais das classes sociais, conforme, de modo emblemático, o teórico militante Ademar Bogo (2001) traduz esse ideal na letra da música intitulada “quando chegar na terra”. A reproduzimos completa no capítulo I, neste momento queremos destacar apenas alguns fragmentos: *quando chegar na terra, lembre de quem quer chegar... Tem outros passos pra dar... Não está completa a tua liberdade, este é o primeiro passo na busca de outra sociedade... Só a terra não liberta, esse é o alerta... .*

Porém, ainda quanto ao grupo de prática não militante, consideramos que também romperam com o seu cotidiano, em busca de mudarem suas vidas, através do Movimento que se configura como a saída coletiva, tecendo uma nova identidade com seus pares que também se agrupam na tentativa de superar as situações de precariedade em que viviam. Neste sentido, quando, após o período de lutas, já descrito no capítulo II e que trata da história da Coopac, eles em fim conquistam a terra, já possuíam muitos elementos novos em suas experiências, fruto das aprendizagens, da participação na luta, que possibilitou deliberarem sobre a perspectiva de trabalhar no coletivo como uma saída conjunta, fundam assim a cooperativa.

No entanto, é significativo reportar-nos as palavras de Vázquez (1997) quando diz que o homem não vive num constante estado criador, ele só cria por necessidade, para adaptar-se às novas situações ou para satisfazer novas necessidades. Quiçá, estes cooperados (as) não militantes estejam momentaneamente desfrutando dos benefícios da luta, e não se sentem desafiados a ir além do cotidiano da cooperativa.

Vale lembrar Reich (1976) quando diz que não se pode atingir o objetivo final, o socialismo, sem passar pela satisfação de objetivos menores e imediatos dos indivíduos mediante um vigoroso aumento da satisfação das suas necessidades, sendo que só então o heroísmo revolucionário pode conquistar as largas massas. Neste sentido, mesmo que a consciência política destes ainda esteja ligada à prática cotidiana no sentido de busca da satisfação das necessidades, entendemos ser um primeiro passo, e se não houver este, dificilmente haverá o segundo, bem como, os outros passos seguintes, ficando, porém na dependência, como aponta o cooperado Kauan, *de um bom trabalho*:

Então é preciso investir mais nas pessoas, na formação, e criar capacidade nas pessoas dentro dos assentamentos. Porque é aí que estão às dificuldades nossas. Que enquanto está acampado nós estamos organizados, bonitinho, mas sai o assentamento parece que as famílias estavam presas com nós. Quando sai o assentamento ela se libertou. Esse libertar-se é ir cassar outros rumos que nós sabemos que é errado. Porque ela vai cassar o prefeito, vai cassar o vereador, que é errado, porque eles só vão usar delas para se darem bem mais pra frente. Nós sabemos que está errado e não podemos fazer nada. Então aí que eu vejo a dificuldade. Como que nós vamos organizar essas famílias para elas continuar sendo do MST.

Nossa análise dessa dimensão da consciência política da identidade coletiva aponta para o fato que os dois grupos atribuem um grande valor aos laços inter-pessoais criados no âmbito da cooperativa, o que propiciou ao grupo uma maior capacidade de eleger pautas comuns, identificadas nas metas e ações coletivas ligadas ao cotidiano da Coopac. No entanto, como já apontamos, apesar de todos considerarem-se membros do MST, somente o grupo militante expressou claramente a imbricação, a identidade entre a Coopac e o Movimento, dispostos, inclusive a agir na medida do possível e de acordo com a necessidade e ou solicitação deste. Ficando o desafio para a militância e a coordenação do próprio MST, na questão levantada pelo cooperado acima citado, de como organizar as famílias assentadas para que continuem sendo MST?

Por outro lado, os cooperados (as) não militantes não se furtam de atos de solidariedade para com o Movimento, fazendo sempre que necessárias doações de alimentos, e decidindo coletivamente inclusive pela liberação de membros da Coopac para estar à disposição trabalhando junto à coordenação do MST no Estado, apesar das resistências alegadas pela falta de mão de obra, em face do modelo adotado, que ainda não permite, como sugere o cooperado Kauan, o intercâmbio dos acampados, o que viria a suprir a tal carência de mão de obra.

Estas atitudes revelam um cotidiano pleno de reflexões, de regras, situações que condicionam as vivências, que como nos diz Brandão (1986), ao menos em parte determinam à construção pessoal e social de identidades. Identidades essas, que são, não apenas o produto inevitável da oposição por contraste, mas o próprio reconhecimento social da diferença. Portanto, não como algo natural, mas construída social e culturalmente através das atividades que exercem para produzir a sua sobrevivência.

Neste cotidiano, onde há partilha das crenças e a internalização de valores sociais, é onde os sujeitos constroem-se socialmente mediante o diálogo interior vivido por cada sujeito na construção da história de suas próprias vidas como referenda Sandoval (1994), com este olhar alerta procuramos observar na prática e, através das entrevistas, as características fundamentais deste cotidiano. O aspecto da espontaneidade é muitas vezes praticado através do improvisado, justamente quando não se cumpre o que todos os cooperados (as) têm reclamado, de não se seguir o planejamento realizado coletivamente. Isto tem levado a uma forma de ação imediatista, utilitária e pragmática, típica de uma consciência de senso comum.

Consideramos que este padrão de comportamento, bem como as crenças sociais, os pontos de vista políticos de natureza pouco refletida, de senso comum, não se encontram substancialmente arraigadas nos cooperados (as), uma vez que há unanimidade na constatação do problema, faltando, sob nossa ótica, sair do campo da compreensão, para a práxis. Neste sentido, a cooperativa está colocada como um fator que transforma a vida cotidiana dos seus membros, e esse é um dos momentos que está a desafiar a vida rotineira, acionando conseqüentemente mudanças na consciência individual e coletiva para que possam romper, na verdade, com uma prática cultural típica do camponês acostumado ao trabalho individual, sem maior planejamento como exemplo disso, apresentamos a opinião de dois cooperados (as), um de cada grupo pesquisado:

Uma das dificuldades é essa questão cultural do camponês, a gente ainda tem aquela cultura que está agarrada, e que é do individual, e também de fazer as coisas tudo meio do jeito que der. Hoje vou levantar, vou plantar a roça de qualquer jeito, não precisa anotar, o pessoal diz, não precisa esse negócio de controle, se entrou dinheiro você gasta se não entrou você gasta também. Uma das maiores dificuldades nossa está nesta questão administrativa da cooperativa (Kailane).

As maiores dificuldades está em conciliar a mão de obra existente. Às vezes concentra todos numa atividade aqui, e às vezes falta para uma outra. Sempre tem uma pendência assim. Para melhorar seria através dos setores, que tem os setores, só que na prática não funciona. Seria mais a falta de cumprir o planejamento (Mateus).

Estas situações, a nosso ver, não estão postas como espaço de alienação, uma vez que está sendo questionada esta rotina, apesar de não haverem ainda incorporado totalmente a prática da divisão do trabalho, do planejamento em todas as suas fases, até a execução, mas por outro lado, não estão conformados com esta situação, como podemos observar nos depoimentos acima. Ambos possuem um raciocínio concernente acerca das práticas diárias, e visualizam um caminho para o aprimoramento democrático através do exercício dos direitos e do cumprimento das deliberações e obrigações coletivas.

Nessas circunstâncias, pode-se observar que os valores e as ações sociais presentes no Movimento, passam a entrar em franca oposição aos valores sistêmicos característicos de um modelo tradicional de homem e de organização do trabalho, ensejando transformações nas formas de sociabilidade, bem como alteração recíproca entre a instância de práticas sociais e a instância de produção de subjetividade.

Papel de particular importância neste caso, é a atuação do MST, enquanto movimento social que contribuiu para a democratização do sistema político, pela mudança nas regras de procedimento e, nas formas de participação política, pela difusão de novas formas de organização e, sobretudo, pela ampliação dos limites da política, politizando temas que até então eram considerados da esfera privada, como, por exemplo, as questões de gênero envolvendo relações entre os sexos (Melucci, 1994). Vejamos dois exemplos de recuperação da dignidade de duas cooperadas, uma de cada grupo: Domingas e Cíntia, que nos falam desta nova consciência política adquirida através da participação no Movimento:

Antes de conhecer o movimento na questão da igualdade entre homem e a mulher, a gente vivia aquela coisa que a mãe viveu, da mulher submissa ao homem, na cozinha, cuidando de filhos e da casa. A partir do momento que eu conheci o MST a gente passou a conhecer que não é bem assim, que nós homens e mulheres somos iguais em direitos e deveres. Isto foi uma coisa que mudou muito em mim. Isto o MST trabalha bastante este lado (Domingas).

Eu me sinto pessoa humana assim, parece que você resgata tudo aquilo que você não tinha, como você vivia, sem formação, sem nada, você vivia na cidade, você não era mais que um empregado, mandado, você era um pau mandado. Você não tinha direito... Você era praticamente escravizado porque você trabalha para patrão, seu valor você perde tudo. E eu não, a partir do momento que eu conheci o movimento, comecei a participar dele eu me senti pessoa humana, me senti respeitada. Porque isto você não tem lá fora. Você sofre as pessoas te excluem lá você não tem valor, você é pobre, você não tem formação, não tem estudo, a sociedade em si professor, os meios são os poucos que comandam, a gente sabe que a gente é a maioria, mas quem comanda tudo é a minoria. Assim, você se sente meio que rejeitado pelo povo, só querem o teu serviço, é só o teu serviço que serve. Então professor, você tem que ter saúde, e força de trabalhar, porque daí ali você vive (Cíntia). (grifos nosso).

Essa superação de crenças e valores sociais e o sentimento de eficácia política ao agir coletivamente junto ao MST, dão-se justamente através das experiências grupais, da participação na luta. De tal modo que o que tinha aparência de “natural”, foi na prática cotidiana sendo desnaturalizado e superado. Como nos diz Freire (1979), seria eterna, a história da opressão pela apropriação de coisas-pessoas, não fossem a conscientização e a mobilização coletiva dos que se identificam nessa luta pela recuperação da liberdade, por uma sociedade na qual o sentido do poder seja transformado em benefício da maioria. Ação esta, onde o sujeito se percebe através das relações que estabelece com os

demais indivíduos; que frente às necessidades vai lapidando sua consciência através de uma ação subjetivada.

Os sujeitos que possuem uma consciência política crítica/ revolucionária ou da práxis, se encontram de fato mais ligados às atividades de formação e das ações do MST, este grupo por nós identificados como de prática militante, alçaram a compreensão de que a transformação da realidade social só dar-se-á mediante a ação coletiva.

Os demais membros do grupo sem uma prática militante, diríamos que transitam entre uma consciência de senso comum/imitativa, a uma consciência populista/reiterativa ou de conflito, justamente por não demonstrarem claramente uma compreensão acerca dos interesses e conflitos antagônicos de classe. Buscando no máximo saídas institucionais, negociadas segundo a necessidade da própria cooperativa.

Compreendemos que a Coopac é um espaço público para o exercício e aprendizado democrático. De tal modo que, através da prática coletiva, da divisão social do trabalho, dos papéis/cargos assumidos no interior do grupo, estes espaços tornem-se fontes de democratização do poder. E assim, as mudanças na cultura política trazidas pelo incremento da cooperação/associativismo indicam-nos possibilidades de superação das formas tradicionais de clientelismo, populismo e corporativismo presentes na história política da sociedade da qual fazemos parte.

Esta nova cultura cooperativa/associativa certamente contribuirá de forma significativa para a construção de uma estrutura institucional mais democrática, posto que está ancorada nos Movimentos Sociais e não nas elites que tradicionalmente controlam a sociedade política. Em vez de sugerir a idéia de uma arena para a competição econômica e a luta pelo poder político, passa a significar exatamente o oposto: um campo onde prevalecem os valores da solidariedade, da cooperação.

Segundo Alberto Melucci (1988), a existência de espaços públicos independentes das instituições do governo, do sistema partidário e das estruturas do Estado é condição necessária da democracia contemporânea. Como intermediações entre o nível do poder político e as redes da vida cotidiana, esses espaços públicos requerem simultaneamente os mecanismos da representação e da participação. Ambos são fundamentais para a existência da democracia nas sociedades complexas. Os espaços públicos são pontos de conexão entre as instituições políticas e as demandas coletivas, entre as funções de governo e a representação de conflitos. Consideramos significativo trazer novamente a

posição do cooperado Kauan que demonstra ter na prática compreendido esta imbricação entre o partido, e a luta na vida cotidiana:

(...) no assentamento temos o princípio político que seria fazer a Reforma Agrária de fato e as mudanças necessárias que precisa ter no País. Nós do Movimento acreditamos que com partido político não se faz isso, o partido político é uma ferramenta de trabalho que pode contribuir na luta, mas que não é dentro do partido político que se vai fazer as mudanças necessárias. Então seria através do movimento, ligado a um partido político, que não precisa estar vinculado dentro do movimento, mas o movimento mais o partido político pode traçar as linhas e tocar a luta. E nesse momento não é isso ainda. Tem um partido político que é popular mas está aí enroscado nesse patamar, que eu acho que um pouco é medo de encarar a situação. E aí ficou o Movimento meio que sozinho.

Como é possível perceber, o cooperado tem consciência da necessidade de intermediação entre o poder político e as redes cotidianas na luta do Movimento, porém sua avaliação é de que neste momento ainda estão sozinhos nesta tarefa.

Não se trata, portanto, apenas de pressionar o Estado para reivindicar direitos, mas de modernizar a própria sociedade, transformando as estruturas tradicionais de dominação, exclusão e desigualdade que, fora do aparelho de Estado, encontram-se enraizadas nas instituições, normas, nas crenças e valores sociais, e identidades coletivas, baseadas em preconceitos de raça, classe e gênero, configurando o que Foucault denominou “micropoderes”.

Neste sentido, consideramos que o MST, e os seus militantes cooperados (as), inscrevem-se na luta pelos direitos sociais, redução do tempo de trabalho, redistribuição de rendas, autogestão, tendo como eixo um princípio unificador com os demais movimentos sociais: a cidadania. Essa nova esfera que é não-estatal e não-mercantil, pois escapa ao domínio do Estado e à lógica de lucro do mercado.

A participação nesse processo de tomada de consciência política, proporcionada pelos movimentos sociais (no caso o MST) aos seus membros tem vital importância na constância das lutas pela conquista e/ou preservação da liberdade, da igualdade e da responsabilidade, conforme Melucci (2001), é nesse processo que as pessoas percebem os “sinais de libertação”, tais como a formação de novos grupos (Coopac), a percepção diferente da realidade que os cerca, a decisão coletiva, a renovação de práticas do grupo, percepção de que um assunto está correlacionado com todo um conjunto de relações, a integração e valorização do trabalho da mulher e o entendimento de que a

natureza é o seu habitat e, por isso, a exploração dos recursos deve ser racional. Desse modo compreenderão que a práxis política, enquanto ação que transforma o sujeito e o objeto é uma constante ação-reflexão, num processo contínuo, dinâmico que se altera na medida em que os conteúdos que informam cada uma das dimensões aqui estudadas também se alteram.

Consideramos conforme Silva (2002), que o presente modelo das sete dimensões da consciência política que subsidiou nossas análises não se constitui num 'roteiro de análise'. Configurando-se mais como um conjunto de conceitos que orientam a análise do processo sócio-histórico-político-cultural vivido por cada sujeito e grupo de pertença, no caso da Coopac - MST.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a presente pesquisa possibilitou-nos aprofundar a discussão da temática na qual se busca compreender as formas de consciência política que estão sendo desenvolvidas por trabalhadores rurais articulados ao MST através da cooperação. Uma vez que, como consta já na introdução deste trabalho, a partir de um grandioso estudo da temática, Horácio de Carvalho (1999) fez um levantamento de todos os cadernos e documentos elaborados pelo MST desde 1989 a 1999, chegando à conclusão que nenhum dos documentos deu conta das experiências históricas concretas de cooperação entre os trabalhadores rurais, nos diversos planos de sua existência, denotando uma preocupante omissão sobre esta experiência histórica popular no campo.

É, portanto, dentro deste contexto, no sentido de captar uma experiência concreta, de aprofundar a reflexão, que optamos pelo Estudo de Caso da Coopac, utilizando-se, para tal, do conjunto de conceitos analíticos desenvolvidos por Sandoval (2001) e demais fundamentações teóricas que constam do capítulo III, e à luz disso, fizemos a análise das entrevistas a fim de compreender, em termos gerais, as formas de consciência política presentes nos sujeitos membros da Coopac, visando compreender empiricamente as diversas formas de consciência política que estão sendo construídas pelo Movimento através da cooperação. Uma vez que, sob nossa ótica, dessa consciência política sempre mais crítica dependerá a solidificação ou não dessas experiências, configurando-se como o germe de um novo sistema social, quanto à constituição de um novo sujeito capaz de modificar-se a si mesmo e a natureza na construção de uma sociedade mais justa e solidária, num constante processo de (re) criação através das relações sociais concretas, afetivas, racionais e simbólicas que se manifestam na vida cotidiana, produzindo e se reproduzindo.

De tal modo que, consideramos estar coerente com o campo psico-sociológico, ao compreender as questões subjetivas presentes nos fenômenos coletivos e as suas tessituras nos cenários da coletividade. Assim, entendemos contribuir com este trabalho na aplicação e experiência no uso de um marco teórico psicosocial voltado para a compreensão dos Movimentos Sociais especificamente das transformações dos aspectos subjetivos presentes na práxis política.

Ainda sobre o horizonte teórico, registramos como algo significativo nosso esforço em aplicar o modelo analítico desenvolvido por Salvador Sandoval (2001), para a compreensão da consciência política. Mesmo que este modelo tenha sido aplicado com sucesso em análise a outros Movimentos Sociais (conforme indicamos no capítulo III), consideramos relevante neste caso, por ser o primeiro trabalho que procura entender as modificações subjetivas ocorridas com os sujeitos do MST numa prática cooperada. E isto tem se revelado expressamente importante uma vez que as decisões e todos os encaminhamentos dados pelo Movimento e a própria Coopac trazem em si o caráter coletivo. De tal modo que o valor da coletividade é um traço marcante na vida de todos os trabalhadores organizados sob a égide do MST.

É, portanto, sob esse arco da coletividade que transcorrem os sentimentos de solidariedade, onde são traçadas e palmilhadas as Metas e Ações Coletivas, propiciando o surgimento e o fortalecimento dos vínculos de Identidade Coletiva. São nesses espaços, em que as crenças e os valores sociais são vividos e ressignificados através do reconhecimento do outro como igual e dos interesses antagônicos que possuem em comum, muitos desses sentimentos puderam ser percebidos através dos depoimentos que este processo vem desde a identificação das situações de privações que os levaram a primeira ocupação, perpassando pela trajetória de lutas até conquistarem o seu pedaço de chão, mas que, ao menos para este grupo cooperado, continuam desenvolvendo a noção de solidariedade e defendendo o trabalho coletivo.

Reconhecemos ser, de fato, um exercício exigente o que procuramos realizar através desta pesquisa, buscando justamente compreender o coletivo, a cooperativa e o trabalho do MST a partir das representações e práxis dos sujeitos que, ao mesmo tempo, fazem e sofrem as ações através do cotidiano grupal. E foram justamente estes sujeitos, através de seu universo cultural e a época em que atuam sob à luz dessas experiências, que buscamos compreender subjetivamente através das suas conformatações da consciência política. É a tentativa, segundo Moraes Batalha (apud Batini, 1991), da preocupação em situar as experiências individuais dentro da atuação dos grupos sociais e das classes.

Através das entrevistas e das observações realizadas, fica-nos evidente que a luta junto ao MST exerceu uma função importante na vida dos trabalhadores e hoje participantes da Coopac, conforme é possível perceber através dos depoimentos que constam do capítulo II, sobre a história da luta pela terra e da constituição da cooperativa, com a aprendizagem dos projetos que não prosperaram e os que continuam dando certo, e de modo especial o capítulo V e VI, onde os sujeitos, através das entrevistas

semi-estruturadas, expõem de forma mais densa os seus desenvolvimentos psico-sociológicos a partir da participação do Movimento e da cooperativa. De tal modo que, a nosso ver, ambos se constituem em ambientes que contribuem sobremaneira para o processo de construção do sujeito sócio político, como preconizam os princípios e valores propostos pelo Movimento que constam do capítulo I.

Neste sentido, vale trazer presente os dois grandes objetivos preconizados nos cadernos de formação do Movimento em que se destaca a cooperação como estratégia para: a) a viabilização sócio econômica do assentamento, e b) fortalecimento político da organização interna do MST, através de grupos de discussão e formulação de propostas alternativas a serem defendidas pelo Movimento, contribuindo assim para o fortalecimento da luta pela terra, mas principalmente o ideal de transformação da sociedade.

Assim, compreendo que a cooperação está posta no MST não apenas como um objetivo a ser alcançado, mas principalmente como um modo de se alcançar um objetivo maior. De tal modo, que a cooperação é o processo que se inicia no momento em que as pessoas se dispõem a relacionar-se cooperadamente em cada experiência posta em prática, no incessante aprendizado de cooperar.

Portanto, as formas de cooperação são pensadas em função destes objetivos, a questão da viabilização sócio-econômica, algo muito destacado por todos os sujeitos da pesquisa, da sua imensa melhoria neste campo econômico após se tornarem cooperados (as). Na verdade, o pedaço de terra, como ficou evidenciado nos depoimentos, é a motivação que leva as famílias a ir para uma ocupação e permanecer acampada e lutando por um período indeterminado. Assim, neste primeiro momento, configura-se como uma luta para atender essencialmente uma reivindicação econômica. Depois a família, já assentada, continua lutando por créditos, para a produção, por estrada, por energia, moradia, pelo preço e espaço para venda de seus produtos etc.

Neste sentido, transparece aí um elemento sindical corporativo que só interessa à categoria dos agricultores, mas que o MST soube incorporar ao Movimento. Porém, o Movimento tem clareza de que a luta pela terra não pode restringir-se ao caráter corporativo, ao elemento sindical, mas que há que se ir mais longe, de tal modo que as famílias não fiquem restritas apenas ao seu pedaço de terra, perdendo seu vínculo com uma organização maior. É este horizonte que faz com que um grupo de assentados, conscientes de que sozinhos/isolados já haviam sofrido toda sorte de humilhações e fracassos, e incentivados pelas lideranças do Movimento, conforme os depoimentos construíram a Coopac. Deste modo, ainda que com algumas resistências em seu interior, diríamos que os cooperados (as)

compreenderam que é justamente a organização maior liderada pelo MST que fará com que a luta pela terra seja potencializada na luta pela reforma agrária, como um estágio superior da luta corporativa. É aí que entra junto da luta pela terra o elemento político.

Na dimensão da organização política entendemos que a própria constituição da Coopac é um exemplo do fortalecimento enquanto coletivo, e da consolidação de uma proposta de organização política alternativa, propiciadora de vivências de novos valores sociais, bem como de exercício do diálogo, do planejamento, da escuta do outro, das divergências e da solidariedade grupal. Como nos diz Singer (1998), as cooperativas são:

Sem dúvida o mais controverso e significativo implante socialista no capitalismo (...) Os princípios do cooperativismo são opostos aos do capitalismo, porque eles invertem as relações entre a empresa e seus clientes e a empresa e os seus trabalhadores.

De tal modo que, nas cooperativas de produção, como é o caso da Coopac, os trabalhadores: (...) *São eles mesmos os donos e controladores da 'empresa', compartilhando todas as informações, discussões e negociações que visam à tomada de decisões.* Evitando a dupla alienação dos trabalhadores de uma empresa capitalista: a ignorância dos *efeitos do seu trabalho sobre a comunidade de que faz parte*, e a exclusão *das discussões e negociações que precedem a tomada de decisões pela administração da empresa, decisões estas que afetam seu trabalho e, por extensão, o seu destino econômico e familiar.* Singer (1998:9-10).

Pelo fato desta população alvo do Movimento ser composta de pessoas oriundas de toda sorte de carências e exclusões, como apresentamos no capítulo cinco, é inegável a necessidade urgente de respostas no campo da sobrevivência material. No entanto, uma aposta que se reduza à questão econômica terá a nosso ver, de fato, poucas possibilidades de êxito em longo prazo, uma vez que, de acordo com Barreto (2003), não há como enfrentar uma economia capitalista globalizada no campo exclusivamente econômico. Neste sentido, compreendemos que reside aí o diferencial da cooperação enquanto proposta Político-Pedagógico presente no Ideário do MST.

De tal modo que, este nosso trabalho de pesquisa circunscreve-se numa abordagem mais ampla relativa à cultura da cooperação, trazendo a nosso ver elementos da prática político-pedagógica da Coopac/MST que nos permite perceber e levantar elementos que indiquem a construção de relações sociais cooperativas, por isso, justifica-se, a nosso ver, a abordagem sócio-psicológica adotada, com

incursões no campo econômico, mas não se limitando a esse, uma vez que a cooperação humana vai muito além do tipo de organização jurídica que ela possa ter.

Assim, este espaço da Coopac configura-se como um lócus de conscientização no MST, compreendido essencialmente como um processo político-pedagógico, ou seja, como processo de troca de experiências resultantes da interação entre os cooperados (as) e os múltiplos agentes presentes nos diversos subsistemas e grupos com os quais se inter-relacionam no dia a dia, e de modo mais acentuado os militantes no interior do Movimento. Dessa forma, as aprendizagens adquiridas pelos sujeitos envolvidos são diversificadas e abrangem inúmeras dimensões da consciência política como demonstramos no capítulo cinco.

Essa proposta, na verdade, está bastante clara no capítulo dois que trata dos princípios e da proposta de cooperação defendida pelo Movimento, e também de modo explícito é apresentado o modelo de sociedade e de ser humano que pretendem desenvolver através da cooperação, onde se funde na idéia de emancipação política, psicológica e econômica dos sujeitos da ação coletiva. Como tal, não buscam apenas ganhos materiais, financeiros, mas um leque de conquistas nos vários campos, como: o resgate da auto-estima, a construção de uma visão crítica do mundo, a (re) construção das identidades, da cidadania, o (re) estabelecimento de vínculos afetivos e de solidariedade, dentre tantos outros, de tal modo que este conjunto de conquistas, como vimos nos depoimentos, (re) configura as crenças e os valores sociais, apontando para este empreendimento cooperado como um diferencial de um investimento capitalista, onde se privilegia a dimensão político-subjetivo nos processos coletivos.

O casamento entre interesses particulares, corporativos, com os interesses de classe é obra do Movimento, e a expressão de uma consciência política crítica/revolucionária. Onde transparece claramente que a luta não é simplesmente contra um grileiro de terras, ou por um pedaço de terra, por exemplo, mas sim contra uma classe de latifundiários e o próprio modelo de Estado. Como bem expressa o cooperado Kauan: *o que faz eu estar no Movimento Sem Terra, não é tanto a questão do lote... O que o Movimento luta é para chegar a uma transformação social. Tem que mudar é o rumo para uma sociedade mais justa, onde todos tenham o direito de ir e vir, o direito a terra, educação, saúde, lazer...*

Ou como afirma o cooperado Hidalgo:

Porque nunca se perdeu o horizonte e seus princípios na questão da reforma agrária, essa questão da terra e a transformação social, porque nós estudamos e colocamos em prática tudo aquilo que nós queremos fazer, a ocupação da terra, do latifúndio que é nosso inimigo, e tem que ficar bem claro que não é o pequeno produtor, nós temos que formar a nossa consciência...

Claramente identificados os inimigos, os seus interesses antagônicos, os latifundiários e o Estado que não democratiza as relações sociais no campo, não levando o desenvolvimento ao meio rural. Aí está nítida a compreensão de que o Estado está permeado de interesses de classe, e por isto mesmo o MST trabalha consciente disso, incorporando em seu ideário político-pedagógico este elemento da luta política.

Neste aspecto, entendemos que a prática da cooperação demonstra já um caráter político organizativo, de tal modo que todos estão sendo sujeitos da transformação de si e um germe da transformação da sociedade através das suas ações coletivas. Consideramos, porém, conforme Bogo (1999), que os cooperados (as) necessitam ir além dos aspectos formais da cooperação para forjar-se novos seres humanos com verdadeira consciência de seu papel na história. E compreenderem que esta transformação só poderá ser alcançada se junto com a sociedade transformarem os hábitos, a conduta, e o caráter do ser humano. Para isso, entendemos ser algo importantíssimo à continuidade da ligação ao MST, onde muitos, especialmente os de prática militante, continuam engajados junto ao Movimento, visando modificações ainda maiores na sociedade, e com isto ampliam também sua consciência política crítica, recolocando desta forma o ser humano no centro da vida econômica, procurando conciliar produção e circulação de riqueza com emancipação humana em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

Neste aspecto, é possível perceber claramente uma bifurcação na construção da consciência política por parte dos dois grupos por nós identificados como de prática militante e os que não a possuem, especialmente quando se refere à conformação da Identidade Coletiva enquanto MST. Traremos alguns exemplos que permita demonstrar tal premissa de (não) identificação quanto ao pertencimento ao MST, onde os primeiros assumem o Movimento como parte de sua identidade, veja: *eu participo da luta, em minha opinião, no meu objetivo a gente tem que lutar é junto ao Movimento* (Kauan); *me considero membro do MST, para mim é o espaço para descobrir os nossos direitos e*

deveres (Maribel); a luta pela terra não para a partir do momento que nós conquistamos a terra, nós temos outros companheiros que necessitam ... Se nós pegamos as pessoas e voltamos para trás nos assentamentos, nós ficamos isolados... (Hidalgo); com certeza me considero como membro do MST, e eu fazendo parte do Movimento Sem Terra, eu sendo Movimento Sem Terra, então isso hoje é toda a minha vida (Kailane); me considero um membro do MST, grande parte do conhecimento político que tenho hoje foi adquirido dentro da organização (Marcos); eu participo do Movimento, defendo em qualquer lugar, a partir do momento que eu conheci o Movimento, comecei a participar dele e eu me senti pessoa humana, me senti respeitada (Cíntia).

Já os segundos, que não possuem tal prática militante, a participação política no Movimento caracteriza-se como algo transitório, de tal forma que hoje, enquanto assentados/cooperados (as), falam do MST como algo externo a suas vidas, não o incorporam a sua identidade coletiva, vejamos: *sempre que precisa contribuir algo com o MST a gente contribui, eu acho que o MST é um símbolo muito importante para nós (Cleonice); no que precisar nós ajudamos, precisou estamos prontos para ajudar no que for preciso (Gabriel); no que o Movimento precisar temos que colaborar, porque não fosse pelo Movimento na época, nós não estaríamos aqui (Domingas); para mim representa como uma gratidão, não porque foi eles que nos deram a terra, mas eles que organizaram e mostraram o caminho (Sandino); eu acho que o MST continua lutando a nosso favor (Elaine); eu pessoalmente respeito o MST, admiro a capacidade deles todos, mas não sou um membro ativo, inclusive tinha vontade de ser, mas não posso por causa do tempo (Mateus).*

No entanto, mesmo que uma parcela dos cooperados (as) não se reconheça hoje como membro ativo do Movimento, compreendendo que essa relação deverá ser feita pelos liberados, como uma incumbência deles, consideramos que foi nesse processo que os sujeitos aqui pesquisados iniciaram a marcar sua identidade no mundo, onde passaram a ter consciência da importância de sua atuação, onde passaram a identificar-se e a serem identificados dentro de um processo social e político de construção de seu ser. Puderam conhecer-se e se fazerem re-conhecidos como sujeitos militantes, Sem Terra, assentados, cooperados (as) e cidadão. Segundo Mead (Silva: 2002), este processo de conhecimento e reconhecimento do Eu implica que o indivíduo não seja apenas um membro passivo do grupo, que interiorizou seus valores gerais, mas que seja um ator que desempenha no grupo um papel útil e reconhecido, algo que a nosso ver, em maior ou menor grau, todos interagem desempenhando suas

tarefas ainda que na esfera da cooperativa e assim todos afirmam e tem reconhecido positivamente sua nova Identidade coletiva.

Compreendemos que a conscientização na Coopac e no MST dá-se como construção da Identidade na relação com o Outro, fazendo com que esta interação com os demais cooperados (as) converta-se numa dinâmica das relações humanas: neste sentido, o processo de conscientização, a relação com o Outro é fundamental para a construção da identidade social-política, coletiva e histórica. Tal construção só é alcançada através da prática estabelecida na relação do sujeito consigo mesmo, com os outros homens e com a realidade que o cerca. Inserido nesse processo o sujeito, aos poucos, vai mudando ou construindo sua concepção de mundo, transformando-se e assim adquirindo uma identidade social/coletiva, de cooperado, que implica em elevar a capacidade de comunicação e diálogo, liderança e trabalho compartilhado, respeito às ações dos companheiros (as), (co) responsabilidade, participação, dentre outras dimensões imbricadas com a história subjetiva de cada sujeito, isto é, os desejos, ambições, medos e inseguranças, fraquezas e forças, num grande aprendizado humano.

A identidade humana, que não é dada, de uma vez por todas, no ato do nascimento: constrói-se na infância e deve reconstruir-se sempre ao longo da vida. O indivíduo nunca a constrói sozinho: ela depende tanto do julgamento dos outros como das suas próprias orientações e definições. A identidade é, portanto, um processo de sucessivas interações. Como nos diz Andrade (1998), falamos de um homem ativo, criativo, que transforma o meio produzindo cultura. Um homem capaz de criar as suas próprias condições de existência atuando sobre a natureza, transformando-a e transformando-se a si próprio.

Esta noção de conscientização através da construção e re-construção da identidade, vem de encontro com o processo percorrido pelos sujeitos aqui pesquisados, uma vez que através da participação efetiva na Coopac e no MST, os sujeitos desenvolvem a si mesmo, incrementando seus conhecimentos e habilidades úteis para as atividades a serem aplicadas não somente no movimento, mas também no decorrer de sua vida prática pessoal. Esses conhecimentos e habilidades adquiridos aos poucos vão exercendo certa influência não só sobre o movimento como também sobre as pessoas individualmente, como podemos perceber nas falas dos sujeitos:

Passei até dar valor em mim, foi mais através do Movimento. Dos valores que a luta passa pra você. A partir do momento que você está inserido no conjunto você traz para si, você diz poxa, eu não sabia que era assim. Nunca esperava que eu pudesse fazer isso, que eu poderia ter tudo isso, conseguir tudo isso. (...) eu me considero livre no espaço que eu estou. Porque aqui a gente tem direito de falar. E ao mesmo tempo você tem o direito de ouvir. A partir do momento que você pode expressar tudo o que vê, sente eu me sinto livre. Eu me sinto livre porque eu participo do Movimento. Eu me sinto livre dentro do Movimento, porque eu tenho direito. E vejo a minha liberdade se expressar cada vez mais (Cíntia). (...) mudou um caráter de vida que a gente tinha e pra melhor, que a gente tinha uma visão diferente do mundo e eu também não tinha essa capacidade de analisar essa questão do Sem Terra, por morar anteriormente na cidade, quando se falava em sem terra eu não sabia nem definir o que era bom e o que era ruim. (...) a gente foi se interessando por isso e mudando a visão do que seria e aí foi onde que veio abrir a consciência da gente pra essa questão de que é possível outras formas de se organizar e de viver, outro jeito de você cobrar da política, outro jeito do você viver em sociedade, outro jeito de você conviver com o ser humano, a questão do respeito, dentro da organização tem essa questão de alguns princípios que você não pode passar por cima. Quem participa hoje da formação de um acampamento sem terra e consegue participar da formação, muda completamente o seu modo de ver o mundo, cria-se uma capacidade de visualização do mundo (Hidalgo).

Os significados que os sujeitos atribuem às múltiplas relações estabelecidas no interior da cooperativa e do MST: “*dos valores que a luta passa pra você*”, “*eu me considero livre no espaço que eu estou... porque eu participo do Movimento*”, “*eu tenho direito*”, “*mudou o caráter de vida*” a modificação de sua história individual: “*eu vejo a minha liberdade se expressar cada vez mais*”, “*veio abrir a consciência de que é possível outras formas de se organizar e viver*”, “*outro jeito de conviver com o ser humano*”, “*muda completamente seu modo de ver o mundo*”. Tais afirmações evidenciam que a aquisição dessa nova identidade, essa nova consciência política crítica, foi vivida como um verdadeiro processo político-pedagógico, de aprendizagem. Este novo Eu que se descobre sujeito de direitos, com nova forma de ver o mundo, novas idéias, etc. é forjado na prática, na participação plena, como se pode perceber na fala do sujeito quando fala da liberdade construída coletivamente:

Eu acho que pra uma pessoa ser livre ela tem que saber os seus direitos e os direitos dos outros, aí sim a pessoa de torna livre. (...) eu acho que a pessoa é livre principalmente se a pessoa faz parte de uma cooperativa, onde há uma convivência, uma discussão que todo mundo discute e ajuda a fazer, acho que ali ele tem que acatar todas àquelas definições e ele é livre pra fazer tudo o que ele pensar, mas acho

que dentro daqueles princípios que ele ajudou fazer, se ele não tivesse ajudado a implementar aí ele poderia questionar, mas como ele está ali dentro e ajudou a discutir e encaminhar eu acho esse ele faz parte. Eu acho que se sentir livre é conhecer seus direitos e até onde que ele vai e até onde o outro começa, a partir que eu tenho uma responsabilidade dentro da cooperativa. (...) Ser livre é a pessoa entender todos os seus companheiros e aquilo que ele ajudou a definir (Hidalgo).

A frase “*dentro dos princípios que ajudou a fazer*”, retrata muito bem o conhecimento que vem da prática, do aprender fazer fazendo. Isto não ocorre apenas no interior da organização da cooperativa, do dia a dia, mas também do aprendizado da luta social com o Movimento, nos embates políticos, numa manifestação ou reivindicação, ou no simples convívio com e no grupo. É nesse processo que se origina um “Eu” mais consciente politicamente – mais experiente mais apto a ascender a novos níveis de compreensão e pleitear Metas e Ações Coletivas, mais amplas, para além de si. É na prática, o exercício da democracia, numa luta constante para conquistá-la e preservá-la onde os sujeitos sentem-se livres justamente por serem os artífices desta construção. Por isso, como diz Hidalgo *a pessoa é livre principalmente se a pessoa faz parte de uma cooperativa, onde há uma convivência, uma discussão que todo mundo discute e ajuda a fazer*. Ao contrário do Estado Burguês, como afirma Stédile (1999), que para preservar o poder de uma minoria da população, é, por natureza, antidemocrático. Faz regras e normas com essa natureza.

Não podemos perder a noção de que estas experiências que estão sendo vivenciadas pelos cooperados (as), ocorrem justamente no seio da sociedade monopolizada pelo capitalismo, de tal forma que estarão sempre sujeitas a cooptação a lógica do sistema dominante, podendo degenerar para a lógica capital-trabalho vigentes no capitalismo, por isso, Singer, classifica tais conquistas como *potencialmente anticapitalistas*, parte de uma *revolução social em potencial*. Pois, na medida em que os resultados do trabalho são partilhados, distribuídos entre os sócios-trabalhadores, desaparece a exploração, a mais-valia. Ou como designa o próprio Paul Singer (1999:30):

Uma economia onde não há capitalistas, só há trabalhadores, onde os trabalhadores associados são os seus empresários, é o trabalhador não sendo apenas operário coletivo, mas também empresário coletivo e que consegue, de uma forma democrática, gerir as suas unidades de produção e permitir que elas se ampliem, progridam, cresçam e proporcionem resultados econômicos algumas vezes bastante bons, outras vezes não bons e fecham, como qualquer outra empresa.

Ousaríamos dizer a esse respeito que, na Coopac, ainda que em processo, está gestando um projeto de sociedade que respeita as liberdades individuais, políticas e econômicas construídas pelos trabalhadores oferecendo a todos a inserção no processo produtivo em termos de pleno emprego, participação nas decisões que afetam os seus destinos e também alcançaram já um patamar mínimo de rendimento que lhes proporciona um padrão 'satisfatório' de vida. Porém, concordamos com Paul Singer que:

O desenvolvimento da autogestão como modo de produção alternativo e competitivo no seio do capitalismo não estará desligado das demais lutas dos trabalhadores, (...) inclusive pela eleição de governos e maiorias parlamentares representativas dos trabalhadores. (...) Nós temos que parar de apostar apenas na luta política, por mais que ela seja importante. (...) Não se pode condicionar a autogestão à vitória política. E eu tenho um argumento a mais: se criarmos uma autogestão protegida pelo Estado, ela jamais será competitiva e não será eficiente. Na primeira derrota política ela afunda. Eu prefiro que as cooperativas criadas pela gente sejam realmente capazes de competir em igualdade de condições com as outras empresas convencionais (Singer, 1999:31).

Nesse sentido, para que possa haver uma consolidação dessas mudanças sociais, consideramos ser inseparável da transformação das identidades, ou seja, através da redefinição de si mesmo, enquanto ator social, onde o sujeito produz e supera as condições que lhe são dadas. Na Coopac/MST, esta redefinição leva o sujeito ao desejo e empenho para mudanças sociais que na maioria das vezes ultrapassam as fronteiras do grupo, como é o caso da vivência e construção da democracia a partir do seu cotidiano. De tal forma, que falam uma língua que parece unicamente deles, mas dizem alguma coisa que os transcende e, deste modo, falam para todos como nos diz Melucci (2001).

Assim, a conscientização política, na cooperativa e via Movimento, consiste numa construção progressiva da Identidade como membro de uma comunidade e de uma sociedade do qual participa ativamente não só na sua existência, mas também, na sua transformação. E isto se dá, como afirma Vygotsky (1993), através da internalização das relações interpessoais, que as atividades externas do indivíduo são significadas socialmente pelo seu grupo cultural. E depois no plano intrapessoal, onde o indivíduo, a partir da interpretação, atribui significado às suas próprias ações, transformando assim, a atividade interpessoal em processo psicológico interno. Vejamos exemplos dessa transformação ocorrida nos sujeitos ao participarem de ações coletivas:

(...) me considero um membro do MST, pois grande parte do conhecimento político que tenho hoje foi adquirido dentro da organização. (...) ser membro da coopac significa um avanço no sentido das transformações sociais que precisamos fazer, quebrando o individualismo e buscando uma vida mais comunitária e solidária baseada em valores que não são só econômicos, mas de solidariedade, companheirismo e luta etc. acho que a grande diferença está em você ter a capacidade de deixar de pensar somente no seu e passar a pensar no nosso se abdicando às vezes de questões individuais em busca do bem do todos (Marcos).

Foi através do Movimento que eu conheci várias pessoas que me ajudaram eu conhecer mais a realidade do mundo, a ver com outros olhos. Porque quando você acompanha, você começa ir olhando ao seu redor, e sentindo que não é só você que tem problemas, dificuldades, que também tem outras pessoas, mas que também tem solução. Que basta a gente se organizar, participar. Foi através do Movimento que a gente foi entendendo que a gente tem que buscar. Porque a partir do momento que você descobre que tem direito e que ele está muito escondido em algum lugar, você conhece os caminhos, você sabe como ir lá buscar. Eu não tenho estudo, na verdade eu frequentei escola com 33 anos de idade, por isso que hoje estou na escola, estou tentando aprender um pouquinho, para poder ajudar um pouco nesta questão burocrática da cooperativa. Porque hoje viver no campo não é como antigamente que dependia só da enxada. Mas hoje você depende de conhecimento, então isso foi me despertando, a gente sai lá fora discute e vê qual é os caminhos que a gente tem que trilhar e então isso me ajudou sim clarear mais a vida da gente (Maribel).

Com a posse de novos “valores”, de uma “visão crítica da sociedade” os sujeitos cooperados (as), não se satisfazem em participar simplesmente pela causa mais imediata da Coopac, mas se envolve com projetos mais amplos, tal como a mudança da sociedade capitaneada pelo MST. Por outro lado, a aquisição dessa nova identidade coletiva, provém, segundo a militante, do contato com pessoas que ajudaram a ver o mundo com outros olhos. Esta fala mostra claramente que a cooperada torna-se sujeito social através dos jogos relacionais nos quais realiza sua práxis política.

Um outro aspecto da mudança da identidade e na ampliação da consciência política crítica através de aprendizagem produzida pelo contato com o Outro, pode-se verificar, através das mudanças nas relações interpessoais dos sujeitos, pois o convívio no cotidiano do Movimento e na Coopac, consiste num verdadeiro exercício de tolerância e respeito à pluralidade e as diferenças. Visto que tanto no Movimento, quanto na cooperativa, as lideranças se vêem diariamente tendo que conviver democraticamente com pessoas de diferentes posições e visões políticas até mesmo pessoais, às vezes radicalmente contrárias as suas. Esse exercício constante leva o individuo a desenvolver-se em termos

de relações humanas. Como revela o depoimento desses sujeitos quando falam sobre o que é necessário para viver em cooperativa:

Bastante esforço, porque na verdade você está vivendo num grupo ali e tem bastante divergência, essa questão cultural, principalmente da gente viver num tipo de realidade e você vim para dentro de uma cooperativa onde tem regras, divisão de tarefas e compromissos onde você é obrigado a arcar com isso, que não é obrigado uns trabalharem e outros ficarem explorando, essa é grande contradição. Eu acho que é um desafio muito grande, é a mesma coisa você participar do movimento que você tem que acatar regras, alguns princípios que você não pode passar por cima, mas é muito bom eu acho muito gostoso de estar participando dentro da cooperativa porque a gente ajuda a discutir e se sente valorizado, porque quando a gente não participava na sentia muita utilidade e hoje a gente ta aqui dentro e tem uma utilidade... E esse é um grande desafio, que eu acho bastante interessante participar dela devido a esse desafio (Hidalgo).

Eu acho que o cara tem que ter compreensão e dedicação, esse é o fundamental, saber respeitar o companheiro do lado, saber o trabalho do outro, crítica sempre tem, ninguém é perfeito, mas isso é uma coisa que tem que ter. Como a gente não é perfeito, sempre tem algum comentário, criticas, mas isso sempre tem. Mas é uma coisa superável, o cara crítica, mas lá no fundo o cara entende que é o caminho do outro e segue em frente (Sandino).

Percebe-se, na fala destes sujeitos, um processo, que os levaram a ruptura com suas Crenças e Valores Societais anteriores, levando o sujeito a reinterpretar e, de certa forma, romper com a sua biografia passada, e a desenvolver novos valores ao passar a fazer parte de um grupo, de um coletivo onde tem as regras, ainda que construídas por eles, mas que, ao se definir, há que se respeitar. Neste caso, a Coopac e o Movimento se constituem como uma ferramenta político-pedagógica, uma estrutura de plausibilidade, isto é, num laboratório de transformação, com toda a capacidade de criar e legitimar a separação entre o sujeito cooperado das suas antigas raízes individualistas.

Nesse processo de vivência, os sujeitos vão construindo laços de fraternidade e solidariedade entre si. Estes sentimentos e atitudes provêm, sobretudo, da identificação entre os sujeitos, da partilha dos mesmos ideais, dos mesmos sonhos ou utopias, por estarem envolvidos nas mesmas lutas. De acordo com Gohn (1994), o uso freqüente das palavras Companheiro(s) e companheira(s), pelos sujeitos participantes dos Movimentos Sociais, pode ser um elemento que indicam esse laço de identificação e de pertença. Nesse sentido, consideramos que conscientizar-se politicamente é também

assumir o sentimento de pertença a um determinado grupo. Vejamos o depoimento destes sujeitos sobre seus sentimentos de pertencimento:

O companheirismo, a confiança. Por exemplo: diante de uma prestação de contas, as pessoas confiam então isso é muito importante. A convivência (Domingas).

(...) aqui é assim, se acontecer algo com o meu filho, ou com o meu companheiro ou comigo, parece que aconteceu com todo mundo. Se for algo bom, todo mundo fica feliz, agora se for algo triste também, olha você sente assim no olhar das pessoas, todo mundo se modifica. (...) Então há essa solidariedade, que é um valor muito bonito aqui do pessoal (Kailane).

Eu para mim é já este pouco de companheirismo que tem, porque se nós aqui não se desse bem de jeito nenhum, mais dificuldades nós tínhamos de conviver aqui dentro. Temos dificuldade, mas avançamos na paciência, na compreensão um do outro. E o que levou alguns companheiros a sair da cooperativa foi a falta de mais diálogo, de mais compreensão (Maribel).

São esses laços de solidariedade, de identificação efetivada na Coopac e no Movimento é que consolidam a coesão do grupo, diante de situações de cooperação ou de conflito e antagonismos, paradoxo sempre presente no cotidiano dos Movimentos Sociais, como o exemplo trazido por Maribel que de modo lúcido diz, o que levou justamente *alguns companheiros a sair da cooperativa foi a falta de mais diálogo, de mais compreensão*. E são, portanto, esses laços os recursos indispensáveis para que o grupo ganhe força para galgar metas, ações coletivas e visibilidade do seu projeto social.

Portanto, fica visível na fala dos sujeitos que o contato com o Outro no Movimento e na Coopac resulta numa redefinição da identidade: Eu companheira (o), movimento, lutador (a), militante, cooperado (a) etc. É a identidade que vai sendo construída em contrastes entre eu e não eu, e a auto-identificação dos sujeitos em relação às atividades que exercem para produzir a sua sobrevivência, que, segundo Lago (1991), são processos que se constituem de forma semelhante, a identidade pessoal do sujeito, e a identidade coletiva do grupo. Estas redefinições de si mesmo fazem sentido por referência à história de cada sujeito, as suas expectativas, às suas concepções de vida, as suas relações com os outros. Esta redefinição de si abarca também a redefinição de si em relação ao outro, no que diz respeito ao Eu voltado para uma coletividade, para o social.

O termo consciência política a que nos referimos, trata-se da experiência que vai sendo gerada nas relações interpessoais, nas lutas sociais, nas atividades reais com vistas à transformação do próprio sujeito e do seu meio social. É o processo em que, segundo Melucci (2001), o ator individual

transforma-se em membro de um ator coletivo no processo da ação coletiva, conquistando assim, uma nova identidade, uma nova consciência, passando a reinterpretar a realidade em que vivem com uma visão social e política mais ampliada. Este processo fica explícito nas falas dos sujeitos, indicando que o MST contribuiu para uma visão além de si e de seus interesses políticos:

Na minha opinião, no meu objetivo a gente tem que lutar junto ao movimento por que é ele que nos traz alguma esperanças, não do assentamento, porque o assentamento é um passo apenas da história. Você conquista, mas isso não vai libertar você. Mas assim, um pensamento que um dia pra frente a gente poderia transformar mais alguma coisa em realidade, um sistema melhor, uma vida melhor para toda a Nação (Kauan).

Ser membro do MST significa ter a chance de conhecer melhor o funcionamento desta sociedade que vivemos e poder lutar para fazer as mudanças que almejamos (Marcos).

Isto nos permite inferir que essa nova visão de si e do outro adquirida no Movimento (lembrando que os cooperados (as) militantes não distinguem a Coopac do MST), ocorre através do conhecimento da totalidade do funcionamento das tramas sociais. Essa compreensão conduz os sujeitos não só a reinterpretar e re-significar a realidade social de forma crítica, como também os leva ao desejo de construir uma nova sociedade que venha ao encontro das suas aspirações e da coletividade.

Dessa forma, a participação no Movimento leva os sujeitos primeiramente a conhecer a realidade social que os envolvem, em seguida rompem com a alienação, e depois à transformação. Esta última ocorre em duas direções: primeiro a transformação de si mesmo e depois de si em relação ao outro, na perspectiva do coletivo. Pois, segundo Sandoval (2001), é na esfera do conhecimento, da consciência, que o sujeito vê a possibilidade de ir além da denúncia, da crítica, privilegiando as Metas e as Ações Coletivas como formas de influir na transformação social. Apesar de muitos (os que não possuem uma prática militante), não se comprometerem a ponto de seguir na luta, permanecendo na mera constatação dos problemas e sem engajamento sócio-político visando à alteração do quadro social além da Coopac. Permanecendo desse modo numa forma de consciência de conflito/populista ou, por vezes, de senso comum. Porém, como salienta Foucault (2004), designar os focos, denunciá-los, falar deles publicamente já é uma luta. Esta atitude força a rede de informação institucional, de tal forma que o fato de nomear, dizer quem fez o que fez designar o alvo é uma primeira inversão do poder, tornando-se o primeiro passo para outras lutas contra o poder. De modo que, o discurso de luta (as denúncias, as críticas), não se opõe ao inconsciente, mas ao segredo.

Já o uso constante, pelos sujeitos, de palavras como “responsabilidade”, “compromisso” de “construir uma nova sociedade”, da preocupação com a “coletividade”, com valores como a solidariedade, denotam a presença de um altruísmo que chama a atenção diante da pergunta muitas vezes proferida na atualidade, “porque ocupar-se com o outro”? Esse altruísmo é um valor que se constrói na participação social, que é, na verdade, a construção de uma nova representação de si, em relação a si mesmo e ao outro, isto faz a diferença numa realidade como a atual, marcada pelo egoísmo e o individualismo.

Essas novas concepções de mundo, de si, da responsabilidade de agir coletivamente em benefício não só de si, mas também em benefício a uma coletividade, configura-se como uma dimensão significativa da consciência política, o que contribui para que os trabalhadores possam construir-se como sujeitos ativos, críticos e coletivos. É possível inferir que os sujeitos, ao entrar em relação com o Outro, no Movimento e na cooperativa, desenvolvem-se a si mesmo e adquirem uma nova cosmovisão, uma nova identidade, numa relação dialética, que os levam a novas práticas sociais voltadas para a produção e reconstrução da sociedade.

Neste sentido do processo de construção do sujeito político, a conscientização na cooperativa através do MST, desempenha um papel fundamental, porque através desta, os indivíduos tornam-se providos de conhecimentos e experiências culturais que os tornam mais aptos a atuar no meio político, social e a transformá-los de acordo com as necessidades, sejam elas sociais, econômicas, ou políticas.

Podemos perceber nos depoimentos dos sujeitos a presença de inúmeras experiências que revelam a aquisição dessas aprendizagens, dessa consciência, decorrentes do fazer político no Movimento e na cooperativa, tais como aquisição da habilidade para comunicação, organização e direção de grupo, paciência histórica, respeito aos ritmos de cada participante etc.

(...) devido a ter um maior conhecimento político do processo às vezes a gente acha que poderia avançar mais em determinados projetos e ações, porém tem –se que entender que o ritmo neste caso deve ser determinado pelos que entendem menos o processo senão rompe o processo de aprendizagem... (Marcos).

(...) o Movimento me ensinou muito. Por exemplo eu não consegui concluir o meu segundo grau, mas o tanto que eu estudei depois que cheguei no Movimento Sem Terra. (...) eu não tenho medo de ir numa universidade, de ir a qualquer debate e discutir por exemplo História do Brasil. História

da luta de classe no País, discutir a questão de gênero, são vários assuntos que hoje eu domino. (...) Então eu posso dizer que contribuiu bastante nessa questão cultural minha. O Movimento chegou, e até hoje, porque a gente continua, é um livro que você lê, por que eu não tinha o hábito de ler. Hoje se você pegar ali os livros que eu tenho que a gente buscou e foi tudo dentro do MST, então essa questão cultural da gente cresceu significativamente (Kailane).

Essa habilidade, da fala, da argumentação, de saber fazer uso de diferentes linguagens, constitui numa das principais habilidades que o sujeito político deve possuir e a prática no Movimento e na cooperativa, assim como em outros espaços sociais, propicia o desenvolvimento dessas habilidades destacadas por Kailane, da mesma maneira que a sensibilidade político-pedagógica descritas por Marcos. Como afirma Gohn (1994), nos movimentos sociais, os sujeitos aprendem a acreditar no poder da fala e das idéias, quando expressadas em lugares e ocasiões adequadas, mas aprendem também a calar e a resignar quando a situação é adversa. Aprendem a criar códigos específicos para solidificar as mensagens e bandeiras de lutas, tais como as músicas, folhetins etc. Aprendem também a elaborar discursos e práticas segundo cenários vivenciados.

A Coopac e o Movimento, a nosso ver, podem ser considerados, dessa forma, como uma escola de formação política, onde se adquire múltiplos conhecimentos que marcam profundamente a vida do sujeito, uma vez que estes transcendem a vida do grupo influenciando em todos os setores da vida dos participantes, como por exemplo, na participação partidária, sindical, no interesse por engajar-se em outros movimentos como a pastoral da juventude, nas políticas públicas entre outros:

Participamos das políticas municipais, ajudamos a discutir uma parte também do sindicato, na questão de incentivar as pessoas a participar do sindicato, fazemos parte também da Pastoral da Juventude, da PJ, nos estamos trabalhando junto com a PJ, mas estamos querendo ampliar pra PJR (pastoral da juventude rural) e temos um grande relacionamento com a questão política fora do assentamento, bastante amizade, a questão do comércio também nós trabalhamos bastante, nos temos pessoas que não fazem parte da cooperativa, mas trabalham na cidade, é um reconhecimento maior que eles querem os jovens do assentamento pra trabalhar devido a essa questão do compromisso, essa questão do caráter, essa questão do relacionamento com as pessoas, de serem educados de tratar os outros com igualdade, eu acho que é esse o grande interesse e da gente é ajudar fora, porque a partir do momento que você pega as pessoas do assentamento e fala da organização que eles participavam, as pessoas conhecem e adquirem muito mais capacidade de trabalhar, um exemplo que nós temos é que quando se procura

emprego na cidade, eles querem saber de onde que é, e se procura indicações de pessoas que saíram daqui pra trabalhar lá (Hidalgo).

Todo movimento que luta por vida, eu defendo, e se depender de minha ajuda, para ir lá e caminhar junto, defender mesmo com meu pouco conhecimento eu estou disposta a contribuir (Maribel).

Portanto, é, sobretudo, através da vivência, da experiência, da relação do sujeito com os diversos agentes sociais, junto a outras lideranças, que as identidades são transformadas em identidades coletivas, engajadas, militantes, políticas, capazes de contribuir em novos espaços para as transformações que envolvam num plano mais amplo a mudança social. Neste aspecto, que também é fundamental, que vai se demonstrando a força e a riqueza de uma organização, está na identificação que a sociedade vai tendo com ela, através do reconhecimento de que os jovens oriundos do assentamento possuem um alto grau de compromisso e uma educação que sabe relacionar-se na diversidade e tratar a todos com igualdade conforme exposto por Hidalgo.

No processo de construção da identidade e da formação da consciência política dos sujeitos envolvidos na cooperativa e no Movimento, contribuem inúmeros agentes e múltiplos espaços conscientizadores. Fica evidenciado que a Coopac, é apenas uma parte das inúmeras relações com os quais cada membro estabelece e com os quais trocam experiências. Dessa forma, além das visitas recebidas, de pessoas e grupos que vêm ou para estudo ou intercâmbio, as viagens para congressos, encontros e cursos promovidos pelo Movimento, participação no sindicato, intercâmbios regionais, nacionais e internacionais, se constituem em agentes que tem um papel muito importante para a formação desses sujeitos. Como são variados os agentes conscientizadores serão várias as dimensões políticas da consciência adquiridas conforme demonstramos no capítulo V e VI, vejamos exemplos:

Agora mesmo que eu estive nessa cooperativa lá do Paraná, lá também a maioria que ajuda administrar são as mulheres. Então dentro do MST a participação da mulher é muito, muito importante. Até nas próprias definições políticas do Movimento. Porque o movimento não luta só por terra. Mas por um direito que nós sabemos que temos. É a questão da escola, da saúde. Por que você estar simplesmente em cima de um pedaço de terra não é importante, mas você tem que ter todas as outras coisas para sentir-se bem, porque como que você vai estar aqui hoje se não pode estudar um filho, se não tem acesso à cidade para vender o seu produto, nem comprar o que necessita. (...) Porque para mim política não só ir lá e votar. Mas é a do dia a dia. É na saúde é na educação, é na produção, é na moradia, é no bem estar do dia a dia. (...) Então a gente quer defender as pessoas que vem a defender a classe

trabalhadora como um todo. (...) Porque tem aquela música que diz, quando o campo e a cidade se unir, a burguesia não vai resistir. Então tem que haver uma união, porque não tem como a cidade andar fora do campo e o campo fora da cidade (Maribel).

Nós temos muito mais recebido pessoas do que temos ido para fora, até por ser o primeiro grupo no Estado tem-se tornado mais uma referencia para outros virem visitar. Esse ano em julho foi feito um intercambio com uma cooperativa no Paraná que também trabalha dessa mesma forma que a nossa. (...) Mas de nós recebermos que também não deixa de ser uma troca de conhecimento, aqui tem sido uma troca muito grande, com a visita de outros assentamentos, de acampados, de grupos coletivos do Estado tem vindo visitar. (...) De forma positiva assim temos a Igreja que como agente externo apoiou muito. Tem ajudado inclusive com recursos. O próprio Movimento tem contribuído tanto na formação político ideológico, quanto técnico de desenvolvimento. (...) Outra relação boa é com as universidades, a academia, as escolas que tem vindo grande numero de pessoas, individuais, tanto pra trazer conhecimento, quanto para estudar essa forma de organização, então temos várias visitas, tanto pública quanto privada. Visitas também de pessoas e entidades, também de outros países, já tiveram aqui pessoas de Portugal fazendo intercâmbio, dos EUA, da Espanha, então diversas relações que se estabelece (Marcos).

A partir das experiências verbalizadas pelos sujeitos da pesquisa, é possível afirmar que a consciência política adquirida pelos sujeitos na cooperativa e no MST, é fruto das trocas de informação entre cada membro do grupo, das múltiplas relações que os sujeitos estabelecem com os diversos agentes que envolvem a vida política, tais como partidos políticos, sindicatos, outros movimentos sociais, e com a participação nos congressos, encontros, cursos, intercâmbios etc. Além das lutas propriamente ditas, as mobilizações, as reivindicações, enfim no fazer político. Esse processo de conscientização/participação está a conduzi-los a reinterpretar a realidade em que vivem, e mesmo transformá-la. Como um desses exemplos trazidos pela cooperada Maribel, é o funcionamento do refeitório coletivo, que foi construído a partir da visita dela e alguns outros membros da Coopac a uma cooperativa também ligada ao Movimento no Estado do Paraná.

Nessa perspectiva, este estudo permitiu-nos abordar a conscientização numa perspectiva de mudança social e não somente de reprodução da ordem social ou como processo de modelagem das personalidades ou ajustamento ao funcionamento social. Como nos diz Freire (1987), os homens humanizam-se, trabalhando juntos para fazer do mundo, sempre mais, a mediação de consciências que se coexistenciam em liberdade. Aos que constroem junto o mundo humano, compete à

responsabilidade de dar-lhe a direção. Assim, esta consciência política está, a nosso ver, produzindo identidades e atores sociais orientados para a produção de novas relações sociais e suscetíveis de se transformarem elas próprias, através de uma ação coletiva eficaz e duradoura, como a que vem sendo praticada no seio da cooperativa e na relação com o MST.

Apesar que, como vimos, não são todos os cooperados (as) que vêem o seu trabalho como algo a serviço da mudança social, permanecendo dessa forma ainda arraigados na crença da mobilidade social. Isto ocorre fundamentalmente, a nosso ver, com os cooperados (as) que menos participam das atividades formativas oferecidas pelo Movimento. Neste sentido, entendo ser necessário amearhar nesta análise um aspecto que consideramos relevante para configuração deste quadro, que é justamente o baixo nível de escolaridade do grupo que não possui uma prática militante. Inclusive Sandino lembra este fato e diz que neste momento está de volta a escola para alfabetizar-se. O cooperado Marcos que é uma forte liderança também faz referência à baixa qualificação, indicando que dificulta inclusive o melhor aproveitamento da agroindústria. Apontando como um dos motivos que, ao oferecer cursos técnicos e muitos dos cooperados (as) não assimilam os conteúdos devido a não compreensão da leitura e dos números. Buscando enfrentar essa situação, através da Coopac, foi reaberta uma sala de Educação de Jovens e Adultos (EJA), no próprio refeitório da cooperativa.

Entretanto, para se garantir uma maior criticidade das dimensões da consciência política, consideramos ser necessário assegurar um aprofundamento de um trabalho dos já conscientes para com os que ainda mantêm-se arraigados numa dimensão alienada. Conforme Gramsci (1981), não existe organização sem organizadores e dirigentes. De tal modo, que permita a transformação das identidades de ator no sentido de que não se limite à reprodução ou adaptação das identidades anteriores, mas que permita envolver-se numa verdadeira criação de uma nova identidade, onde, porém, a objetividade racional não suplante a subjetividade. Desse modo, como vimos através das análises, o MST, através da cooperação, constitui-se num desses aparelhos de conscientização, permitindo a transformação das identidades dominadas em identidades militantes/cooperadas, que resistem à dominação e que contribuem para a produção da mudança social.

Como é possível observar no subtítulo que trata do perfil dos sujeitos, com exceção de duas cooperadas, todos continuam tendo uma participação na gestão da cooperativa, dos que foram identificados de perfil militante, todos possuem uma prática político-social mais ativa, sendo que atuam diretamente na cooperativa, em partidos políticos (inclusive uma cooperada foi eleita suplente de

vereadora), sindicato, pastoral de juventude e no MST. E todos estes, sem exceção, afirmam que sua militância hoje é a continuidade da luta por um ideal que nasceu no MST. Segundo um dos entrevistados, esse ideal tem como horizonte, *um dia pra frente poder transformar mais alguma coisa em realidade, um sistema melhor, uma vida melhor para toda a nação. (...) Continua-se nesta luta, mas isto tem que ser um passo para frente, por que tem que mudar algumas coisas dentro da sociedade para trazer benefícios* (Kauan). Segundo o cooperado Hidalgo, falando a esse respeito diz:

(...) que nós temos que mostrar que a transformação social vem através disso, na questão de ser solidário, de mostrar que é possível o poder estar nas mãos dos trabalhadores e de ajudar definir politicamente, o povo ajudar a definir o que quer realmente, e não o poder político definir, dentro da cooperativa nós temos o exemplo que nós definimos o que queremos e ninguém vem nos mostrar o que queremos, e essa questão social ainda pra nós alcançarmos, que é a questão da sociedade, do socialismo, que todos têm o direito de trabalhar e sobreviver, de estudar, da opção de religião, e é isso que nós temos ainda haver dentro da cooperativa, e acho que esse é o exemplo que a cooperativa tem que dar, um exemplo que pode ser mapeado, esse é um exemplo.

Este depoimento vem de encontro com a reflexão que viemos pautando durante toda nossa análise, diz respeito à questão político-pedagógica que está por trás da ação coletiva da Coopac, desenvolvida pelo MST. É o reconhecimento de uma psicologia política, onde é demonstrado que a transformação social é também a transformação das micro-relações que a compõem e, conseqüentemente, dos próprios indivíduos. Neste sentido, concordamos com Barreto (2003:23) que diz:

Socializamo-nos em uma sociedade capitalista em meio aos seus valores de competição, individualismo egoísta e materialismo consumista, valores este que conscientemente ou não são parte de nossa constituição enquanto sujeitos sociais. No momento em que nos opomos ao capitalismo e suas formas de sujeição, e nos dispomos a transformá-las, necessitamos incluir como “campo de transformação” todo esse conjunto de valores que não somente compõem o capitalismo, mas a nós mesmos. Em outras palavras, necessitamos transformar também o capitalismo incorporado em nós. Não há transformação (macropolítica) que não seja autotransformação (micropolítica, transformação de si e das relações próximas) e, nesse sentido, o trabalho é terapêutico. Não há um sujeito externo ao processo que nele interfere com o objetivo de mudá-lo. Há o sujeito que se transforma com o processo, porque é parte integrante dele; um sujeito em processo.

Ficou-nos evidente, portanto, que as aprendizagens, a consciência política adquirida no interior da cooperativa e do MST, ocupam um lugar central para a formação do sujeito político. Isto porque, o sujeito se constrói no processo de luta, do fazer e, portanto, das relações que é em si próprio um movimento político-pedagógico. Partilhando da visão de Gohn (1994), o sujeito político não se constrói por decreto e por intervenções externas, programas ou agentes pré-configurados. Estes se constroem como um processo interno, no interior da prática social em curso, como fruto do acúmulo das experiências engendradas.

Com relação à participação do sujeito no MST, as análises apontam que o Movimento possibilitou aos sujeitos uma consciência política bem sucedida no sentido de que os princípios e valores lá adquiridos ficaram de certa forma, para a maioria dos entrevistados, arraigados na sua consciência. Esse fator fez com que, mesmo diante de uma nova organização, a constituição da cooperativa, o qual exige novo esquema de comportamento, novos universos simbólicos, novas regras, etc, para a maioria dos cooperados (as), houve um prolongamento da vivência no Movimento, onde a visão crítica, o desejo de interferir na realidade social, na sua transformação, etc. permaneceram. Ainda que somente os de prática militante dispõem-se para ações coletivas, além do espaço da Coopac, junto ao Movimento.

Com relação à atuação política dos trabalhadores após a vida cooperada: As análises das entrevistas permitem inferir que a metade dos sujeitos entrevistados está engajada em partidos políticos, ou sindicato, pastoral de juventude, igreja, e um terço continua militando junto ao MST. O significa que houve uma transcendência da conscientização no Movimento para outros campos político-sociais. Isto demonstra que o comprometimento com o social, o qual nasceu no Movimento, continua presente na consciência dos sujeitos, nesse sentido, a própria constituição e manutenção da Coopac, é um exemplo disso.

Talvez o resultado dessa pesquisa contribua para o resgate, no meio popular, do desejo de participação política, uma vez que pesquisas têm demonstrado que, exceto o MST, os demais Movimentos Sociais, principalmente nas últimas décadas, vem passando pela crise de não participação.

A conseqüência dessa ausência de participação resulta na formação de um cidadão menos preparado para a vida, pois como já foi demonstrada, a participação no Movimento pode proporcionar aos trabalhadores maior consciência crítica e conseqüentemente maior poder de intervenção na realidade com vistas à transformação, e, para que isto aconteça é preciso muito mais que

conhecimentos técnicos. Como afirma Pedro Demo (1991), só a participação política e o comprometimento podem capacitar o sujeito e moldar as circunstâncias objetivas que o cercam.

Finalmente, diríamos que esta experiência real e histórica da constituição da Coopac através do MST no Estado de Mato Grosso, denota que estes trabalhadores conseguem de fato, ainda que sob a égide do capitalismo, como que pôr um freio neste, sujeitando-o a objetivos sociais, desta forma humanizando este desenvolvimento, estabelecendo condições e limites. Neste sentido, é a luta dos hoje cooperados (as) que buscam reconstituir e modernizar um modo de vida e de um sistema de valores sociais relativos à dignidade humana.

Nesse processo cooperado aonde vem predominando a divisão social do trabalho como um investimento para qualificar cada vez mais as pessoas nos diversos setores de produção, especialmente pela adoção da agroindústria que exige mão de obra qualificada. Porém, não é o mesmo sentido atribuído pelo capitalismo à divisão do trabalho. Na Coopac os resultados da divisão do trabalho, desse esforço comum, também são divididos. Portanto, a divisão do trabalho neste caso não visa à exploração de outras pessoas, mas uma forma de desenvolvimento das forças produtivas, e onde esta divisão está a serviço do bem-estar de todos.

Se for verdade que o processo de conscientização, num primeiro momento, está diretamente ligado à satisfação das necessidades, também é verdadeiro que nesse vai e vem do cotidiano eles vão tecendo uma gama de relações afetivas, sociais, econômicas e políticas que lhes dão sustentação para empreender ações necessárias à construção da sua identidade, e de uma consciência política cada vez mais crítica, fruto das tensões e interações do dia a dia.

Nesse jogo político pela sobrevivência, a conscientização, a formação da liderança é forjada na luta, na partilha dos símbolos e representações e está vinculada a uma ação concreta e eficaz aonde eles/as vão re-elaborando suas concepções de mundo, de gênero e de classe.

Pudemos constatar, no decorrer do processo, que o papel desempenhado pelo MST foi de fundamental importância, ele despertou a consciência participativa, injetou ânimo e fortaleceu a luta dos trabalhadores frente à sociedade e, principalmente, procurou desestabilizar atitudes de comodismo/alienação. Claro que não se pode homogeneizar o processo, pois cada uma tem uma condição de caminhada como apresentamos no capítulo V, VI e VII.

É, porém, através de sua participação que os trabalhadores cooperados (as) percebem e demonstram que sua atuação é imprescindível na mudança das relações. Se o MST fornece elementos

que fortalecem a perseverança da caminhada, também contribui com componentes políticos e organiza a luta de classes. Este é um dos elementos importantes do processo de conscientização.

Foi a nosso ver, desta consciência politizada que fez com que os/as trabalhadores/as da Coopac, a partir da luta e conquista da terra, construíssem a cooperativa, criassem junto ao Município associações dos assentados e conquistassem através da Prefeitura a construção e implantação da feira da reforma agrária, levando produtos a preços acessíveis e de qualidade diretamente aos consumidores da cidade de Campo Verde. Com certeza, uma proposta como essa, construída ao longo dos anos, não pode ser transplantada para outro contexto sem considerar suas particularidades. Entretanto, ela pode oferecer elementos que possibilitem aos trabalhadores a implementação de alternativas viáveis à sua realidade.

Com certeza, muitas coisas importantes deixamos de abordar; outras merecem maior aprofundamento. Lembro das questões extremamente inquietantes que surgiram nas entrevistas e nos diálogos durante a pesquisa de campo, de modo muito incisivo a questão dos jovens, como uma das maiores preocupações por parte de vários cooperados (as) (as), justamente por que os mesmos não foram incluídos como sócios da cooperativa desde o início, e hoje está sendo uma das grandes questões para serem enfrentadas pelo coletivo, uma vez que muitos dos filhos jovens estão buscando trabalho na cidade.

Decidimos não aprofundar essa questão por três motivos: primeiro estes jovens não fazem parte oficialmente da cooperativa, portanto não são sujeitos de nossa proposta de pesquisa. Segundo já existe entre outros, um trabalho muito aprofundado sobre os jovens no contexto dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, desenvolvido por Márcia Andrade (1998), o mesmo consta de nossa bibliografia. E terceiro, fica esta questão apontada como uma instigação para novas pesquisas que possam assumir essa especificidade e com isso dar o merecido tratamento a uma temática que é sem dúvida muito relevante, justamente por que está em jogo é o futuro da própria Coopac, e por isso não poderíamos simplesmente num curto espaço de tempo dar o devido tratamento que o caso requer.

Outro elemento importante que surgiu na pesquisa, é relativo à gama diversificada, os diversos tipos de função desempenhada pela mulher em cada uma delas; o trabalho na agroindústria, na lavoura, no refeitório coletivo, no sindicato, na igreja e/ou no partido, no lar, nos mais diferentes momentos da história de suas práxis, foram atuações que trouxeram importantes contribuições para hoje podermos

compreender as suas posições e consciência política apresentada no decorrer da pesquisa, apesar de não termos focado este prisma de gênero.

Um aspecto muito destacado por todos os homens é da grandiosidade do papel desempenhado pelas mulheres no interior da cooperativa e no Movimento: *para nós é o que mais se destacou dentro da cooperativa, é um dos maiores exemplo que nós temos dentro da cooperativa é o trabalho da mulher, porque elas assumiram umas tarefas que dá gosto, principalmente nessa questão da agroindústria* (Hidalgo). Porém, através do discurso de muitos destes companheiros, tem se revelado o ainda perverso traço do machismo, e não valorização do trabalho das companheiras especialmente no interior do lar, denunciado por quase todas as mulheres, vejamos o que diz a cooperada Kailane sobre o papel da mulher na Coopac: *Essencial, mas ainda é desvalorizada, não no sentido econômico, porque isso não tem diferença, trabalho de homem e de mulher aqui é a mesma coisa. Essencial para a cooperativa, mas que ainda a maior parte dos homens, e daí quem sabe você pode até dizer que seja dentro de casa do marido com a mulher, os homens ainda não valorizam o tanto que deveria ser valorizado.*

Porém, a nossa reflexão não tem como objetivo aprofundar essa questão de gênero, apenas contribuir com a discussão da temática, uma vez que trouxemos à tona aspectos do cotidiano que merecem maior aprofundamento por outras pesquisas, quanto pela coordenação do MST, que precisa a nosso ver com urgência capacitar seus quadros para uma atuação mais qualificada especialmente na questão das relações interpessoais, tanto do coletivo da Coopac, quanto do espaço mais privativo dos casais que expressaram vivenciar vários problemas e não terem para quem contar, e as pessoas não se sentem com capacidade de intervir buscando auxiliar os problemas de ordem psico-afetivas dos seus companheiros de jornada. Motivos esses que, segundo vários depoimentos, têm interferido na vida do coletivo, de tal forma que contribuiu para o abandono, a desistência de várias famílias da própria cooperativa. Vejamos o que diz a cooperada Maribel a esse respeito:

Se uma família não está bem, não tem uma boa convivência, também prejudica a vida da cooperativa. (...) Em vários sentidos, tanto na questão administrativa, quanto da convivência, porque afasta as pessoas umas das outras.

Paralelamente comenta-se em ajudar quando um casal está em crise, mas a gente não tem coragem por não ter essa bagagem. Nós já discutimos que tem que buscar ajuda de fora para trazer uma auto-estima para esta família. (...) Esses motivos levaram até muitas das pessoas que saíram. (...) Ultimamente

estamos tendo um problema desses aqui, e está sendo muito difícil, porque são uns companheiros muito bons, trabalhadores, e estamos arriscados a perder. (...) Como não é a maioria, acaba passando despercebido, e acaba atingindo toda a conjuntura da cooperativa.

Concordamos com Melucci (1999) quando ele diz que antigas categorias de análise centradas sobre os movimentos sociais de recorte tradicional não nos permitiriam perceber a emergência do novo. Uma análise puramente centrada nos condicionamentos de classe, por exemplo, não permitiria a escuta e a leitura dos signos que proclamam as ações coletivas de novo tipo, muitas delas organizadas em torno de demandas de natureza cultural e simbólica. Isso significa dizer que novos movimentos reticulares e difusos se organizam com poderosos significados culturais não necessariamente anti-sistêmicos. Em um mesmo acontecimento coletivo como este coordenado pelo MST, está em jogo, entre os atores, múltiplos e variados significados analíticos. Por exemplo, em uma ação antagonista do Movimento, podemos encontrar atores que fazem uma luta antagonista anti-capitalista, pela mudança social (especialmente os de prática militante), em conjunto com outros que vislumbram na mobilização a satisfação imediata de suas necessidades de moradia, produção e reprodução da existência, apenas a mobilidade social (de modo acentuado os cooperados (as) não militantes). Isto indica-nos que os novos movimentos sociais não são ideologicamente lineares. São sistemas de ação, redes complexas entre os distintos níveis de ação social que se articulam na interseção entre as experiências cotidianas e as múltiplas formas possíveis de ação coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, F. (Comp.). *Intereses Individuales y Acción Colectiva*. Madrid: Editorial Pablo Iglesias, 1991.
- ANCA. *Nosso Jeito de Cantar*: livro de canções populares e da terra. São Paulo: Associação Nacional de Cooperação Agrícola, Dezembro de 2001.
- BARRETO, A. V. de Barros. *Cultura da cooperação: subsídios para uma economia solidária*. Uma outra economia é Possível. ANDRÉ, R. de Souza (org.), São Paulo: Contexto, 2003.
- BOGO, A. *Lições da Luta Pela Terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999.
- BOGDAN, R; BIKLEN S. *Investigação qualitativa em educação*, Lisboa. Porto Editora, 1998.
- CAMPOMAR, M. C. - *Do uso do "Estudo de Caso" em Pesquisas para Dissertação e Teses em Administração*. Revista de Administração, São Paulo, v.26, nº. 3, p. 95-97, julho-setembro 1991.
- CARVALHO, H. M. de. *As Contradições Internas no Esforço de Cooperação nos Assentamentos de Reforma Agrária do MST* (período 1989-1999). In. *Caderno de Cooperação Agrícola n. 08*. São Paulo: CONCRAB. Agosto/1999.
- CHIZOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez. 1991.
- CIAMPA, A. da C. Identidade. In. LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- CONCRAB - MST. Sistema Cooperativista dos Assentados. *Caderno de Cooperação Agrícola, n.5*. São Paulo, 1998.
- _____. Cooperação Agrícola. *Caderno de Formação, n. 8*. São Paulo, 1999.
- _____. *Caderno de Formação, n. 20*. São Paulo, 1993.
- _____. Cooperativas de Produção. *Caderno de Formação, n. 21*. São Paulo, 1996.
- _____. Programa de Reforma Agrária. *Caderno de Formação, n. 23*. São Paulo, 1998.
- CONSULTA POPULAR. *Cartilha n. 9*. São Paulo, 2000.
- LANE, S. T. M, CODO, W. (org.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1984. P. 58-77.

- CODO, W. O fazer e a consciência. In. *Psicologia social: o homem em movimento*. SP: Brasiliense, 1984, p. 48-57.
- DAHRENDORF, R. *As classes e seus conflitos na sociedade industrial*. Trad. José Viegas. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- DA SILVA, M. B. *Sentido ético de práxis comunitária - o valor da consciência*. São Paulo: Paulus, 1994.
- DALLARI, D. de A. *O que é participação política*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1994.
- DEMO, P. *Participação é conquista*. 3ª Ed., São Paulo: Cortez, 1996.
- ERIKSON, E. *Identidade, Juventude e Crise*. Rio de Janeiro. Zahar, 1976.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 19ª ed. São Paulo. Graal, 2004.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.
- _____. *Educação como prática da liberdade*. 6ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1975.
- GOHN, M. da G. *Movimentos Sociais e Educação*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- _____. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*, São Paulo: Loyola, 1997.
- GOODE, W. J. & HATT, P. K. - *Métodos em Pesquisa Social*. 3ªed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história* – 10ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- _____. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. 8ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1991.
- GRZYBOWISK, F. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo* - Petrópolis. R J: Vozes, 1991.
- HABERMAS, J. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1983.
- HELLER, A. *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1972.
- HURTADO, C. N. *Educar para Transformar, Transformar para Educar* - comunicação e educação popular. 2ª ed. Rio de Janeiro. Vozes, 1992.
- LAGO, M. C. de S. *Modos de vida e identidade: um estudo sobre sujeitos no processo de transformação social, na Ilha de Santa Catarina*. UNICAMP/FE, 1991 - Tese.

LANE, S. T. M. *Consciência e alienação*: a ideologia no nível individual. In: _____. CODO, W (org.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1984. P.40-48.

_____. Estudo sobre a consciência. *Psicologia e sociedade*, SP, v. 8, n.2, p.95-105, 1996.

LENIN, V. I. *O que fazer?* Ed. HUCITEC - São Paulo, 1978.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em Educação*: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã (I – Feuerbach)*. 11ª Ed. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1999.

MELUCCI, A. *A Invenção do Presente*. Movimentos sociais nas sociedades complexas. Tradução: Maria C. A. Bomfim. Petrópolis. RJ: Vozes, 2001.

_____. *Movimentos Sociais, Renovação Cultural e o Papel do Conhecimento*. *Novos Estudos* nº 40. São Paulo, 1994.

_____. *Social Movements and the Democratization of Everyday Life. Civil Society and the State*. Verso. Londres. 1988.

_____. *Acción Colectiva, Vida Cotidiana y Democracia*. México: El Colégio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 1999.

MST. *Normas gerais do MST*. São Paulo: MST, 1989.

NUÑEZ, H. C. *Educar para Transformar, transformar para Educar*. Petrópolis RJ: vozes, 1992.

OSSOWSKI, S. *Estrutura de classes na consciência social*. Trad. Affonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

PENNA, A. G. *Sobre as teorias sociais da consciência*. Rio de Janeiro: In revista Arq. Bras. Psic, 37 (1): 26-31, jan/mar. 1985.

_____. *Consciência e mudança social*. Rio de Janeiro. In Revista: Arq. Bras. Psic., 37 (3) 44-48, jul/set.1985.

_____. *Consciência real e consciência possível*. Rio de Janeiro: Arq. Bras. Psic, 38 (4): 22-6, out/dez. 1985.

PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REICH, W. *O que é a consciência de classe?* Porto: H. A. Carneiro, outubro de 1976.

RIDENTI, M. *Classes sociais e representação*. São Paulo: Cortez, 2001.

RISCAROLLI, E. *Educação, Liderança e Consciência Política de Mulheres Camponesas*. Cuiabá, MT: 1988. Dissertação - UFMT.

SANDOVAL, S. A. M. A crise Sociológica e a contribuição da psicologia Social ao Estudo dos Movimentos Sociais. *Revista Educação e Sociedade*; 34; dez.1989.

_____. Considerações sobre Aspectos Microsociais na Análise dos Movimentos Sociais. *Revista Psicologia e Sociedade*; 7; Set. 1989. São Paulo: ABRAPSO.

_____. *Os trabalhadores Param: Greves e Mudanças Sociais no Brasil, 1945-1990*. São Paulo: Ática.

_____. Algumas Reflexões sobre Cidadania e Formação de Consciência Política no Brasil, In: SPINK, M. J. (org.) *A Cidadania em Construção: Uma Reflexão Transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. The crisis of the Brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working- class contention in the 1990s. In: *Revista Psicologia Política* 1 (1). São Paulo: SBPP. 2001.

SAWAIA, B. B. *A consciência em construção no trabalho de construção da existência*. São Paulo, SP, 1987. Tese (doutorado) - PUC-SP.

SCHERER-WARREN, I. *Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. 3ª Ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 1989.

_____. *Movimentos em cena... E as teorias por onde andam?* In revista brasileira de Educação, nº 9 p.16-20, 1999.

SILVA, M. R. J. *Manifestações Artísticas do MST/MT: Educação, Identificação e Cultura*. Cuiabá, MT, 2001. Dissertação de Mestrado – UFMT.

SILVA, T. T. (org.) *Trabalho, Educação e Prática Social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

SILVA, A. S. da. *Acampados no “Carlos Mariguela”: um estudo sobre a formação da consciência política entre famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema – SP*. São Paulo, SP, 2002. Dissertação (mestrado) – PUC- SP.

SIMIONATO, S. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. 1995.

SINGER, P. *Uma utopia militante*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *Oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão*. Revista Temporaes: democracia e autogestão. São Paulo: FFLCH- USP, 1999.

STEDILE, J. P. FERNANDES, B. M. *Brava Gente*. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 1999.

TEDESCO, C. J. *Sociologia da Educação*. Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 1995.

THOMPSON, E. P. *O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial*. Petrópolis: Vozes, 1979.

VAZQUEZ, A. S. *Filosofia da Práxis*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1990.

VYGOTZKY, V. L. S. *A formação social da mente*. 5ª ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1994.

_____. *Pensamento e linguagem*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1993.